

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO (PPED)

YARA FONSECA DE OLIVEIRA E SILVA

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

RIO DE JANEIRO

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO (PPED)

YARA FONSECA DE OLIVEIRA E SILVA

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Lia Hasenclever

Co-Orientadora: Profa. Dra. Júlia Paranhos

RIO DE JANEIRO

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Yara Fonseca de Oliveira e.
Universidade e desenvolvimento local: o caso da Universidade Estadual de Goiás /
Yara Fonseca de Oliveira e Silva.
-- 2014.
207 f.; 31 cm.

Orientadora: Lia Hasenclever.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia,
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, e
Universidade Estadual de Goiás, 2014.
Bibliografia: f. 192-199.

1. Universidade. 2. Desenvolvimento local. 3. Sistema de inovação. 4. Ensino Superior
– Goiás. I. Hasenclever, Lia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de
Economia. III. Universidade Estadual de Goiás. IV. Título

CDD 338.9

YARA FONSECA DE OLIVEIRA E SILVA

**UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências, Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Aprovada em 26 de Maio de 2014.

Profa. Lia Hasenclever- PPED/UFRJ
Orientadora (Presidente)

Profa. Júlia Paranhos de Macedo Pinto – PPED/UFRJ
(Co-orientadora)

Profa. Maria Antonieta Parahyba Leopoldi- PPED/UFF
(Membro Interno)

Prof. José Manoel Carvalho de Mello - UFF
(Membro Externo)

Profa. Dulce Portilho Maciel - UEG
(Membro Externo)

Prof. Marcelo Gonçalves do Amaral - UFF
(Membro Externo)

RIO DE JANEIRO

2014

*Aos meus filhos,
que justificam minha força e minha luta em cada minuto da vida
e que, durante esta caminhada, muito me ensinaram.*

*Com Gabriel e Clara aprendi que, para a alegria da vida, basta “brincar na pracinha”;
com a adolescência de Armando aprendi que é importante “sorrir e descobrir o amor”;
com Anna na vida adulta, que é preciso ser “forte e delicada”;
e com Amanda, que a “doçura e a firmeza de caráter” são fundamentais.*

Ao meu marido, meu carinho especial por ser cuidadoso e companheiro.

À minha mãe, que me acompanha e apoia todas as minhas empreitadas.

*A todos os meus familiares, irmãos e irmãs, sogros(as), tios(as),
primos(as), cunhadas e sobrinhos(as).*

*Em especial, ao meu querido tio “Betim”,
razão de muitas alegrias na minha vida (In memoriam, 30.01.2014).*

*A todos os profissionais da UEG,
que acreditam na consolidação desta Instituição
e que lutam pela melhoria de suas atividades.*

AGRADECIMENTOS

O conhecimento apreendido nesta tese faz parte da minha caminhada como professora e me faz lembrar a utopia no horizonte, que quanto mais se busca, mais se afasta e, portanto, sinto que é preciso continuar a caminhar para alcançar um pouco mais, mesmo que isso jamais será alcançado em sua plenitude. Esta é, a meu ver, a condição maior de ser professora, a de querer ir sempre à busca do conhecimento para alcançá-lo, em uma medida maior ou menor, o prazer da aprendizagem.

E essa busca não se faz sozinha, pois “sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto... é realidade” (Raul Seixas), por isso esse conhecimento se irradia a todos com quem compartilho a vida e a atividade profissional.

Agradeço ao Mestre maior e, é claro, pelo apoio da minha família – de toda ela – que, mesmo com minha ausência, se fez solidária e unida. Em especial, a minha mãe e sogras que cuidaram das crianças.

Agradeço à Coordenação do Dinter, professora Lia Hasenclever e Ana Célia Castro, e a todos os professores do PPED/IE/UFRJ com quem compartilhei esta leitura. Em especial, aos professores participantes da Banca, Professoras Antonieta Leopoldi e Dulce Portilho e aos Professores José Manoel Melo e Marcelo Amaral.

Às professoras orientadoras, minha eterna e profunda gratidão, pois se fizeram excelentes em seu ofício. À professora Lia Hasenclever, meu carinho e admiração por seus ensinamentos, ora mais “suave”, ora mais “rígida”, mas sempre presente no acompanhamento, de fato, do exercício contínuo da construção deste trabalho. À professora Júlia Paranhos, meu respeito e carinho por sua dedicação, rigor, apoio e companheirismo durante todo o trabalho.

Aos meus amigos e companheiros de doutorado – Turma Dinter – que tanto estimo e respeito. Às “meninas”, Roseli, Marlene, Keley, Daniela, Maria Luísa, Cleusa e Adriana, por serem confidentes e parceiras. Agradeço, especialmente, à minha amiga Carla, por sua amizade, apoio e carinho durante todo o curso, pois aprendemos muito juntas. Aliás, estudar foi um prazer que cabia em qualquer hora e lugar – cafés, praia, etc. – e em qualquer momento. A

todos os “meninos”, Eduardo, Renato e Marcelo, meu carinho e respeito, especialmente para Mário, Eduardo G., e Marcelo M., companheiros de desabafos e interpretações.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo fomento e pela efetiva realização deste Doutorado Interinstitucional em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pelo fomento da bolsa de doutorado, que possibilitou a realização da pesquisa no Rio de Janeiro e no Estado de Goiás.

Agradeço aos profissionais da Educação do Estado de Goiás, principalmente, às instituições pesquisadas dentro do Estado de Goiás, como os órgãos do governo estadual: SECTEC, FAPEG, ao CEE e Escola de Governo. Aos empresários, que se dispuseram a participar e se envolver com a discussão. Aos atores locais, como SEBRAE, FIEG e SENAI, que se mostraram interessados e prestativos, colaborando com o desenvolvimento do trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a todos os profissionais da UEG, pesquisadores e gestores de UnU. Em especial, ao grupo da Administração Central dessa Instituição que se disponibilizou para apoiar e participar da pesquisa. Agradeço ao meu leitor e revisor, professor Alzino pela disponibilidade e atenção.

No decorrer deste estudo fiz uma escolha de como caminhar, pois se tinha que embarcar seria “melhor ser alegre que ser triste, a alegria é a melhor coisa que existe” e, tenho certeza, muitas alegrias vivi, como as idas à cidade maravilhosa. Nesse tempinho ganhei vários presentes de pessoas maravilhosas, como uma amiga, Inês, companhia recheada de “prosa e cafés”, que foram inesquecíveis e frutíferos para minha existência humana.

Enfim, agradeço a todos os “olhares” de carinho e apoio de todos com quem convivo, seja na família, no trabalho ou nos arredores da caminhada.

*A primeira norma é a da contextualização,
que consiste em colocar um evento ou uma ideia
em sua época,
em um quadro social,
em um ambiente intelectual e linguístico,
na paisagem mental à qual pertence.*

Traverso

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Mesorregiões e microrregiões do Estado de Goiás.	44
Figura 2– Mapa do Estado de Goiás com a distribuição de UnU da UEG.	51

QUADROS

Quadro 1– Dados gerais do Estado de Goiás.	40
Quadro 2– Comparativo do crescimento do Estado Goiás em relação ao Brasil.	41
Quadro 3 – Estrutura da indústria goiana.	42
Quadro 4 – Municípios goianos com maior crescimento.	45
Quadro 5 – Situação da atividade de Ensino na UEG.	52
Quadro 6 - Situação da atividade de Pesquisa na UEG.	53
Quadro 7 – Situação da atividade de Extensão na UEG.	53
Quadro 8 – Síntese da evolução da universidade e da industrialização no Brasil.	71
Quadro 9– Distribuição dos sujeitos da pesquisa.	95
Quadro 10 – UnU selecionadas para as entrevistas.	97
Quadro 11– Estrutura do Questionário.	104
Quadro 12 – Síntese da visão dos gestores sobre as atividades da UEG.	134
Quadro 13 – Posição de UnU, de acordo com o IDM Geral.	140
Quadro 14 – Síntese da visão dos Professores Pesquisadores sobre o relacionamento UEG- Atores locais.	155
Quadro 15 – Síntese da visão dos Órgãos do Governo sobre o relacionamento UEG-Atores locais.	164
Quadro 16 – Síntese da visão da Empresa sobre o relacionamento UEG-Atores locais.	170
Quadro 17 – Síntese da visão das instituições locais sobre o relacionamento UEG-Atores locais.	179

GRÁFICOS

Gráfico 1– Desempenho dos cursos da UEG no Enade.	113
Gráfico 2 – Objetivos da criação da UEG.	118
Gráfico 3 – Principais mudanças ocorridas na UEG.	120
Gráfico 4 – Intensidade com que a UEG contribui para o ensino, pesquisa e extensão.	122
Gráfico 5 – Tipos de atividades realizadas pelas UnU.	125
Gráfico 6 – Tipos de relacionamentos entre UnU e Empresa	127
Gráfico 7 – Barreiras no relacionamento UnU-Empresas locais.	128
Gráfico 8 – Comparação do IDM geral, econômico e educacional de UnU.	141

LISTA DE SIGLAS

AGM	Associação Goiana dos Municípios
APL	Arranjo Produtivo Local
BM	Banco Mundial
CAAI	Comissão de Auto Avaliação Institucional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF 1988	Constituição Federal de 1988
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
C&T	Ciência e Tecnologia
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ESEFFEGO	Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás
FACEA	Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FIEG	Federação da Indústria do Estado de Goiás
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-reitores
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAI	Gerência de Avaliação Institucional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDM	Índice de Desempenho Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IMB	Instituto Mauro Borges, vinculado à SEGPLAN-GO

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN 1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MPE	Micro e Pequenas Empresas
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
PAI-GO	Programa de Ação Integrada de Desenvolvimento de Goiás
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PINTEC	Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RGI	Rede Goiana de Inovação
SANEAGO	Saneamento de Goiás
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa
SECTEC	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEGPLAN	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás
SEMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SMI	Sistema Municipal de Inovação
SIGO	Sistema Goiano de Inovação
SNI	Sistema Nacional de Inovação
SRI	Sistema Regional de Inovação

UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNIANA	Universidade Estadual de Anápolis
UNI-RV	Universidade de Rio Verde
UnU	Unidade Universitária
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

SILVA, Yara Fonseca de Oliveira e. *Universidade e desenvolvimento local: o caso da Universidade Estadual de Goiás*. 2014. 207 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O tema desta tese é o relacionamento entre a universidade e os demais atores do desenvolvimento local. O estudo trata de conhecer o papel da Universidade Estadual de Goiás (UEG) na produção e difusão do conhecimento por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O que o justifica é o fato de o conhecimento ser um recurso cada vez mais importante para o desenvolvimento socioeconômico, não só na formação e capacitação dos trabalhadores, mas também como um insumo para a inovação tecnológica. Esta investigação toma como referencial teórico autores institucionalistas e as abordagens que tratam sobre o papel da universidade: a abordagem da hélice tríplice; a abordagem dos sistemas de inovação; e a abordagem latino-americana. O método escolhido é o estudo de caso dos tipos descritivo e interpretativo, com vasta coleta de dados entre os atores da UEG, empresas, Governo e outras instituições locais. A investigação adota os pressupostos da abordagem qualitativa e se estrutura pela revisão de literatura, pesquisa bibliográfica, documental e pela articulação dos pressupostos teóricos com o contexto empírico, por meio da pesquisa de campo. Os resultados indicam que, na visão dos sujeitos da pesquisa, a UEG, desde a sua criação, tem como foco a atividade de ensino, assumindo mais o papel de difusora do conhecimento e menos o de criadora de conhecimento. A análise dos dados identifica *motivações* que facilitam o relacionamento UEG-atores locais, e *obstáculos* que dificultam a realização de parcerias, indicando que a presença das Unidades Universitárias (UnU) é reconhecida como relevante para o desenvolvimento local, mas insuficiente, porém, para torná-la uma Instituição empreendedora e estimuladora do sistema de inovação. Os tipos de interação com os atores locais mais presentes nas UnU são os relacionados com a formação de recursos humanos e com a resolução de problemas locais, um modelo híbrido das duas abordagens, a do sistema de inovação e a latino-americana, não alcançando a UEG, ainda, o estágio de fomentadora do desenvolvimento econômico e criadora de empresas, papel enfatizado pela abordagem da hélice tríplice. Concorrem para isso, as convenções do novo contexto socioeconômico de mudanças aceleradas e as diretrizes políticas que não conseguem sanar inúmeras fragilidades institucionais, tais como infraestrutura física, técnica, tecnológica e laboratorial deficitária; ausência de recursos humanos com maior qualificação acadêmica; falta de recursos financeiros; burocratização e morosidade dos processos; ausência de procedimentos padronizados e institucionalizados; descompasso entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão e as demandas do contexto local; pouca interação com outros atores locais. Mantidas as condições atuais inalteradas, dificilmente pode-se afirmar que a UEG consiga corresponder às expectativas e atender às demandas colocadas pelo cenário atual do sistema regional de inovação.

Palavras-chave: Universidade. Desenvolvimento Local. Sistema de Inovação. Ensino Superior em Goiás.

ABSTRACT

SILVA, Yara Fonseca de Oliveira e. *University and local development: the University of State of Goiás case*. 2014. 207 f. PhD Thesis – Economics Institute/Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The theme of this thesis is the relationship between the university and the other actors of local development. The study aims to know the role of the State University of Goiás (UEG) in the production and dissemination of knowledge through its teaching, research and extension activities. This is justified by the fact that knowledge is an increasingly important resource for the socio-economic development, not only in the education and training of workers, but also as an input for technological innovation. In this sense, this research takes authors from the institutionalism theoretical framework and also the approaches that deal with the role of the university as the approach of the triple helix; the approach of innovation systems; and Latin American approach. The chosen method is the case study of descriptive and interpretative types, with extensive data collection including actors of UEG, businesses, government and other local institutions. The research adopts the assumptions of the qualitative approach and structure itself into literature review, documentary research and the articulation of theoretical assumptions and the empirical context through field research. The results indicate that in the view of the research actors the UEG has focused on teaching activity taking over the role of disseminator of knowledge and less of the creative knowledge. Data analysis identifies motivations that facilitate the relationship between the UEG local actors and obstacles to the creation of partnerships, indicating that the presence of University in different cities (UNU) is recognized as relevant for local development but insufficient to stimulate or transform it in an entrepreneurial institution of the innovation system. The types of interaction with local actors are related to the training of human resources and the resolution of local problems. So, a hybrid of two approaches, the innovation system and the Latin American, is not reaching the UEG yet and the sponsor of the stage of economic development and creative company emphasized the role of the triple helix approach. In addition to this, the conventions of the new socio-economic context of rapid change and policy guidelines fail to help numerous institutional weakness such as infrastructure, technological, technical and laboratory deficit; lack of human resources with higher academic qualification; lack of financial resources; bureaucracy and lengthy procedures; absence of standardized and institutionalized procedures; mismatch between the policies of teaching, research and extension and the demands of the local context; little interaction with other stakeholders. Once the current conditions are not changed, it can hardly be said that the UEG can achieve the expectations and demands posed by the current scenario of the regional innovation system.

Keywords: University. Local Development. Innovation System. Higher Education in Goiás.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 UNIVERSIDADE E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS.....	22
1.1 O contexto anterior à década de 1980	22
1.2 O contexto das décadas de 1980 e 1990	30
1.3 O contexto da economia em Goiás.....	36
1.4 O contexto do ensino superior em Goiás	45
1.5 O contexto da criação e evolução da UEG	47
2 UNIVERSIDADE, EMPRESA E CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO	56
2.1 Modos de produção, difusão e transferência de conhecimento	57
2.2 Universidade e empresa como lugares de produção do conhecimento.....	61
2.3 Os conceitos de instituições e organizações	65
2.4 O Estado e o desenvolvimento	68
2.5 Abordagens teóricas sobre relacionamento universidade e empresa	76
2.5.1 A abordagem da hélice tríplice	77
2.5.2 A abordagem do sistema de inovação.....	79
2.5.3 A abordagem de autores latino-americanos.....	81
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	86
3.1 Objetivos, questões e hipóteses da pesquisa	86
3.2 A abordagem metodológica	87
3.3 Etapas de pesquisa	90
3.3.1 Estudos preliminares.....	90
3.3.2 Pesquisa documental	91
3.3.3 Pesquisa bibliográfica	92
3.3.4 Pesquisa de campo.....	94
3.3.4.1 <i>Sujeitos da pesquisa</i>	94
3.3.4.2 <i>Questionário</i>	104
3.3.4.3 <i>Entrevistas</i>	105
3.4 Análise dos dados	107
4 A UEG E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA VISÃO DOS DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E DOS GESTORES DE UnU	109
4.1 A UEG na visão dos dirigentes da Administração Central	111
4.2 A UEG na visão dos Gestores de UnU	117

Síntese do Capítulo	133
5 A UEG E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA PERSPECTIVA DOS DEMAIS	
ATORES	138
5.1 A UEG na visão dos professores pesquisadores	141
5.2 A UEG na visão dos órgãos do Governo	155
5.3 A UEG na visão das empresas	164
5.4 A UEG na visão dos atores de outras instituições locais	170
Síntese do Capítulo	179
CONCLUSÃO	182
REFERÊNCIAS.....	192
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	200
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	204
APÊNDICE C: SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA	205
APÊNDICE D: ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS	206

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista global redefine as formas de organização da produção e do trabalho, exigindo um novo perfil profissional e uma nova forma de qualificação dos trabalhadores no contexto atual. As novas formas de organização do trabalho demandam mais educação, considerada o vetor de desenvolvimento de uma nação e de ascensão dos sujeitos. É cada vez maior a necessidade de conhecimentos gerados na universidade, não só para a formação qualificada como também para sua transferência para as empresas, no sentido de produzir inovação para o desenvolvimento local.

Pensar a universidade neste contexto de globalização implica em pensar um novo ensino e novas perspectivas políticas, a partir do diálogo entre os atores, com vistas ao desenvolvimento local. O processo de mudanças socioeconômicas acarreta um novo papel para a universidade no atendimento às demandas da sociedade. Os conceitos e as práticas universitárias, uma vez colocados em questão, são reelaborados e ampliados, e novos papéis são discutidos para acompanhar as mudanças sociais, econômicas e políticas. Dessa forma, para se refletir sobre o papel da universidade e suas formas de produção e difusão do conhecimento, é preciso levar em consideração as relações com seu entorno e com o cenário mais amplo, no qual está inserida. A universidade tem sido chamada a revisar seu papel, orientada pela ordem vigente do sistema capitalista, na direção de ampliar sua atuação tradicional (formação humanística e profissional e produção do conhecimento acadêmico), contribuindo, também, para a criação da riqueza do país e das suas regiões.

O tema selecionado para o desenvolvimento desta tese é o relacionamento entre a universidade e os demais atores do desenvolvimento socioeconômico local, no contexto de produção e inovação do Estado de Goiás. Para tanto, o estudo trata, especificamente, de conhecer e interpretar o papel da Universidade Estadual de Goiás (UEG), identificando e analisando sua estrutura e as práticas que são desenvolvidas no relacionamento universidade-empresa, e seu papel na produção e difusão do conhecimento por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas.

O que justifica esta temática é o fato de o conhecimento ser um recurso cada vez mais importante para o desenvolvimento, tornando-se relevante, portanto, discutir suas formas de produção e difusão, uma vez que é um componente importante não só na formação e

capacitação dos trabalhadores, mas também um insumo para a inovação tecnológica, que alavanca o desenvolvimento socioeconômico.

No Brasil, em particular em Goiás, os impactos da globalização, principalmente, a partir da década de 1990, trouxeram mudanças na ordem social e econômica até então vigente. No campo educacional são criadas iniciativas de políticas de expansão e de interiorização do ensino superior, como a criação da UEG, implementadas em decorrência da necessidade de desenvolvimento de cidades consideradas polos econômicos regionais.

A UEG foi consolidada pelo Governo do Estado por meio da Lei n. 13.456, de 16 de abril de 1999, possibilitando a ampliação do acesso ao ensino superior e, possivelmente, dando condições para a continuidade do desenvolvimento socioeconômico do Estado. Concomitantemente à criação da UEG ocorreram avanços na legislação brasileira em relação aos programas de financiamento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A implementação de políticas mais sistemáticas de apoio à inovação no Brasil, desde 1999, vem ocorrendo com o objetivo de engajar o meio acadêmico e o setor produtivo em estratégias de inovação de produtos, processos, formas de uso, distribuição e comercialização, visando a atingir patamares superiores de desenvolvimento e geração de renda. Entre essas políticas destacam-se aquelas de aproximação entre universidade e empresa na promoção da inovação para o desenvolvimento local e regional (KUPFER; LAPLANE; HIRATUKA, 2010).

O referencial teórico desta pesquisa, dentre vários olhares e paradigmas, adota uma lente construída na relação teoria-prática com este objeto de estudo. A visão da UEG como um todo pretende ser alcançada pela percepção, tanto da autora desta tese – também ela professora da instituição – quanto dos atores internos da UEG e de outros atores do desenvolvimento local, a partir de uma análise conjunta das partes que interagem com essa instituição.

O estudo utiliza-se de uma abordagem sistêmica presente nas teorias evolucionária e institucionalista. Essas teorias consideram a análise histórica, a importância das instituições e, também, a compreensão do relacionamento dos atores envolvidos no contexto de mudanças tecnológicas e o papel que a inovação assume no desenvolvimento socioeconômico local. As relações e interfaces estabelecidas entre a UEG e os demais atores do desenvolvimento local serão tratadas a partir desse referencial teórico, pois as duas abordagens são complementares, como será visto no desenvolvimento da tese. São consideradas, ainda, as abordagens teóricas

que tratam especificamente da atuação da universidade, como a da hélice tríplice, a do sistema de inovação e a latino-americana.

A investigação sobre a UEG se dá, portanto, na perspectiva de reconhecer seu papel e sua contribuição para o desenvolvimento do Estado de Goiás, considerando-se sua história, evolução, expectativas e motivações. Esta pesquisa busca conhecer se a estrutura e as práticas desenvolvidas pela UEG se aproximam (ou não) do modelo que atende à nova missão da universidade, que é a de ser também um agente de inovação ao lado de suas funções tradicionais de ensino, pesquisa acadêmica e extensão.

O que interessa é conhecer a atuação da UEG e se ela tem provocado ações de impacto e resultados efetivos no desenvolvimento do Estado de Goiás, uma vez que sua criação – um investimento público que vem na contramão das políticas neoliberais de privatização do ensino superior – favorece o acesso, a interiorização e a expansão do ensino superior em Goiás, o que pode ser considerado como uma ideologia de modernização e de crescimento da sociedade goiana.

Este estudo considera, portanto, questões como: a trajetória que a UEG tem desenvolvido para transferir conhecimento à sociedade; as competências dos professores; a estratégia de formação dos trabalhadores pela universidade; as contribuições e as experiências realizadas em prol do desenvolvimento local, nos municípios nos quais a UEG tem, provavelmente, um papel proativo; e a preparação da universidade para atender às demandas da sociedade em constante mudança tecnológica e produtiva.

Tais questões são tratadas tendo como pano de fundo os papéis que diferentes atores, como Governo, universidade e empresas representam no desenvolvimento econômico e social de Goiás, sendo que o foco da pesquisa é o relacionamento da UEG com os outros atores do desenvolvimento local, seus impactos, contribuições e os resultados provocados por suas ações no Estado. Esse relacionamento, como se verá, não se dá sem problemas, uma vez que envolve mudanças institucionais e na organização da universidade.

A tarefa proposta é bastante complexa, tendo em vista que a UEG está presente em 48 dos 246 municípios goianos com suas 42 Unidades Universitárias¹ (UnU) e nove Polos Tecnológicos, sendo que cada uma de suas UnU apresenta estrutura diferenciada, cultura e formas próprias de gerir o conhecimento e de se integrar ao desenvolvimento local.

¹ As UnU são unidades descentralizadas da UEG que, situadas em diversos municípios, apresentam estrutura técnico-administrativa e acadêmica própria.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi escolhido o método de estudo de caso, considerado uma abordagem adequada à natureza do objeto de estudo, visto que permite a coleta de dados sobre uma situação específica, em que vários atores, como Governo, universidade, empresas e outros atores locais representam diferentes papéis em torno de uma causa comum, o desenvolvimento socioeconômico do Estado, embora existam tensões e nem sempre seja possível estabelecer o consenso.

A investigação se estruturou em dois momentos, precedidos de um reconhecimento de campo. No primeiro momento, foram feitas a revisão de literatura, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental para sustentar a discussão do objeto. Em seguida, foi realizada a articulação dos pressupostos teóricos com o contexto empírico por meio da pesquisa de campo realizada junto à UEG e aos atores que se vinculam ao desenvolvimento local.

A tese está estruturada em cinco capítulos, além da introdução e da conclusão. O **primeiro** Capítulo apresenta a contextualização do objeto de estudo, considerando a trajetória da UEG, com foco em seus vínculos com o desenvolvimento econômico nacional e estadual. Apresenta, ainda, a relação entre os atores locais e as instituições que participaram do processo de criação da UEG.

O **segundo** Capítulo traz o referencial teórico no qual se fundamenta a investigação, discutindo o conceito de instituição e organização, na visão de institucionalistas, como North (1991), Hodgson (2005), Evans (2004) e Chang e Evans (2005), e, ainda, discute o papel do Estado e o desenvolvimento. Segue discutindo o papel do conhecimento e dos atores – universidade e empresas, ambos considerados lugares de conhecimento. Por fim, descreve as abordagens da hélice tríplice, do sistema de inovação e a abordagem dos estudiosos da América Latina (uruguayos e brasileiros) que tratam do papel da universidade.

O **terceiro** Capítulo apresenta a metodologia aplicada na pesquisa de campo, identificando os procedimentos metodológicos utilizados e descrevendo os instrumentos de coleta de dados e as técnicas de análise e interpretação dos resultados.

O **quarto** Capítulo apresenta os resultados relativos à caracterização da UEG, por meio de um mapeamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir da visão dos atores internos à instituição, que são os seus dirigentes (Administração Central e Gestores de UnU). Os questionários e as entrevistas realizadas procuram entender como a instituição é percebida por seus dirigentes, ou seja, como a UEG percebe o seu papel no desenvolvimento local. Tal procedimento se justifica para a compreensão das possíveis formas de

relacionamento e contribuição da UEG com os atores do desenvolvimento local, principalmente as empresas.

No **quinto** Capítulo foram reunidos e discutidos os resultados das entrevistas com os pesquisadores de algumas UnU, com atores de empresas, de órgãos do governo – implantadores de políticas - e de outras instituições, procurando compreender, na visão desses atores, em que medida a UEG tem contribuído com o desenvolvimento local. Nesse Capítulo são apresentados, os tipos de relacionamento, as motivações que facilitam e as barreiras que dificultam o relacionamento entre a UEG e os atores do desenvolvimento local.

1 UNIVERSIDADE E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS

A visão do contexto econômico e do campo social brasileiro apresentada a seguir pretende interpretar a condição histórica da universidade relacionando-a com o desenvolvimento da industrialização. A proposta é buscar a história de partes constitutivas do desenvolvimento do país, para compreender as bases do atual contexto em que se propõe o envolvimento de diferentes instituições e suas interações a partir de um Sistema Regional de Inovação (SRI)² para o desenvolvimento local. Ao fazer isso, busca-se identificar os fatores que precipitaram as mudanças institucionais, que resultaram na criação e na evolução da UEG.

No decorrer do texto, então, pretende-se compreender os desafios e os avanços do desenvolvimento do país e, assim, elucidar o relacionamento entre dois atores fundamentais na constituição de um SRI: a universidade e a empresa. Considerando-se que em um SRI empresas e outras organizações, inclusive universidades, se encontram sistematicamente envolvidas em interações para promover o desenvolvimento local (COOKE *et al.*, 1998), o foco desta pesquisa consiste em verificar em que medida a UEG se relaciona com outros atores locais, cooperando para o desenvolvimento do Estado de Goiás

O que justifica a perspectiva adotada é o fato de que as leituras e os olhares sobre os papéis desses principais atores são imprescindíveis para a compreensão da fase final do século XX. Importa ressaltar que não é pretensão apresentar de forma detalhada as diferentes e diversas contradições da história do Estado brasileiro, mas conhecê-las em linhas gerais.

A reconstrução da história socioeconômica que antecede a criação da UEG mostra a relação de interdependência desses atores. A tarefa, portanto, foi a de conhecer, ainda que de forma breve, a história da economia brasileira e sua relação com a universidade, a partir de alguns autores como Furtado (1989), Prado Jr. (1990), Suzigan, Albuquerque e Cario (2011), Amsden (2009), Dourado (2001), Azevedo (1963), Bertran (1988) e Maciel (1996).

Parte-se do princípio que a condição de desenvolvimento do Brasil se deu de forma tardia tanto no que diz respeito à criação das universidades quanto à industrialização e cujas consequências perduram até o presente (SUZIGAN; ALBUQUERQUE; CARIO, 2011). Com

² Conjunto de interações de interesses públicos e privados, de instituições formais e não formais que funcionam conforme arranjos organizacionais e de relacionamento de modo a conduzir à geração, ao uso e à disseminação do conhecimento em espaços determinados. Objetiva reforçar as capacidades inovativas regionais e a competitividade (DOULOUREUX, 2003).

isso, a discussão do presente, marcado pela herança passada, se renova ao se considerar as disputas políticas e culturais de ideias e concepções vivenciadas pelo grupo social e expressas em suas diferenças de classe social e geração.

A universidade brasileira tem início no século XX e se modifica até chegar às duas últimas décadas desse século, que é o período de interesse deste Capítulo. Nesse período, a universidade é chamada a desempenhar um novo papel, além de seus papéis tradicionais de formar trabalhadores e de produzir e divulgar o conhecimento.

Nesse sentido, pretende-se mostrar, a partir de ideias, conceitos e sinalizações, o papel da universidade na trajetória do desenvolvimento econômico e social, definindo-se como marco as décadas de 1980 e 1990, período em que ocorreram mudanças nos determinantes socioeconômicos, impulsionando a expansão do ensino superior, para possibilitar a formação do trabalhador e proporcionar um conhecimento que desenvolvesse habilidades, práticas e ações para o processo produtivo.

Nessas mudanças, a revisão dos papéis, tanto dos atores econômicos quanto dos atores do campo social, provoca a necessidade de se compreender a evolução da universidade pública no Brasil, considerando-se que os papéis desempenhados pela universidade não seguem de forma linear e exigem, a cada nova mudança, um novo modelo de orientações e premissas a ser adotado por essa instituição.

Por isso, busca-se compreender o papel da universidade brasileira a partir da história de sua gênese não como estratégia para justificar o momento presente, mas como forma de entender como as práticas e os tipos de relacionamento com outros atores trazem desafios, ou não, decorrentes dessa gênese.

1.1 O contexto anterior à década de 1980

Ao longo desta seção são apresentados os diferentes períodos que mostram a evolução do papel da universidade atrelada ao campo econômico, bem como à atuação do Governo. Para isso, revisa-se a periodização da evolução da universidade no Brasil a partir de estudiosos que tratam dessa temática, em especial, Cunha (2007, 2007a, 2007b) e Suzigan, Albuquerque e Cario (2011); ilustra-se o desenvolvimento econômico da América Latina a partir da proposta oriunda da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); e apresenta-se a leitura de Amsden (2009), que mostra a comparação entre os

países “pobres” que crescem e os que não imprimem o mesmo ritmo no seu desenvolvimento. Em seguida, sinaliza-se o contexto globalizado das duas últimas décadas do século XX, com as características próprias de uma sociedade que tem como recurso fundamental a geração de conhecimento, bem como a possibilidade de acesso à informação e à crescente tecnologia, o que a remete a um mercado de produção e consumo de massa que necessita, para proliferar, da entrada de novos produtos que se recriem rapidamente, em função da constante obsolescência dos mesmos. Dado o contexto contínuo de crises e incertezas, para contribuir com o processo de desenvolvimento econômico, o produto produzido pela empresa carece de constante inovação³.

Cunha (2007) estudou a gênese e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil em períodos, utilizando a historiografia para defini-los. O autor apresenta um quadro econômico e político para cada um dos três períodos demarcados e um tipo de universidade para cada período. O primeiro período envolve Colônia, Império e República Oligárquica, estendendo-se até 1930 e o tipo de universidade denomina-se *temporã*⁴. O segundo período corresponde ao período, de 1945 a 1964 e o tipo de universidade correspondente é a *universidade crítica*⁵. No terceiro período, de 1964 a 1968, tem-se a *universidade reformanda*⁶.

Suzigan, Albuquerque e Cario (2011) também apresentam a universidade pela via da periodização e utilizam o termo *ondas* institucionais, mostrando uma análise da dinâmica histórica de cada uma delas. A seguir, são apresentadas as cinco *ondas* pensadas por esses autores e ilustradas por discussões de outros estudiosos ligados ao tema, como é o caso do próprio Cunha (2007), tendo como objetivo a discussão do contexto de formação da universidade.

³ Schumpeter (1997, p. 76) classificou inovação (ou novas combinações de materiais e forças), de uma forma ampla, a partir de cinco tipos: 1) Introdução de um novo bem; 2) Introdução de um novo método de produção; 3) Abertura de um novo mercado; 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

⁴ Abarca alguns períodos da historiografia brasileira: o *primeiro período* foi o da Colônia (1572-1808); o *segundo período*, o do Império (1808-1889); o *terceiro período*, o da República oligárquica (até 1930); e o *quarto período* (Era Vargas, até 1945). Apresenta a condição de criação tardia da universidade no Brasil e o ensino superior ministrava um saber superior em aulas, cadeiras, cursos, escolas, academias e faculdades, por isso, não havia um critério unificador (CUNHA, 2007).

⁵ Nesse período, os eventos políticos e econômicos, como a industrialização do país e a ideologia nacionalista, promovem mudança do papel da universidade. Assim, o ensino superior, mesmo sendo um aglomerado de faculdades isoladas, se fez instrumento de trocas políticas, pois se exigia um ensino superior modernizado, capaz de promover os estudos e realizar as pesquisas que o desenvolvimento do país exigia (CUNHA, 2007a).

⁶ O período revela o processo de modernização do ensino superior que, a partir dos processos sociais, políticos e econômicos, dentre outras questões, resultou na reforma do ensino superior por meio da Lei n. 5.540/68 (CUNHA, 2007b).

No primeiro período considerado por Cunha (2007) – da Colônia até 1930; universidade temporã – pode-se identificar, segundo Suzigan, Albuquerque e Cario (2011), três *ondas*.

A *primeira onda* se deu após 1808, quando foram criadas as primeiras instituições de ensino superior. O que se constata é que antes desse período não havia universidade no Brasil e o país se caracterizava por um grande número de trabalhadores subordinados às ordens e interesses dos donos da terra, sendo que nesse sistema de organização do trabalho e da propriedade se origina a concentração extrema de riqueza. Também para Prado Jr. (1990), nesse período, a formação do sujeito é instituída pela Igreja Católica, que impõe seus princípios morais com o propósito de domesticação e catequização, caracterizando uma formação sem questionamentos e sem autonomia.

Barros (2005, p. 157) reforça que a atividade científica nesse período resumiu-se “basicamente às ações desenvolvidas nas missões europeias, constituídas por naturalistas, geógrafos, geólogos e paleontólogos que observavam, coletavam e classificavam as riquezas naturais brasileiras”. Em relação à origem e ao desenvolvimento da economia brasileira, Suzigan (1986, p. 77) destaca que “o fraco desempenho da economia agrícola-exportadora baseada no trabalho escravo representava o mais sério desestímulo à diversificação das atividades econômicas”. Diante disso, o país, até sua independência, tinha uma economia secundária, servindo como fornecedor de produtos, principalmente, a Portugal.

Depreende-se, portanto, que na fala desses autores há uma afinidade em relação à compreensão da condição da universidade como algo incipiente nesse período. A estrutura e a criação da universidade brasileira foram orientadas para a formação profissional e não para a produção de pesquisa, pois esta última, quando ocorria, provavelmente se dava, em grande parte, independentemente da existência da universidade, ou vinculadas a instituições estrangeiras. O conhecimento em si era utilizado muito mais na manutenção do *status quo* da monarquia e da Igreja do que como um recurso que visasse desenvolver a própria Colônia.

A segunda onda, de acordo com Suzigan, Albuquerque e Cario (2011), se deu entre 1870 e 1900. Nesse período, não há universidades no Brasil, apenas escolas superiores autônomas centradas em um curso, no modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional. Para Azevedo (1963, p. 286), “as faculdades instituídas no Brasil rompem com a Universidade de Coimbra, berço trissecular da cultura brasileira”.

Dentre as Faculdades desse período podem ser ressaltadas as do Rio de Janeiro (Escola Politécnica, de 1874, e Faculdade Nacional de Direito, de 1891), a de Minas Gerais (Faculdade Livre de Direito, em Ouro Preto, de 1892), e a de São Paulo (Escola Politécnica de São Paulo, de 1893).

No século XIX, a economia brasileira, de acordo com Furtado (1989, p. 38), “não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores”. Porém, foi a partir desse século, ao assinalar a independência política, que teve início uma nova fase para o desenvolvimento econômico. Para Prado Jr. (1990), esse século marca, de um lado, o fim do regime colonial, caracterizado como uma verdadeira desordem, e de outro, a reação dos sujeitos em relação à capacidade renovadora da nação.

É importante destacar a proposição de Suzigan, Albuquerque e Cario (2011, p. 32), quando afirmam que

[...] as condições adversas legadas pela escravidão e suas consequências sociais e econômicas fincaram raízes de desigualdade, retardaram a formação de um mercado de trabalho assalariado no país, limitaram o tamanho do mercado interno, geraram deficiências históricas na educação e na formação de qualificações técnicas.

Tais condições se fazem presentes no contexto que alicerça e precede o processo de industrialização nas duas últimas décadas do século XIX. Assim, a industrialização no país é tardia e a situação da universidade pode ser considerada como uma condição de interdependência entre política e economia.

Apesar da desordem apontada por Prado Jr. (1990) e da reclamação da falta de condições materiais e instrumentais da sociedade e de instrução para a formação da sociedade, é possível vislumbrar para o século seguinte mudanças no projeto de sociedade brasileira no sentido de avançar no desenvolvimento nacional e regional.

A *terceira onda*, para Suzigan, Albuquerque e Cario (2011), se deu no período de 1920 a 1934, e provocou, entre outras, as discussões sobre o papel da universidade quanto à relação do ensino com ou sem a pesquisa, sobre a presença da Igreja Católica como formadora com caráter humanista e sobre a escassez de recursos econômicos.

A necessidade de se criar e produzir conhecimento incentivou o surgimento das universidades brasileiras. Em 1920, foi criada a primeira universidade brasileira pelo Decreto 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Posteriormente, a Lei n. 452/37 a instituiu como Universidade do Brasil (UB, 1937) e, atualmente, é denominada de Universidade

Federal do Rio de Janeiro (a partir de 1965, UFRJ), para ser modelo em todo o território nacional (FÁVERO, 2007). Em seguida, para não perder a hegemonia política, o Estado de São Paulo criou a Universidade de São Paulo (USP), livre do controle direto do Governo Federal e com alto padrão técnico e científico.

No contexto da crise de 1929, o capitalismo internacional revelava dificuldades para dispor de recursos e de tecnologia no mercado mundial. Diante da conjuntura internacional desestabilizada, a economia da República Velha é questionada, ou seja, a hegemonia paulista (produtores de café) sofre pressões de diversos movimentos, como o Tenentismo, e de cisões de oligarquias que se manifestavam descontentes com o caráter excludente da República.

É a partir desse quadro político do Estado brasileiro que se dá a Revolução de 1930, em que o período do Governo autoritário e centralizado do presidente Getúlio Vargas se caracteriza pelo nacionalismo e pelo trabalhismo, tendo como foco de interesse a industrialização do território como forma de proporcionar a independência econômica (CUNHA, 2007b). Para se compreender as relações entre o Estado e a economia nesse período, é preciso, inicialmente, identificar a ideologia do grupo dominante, que defendia seus interesses a partir de um programa industrialista, apoiado pelo poder do Estado. O Estado tem o papel de assegurar a soberania e construir a nacionalidade, pois a ideologia que orienta o projeto nacional é a de um Estado forte e da valorização do espaço a ser construído, o que fica a cargo da população. Enfim, era preciso ocupar o território e criar condições instrumentais para modernizar o Estado (MORAES, 2002).

Com a industrialização brasileira surgem também demandas por conhecimentos específicos produzidos nas universidades, que tiveram as atividades de ensino e pesquisa estimuladas e que embora reconhecessem a necessidade de vínculos com as empresas, não conseguiram efetivamente fortalecê-los.

A *quarta onda* – já no período da *universidade crítica*, 1945-64, identificado por Cunha (2007a) – ocorreu no período pós-guerra, no qual foram criadas importantes instituições, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e universidades federais nos diferentes Estados, implicando na expansão das matrículas e na elaboração da primeira LDB, a Lei n. 4.024/61, que tinha como foco o ensino e não a pesquisa.

A industrialização na sociedade brasileira avançou no Governo Vargas de 1950 a 1954, marcado pelo modelo econômico nacional-desenvolvimentista⁷. A Segunda Guerra Mundial gerou no mercado interno a necessidade de autoabastecimento, diante da impossibilidade de importar bens de países estrangeiros, como vinha ocorrendo até então. Em relação aos pilares da política industrial brasileira, o desenvolvimento se solidificou no cenário de profundas desigualdades entre as diversas regiões. O Governo executava Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional (PNDR), que pouco alteraram o cenário de desigualdade existente entre as regiões, por ser o território nacional de grande extensão e, por isso, diversificado, com regiões mais desenvolvidas, como o Sul e o Sudeste, e outras menos desenvolvidas como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Após a Segunda Guerra Mundial, a industrialização avançou nos países considerados em desenvolvimento, que se tornaram concorrentes em nível mundial com uma vasta gama de indústrias de média tecnologia. Os países atrasados alcançaram algum grau de industrialização, porém, sem inovações próprias, por não terem nenhuma capacidade tecnológica avançada própria. A industrialização tardia foi um caso de “aprendizado puro”, o que significa uma completa dependência inicial da tecnologia comercializada por outros países para estabelecer indústrias modernas. Essa dependência emprestou ao avanço suas normas distintas (AMSDEN, 2009).

Ainda de acordo com Amsden (2009), a geração de conhecimento e o desenvolvimento da tecnologia no mundo pós-guerra ocuparam importante espaço no cenário global de tal forma que todos os países, em maior ou menor grau, perceberam essa nova realidade e adotaram instrumentos e políticas que valorizavam e permitiam a busca intensiva de conhecimento para qualificar seu sistema produtivo ainda incipiente. O que resultou desse processo de mobilização em torno da busca do conhecimento foi que o perfil da população produtiva começou a ser repensado e um novo tipo de trabalhador, mais qualificado, se tornou prioridade.

Suzigan, Albuquerque e Cario (2011) identificam uma *quinta* e última *onda*, que vai além das análises feitas por Cunha (2007b) sobre a *universidade reformanda*, abrangendo o período de 1964 a 1968. Assim, essa *onda* abrange o regime militar, tendo sua ênfase na

⁷ As relações de conflito se estabelecem com maior intensidade no segundo governo Vargas: de um lado, os grupos dominantes se preocupavam em advogar em favor de suas causas e interesses; de outro, as massas começavam a se posicionar diante da situação de opressão. A proposta nacionalista (acesso ao trabalho urbano, acesso à condição de consumidores e participação eleitoral) é entendida, aqui, como uma estratégia de controle, principalmente das massas, para a preservação do poder.

criação de centros de pesquisa nas empresas estatais, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e de Fundos de Financiamento para Ciência e Tecnologia para formulação de planos de desenvolvimento científico e tecnológico. A universidade, nesse período, passa por mudanças decorrentes da fase modernizante do país, da implantação de modelos norte-americanos e da necessidade de cooperar com a formação da nova força de trabalho.

É importante considerar que no campo econômico havia também instituições e organismos que, desde a década de 1950, surgiam como consequência do crescimento intenso da produtividade do trabalho e da renda dos países centrais e periféricos. Como exemplo, destaca-se a CEPAL, que formulou uma proposta teórica sobre o desenvolvimento econômico, objetivando assegurar condições necessárias para elevar os níveis de produtividade na América Latina. Conforme Pessoa e Machado (2012), a evolução do pensamento cepalino se fez em cinco diferentes fases, que se coadunam com a periodização de Cunha (2007) e com as *ondas* da universidade identificadas por Suzigan, Albuquerque e Cario (2011).

A *primeira fase* teria ocorrido na década de 1950, caracterizando-se por um conjunto de ideias que consistia na *concepção do sistema centro-periferia*, que se configurou em uma nova visão global da realidade que se pretendia apreender, aliada à estratégia de desenvolvimento econômico baseado no processo de substituição de importações. Para a CEPAL, a disparidade do desenvolvimento entre os países centrais e periféricos em termos de renda e produtividade estava ligada à forma como o progresso técnico se propagou nos dois grupos de países. Daí, a diferenciação estrutural, pois, enquanto países periféricos tinham a função de produtores e exportadores de bens primários ou de baixo valor agregado, os centrais passaram a responder pela produção e exportação de manufaturas para todo o sistema e, assim, o progresso técnico tendia a se concentrar nestes últimos. Logo a substituição de importações seria feita a partir da transferência de tecnologia, cabendo à universidade apenas o papel de formadora de profissionais qualificados.

A *segunda fase* emergiu nos anos 1960 e deu ênfase à necessidade de se promover reformas para aprofundar a industrialização precedida de planejamento e dotada de forte presença estatal. Assim, seria possível vencer o atraso do setor tradicional por meio da transformação das estruturas econômica e social dos países e reduzir suas desigualdades.

Associada a essa lógica econômica, a universidade passa por mudanças para, possivelmente, acompanhar o contexto. Dentre os documentos oficiais, destaca-se a Lei

5.540/68, que instituiu a reforma que desencadeou a criação de novos elementos na instituição universitária, tanto as de caráter público como as do setor privado. Como exemplo, tem-se, nesse período, a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão; a valorização da titulação e a produção científica.

A *terceira fase* do pensamento cepalino abrange a década de 1970, tendo como objetivo a necessidade de reorientação dos estilos de desenvolvimento, pois o crescimento regional precisaria superar os obstáculos da falta de industrialização.

A *quarta fase*, por volta de 1980, teve como principal foco a proposta de estabilidade econômica no sentido de buscar soluções para superar a crise da dívida externa, da dependência econômica, da inflação e ainda da baixa profissionalização dos docentes, criando condições propícias para a pós-graduação e para as atividades científicas no país. É somente nessa fase que a pesquisa do conhecimento científico ganha relevância, ocorrendo, porém, apenas em algumas universidades. O crescimento econômico e o desenvolvimento industrial, por um lado, e a distribuição de renda, por outro, eram os temas principais da CEPAL.

Por fim, a partir dos anos 1990, destaca-se a *quinta fase* da CEPAL, que retoma a busca por transformações de longo prazo, tanto preservando a necessidade de manutenção da estabilidade macroeconômica, quanto incorporando o novo contexto de maior integração regional, privatização e desregulamentação.

Na próxima seção, essas duas últimas fases serão contextualizadas a partir da discussão sobre o papel da universidade.

Diante do que foi apresentado, percebe-se que Cunha (2007) e Suzigan, Albuquerque e Cario (2011) discutiram a condição da universidade. No entanto, os últimos mostraram, a partir de uma perspectiva histórica, a importância da pesquisa acadêmica na construção de um conjunto de capacitações que sustentam as atividades das empresas no Brasil e a sua competitividade no mercado internacional. A compreensão da história e de suas conjunturas importa para entender determinadas trajetórias de desenvolvimento e as alternativas disponíveis para os “fazedores de políticas” – *policymakers*. Portanto, o desenvolvimento não pode ser visto apenas pelas variáveis sociais, pois é um processo que deve levar em conta tanto as variáveis sociais quanto as econômicas. Assim, ao se discutir o papel da universidade, a partir dos anos 1980, faz-se necessário avaliar o contexto socioeconômico do país.

1.2 O contexto das décadas de 1980 e 1990

Esta seção caracteriza as mudanças ocorridas nas duas últimas décadas do século XX que, segundo Abreu (1975, p. 135), foi palco de “reivindicação por reformas no Estado, tendência que se manifesta não apenas no Brasil, mas está presente, desde o início da década de 1980, em países da Europa, da Ásia e nos Estados Unidos”. Dentre essas reformas destaca-se a redefinição do papel da universidade, propalada como o vetor de desenvolvimento de uma nação e meio de ascensão dos sujeitos.

Nas duas últimas décadas desse século, sob o impacto da configuração de uma nova ordem internacional, o crescimento da economia requer a cooperação entre as instituições que produzem e difundem o conhecimento. No processo de reestruturação produtiva⁸, a proposta é pensar uma nova economia, um novo ensino e perspectivas políticas, a partir de um diálogo entre esses atores que possibilite o desenvolvimento local. Nesse sentido, a sociedade, ao se desenvolver, institui mudanças no campo econômico e define novos padrões de relações sociais e políticas em cada país, provocando uma nova ordem.

A tentativa de elaborar estratégias para países periféricos como o Brasil, na segunda metade do século XX, provocou decisões nas décadas de 1980 e 1990, que resultaram em diferentes escolhas que identificam os países na atual economia global. Conforme Amsden (2009), para um país se desenvolver, ele precisa investir intensamente em políticas industriais, controlar preços, privilegiar setores e construir instituições voltadas para sustentar todo o esforço público e privado em prol do desenvolvimento nacional. Assim, para a autora, a solução só pode ser encontrada na recuperação do lugar do Estado e no seu papel-chave no comando de estratégias nacionais de desenvolvimento.

A discussão de Amsden (2009) revela que países considerados “restos” se tornaram mais globais desde o pós-guerra e são identificados como independentes e integracionistas. Os primeiros, como China, Taiwan, Índia e Coréia do Sul, priorizaram modelos próprios de crescimento e os últimos, como Argentina, Brasil, Chile, México e Turquia, apostaram em vínculos mais fortes com o capital estrangeiro. Ao longo da década de 1990, esses países

⁸ Há diferentes interpretações teóricas para a expressão reestruturação produtiva. A compreensão que se tem neste estudo é a de um contexto que vivencia um avanço da tecnologia e novas formas de organização de trabalho. Em um cenário de reestruturação produtiva a produtividade tem de ser repensada e, portanto, instituições como a universidade e a empresa precisam se adaptar para serem capazes de responder às diferentes e mutáveis demandas locais, regionais e mundiais.

iniciaram um processo de diferenciação interna, seja em termos de suas escolhas estratégicas e investimentos, seja em termos de suas ações políticas de longo prazo.

Com isso, os independentes se destacaram por suas empresas com controle nacional, investiram em tecnologia e aumentaram significativamente sua participação no comércio internacional, inclusive em áreas e setores industriais até então dominados pelos países avançados do Ocidente e pelo Japão, enquanto os integracionistas caracterizaram-se pela dependência do investimento direto estrangeiro e tiveram um mínimo dispêndio local para o aperfeiçoamento de habilidades, não alcançando o mesmo desenvolvimento dos anteriores.

A análise de Amsden (2009) mostra que os países ditos independentes consolidaram seus sistemas nacionais de produção e serviço assim como impulsionaram a construção de empresas e conglomerados que passaram a investir de modo significativo em P&D, se tornando líderes em certas áreas da ciência e tecnologia. Por sua vez, os países integracionistas da América Latina, mesmo tendo tido avanços para superar seu atraso secular, não conseguiram esse mesmo resultado. Exemplo disso é o Brasil que, na condição de país emergente, tem aumentado de forma tímida sua participação no comércio internacional e sua posição competitiva não tem crescido, o que pouco contribui para a constituição do setor empresarial, obtendo resultados inferiores em termos de consolidação de empresas nacionais com capacidade de liderança internacional.

Nesse sentido, a mesma autora frisa que o Estado desempenha um papel crucial por meio de instrumentos como bancos de desenvolvimento, com linhas de juros subsidiados e de mecanismos de reciprocidade. O que ela denomina de *developmental state* se caracteriza como um Estado que,

[...] planeja, define prioridades e hierarquiza seus investimentos; que baseia sua ação na reciprocidade [...] um Estado que monitora e avalia permanentemente; que está orientado para capacitar as empresas, e por isso mesmo, exige a elevação sistemática de seu padrão de produtividade e competitividade; que investe na qualificação e educação como prioridade (AMSDEN, 2009, p. 15).

Assim, a intervenção do Estado tem sido vista como uma decisão estratégica e como o único meio de superação do *gap* de competitividade dos países atrasados com raízes na carência básica de conhecimento e tecnologia. Amsden (2009) recomenda que as relações entre as empresas e o Governo precisam necessariamente ser marcadas pela reciprocidade, ou seja, precisam estar sustentadas por um pacto de direito e deveres que preserva, antes de tudo, o retorno para a sociedade dos investimentos públicos realizados no setor privado. Para isso

precisam do acompanhamento e da avaliação sistemática do retorno social dos investimentos públicos no setor privado. A forma e a intensidade dessa intervenção, entretanto, são controversas e sujeitas a distintas pressões econômicas e políticas.

No Brasil, no contexto de liberalização do mercado interno e externo da década de 1990, as forças políticas e econômicas adotam posições antagônicas em relação ao papel do Estado. De um lado, os neodesenvolvimentistas buscam reformas para pensar a continuidade do desenvolvimento do Estado e, de outro, os de posição neoliberal, se colocam de acordo com a agenda do Consenso de Washington⁹, de 1989.

Diante disso, constata-se que a política neoliberal nos países em desenvolvimento vivencia o contraste entre as forças econômicas de mercado e o campo social, como ilustra o fato de o Brasil, na década de 1980, apresentar alguns avanços na área social, o que é um aspecto positivo na medida em que incentiva a melhoria da educação. No campo educacional, a Constituição Federal Brasileira (CF 1988), em seu Art.205, Cap. III, defende a “educação como direito de todos e dever do Estado e da família” e obriga o Estado brasileiro a promover a educação como direito de todos os cidadãos (BRASIL, 1988).

É fato que as reivindicações da classe trabalhadora são asseguradas de forma legítima pela CF 1988 que, em seu Art. 212, diz que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino”. Ao assegurar a destinação de 25% dos impostos e transferências, no caso dos Estados e municípios, para a educação, o desafio se faz pelo descompasso entre a quantidade e a qualidade da educação pública brasileira (BRASIL, 1988).

De qualquer forma, constata-se, na década de 1990, no setor educacional, um relevante crescimento no ensino superior. A partir daí, a universidade se faz presente nos debates nacionais, pois a forma de conceber o desenvolvimento de um Estado poderá modificar as condições do cidadão, por ter nesse novo contexto demasiada importância o relacionamento entre o campo econômico e o educacional, com vistas ao desenvolvimento do país.

O acesso à universidade, dado pelo conjunto de legislações (CF 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 1996), e outras), sinaliza os ganhos de direitos instituídos na sociedade democrática e, com isso, a formação e a capacitação se

⁹ O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas formuladas, em 1989, por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), e que se tornaram a política oficial dessas instituições, interferindo diretamente na macroeconomia dos países em desenvolvimento.

ampliam e garantem melhores oportunidades aos sujeitos. Para Sen (2000), a população deve ter oportunidades de fazer escolhas e exercer sua cidadania e a condição para o desenvolvimento é o investimento na expansão das capacidades do sujeito. Ao favorecer, portanto, a capacitação da população, a partir da criação de oportunidades, é possível alcançar a liberdade por meio do empoderamento (defesa de direitos) e do intitlamento (direito de propriedade).

Sen (2000, p. 54) aponta que a eficácia da liberdade reside “no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam relação entre si e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos”. Daí, a identificação destas liberdades: a política, a de facilidades econômicas, a de oportunidades sociais, a de garantias de transparência e a de segurança protetora, que se reforçam mutuamente e, portanto, aumentam a capacidade das pessoas.

Com a abertura econômica desse período cresce o desafio das empresas brasileiras, em decorrência do acesso às importações e da presença de empresas estrangeiras, que definem um novo padrão de concorrência, maior qualidade e tecnologia atualizada. A introdução de novas tecnologias exige mudanças significativas nas empresas, ao ponto de provocar uma reestruturação de seu espaço e uma reaglomeração de sua atividade econômica, possibilitando a implantação de empresas em novas regiões. Isso provoca uma ampliação da infraestrutura de transportes, energia, comunicações e do mercado interno, gerando uma desconcentração das empresas que antes se concentravam no Sul e Sudeste do país. Essa desconcentração das empresas promove novas diretrizes para a economia que, de acordo com Botelho (2002), incentivaram a tomada de decisão no sentido de uma reestruturação do setor industrial, afetando as relações entre o capital e o trabalho e, também, as estratégias de localização das empresas em sua dinâmica de concentração e desconcentração espacial. Com isso, nesse período, ocorreu um aumento do número de empresas no interior do país, na região Centro-Oeste e, especialmente, no Estado de Goiás, sendo que, para a permanência das empresas, se torna decisivo ampliar a qualificação da mão de obra qualificada (GOIÁS, 2012).

É importante lembrar que no decorrer da trajetória do país, principalmente no século XX, o Estado teve papel central, como indutor do processo de desenvolvimento e, portanto, contribuiu para a expansão do ensino superior e a consolidação da industrialização no Brasil.

O processo de mudanças nas questões socioeconômicas, desencadeado a partir da década de 1990, demanda um novo modelo de desenvolvimento, o que afeta a universidade. Atualmente, essa discussão ganha um novo elemento importante para o desenvolvimento que

é a inovação, necessária para a sobrevivência das empresas e para o desenvolvimento econômico e social. A inovação, por sua vez, depende do relacionamento entre empresa e universidade e de iniciativas de formação e qualificação, pois, conforme Suzigan, Albuquerque e Cario (2011), um componente importante para o sistema de inovação é a dinâmica interativa entre empresa e universidade e, no Brasil, tal interação tem sido ainda frágil e limitada.

Assim, é possível entender que uma das causas dessa condição é o caráter tardio, tanto de criação das instituições de pesquisa e universidades, quanto da industrialização brasileira, como mostra a evolução histórica. O Brasil se apresenta aquém do esforço de inovação, pois apesar dos recentes esforços do Governo, necessita aumentar os recursos financeiros disponíveis para inovar e melhorar a execução dessas inovações. Ressalta-se que no Brasil predominam as pequenas e médias empresas que, em sua maioria, não se articulam a uma empresa maior, não são especializadas e não há capacitação específica e, portanto, não se relacionam com o novo paradigma. A implementação de políticas mais sistemáticas de apoio à inovação se dá a partir de 1999, objetivando engajar as empresas em estratégias de inovação de produtos, processos, formas de uso, distribuição e comercialização, visando a atingir patamares superiores de desenvolvimento e geração de renda. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Inovação do Brasil (SNI)¹⁰ necessita aumentar a estrutura de P&D e instituir poderes e autoridade para o nível local e regional (KUPFER; LAPLANE; HIRATUKA, 2010).

É nesse período que o país avança no fomento à inovação, com a criação dos fundos setoriais, em 1999, e com a introdução, em novembro de 2003, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) para, em seguida, melhorar a legislação de fomento à inovação, com a aprovação da Lei n. 10.973/2004, chamada lei da inovação, e da Lei n. 11.196/2005, conhecida como lei do bem (BRASIL, 2004, 2005).

Para Mello, Maculan e Renault (2010), as ações mais sistemáticas do Governo nos últimos anos tiveram como objetivo a utilização, pelo setor empresarial, do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido no setor acadêmico, tendo como objetivo a ampliação da capacitação tecnológica e inovativa das empresas nacionais com intenção da mudança do patamar tecnológico. Assim, é esperado que a universidade exerça seu papel de produtora de

¹⁰ Para os neoschumpeterianos, como Nelson (1994), Lundvall (1992) e Freeman (1995), o SNI é uma rede de instituições dos setores público e privado, cujas atividades e interações iniciam, importam e difundem as inovações. Assim, tratam a atividade inovativa como um processo de natureza evolucionária, que ocorre a partir da conjugação de fatores econômicos e institucionais (EDQUIST, 2004).

novos conhecimentos por meio de pesquisa, e de disseminadora desse conhecimento para o desenvolvimento econômico e social, considerando-se que os novos instrumentos legais ampliaram o alcance dos programas de financiamento em P&D.

Nesse sentido, a realidade brasileira difere da dos países desenvolvidos, pois, mesmo que o país esteja atualmente realizando esforços para impulsionar não só a competitividade industrial como a produção e a competitividade dos demais setores da economia, o que pode ser considerado um avanço em termos institucionais, não há como deixar de afirmar, de acordo com Arruda, Vermulm e Hollanda (2006, p. 7), que é significativo o atraso das políticas “horizontais” no Brasil, o que significa dizer que países em desenvolvimento, “salvo raras exceções, [...] não atribuem valor estratégico à tecnologia” e, com isso, há um baixo estímulo à inovação e uma ineficiência das políticas explícitas por não contarem com recursos e investimentos de longo prazo.

Diante disso, vale destacar um estudo¹¹ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feito com base nas informações sobre inovação e que revela, entre outras coisas, que as empresas brasileiras, com raras exceções, ainda não atribuem valor estratégico à tecnologia (IBGE, 2007). O setor empresarial, como afirmam Mello, Maculan e Renault (2010), precisa passar por uma mudança significativa em relação ao desenvolvimento tecnológico e à geração de inovações, pois as empresas ainda encontram obstáculos à realização de atividades de P&D e de geração de inovação. O tamanho da empresa, por exemplo, é uma variável fundamental na explicação das diferentes taxas de inovação. As empresas estrangeiras inovam mais porque são empresas de maior tamanho do que a média das empresas brasileiras de capital estritamente nacional. Além do fator tamanho da empresa, o setor de atividade em que atua é outro forte elemento explicativo da taxa de inovação e do investimento em atividades tecnológicas. Para a grande empresa, é viável investir e gastar com P&D, pois ela tem recursos e, com isso, incorre em menos riscos do que as pequenas empresas. O ponto crítico é encontrar a forma de organizar a atividade de P&D da empresa, seja de pequeno, médio ou grande porte, porque é preciso investir continuamente em P&D. No Brasil, verifica-se que o gasto em P&D ainda é pequeno e, por isso, a inovação se dá, principalmente, na atualização de produtos e processos. De acordo com o IBGE (2007), as principais dificuldades enfrentadas pelo setor empresarial no Brasil são os riscos econômicos

¹¹ Refere-se à Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC), trienalmente conduzida pelo IBGE, com o objetivo de conhecer e mensurar o processo inovativo realizado pelas empresas brasileiras e assim compreender melhor o crescimento econômico do Brasil.

excessivos, elevados custos da inovação e escassez de fontes apropriadas de financiamento. Ainda, de acordo com Furtado (1974), o (sub)desenvolvimento está relacionado tanto ao grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos quanto à heterogeneidade tecnológica de uma economia.

Assim, estruturar o sistema de inovação, seja nacional ou regional, continua sendo um dos principais desafios para o desenvolvimento do Brasil e esta preocupação está cada vez mais presente nas políticas adotadas no sentido de aumentar os recursos disponibilizados para inovação e promover a capacitação de trabalhadores para as atividades relacionadas à inovação.

O funcionamento das empresas, no Brasil, ainda é relativamente ineficiente quando comparado aos países que mais inovam. No entanto, muito se avançou nos últimos quinze anos na estrutura legal das políticas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), mas houve pouco avanço na reforma do Estado, a fim de tornar o país compatível com a agilidade necessária para a execução dessas novas políticas.

Atualmente, há uma distância entre o que se entende e se propõe sobre inovação no Brasil e o que de fato tem sido feito, pois a empresa brasileira pouco investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e a universidade, apesar de ser também uma instituição que realiza pesquisa, não consegue desenvolver, a contento, pesquisas de natureza aplicada, por falta de investimentos em infraestrutura adequada.

Na tentativa de reverter esse cenário, a criação recente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) – instituição que tem o papel de estimular a parceria governamental com as empresas nacionais na área de inovação – coloca à disposição das empresas laboratórios de tecnologia ligados à universidade, criando o elo que faltava no Brasil para aumentar o relacionamento entre a universidade e a empresa.

1.3 O contexto da economia em Goiás

Esta seção objetiva caracterizar as condições socioeconômicas do Estado de Goiás no sentido de mostrar seu crescimento e acompanhar seus avanços, apesar da condição de seu desenvolvimento tardio. A revisão do processo histórico do Estado de Goiás possibilita perceber que nele se reproduz o modo de produção capitalista e compreender os fatores internos e externos que influenciam o processo de mudanças no campo econômico e social,

que se tornam dependentes um do outro. A partir disso, são apresentados indicadores na intenção de compreender a condição e as características do Estado de Goiás.

Se no Brasil a industrialização se deu tardiamente, em Goiás isso se dá de forma ainda mais lenta devido a um conjunto de fatores inerentes ao processo histórico de sua formação econômica, baseada predominantemente na produção agropecuária.

Ao revisar a história da formação econômica do Estado de Goiás durante todo o século XVIII é possível afirmar que a primeira atividade foi a mineração e, em seguida, a agricultura e logo depois o comércio. A decadência da produção aurífera goiana, no final do século XVIII, fez com que, após a exaustão de suas minas, Goiás passasse a ser pouco procurado, regredindo sua economia a uma condição de quase subsistência (BERTRAN, 1988). As limitações, como a produção basicamente para consumo, falta de meios de transporte e comunicação, provocaram um isolamento e dificultaram o desenvolvimento do Estado. Com a República (1889), as condições econômicas de algumas regiões goianas modificaram-se, pois alguns fatores, como a crise dos preços internacionais do café entre 1897 e 1910 e a dificuldade de importação de alimentos, contribuíram, no início do século XX, para o estímulo da integração da região sul de Goiás à economia nacional, pois, até então, Goiás não acompanhava a economia nacional (CARNEIRO, 1988).

O contato com a economia paulista via estradas de ferro possibilitou que principalmente o sul goiano, devido a sua maior proximidade com São Paulo e com o Triângulo Mineiro, se beneficiasse. Com isso, Goiás é (re)descoberto e se transforma em um anexo do sistema produtivo do sudeste brasileiro (BERTRAN, 1988). Os avanços começam a ocorrer com a construção da estrada de ferro, em 1907, influenciada pela política federal. Mas só na década de 1930, com as ações de estruturação política, como a mudança da capital para a cidade de Goiânia, o desenvolvimento do Estado começa a ser impulsionado.

Nas abordagens mais recentes, como a de Estevam (2004, p. 109), a construção de Goiânia foi uma “arrojada aposta em longo prazo, tornando-se uma possibilidade geográfica futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional”. Outro fato relevante, que acelerou o crescimento do Estado, foi a mudança da capital federal para o Planalto Central do Brasil, com a construção de Brasília. Assim, a construção de Goiânia e a implantação de Brasília desencadearam o desenvolvimento da região Centro-Oeste como um todo. Maciel (1996) aponta que Goiânia, além de capital político-administrativa, tornou-se também, logo nos primeiros anos de sua implantação, a capital econômica do Estado de Goiás.

Essas ações contribuíram, nas décadas de 1940 e 1950, para a explosão urbana, o crescimento de serviços e a ampliação do acesso à educação, ainda que Goiás, com sua economia primária, apresentasse várias dificuldades para fazer crescer sua produtividade. A modernização agrícola se dá na década de 1970, quando o Estado passa a interferir na forma de organização da política agrícola, fazendo alianças com a classe rural dominante. O projeto de integração nacional propiciou, no período entre 1968 e 1980, a construção de rodovias que interligaram Brasília e Goiânia a outras capitais estaduais, permitindo a criação das bases de expansão do Estado de Goiás.

Para Maciel (1996), o processo de inserção de Goiás no sistema capitalista nacional só se tornou possível pela existência de um anterior e concomitante processo de desenvolvimento das forças produtivas internas. Assim, o estabelecimento e a expansão de uma economia tipicamente urbana, com base em unidades empresariais capitalistas, nas principais cidades goianas, somente foram possíveis porque houve um excedente econômico interno no conjunto do Estado, proporcionado, sobretudo, pelo setor agropecuário.

A proposta de integração da política industrial provoca, também, uma reordenação econômica do Estado. Na década de 1970, a implantação de programas dos governos federal e estadual foi fator decisivo para possibilitar as condições para o desenvolvimento local e regional. Exemplo disso é o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), de intervenção e infraestrutura para a produção, criado pelo Decreto Federal n. 75.370, mantido de 1975 a 1982, que objetivava desenvolver e modernizar a agropecuária da região. Outro fato que marca de forma efetiva a ação planejada do Estado foi a criação do Programa Goiás Rural, que colocava máquinas e equipamentos à disposição das propriedades privadas a um custo subsidiado. Nesse sentido, os planos e programas de modernização agrícola podem ser considerados importantes para o crescimento da região (ARANTES; BASTOS, 2004). No mesmo período, percebe-se ainda uma melhoria na infraestrutura e nos transportes, o que também favoreceu o desenvolvimento da região.

A década de 1980 apresenta aumento da capacidade de área agrícola e de pastagem, valendo-se de tecnologias já utilizadas em outros Estados, proporcionando o crescimento, por exemplo, das lavouras de soja e de algodão. Com isso, Goiás passa a ser reconhecido como um Estado que apresentava condições de se industrializar. Daí em diante, as pressões das classes empresariais provocam o aumento de programas que contribuem para romper com a resistência de industrialização e para promover a credibilidade dos investimentos industriais em Goiás. Exemplo disso é o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização

(FOMENTAR), criado em 1984, pela Lei n. 9.489. As medidas de sustentação da produção e da comercialização agropecuária, por meio desses programas e projetos instituídos no cenário goiano, alavancaram a modernização do setor agroindustrial, atraindo, por meio de uma política de incentivos fiscais, a implantação de novas empresas¹².

Importa lembrar que, em 1999, a discussão do Governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com as classes empresariais era no sentido de favorecer a abertura para pequenas e médias empresas, por meio de novas legislações e de incentivos fiscais e financeiros, como o Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Produzir), criado para contribuir com a expansão, modernização e diversificação do setor industrial, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual. A partir disso, o Governo propicia a redução do custo de produção da empresa, por meio do financiamento de até 73% do ICMS devido, pelo período de até 15 anos.

Além desses programas de incentivo, Goiás conta, ainda, com recursos federais do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), criado em 1988, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste brasileiro. O aporte permanente dos recursos do FCO pela União (29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal) possibilita financiamentos de longo prazo para os setores econômicos, gerando novas perspectivas de investimentos para o empresariado. Em 2011, o FCO financiou, em Goiás, investimentos da ordem de R\$ 2,06 bilhões. Desse aporte, 50,4% foram direcionados para a modalidade empresarial e 49,6% para financiamento de atividades rurais (GOIÁS, 2012).

É interessante destacar na infraestrutura do Estado como a evolução da rede de rodovias facilitou as atividades comerciais, superando a dificuldade do isolamento em relação a outros Estados do país. A malha rodoviária goiana é composta de 25 mil km de rodovias, dos quais 53,2% são pavimentados. A malha ferroviária dispõe de 685 km da Ferrovia Centro-Atlântica, que atende a região do Sudeste do Estado e ao Distrito Federal. A Ferrovia Norte-Sul, que está em construção, tem o papel fundamental de mudar o perfil econômico do Brasil Central e terá 1.200 km em território goiano, atravessando as regiões norte, central e sudoeste do Estado de Goiás (GOIÁS, 2012).

¹² O Estado de Goiás atraiu várias empresas de grande porte no setor automobilístico, como a Mitsubishi, em Catalão (1998) e a Hyundai (2007), em Anápolis; e no setor de alimentação, como a Perdigão, nos municípios de Rio Verde (2000) e Mineiros (2007).

O investimento em infraestrutura é uma das vertentes de ação fundamental para o desenvolvimento regional e o Estado de Goiás tem utilizado este instrumento, senão para atacar, ao menos para diminuir os limitantes considerados estruturais ao seu desenvolvimento e às desigualdades regionais. Como se sabe, o grau de desenvolvimento está correlacionado com a dotação de infraestrutura e esta, se for de qualidade, pode se tornar elemento decisivo para os investimentos do setor privado na localidade, ou seja, de forma direta ou indireta, os investimentos em infraestrutura feitos pelo Estado, nos moldes da parceria público-privada, podem ser decisivos para investimentos privados e estruturação de polos regionais. Verifica-se, porém, que alguns municípios goianos, que têm recebido empresas de grande porte e incentivos fiscais, precisam aumentar seus fatores competitivos, como recursos humanos, condições de inovação, grau de integração, etc.

O Estado de Goiás é um dos 26 Estados brasileiros e está situado na região Centro-Oeste do País, dividido em 246 municípios. É o sétimo Estado em extensão territorial, abrangendo uma área de 340 mil quilômetros quadrados de extensão, o que representa 21,17% da região Centro-Oeste. Em termos de área, ocupa 4,0% do território brasileiro e sua população representa 3,17% da população nacional. O Quadro 1 sumariza dados gerais do Estado de Goiás.

DADOS GERAIS DO ESTADO DE GOIÁS - 2012	
Número de Municípios	246
População	6.154.996
Área (km ²)	340.111,78
Densidade Demográfica (hab/km ²)	18,10
População do Brasil	193.946.886
Participação na População do Brasil (%)	3,17

Quadro 1– Dados gerais do Estado de Goiás.
Fonte: GOIÁS (2013).

Após a década de 1990, há uma expressiva intensificação na produção agrícola da região Centro-Oeste, o que contribui para a expansão de sua economia nos últimos anos, atraindo empresas, especialmente as ligadas ao agronegócio. No âmbito nacional, a região Centro-Oeste tem aumentado “sua participação relativa ao valor da produção agrícola nacional de 18,6% para 30,2% entre os anos de 1990 e 2007, enquanto que a região Sudeste, principal centro da economia brasileira, diminuiu de 15,9% para 10,1%” (IBGE, 2009, p. 2).

O Estado é a nona economia brasileira, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 97,6 bilhões, em 2010, o que representa 2,6% do PIB nacional. Assim, tem-se o crescimento do PIB e geração de emprego e renda. A economia de Goiás tem tido um ciclo virtuoso de crescimento econômico nesta última década, conforme revela os dados do Instituto Mauro Borges (IMB). Por exemplo, o PIB aumentou de 50.534 milhões de reais em 2005, para 97,5 milhões em 2010, praticamente duplicando-se a cada cinco anos, e a taxa de crescimento de Goiás é maior do que as do Brasil, conforme revelam os dados apresentados no Quadro 2.

COMPARATIVO DO CRESCIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS				
ANOS	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	Valores Correntes (R\$ milhão)		Taxas de Crescimento (%)	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
2000	26.249	1.179.482	5	4,3
2005	50.534	2.147.239	4,2	3,2
2010	97.576	3.770.085	8,8	7,5

Quadro 2– Comparativo do crescimento do Estado Goiás em relação ao Brasil.
Fonte: GOIÁS (2013), com adaptações da autora.

Assim, nos últimos dez anos, a economia goiana deu um salto de 59,1%, superior, portanto, à média brasileira de 43,0%. Esse expressivo resultado se deve à evolução do agronegócio goiano, do comércio e, também, ao crescimento e diversificação do setor industrial. Apesar de sediar empresas de grande porte, é o setor de serviços o pilar de sua economia, por representar 59% da produção de riquezas. De acordo ainda com o IMB, nesse setor pode-se ressaltar o comércio, tanto o varejista quanto o atacadista, que é bastante dinâmico, principalmente na capital, bem como as atividades imobiliárias (GOIÁS, 2012).

O setor industrial participa do PIB goiano com 27%; e o agropecuário com 14%. Embora tenha participação inferior, o setor agropecuário é de grande importância para a economia goiana, pois dele deriva a agroindústria, uma das atividades mais pujantes do Estado, responsável pela produção de carnes, derivados de leite e de soja, molhos de tomates e condimentos e outros itens da indústria alimentícia, e pela produção sucroalcooleira, segmento em que o Estado está a caminho de se tornar um dos líderes nacionais na produção de etanol. Exemplos disso foram a produção, em 2012, de cerca de 2,8 bilhões de litros de álcool e a produção de 2 milhões de toneladas de açúcar. Atualmente, são 34 usinas de álcool e açúcar em atividade e há pelo menos mais 14 usinas em processo de implantação em Goiás (GOIÁS, 2012).

O setor industrial é o principal responsável pela dinâmica recente da economia goiana. A indústria da mineração em Goiás é bastante diversificada, apresentando segmentos modernos e gestão similar às das grandes corporações internacionais, ajustando-se ao cenário da economia global. São sete polos distribuídos pelo Estado, com produção de cobre, ouro, cobalto, níquel, nióbio, fosfato e vermiculita, insumos que ocupam posições importantes na cadeia produtiva nacional. O valor da transformação industrial de Goiás resultou em R\$ 17,8 bilhões, em 2010. A estrutura industrial do Estado está ligada à geração de energia, mineração, fármacos, indústrias automobilística e de alimentos, beneficiamento de minérios e montagem de veículos e máquinas agrícolas, responsáveis por 57% da indústria de transformação goiana. Os dados do IMB mostram que o destaque de crescimento foi para as atividades da Indústria Automotiva e de Máquinas Agrícolas e para Indústria Alcooleira, como mostra o Quadro 3.

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA GOIANA PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, EM 2002 E 2010 (%)		
Atividades	2002	2010
Indústria Extrativa	7,90	6,26
Indústria de Transformação	92,10	93,74
Indústria Alimentícia e de Bebidas	45,07	36,05
Indústria da Mineração (Beneficiamento de Minérios)	19,51	11,09
Indústria Automotiva e de Máquinas Agrícolas	0,92	9,71
Indústria de Vestuário e Calçados	13,37	9,31
Indústria Alcooleira	2,88	8,24
Indústria Química (Adubos e Fertilizantes)	2,37	6,55
Indústria Farmacêutica	3,30	4,22
Outras	12,59	14,83

Quadro 3 – Estrutura da indústria goiana.
Fonte: GOIÁS (2013).

Assim, o Estado se encontra na dianteira da indústria nacional de alimentos, mineração, fármacos, fabricação de automóveis e álcool. Conforme dados do IMB, Goiás é um dos Estados líderes no *ranking* nacional da produção de *commodities* minerais e agrícolas e de medicamentos genéricos. Ele está, também, inserido na geografia da indústria automotiva mundial, com duas montadoras de veículos e uma de máquinas agrícolas – a indústria automotiva goiana já participa com 5,5% na indústria automotiva brasileira.

O estado de Goiás é dividido em cinco mesorregiões: a do Norte Goiano, formada pela união de 27 municípios agrupados em duas microrregiões; a do Noroeste Goiano, formada pela união de 23 municípios agrupados em três microrregiões; a do Leste Goiano, formada pela união de 32 municípios agrupados em duas microrregiões; a do Sul Goiano, formada pela união de 82 municípios agrupados em seis microrregiões; e a do Centro Goiano, formada pela união de 82 municípios agrupados em cinco microrregiões.

A mesorregião do Sul Goiano é, proporcionalmente, a mais rica de Goiás (IBGE, 2012) e a do Centro Goiano é a mais densamente povoada do Estado. Nela está localizada a capital estadual, Goiânia, que é, também, o município mais populoso. O Centro Goiano é a região na qual estão localizados quatro dos dez municípios mais populosos do Estado e, também, quatro dos dez municípios com maior PIB. Ainda, segundo dados do IBGE (2012), a população do Centro Goiano é de cerca de 3.133.274 habitantes (mais da metade da população total do Estado) e possui um PIB de R\$ 52,2 bilhões (dados de 2010), dos quais R\$ 24,4 bilhões pertencem à capital.

As microrregiões do Estado de Goiás são dezoito, sendo elas: 1- São Miguel do Araguaia; 2- Rio Vermelho; 3- Aragarças; 4- Porangatu; 5- Chapada dos Veadeiros; 6- Ceres; 7- Anápolis; 8- Iporá; 9- Anicuns; 10- Goiânia; 11 - Vão do Paranã ; 12 - Entorno de Brasília; 13 - Sudoeste de Goiás; 14 - Vale do Rio dos Bois; 15 - Meia Ponte; 16 - Pires do Rio; 17 - Catalão e 18 - Quirinópolis.

Dentre as microrregiões importa destacar a de Anápolis, considerada uma das mais promissoras do Estado, por ser um dos mais importantes polos da região Centro-Oeste, local estratégico na integração das regiões norte-sul para distribuição de produtos para todas as regiões do País, cuja importante Plataforma Logística encontra-se em plena atividade, com a construção da Ferrovia Norte-Sul. Seu Distrito Agroindustrial (DAIA) é um dos mais vantajosos investimentos para empreendedores que desejam se destacar no cenário econômico brasileiro. Nele está instalado um dos mais importantes polos farmacêuticos da América Latina, com empresas que se destacam no âmbito nacional e internacional.

Outra microrregião importante é a de Anicuns por sua importância como região agrícola de destaque, com elevado nível de tecnologia e com irrigação de alto nível. Assim, verifica-se que as microrregiões desenvolvem atividades distintas e, portanto, têm demandas de cursos e de profissionais qualificados em nível superior, de acordo com as características da região. A Figura 1 mostra a divisão das mesorregiões e microrregiões do Estado de Goiás.



Figura 1 – Mesorregiões e microrregiões do Estado de Goiás.
Fonte: GOIÁS (2012).

Os dez municípios do Estado que evidenciam maior crescimento econômico e com condições competitivas estão listados no Quadro 4. A participação desses municípios chega a 60,30% do PIB do Estado e a população dos mesmos corresponde a 47% da população do Estado.

MUNICÍPIOS GOIANOS COM MAIOR CRESCIMENTO - 2010		
Municípios	Valor do PIB (R\$ Milhão)	POPULAÇÃO
Goiânia	24.445.744	1.333.767
Anápolis	10.059.557	342.347
Aparecida de Goiânia	5.148.640	474.219
Rio Verde	4.160.501	185.465
Catalão	3.970.852	90.001
Senador Canedo	3.188.615	89.176
Itumbiara	2.259.728	94.613
Jataí	2.142.103	89.902
Luziânia	2.077.842	179.582
São Simão	1.382.123	17.088
Total	58.835.705	2.896.160

Quadro 4 – Municípios goianos com maior crescimento.

Fonte: GOIÁS (2013), com alterações da autora.

Esses municípios se destacam por aspectos estruturais e conjunturais favoráveis para atrair investimentos, demonstrados, principalmente, pelos indicadores relacionados ao dinamismo econômico e, ainda, pelo volume de incentivos governamentais e de investimentos próprios (GOIÁS, 2009).

1.4 O contexto do ensino superior em Goiás

Compreender como o ensino superior público tem se estruturado no Brasil constitui tarefa fundamental para análise do papel da universidade no Estado de Goiás, no contexto das mudanças institucionais ocorridas nas últimas décadas.

Em Goiás, simultaneamente às transformações ocorridas no setor econômico ocorrem mudanças significativas no campo do ensino superior. Para Dourado (2001), após a década de 1980, avolumam-se os atos de criação de faculdades estaduais, de fundações municipais e de outras Instituições de Ensino Superior (IES) no Estado. Goiás vivencia um desenvolvimento econômico e um incremento tecnológico que ocasionam mudanças nas relações de produção e de trabalho. Para Dourado (2001, p. 63), “essas alterações passaram a exigir novos padrões de qualificação para o trabalho, justificando as políticas de expansão e interiorização de serviços”. Nesse sentido, destacam-se os serviços educacionais, particularmente a oferta do ensino superior, vista como emblema de modernização e progresso.

Um exemplo disso é a expansão da quantidade de estabelecimentos de ensino superior, públicos ou privados, no Estado de Goiás. Até o ano de 1979, o Estado contava com apenas duas IES: a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), e nove estabelecimentos isolados de ensino superior, entre privados, estaduais e municipais. A partir da década de 1980, são criadas inúmeras instituições isoladas, com diferentes dependências administrativas – federal, estadual e municipal – proporcionando a interiorização do ensino superior no Estado com a conjugação de forças no âmbito da sociedade civil, em busca da (re)democratização dos poderes instituídos e dos interesses privatistas.

Documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 1996), Lei n. 9.394 e o I Plano Nacional de Educação (PNE), de 2000, que determinam a obrigatoriedade do curso superior para os profissionais da educação brasileira, provocam a proliferação das instituições particulares, com frágil regulação por parte do Estado (BRASIL, 1996, 2001). Tem-se aí a materialização da reforma do ensino superior, com a abertura de diversas instituições que objetivavam, em primeira instância, formar professores e profissionais para acessar ou permanecer no mercado de trabalho de ensino. Então, na década de 1990, com a Constituição Cidadã já promulgada, abrem-se novas possibilidades para se repensar o papel da universidade.

É nesse cenário que ocorreu ampliação significativa, pelo menos em quantidade, de instituições, em sua maioria de responsabilidade do setor privado. Goiás, na contramão das reformas neoliberais, que tendem a aumentar a privatização do ensino, cria mecanismos para democratizar o acesso ao ensino superior pela via pública, ampliando suas conquistas sociais no campo da educação. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2000, o Estado de Goiás já contava com 35 IES, sendo nove públicas e outras 26 privadas. Esse quantitativo, em 2011, sobe para 82, sendo 74 particulares (BRASIL, 2012a).

O maior desafio que enfrenta o ensino superior, no entanto, é o da qualidade dos profissionais que forma. Nota-se que os cargos de gestão e/ou de relevância dentro das empresas goianas são ocupados por profissionais que migram de outros Estados, como por exemplo, os do Sul e Sudeste, e os cargos de nível operacional são ocupados, ainda, em sua grande maioria, pela mão de obra local. Isso parece indicar que a oferta de cursos superiores desenvolvidos pelas IES no interior do Estado não está em sintonia com o setor produtivo, questão que será discutida na apresentação da pesquisa de campo (Capítulos quarto e quinto).

Ao Estado de Goiás interessa ampliar o crescimento de sua economia e, ao mesmo tempo, atender à legislação do ensino. Assim, precisou redefinir sua política para o ensino superior de modo a atender à demanda social por qualificação de mão de obra, como por exemplo, a qualificação de docentes para a Educação Básica.

1.5 O contexto da criação e evolução da UEG

A criação da UEG ocorreu a partir de uma política pública que envolveu vários atores, de diferentes esferas sociais e diversas instituições. Sua evolução tem sido objeto de intervenções de diferentes atores que exercem relações de força e de poder.

Nesta seção, serão identificados as instituições e os atores que contribuíram com a criação da UEG, a saber: as legislações, especialmente a CF 1988 e a LDBEN 1996; as instituições de ensino superior estaduais, que eram isoladas anteriormente a essa mudança institucional; o poder executivo federal e estadual; a sociedade civil organizada, como os sindicatos, os profissionais do ensino superior, bem como o alunado interessado no acesso e na permanência na universidade.

A história da criação da UEG é uma resposta a antigas mobilizações entre diversos segmentos e atores da sociedade que têm suas primeiras manifestações expressas na década de 1950. Assim, o contexto no qual se deu a criação da UEG influencia a discussão atual de mudança na educação superior (UEG, 2010).

Ao rever esse percurso verifica-se que a reforma da educação brasileira tomou força principalmente nos anos 1990, no Governo Itamar Franco, com a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), que se aproxima da proposta da Declaração de Jomtien (1990) e corrobora com a ideia de acolhimento social. É importante ressaltar a correlação de forças no momento de regulamentação dessa lei, pois os atores da escola, representados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, foram atuantes e provavelmente provocaram rupturas no espaço social brasileiro. A LDBEN 1996 foi um importante ator na mudança institucional, no âmbito do ensino superior em Goiás, por impulsionar a obrigatoriedade de formação em nível superior dos professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental.

Para dar sequência ao conjunto de leis que definem o direito à educação e à obrigatoriedade da formação para o exercício profissional do magistério, o governador do

Estado, Marconi Ferreira Perillo Junior, do PSDB, foi responsável pela Lei 13.456, de 16 de abril de 1999, que consolidou a criação da UEG, reunindo em uma única instituição as faculdades estaduais isoladas então existentes.

A primeira instituição estadual isolada de ensino superior foi Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA), criada por meio da Lei Estadual n. 3.430, sancionada em 05 de julho de 1961, mas implantada oficialmente somente no dia 06 de maio de 1962. A FACEA oferecia, inicialmente, apenas o curso de Ciências Econômicas.

Em 1990, a FACEA foi transformada na Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), por meio da Lei Estadual n. 3.355, de 9 de fevereiro de 1990, tendo aprovada sua autorização de funcionamento em 1994, com o Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial, de 24 de janeiro de 1994. De acordo com as informações disponíveis no sítio da UEG, a UNIANA estava estruturada em três centros, a saber: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas e Letras e Centro de Ciências Socioeconômicas. É possível perceber que os atores da UNIANA – transformada, posteriormente, em duas Unidades Universitárias (UnU) da UEG – pelo conhecimento já acumulado, contribuíram significativamente para a criação de cursos de graduação, pós-graduação e publicação de trabalhos científicos (UEG, 2012).

Além da UNIANA, outras 13 faculdades estaduais isoladas foram transformadas em uma única instituição estadual de ensino superior, denominada de Universidade Estadual de Goiás.

Ao provocar essa mudança institucional, sob o pretexto de instaurar um "tempo novo"¹³ que propiciasse crescimento e desenvolvimento, o Governador do Estado, ao mesmo tempo em que criava condições favoráveis à sua reeleição, redirecionou o ensino superior público estadual.

A lei de criação da UEG reflete as influências externas que desencadearam as mudanças institucionais, sendo uma dessas influências a própria realidade econômica do Estado. É possível considerar que o tipo de mudança ocorrido no ensino superior foi uma adaptação para atender ou se adequar ao novo contexto socioeconômico. No campo social, a

¹³ Nas eleições de 1998, tornou-se vitorioso para governar o Estado de Goiás Marconi Perillo, que, na condição de candidato, liderou uma coligação chamada *Certeza de um Tempo Novo*. O nome da coligação foi transformado no *slogan Governo do Tempo Novo* procurando, segundo os seus idealizadores, fazer o contraponto entre os dezesseis anos de domínio do Partido do Movimento Democrático (PMDB) na política de Goiás (MOREIRA, 2007). Marconi Perillo encontra-se em seu terceiro mandato (1999-2002; 2003-2006; 2011-2014).

LDBEN 1996 determinava a obrigatoriedade de formação em nível superior a todos os profissionais da educação e o Estado deveria garantir essa formação. Assim, a reunião das faculdades estaduais isoladas em uma única IES era importante porque essa nova instituição já nascia interiorizada e se prestava, de imediato, ao atendimento das exigências legais. Essa mudança institucional foi articulada por diferentes atores, embora tenha sido projeto já pensado em gestões estaduais anteriores por ser um anseio da população, conforme será mostrado a seguir.

Acerca da criação da UEG, é preciso ressaltar o debate que se desencadeia na arena de poder em torno dos interesses e das preferências do Governo e da oposição. Em meio a divergências e conflitos de natureza política, o fato é que ao propor formação superior para todos os profissionais da educação, o Governo estadual privilegia o grupo de professores que estavam ou que pretendiam fazer parte do quadro de trabalhadores da Secretaria de Educação Estadual e, ao expandir e interiorizar o ensino superior no Estado, cumpre, ao mesmo tempo, com a obrigatoriedade da lei.

Ao ampliar o acesso ao ensino superior, o Governo estadual busca construir a capacidade burocrática e o empoderamento do Estado. No âmbito socioeconômico, a UEG com seu projeto de interiorização pretendia, em sua origem, promover condições para um maior desenvolvimento regional e local, induzindo as mudanças culturais e incluindo, via acesso e permanência na universidade, os grupos sociais das mesorregiões e microrregiões distantes da área metropolitana de Goiânia e, com isso, diminuir a desigualdade entre as regiões mais e menos desenvolvidas, contando com o apoio das prefeituras municipais quanto à infraestrutura física.

Nesse contexto de liberalização e de nova ordem orientada pela LDBEN 1996, fez-se uma pressão pela expansão e interiorização da universidade por parte de diferentes atores, com o objetivo de atrair investimentos para seus municípios, visto que a profissionalização de seus cidadãos representaria possibilidade de melhoria e crescimento local. Ocorreram, então, coalizões de força entre os níveis federal e estadual, por serem o presidente e o governador atores do mesmo partido político, o PSDB.

Ao focar os atores, é possível ainda destacar a importância das comunidades dos municípios goianos, pois anteriormente à consolidação da UEG estas tinham manifestado o desejo de acesso ao ensino superior em suas localidades, ou seja, havia uma demanda por formação superior gratuita em seus próprios municípios.

Outros atores foram os professores e estudantes das faculdades estaduais isoladas, em especial, da atual Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás (ESEFFEGO), localizada em Goiânia, criada em 1962, que realizaram manifestações contra a consolidação da UEG, reivindicando que ficasse sediada em Goiânia, mantendo, assim, seu poder de decisão. Os opositores, porém, não alcançaram poder de veto. A sede permaneceu em Anápolis e a ESEFFEGO deu continuidade às suas atividades como UnU.

Os gestores municipais foram outros atores na consolidação da UEG por se comprometerem com uma contribuição financeira, dando suporte, por exemplo, ao fornecimento de transporte intermunicipal para alunos e professores, principalmente do Curso Emergencial de Licenciatura Plena¹⁴, que consistia na formação em nível superior para os professores em exercício.

Assim, a UEG foi sendo definida de acordo com os interesses de seus atores, considerando-se que nenhum ator pode controlar todo o processo e que tais processos só podem ser completamente compreendidos em retrospectiva (STREECK; THELEN, 2009). Entende-se que os atores foram, portanto, estratégicos para a mudança institucional, tanto aqueles que fizeram parte da mudança quanto aqueles que não estavam envolvidos diretamente, mas que se mostraram interessados na defesa de seus próprios interesses, ou seja, se fizeram oportunistas (GOMIDE, 2011), como as prefeituras, as secretarias de educação e a comunidade local. O fato é que a instituição foi criada por atores com interesses divergentes e com diferentes poderes e racionalidades.

Com a criação da UEG, verifica-se que os atores, tanto professores quanto alunos da ESEFFEGO, da UNIANA e das outras faculdades isoladas foram mantidos. A instituição, porém, passa por um processo expressivo de mudança, alçada que foi à condição universidade. Assim, sua missão foi redefinida, novas UnU foram criadas e a infraestrutura ampliada para possibilitar a expansão e a interiorização da formação superior.

A UEG, no entanto, elege outros objetivos à medida que muda sua estrutura, assumindo as características de instituição *multicampi*, pública e gratuita. Uma vez consolidada, a UEG assume a responsabilidade definida pelo Governo do Estado de Goiás, conforme a Lei n. 16.272/2008 que, em seu Art. 6º, determina “qualificação e capacitação de profissionais nas mais variadas áreas de abrangência do ensino, da pesquisa e da extensão universitária” (GOIÁS, 2008).

¹⁴ Projeto do governo do Estado de Goiás, conhecido como Parceladas, criado durante a Década de Educação (1997-2007), para capacitar professores da rede pública e privada em atendimento à LDBEN 1996.

A mudança institucional, porém, não se deu de forma linear. Ao longo do seu processo, foi exercida uma pressão pelos vários atores envolvidos. No caso da UEG, é perceptível a coalizão dos atores, pois as UnU foram resultado de acordos e negociações políticas entre Governo e municípios, conforme se relata a seguir.

A Figura 2 apresenta os municípios onde se encontram as UnU da UEG.

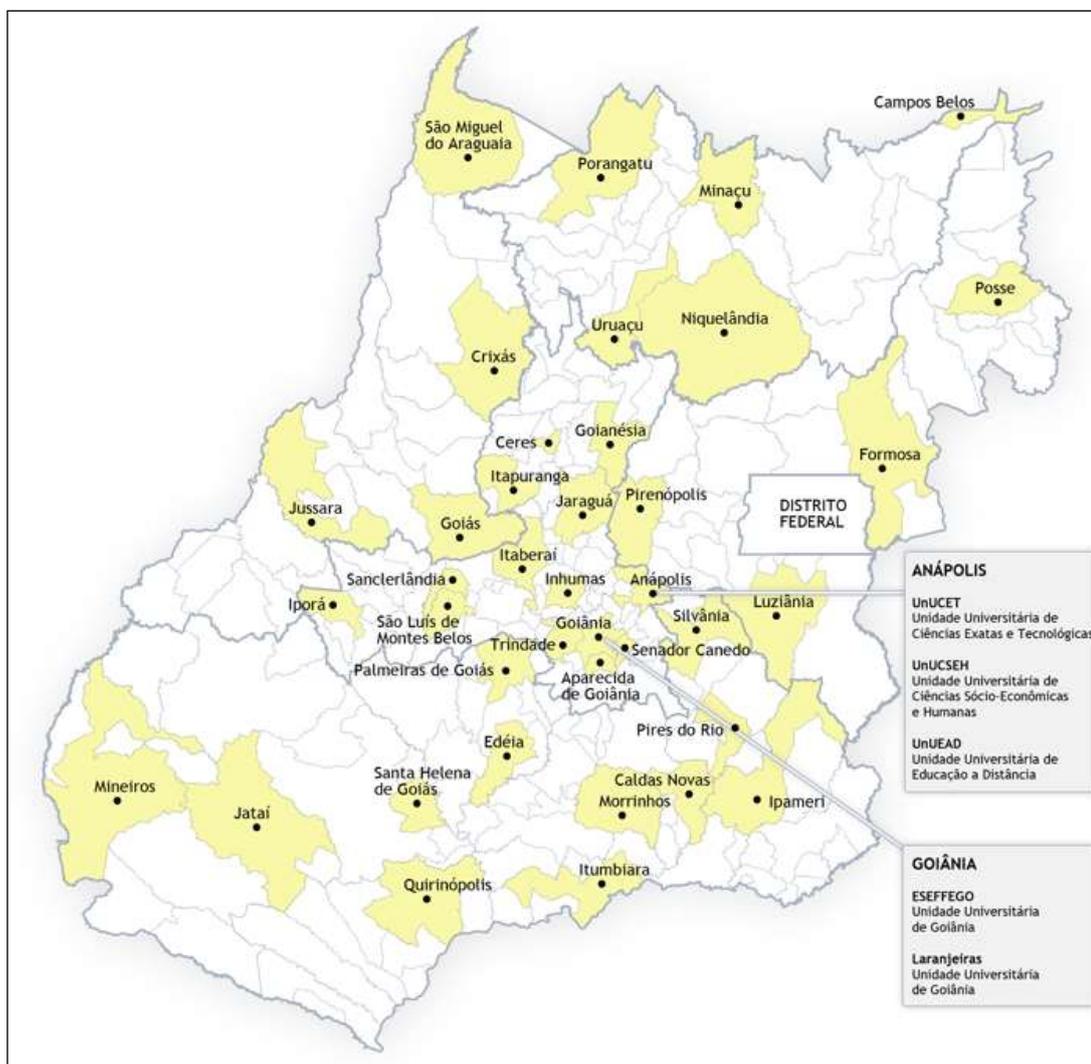


Figura 2– Mapa do Estado de Goiás com a distribuição de UnU da UEG.
Fonte: UEG, 2010a.

Atualmente, a UEG conta com 42 unidades, sendo uma voltada para Educação a Distância, cinco Polos universitários e 15 Polos de Ensino a Distância, presentes em 48 dos 246 municípios goianos (UEG, 2012).

Entre os municípios selecionados para a instalação de UnU, muitos apresentam forte potencial de crescimento econômico, por disporem de terras em abundância, clima favorável e potencial de produção, enquanto outros revelam considerável incidência de pobreza.

Percebe-se que o foco da política da UEG foi a expansão periférica, aumentando, significativamente, o número de unidades e de atendimentos. A UEG, ao promover o incremento de vagas, participa do contexto das transformações socioeconômicas que ocorreram após a década de 1990 e, ainda, das políticas que se relacionam à expansão desse nível de ensino. Ressalta-se que as atividades acadêmicas são oferecidas, predominantemente, no turno noturno e com foco no ensino.

A compreensão das políticas públicas de Governo e de seu processo de mudança serve para pensar a atuação da UEG no contexto regional e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento social e econômico do Estado. Conforme dados da Comissão de Auto Avaliação Institucional (CAAI), a UEG é uma das maiores universidades brasileiras em quantidade de *campi*, o que pode ser positivo, na medida em que promove o acesso ao ensino superior; mas, também, negativo, se a instituição não se preocupar com a infraestrutura e a produção e difusão do conhecimento com qualidade (UEG, 2005).

Segundo Pinheiro (2009), a UEG formou, na década de 1999 a 2009, 36.010 alunos nos cursos de graduação regular, 28.027 no Curso Emergencial de Licenciatura Plena e 8.879 nos cursos sequenciais. O Quadro 5 mostra as atividades da UEG referentes aos cursos de bacharelado e licenciaturas, no anos de 2006 e 2012, não se levando em consideração as modalidades de cursos tecnológicos e os de Educação a Distância.

SITUAÇÃO EVOLUTIVA DAS ATIVIDADES DE ENSINO NA UEG (2006 e 2012)								
Especificação	Bacharelado				Licenciaturas			
	2006	2012	Situação		2006	2012	Situação	
Oferta de Cursos	32	40	+ 8	+ 25%	191	87	-104	-54%
Oferta de Vagas	1.370	1.685	+ 315	+ 23%	6.919	3.105	-3.814	-55%
Candidatos inscritos	14.879	10.677	-4.202	-28%	17.108	7.276	-9.832	-57%

Quadro 5 – Situação da atividade de Ensino na UEG.
Fonte: UEG (2013), com adaptações da autora.

Analisando-se a atividade de ensino, observa-se que, no período de 2006 a 2012, no Bacharelado houve aumento de cursos e de oferta de vagas, mas queda no número de inscritos. Já nas Licenciaturas houve queda significativa na oferta de cursos, no número de vagas e na quantidade de candidatos inscritos. A diminuição acentuada da procura nas Licenciaturas pode ser explicada pelo encerramento, em 2010, dos Cursos Emergenciais de Licenciatura Plena, uma vez cumpridas as exigências da LDBEN 1996.

O Quadro 6 mostra os projetos de pesquisa desenvolvidos pela UEG, referentes aos períodos de 2006 e 2012.

SITUAÇÃO DA ATIVIDADE DE PESQUISA NA UEG, POR ÁREA DE CONHECIMENTO (2006 e 2012)				
Áreas do Conhecimento	2006	2012	Situação	
Agrárias	68	76	+ 8	+ 12%
Biológicas	41	47	+ 6	+ 15%
Saúde	9	23	+ 14	+156%
Ciências Exatas e da Terra	50	41	-9	-18%
Humanas	89	91	+ 2	+ 2%
Ciências Sociais Aplicadas	25	12	-13	-52%
Engenharias	17	2	-15	-88%
Linguísticas, Letras e Artes	23	37	+ 14	+ 61%
Multidisciplinar	1	0	0	0%
Total	323	329	+ 6	+ 2%

Quadro 6 - Situação da atividade de Pesquisa na UEG.
Fonte: UEG (2013), com adaptações da autora.

Na atividade de pesquisa o que se verifica é que, no intervalo de 2006 a 2012, houve pouca variação da quantidade total de projetos. As áreas de Saúde e de Linguística, Letras e Artes tiveram aumento significativo na quantidade de projetos, ao passo que Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas apresentaram queda significativa na quantidade de projetos.

Resta lembrar que, considerando a relação entre o ensino e a pesquisa, é possível verificar que o quantitativo dos cursos de bacharelado é praticamente a metade dos cursos de licenciaturas, mas se compararmos a quantidade de pesquisa existente nos bacharelados e nas licenciaturas observa-se maior quantidade de pesquisa nos bacharelados.

O Quadro 7 mostra a situação das atividades de extensão referentes aos períodos de 2007 e 2012.

SITUAÇÃO DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO NA UEG: 2007 e 2012				
Atividades de Extensão	2007	2012	Situação	
Projetos	195	338	+ 143	+ 73%
Programa	-	1	1	-
Cursos	62	87	+ 25	+ 40%
Eventos	31	62	+ 31	+ 100%

Quadro 7 – Situação da atividade de Extensão na UEG.
Fonte: UEG (2013), com adaptações da autora.

Quanto às atividades de extensão, observa-se que os programas não evoluíram, mas houve um crescimento significativo dos projetos, cursos e eventos. Esse aumento, porém, ainda é modesto, considerando-se o número de UnU e de cursos existentes.

A UEG, desde o início de sua atuação, manteve, na área de formação e qualificação de mão de obra, parcerias importantes com instituições, como a Academia da Polícia Militar e do Agrupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros de Goiânia e a Associação Goiana dos Municípios (AGM). No ano de 2000, foi firmado um convênio em que as prefeituras municipais assinaram um termo de adesão, comprometendo-se com a efetivação do Curso Emergencial de Licenciatura Plena, desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEE). Ressalte-se o relacionamento da UEG com as prefeituras, destacando-se o atendimento às demandas de determinados setores da economia local para a criação de cursos específicos, de acordo com suas necessidades.

Os cursos de pós-graduação também surgiram para atender à demanda de projetos em áreas estratégicas¹⁵, dada a exigência de atualização permanente dos profissionais, sendo oferecidos com recursos da UEG ou mediante convênios com outros órgãos. Com relação aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, a Gerência de Avaliação Institucional (GAI) informa que em 2000 eram 14 e em 2012 são 26. Quanto aos cursos *stricto sensu*, dentre os seis mestrados próprios, dois tiveram início em 2012, outros dois em 2013, sendo que os dois primeiros são do ano de 2006.

Ao apresentar a discussão sobre o relacionamento entre universidade e desenvolvimento socioeconômico, nas duas últimas décadas do século XX, no contexto de globalização, inovação e reestruturação produtiva, este Capítulo caracterizou um cenário no qual o conhecimento ganha destaque por meio do relacionamento entre a universidade e outros atores do desenvolvimento local, inclusive as empresas.

Assim, ao reconstruir brevemente a trajetória da industrialização brasileira paralelamente à da universidade, observa-se que além de terem se desenvolvido tardiamente no Brasil, não conseguiram atender plenamente às necessidades de cada momento histórico. Nesse sentido, a criação da universidade, na prática, se deu para atender à demanda por qualificação da mão de obra por meio do ensino e não para a produção de conhecimento por meio da pesquisa, o que, possivelmente, explica o fato de a empresa utilizar, na maior parte

¹⁵ De acordo com dados da CAAI, em 2005, foram oferecidos dentre outros, os cursos de Ciência Política, em Anápolis; Educação Ambiental, em Itapuranga; Desenvolvimento Regional e Planejamento Turístico, em Iporá; Docência Universitária, em Inhumas; e Gestão Pública, em Morrinhos (UEG, 2006).

das vezes, o conhecimento técnico-científico produzido fora do país, por meio de transferência de tecnologia. Assim, tanto a empresa quanto a universidade brasileira sofreram e, possivelmente, ainda sofrem com a falta de produção de conhecimento, pois a universidade ainda é muito mais difusora do que criadora de conhecimento e a empresa mais dependente de tecnologia externa do que criadora de soluções tecnológicas próprias. É nesse cenário que se dá a criação e evolução da UEG, objeto de estudo desta tese.

Este Capítulo não procurou interpretar a realidade goiana em sua totalidade, o que é de fato algo difícil de ser feito, mas entende-se que esta leitura amplia a compreensão do contexto e do papel de alguns atores presentes no decorrer do processo histórico, como o Governo, com seu papel de órgão financiador e regulador; a universidade, responsável pela formação de mão de obra qualificada para as empresas e pela geração de novos conhecimentos; e a empresa, como geradora do processo inovativo. Além disso, a visão histórica propicia a tomada de consciência quanto à importância das relações entre a universidade e as empresas no contexto atual. Espera-se, portanto, que após a revisão do processo histórico de mudança dos campos econômico e educacional seja possível visualizar os desafios do novo cenário que o século XXI introduz no contexto do desenvolvimento socioeconômico local para a consolidação da UEG.

A reflexão sobre a universidade atual, a partir da sua trajetória, mostra que o reexame do passado possibilita indicações para propostas futuras, pois ajuda a compreender os desafios e as incertezas que se fazem presentes. No próximo Capítulo será apresentado um referencial teórico com o objetivo de compreender e analisar o papel da UEG.

2 UNIVERSIDADE, EMPRESA E CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

O recurso estratégico mais importante para a prosperidade é o conhecimento na forma de pessoas educadas e suas ideias.

Duderstadt; Womack, 2003.

Ao revisitar a história da universidade e da industrialização no país e em Goiás, percebe-se a proximidade e a complementaridade de ambas no desenvolvimento socioeconômico. Observa-se que parte do passado colonial permanece na vida política atual pelo fato de as ideias se projetarem nas formulações posteriores. O conteúdo dos velhos discursos se reproduz nos novos, ainda que se renovem as posições para o novo contexto.

Este Capítulo está organizado em cinco seções e busca entender os novos papéis da universidade e da empresa na produção, difusão e transferência do conhecimento, a partir da década de 1990.

Na *primeira seção*, procura-se mostrar, de forma breve, a evolução da produção do conhecimento técnico-científico e seus distintos modos, sendo apresentadas as posições de diferentes autores sobre como acessar e produzir o conhecimento que interessa a todos, acompanhando as alterações do contexto socioeconômico.

Na *segunda seção*, é mostrado como a universidade e a empresa se tornam lugares importantes de produção e difusão do conhecimento e ampliam seus papéis de forma isomórfica no desenvolvimento socioeconômico. De um lado, a universidade, de simples produtora e difusora do conhecimento, passa também a ser desenvolvedora de inovações por meio da incorporação desse conhecimento em empresas incubadas e na criação de empresas *start ups* a partir de suas pesquisas e/ou licenciamento de suas patentes. A empresa, por sua vez, de usuária do conhecimento desenvolvido na universidade e por empreendedores individuais, passa a perseguir, sistematicamente, a produção do conhecimento na própria empresa.

Na *terceira seção*, são apresentados os conceitos de instituições e organizações e discutido o papel do conhecimento e de seus atores – universidade e empresa, ambos considerados como lugares de conhecimento. A partir dos conceitos de instituição e

organização é possível vislumbrar um vasto campo de conhecimento em que as diferentes abordagens teóricas apresentam possibilidades para refletir sobre a condição da universidade de produzir e disseminar cultura e conhecimento desde sua criação. Uma leitura aprofundada sobre a universidade e suas relações com a empresa passa obrigatoriamente pelo exercício de pensar esses atores como instituições e organizações e os seus papéis na produção e difusão do conhecimento, um objeto em profunda transformação.

A *quarta seção* discute o papel do Estado e as convenções de desenvolvimento, no período escolhido para o objeto de tese (1980-2013). O Estado, ao buscar o estímulo ao desenvolvimento de uma nação, alcança maior êxito quando existem convenções consensuadas para possibilitar uma percepção coletiva do caminho desse desenvolvimento e, assim, promover mudança estrutural na economia e na sociedade. Os tipos de convenções são vários e atribuem distintos papéis para o Estado, ora assumindo um papel mais intervencionista, ora menos regulador.

Na *quinta seção*, são apresentadas as abordagens sobre o relacionamento da universidade com a empresa e as diferentes maneiras de compreendê-lo: a abordagem da *hélice tríplice* entende a universidade e a empresa como importantes atores do desenvolvimento socioeconômico e, também, a universidade como criadora de empresas; a abordagem dos *sistemas de inovação* considera a universidade como formadora de recursos humanos qualificados e parceira das empresas para a inovação; a abordagem *latino-americana* considera a universidade como um ator do desenvolvimento social.

2.1 Modos de produção, difusão e transferência de conhecimento

Conhecer o que está ao seu redor, o que faz parte do cotidiano e acompanhar a condição de vida do sujeito é uma necessidade inerente ao ser humano, ou seja, conhecimento significa capacidade de pensar e refletir diante dos fatos que se apresentam a todo instante na vida. A forma e a produção do conhecimento se agregam ao estágio ou nível em que a sociedade se encontra, conforme sua época, e se redefinem na medida em que a sociedade evolui. Sua mudança pode ser compreendida aqui como um processo contínuo. As teorias do conhecimento resultam de uma tomada de posição epistemológica na tentativa de interpretar a relação sujeito-ambiente e, com isso, adotam diferentes variações e combinações, priorizando ora o objeto, ora o sujeito, ora a interação sujeito-objeto.

O conhecimento é objeto de discussão de diferentes teorias e abordagens, como a filosofia, a lógica, a sociologia e a educação, entre outras áreas. No decorrer do processo civilizatório, o conhecimento toma novas proporções e, por isso, são necessários novos conceitos para acessá-lo e novas formas para alcançá-lo. Não é propósito desta tese discutir a evolução histórica do conhecimento e as contribuições das diferentes teorias a seu respeito. Adota-se aqui a ideia de que o conhecimento é uma empreitada humana e é produzido socialmente (KUHN, 1970).

Kuhn (1970) analisa as condições que envolvem a prática científica e a produção de conhecimento científico. Ao discutir sobre o conhecimento científico o autor afirma que ele cresce de forma descontínua, ocorrendo por revoluções científicas, por isso, não cresce de modo cumulativo. Ao desvalorizar os aspectos positivistas e racionais pelos quais a ciência é explicada de forma exaustiva pela sua lógica interna, propõe o reconhecimento das condições externas ao contexto da descoberta que podem influenciar e orientar, colocando em xeque as ideias de objetividade e racionalidade científicas. Assim, defende a existência de fatores subjetivos alheios à ciência, mas que influenciam a sua produção, diferentemente da concepção positivista e neopositivista de ciência, em que o conhecimento científico é considerado objetivo e racional. Seu discurso pode ser considerado inovador pelo fato de privilegiar os aspectos históricos e sociológicos. Kuhn (1970) considera os cientistas como um grupo social qualquer que também recebe influências de crenças, valores e normas. Portanto, deve ser levada em conta a influência dos acordos subjetivos e não apenas da objetividade da experiência empírica e do rigor metodológico. É aceitável, de forma praticamente geral, entre os estudiosos da ciência contemporânea, que o método científico é uma atividade crítica e, portanto, a valorização da objetividade é de livre escolha, isto é, objetividade e subjetividade são termos relativos.

Entre as abordagens que discutem a produção do conhecimento e sua importância no contexto atual, e que são coerentes com a visão de Kuhn (1970), destacam-se, na área da educação, autores como Jean Piaget (1995) e sua teoria de epistemologia genética e Edgar Morin (1995) e seu paradigma da complexidade. A perspectiva desses autores é complementar à análise da criação e da construção do conhecimento humano, que leva em consideração a relação sujeito-objeto.

Para Piaget (1995), o conhecimento é decorrente de um processo construtivo que se dá na interação social, na relação do homem com o meio em que vive, por meio de estruturas de pensamento. O foco do pensamento piagetiano está na gênese e no desenvolvimento do

sujeito epistêmico, a partir de sua proposta teórica de equilíbrio¹⁶ e de raciocínio abstrato que promove a reflexão de ideias. O desenvolvimento cognitivo do sujeito constitui-se como processo dinâmico que se explica à medida que o sujeito obtém informações do meio e as reconstrói, de acordo com a sua história. Ao construir novos conteúdos e novas estruturas consegue abstrair ideias ainda não assimiladas, motivando o processo crescente de interiorização. O conhecimento é, então, resultado de uma construção, cujo *locus* reside na interação sujeito-objeto e ocorre por meio do processo de abstração reflexionante¹⁷, suportada pela abstração empírica.

Para Morin (1995), o conhecimento é visto como um movimento circular e ininterrupto no qual há um ponto de partida, quando se coloca em movimento, mas não há um ponto final, dando origem a um processo dialético por meio do qual conhecer as partes permite compreender melhor o todo, que permite novamente conhecer melhor as partes. (PACHECO; CASTANHO, 2008). Observa-se que esses autores, assim como Kuhn, consideram a criação do conhecimento como uma empreitada humana.

O *locus* de produção e difusão do conhecimento alterou-se no decorrer do modo de produção capitalista, cuja principal razão de dinamismo e progresso é a introdução e reintrodução constante do conhecimento no processo produtivo.

Na Idade Média, a universidade era considerada como *locus* preponderante do conhecimento, mas o surgimento da empresa e da sua necessidade constante de incorporar o progresso técnico dentro do processo de concorrência faz com esta se torne, no capitalismo, um lugar, também, de produção do conhecimento. Conforme destaca Paranhos (2010), a empresa tem atuado cada vez mais na geração de conhecimentos técnico-científicos e na busca por novas combinações de conhecimentos que possibilitem a aceleração do desenvolvimento de inovações, assumindo papéis antes exclusivos das universidades na área de pesquisa básica e aplicada.

¹⁶ Para Piaget (1995), o desenvolvimento do indivíduo, em termos cognitivos, sempre passa por equilíbrios e desequilíbrios, com mínima interferência externa, tanto orgânica como ambiental. Equilíbrio é a regulação entre os processos de acomodação (reprodução) e assimilação (jogo simbólico), que são os modos pelos quais os esquemas mentais se modificam, devido às experiências e às relações com o meio.

¹⁷ O desenvolvimento da inteligência resulta de um processo dinâmico e de complementaridade entre dois outros processos: reflexionamento, cujo apoio reside na abstração empírica dos observáveis (objetos, eventos, dados) nas suas características materiais e também dos não observáveis, ou seja, as relações ou aspectos associados a um objeto na mente do sujeito; e reflexão, definida como ato mental de reconstrução e reorganização sobre o patamar superior daquilo que foi assim transferido do inferior (PIAGET, 1995).

Schumpeter (1964) enfatizou a importância da combinação do conhecimento explícito e propõe que novas combinações de conhecimento são um dos modos de criar novo conhecimento, desenvolvendo uma teoria dinâmica da mudança econômica. Ao analisar a natureza experimental e manifesta da economia capitalista, considera o capitalismo, por natureza, um método de mudança econômica e não é e nunca pode ser estático.

Gibbons *et al.* (1994) concluíram que está em vigor um novo modo de produção do conhecimento, denominado Modo 2¹⁸, que diz respeito não somente ao conhecimento que é produzido, mas também como ele é produzido, isto é, o contexto no qual ele ocorre, o caminho pelo qual a produção é feita, que processos são formulados e, ainda, que mecanismos de controle de qualidade são definidos. Nesse sentido, para Gibbons *et al.* (1994), a criação de conhecimento sem propósito de resultado definido, englobando apenas uma área do conhecimento (Modo 1), é hoje insuficiente para atender à demanda técnico-científica das empresas e da sociedade. Por isso, a criação do conhecimento necessita de uma interação entre as diversas áreas de conhecimento e os diversos atores, de forma complexa, multidisciplinar e baseada em redes (Modo 2). A criação do conhecimento nasce da necessidade dele para a resolução de um problema, ou seja, há um contexto e uma aplicação para o conhecimento que será criado.

Para Nonaka e Takeuchi (1997), a criação do novo conhecimento envolve tanto ideias quanto ideais. O conhecimento é gerado por meio das interações dos indivíduos dentro da empresa, pois a produção do conhecimento envolve iniciativas individuais e, em seguida, interações com o grupo, passando para o conhecimento organizacional. Os atores principais na criação do conhecimento para um novo produto, uma nova ideia, são todos aqueles que participam da organização, independentemente dos níveis funcionais. É a interação dos atores que estimula a criação do novo conhecimento nas empresas, que se resume na conversão do conhecimento tácito em explícito. Esses autores afirmam que muitos conhecimentos acumulados na empresa proveem da experiência e não pode ser explicado pelos trabalhadores em ambientes de procedimentos administrativos excessivamente formalizados. No entanto, as fontes de inovação multiplicam-se quando as organizações conseguem estabelecer pontes para transformar conhecimentos tácitos em explícitos e explícitos em tácitos.

¹⁸No Modo 1, a produção do conhecimento é tradicionalmente centrada em universidades e baseada em estruturas de disciplinas científicas, com práticas e princípios homogêneos. O Modo 2 propõe um sistema de pesquisa altamente interativo e socialmente distribuído, pois o conhecimento é produzido no contexto de sua aplicação e se caracteriza por uma abordagem transdisciplinar (GIBBONS *et al.*, 1994).

Para Amsden (2009), o conhecimento é um insumo especial porque é difícil de acessar, seja fabricando-se ou comprando-se, ele é abstrato e tácito, envolve combinações de fatos que interagem de maneiras intangíveis. Por isso, o conhecimento não pode ser concebido como perfeito, pois cada empresa tem o seu específico. Mas é importante lembrar que os conhecimentos ligados à produção e aos processos de inovação nem sempre são facilmente comprados ou copiados e recriados, pois há dimensões desse conhecimento que não são codificadas, por se tratar do conhecimento tácito.

Em relação aos diferentes conceitos sobre conhecimento, Marshall (1965) definiu conhecimento como o motor mais poderoso da produção e destacou a utilização do conhecimento existente fora da empresa e disponível para todos os agentes econômicos, e não a criação de um novo conhecimento pela empresa.

Nelson e Winter (1982) consideram que o conhecimento é armazenado sob a forma de rotinas, isto é, padrões de comportamento regulares e previsíveis e a inovação é uma mutação imprevisível de rotinas, por reconhecerem que a essência da tecnologia é o conhecimento.

O que se observa na visão desses autores é que o conhecimento é produzido cada vez mais no contexto da resolução de problemas envolvendo vários atores, com destaque para a universidade e a empresa como será desenvolvido a seguir.

2.2 Universidade e empresa como lugares de produção do conhecimento

A universidade e a empresa, como lugares de conhecimento e seus papéis no desenvolvimento socioeconômico, passam por alterações no tempo e no espaço. Para compreender o papel da universidade e da empresa é importante reconhecer o contexto em que estão inseridas. A visão de totalidade é propiciada por suas relações, pela análise dos seus fatores históricos e conjunturais, o que varia de um país para outro, de acordo com o tipo de desenvolvimento que se queira implementar e das peculiaridades de cada um, já apontadas no Capítulo anterior.

As mudanças econômicas e os diferentes momentos do capitalismo ocorrem pela evolução dos regimes de produção e consumo e muitos autores têm analisado esta evolução. Coriat (1994), por exemplo, analisa a evolução de longo prazo, do “fordismo” ao “pós-fordismo”, como expressão de uma “grandiosa transição”: a transformação histórica das relações entre produção e produtividade de um lado e, de outro, consumo e concorrência, ou

seja, da produção em massa à produção flexível. Para esse autor, o modelo de produção em massa fundamentou-se em ganhos de produtividade obtidos por economias de escala em processo mecanizado de produção padronizada com base em linhas de montagem, sendo a forma de organização da grande empresa baseada nos princípios tayloristas de integração vertical e na divisão social e técnica institucionalizada de trabalho.

Com o ritmo de transformação tecnológica, a nova economia se caracteriza pela imprevisibilidade da demanda por quantidade e qualidade e o mercado se apresenta mundialmente diversificado. Com isso, o controle e a rigidez do sistema de produção em massa, antes razoavelmente previsíveis, atualmente tornam-se muito mais incertos. Surge o sistema produtivo flexível para responder e superar essa rigidez, pois agora a produção se adapta dando mais flexibilidade para atender às novas exigências da demanda. Nesse novo contexto, as inovações tornam-se cada vez mais importantes para garantir os ganhos da produtividade anteriormente obtidos por meio dos ganhos de escala e a universidade e a empresa passam a ser atores imprescindíveis nesse processo (CORRIAT, 1994).

O processo de inovação, que tem no conhecimento um insumo importante, possibilita a garantia da empresa na competitividade dos mercados e reduz seus custos de produção das mercadorias e dos serviços e, com isso, a mantém com suas margens de lucro, tornando-se central para a competitividade da empresa. Além do claro interesse da empresa na inovação, ela não se dá sem a contribuição de outras instituições que, segundo Edquist (1997) e Cooke (1996), compõem o sistema de inovação e o seu subsistema regional de inovação (SRI). Entre essas instituições, nesta tese, será destacado o papel da universidade no processo de inovação.

A universidade, que já atuou como detentora da produção do conhecimento, tem agora um papel coadjuvante nesse processo juntamente com a empresa. Essa instituição, antes considerada a principal responsável pelo processo de criação e disseminação do conhecimento, perde preponderância para a empresa na medida em que o progresso técnico-científico é considerado a mola propulsora do desenvolvimento socioeconômico.

O papel da universidade no desenvolvimento socioeconômico passa, portanto, pelas transformações históricas e inovações promovidas pelo homem. Ao ser pressionada por modificações, em busca de se adaptar aos diferentes contextos, ela já não consegue responder prontamente às novas demandas da sociedade, uma vez que a pesquisa acadêmica, antes desinteressada, pura, sem preocupação com os resultados, agora não é mais suficiente. Demanda-se uma pesquisa que possa ser útil e aplicável a algum fim prático. Isso exige que a

universidade amplie seu papel, dando um salto para a pesquisa aplicada, alinhada com a expansão das forças produtivas e do conhecimento.

É, então, a universidade, parte de um contexto global, influenciando e sendo influenciada por ele, podendo atuar como transformadora da sociedade ou mantenedora da ordem vigente do capital. Após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Lastres, Cassiolato e Arroio (2005), com a necessidade de desenvolvimento nos contextos nacionais a partir dos fatores socioeconômicos, políticos e organizacionais e com o intuito de ampliar sua base produtiva, tem-se a promoção de formas diferenciadas de inovação na empresa. Para isso, é preciso ter capacitação para atender ao processo de inovação, que é interativo e cercado de riscos. Cada país tem se organizado para a formulação de pesquisas, para o treinamento de trabalhadores, para a interação da estrutura de mercados e para a organização interna das empresas no processo de inovação e o Estado tem tido papel importante no atendimento das demandas. Sendo assim, verifica-se que países que se industrializaram e se desenvolveram em um grau maior privilegiaram o ensino, a pesquisa e a relação da universidade com as empresas.

No final da década de 1990, praticamente todos os países têm aumentado seus gastos com P&D. Nos EUA, o novo regime de acumulação possibilitou que os velhos mercados acionistas e os fundos de pensão privados tomassem a dianteira do processo. Diante disso, é possível compreender o motivo de os EUA terem tido o apogeu de seu crescimento econômico sustentável no novo regime de acumulação, o que lhes garante posição de destaque como país tecnologicamente mais avançado do mundo. Isso se dá pelo fato de que esse país tem mecanismos de financiamentos efetivos para investimento em inovação, por sua história e pelos fatores enraizados no tecido social que molda as dimensões estruturais da competitividade nacional.

Com a queda das fontes públicas de financiamento para a pesquisa, há um aumento de financiamento da pesquisa pela empresa privada, fenômeno de maior intensidade nos EUA. A universidade, que antes tinha suas pesquisas financiadas praticamente pelo Estado, agora busca novas fontes de apoio e com isso suas pesquisas têm sido orientadas para o mercado.

Com a ampliação da parceria empresa-universidade, algumas críticas têm sido feitas à universidade, por receber recompensas financeiras da grande empresa e, ao mesmo tempo, produzir pesquisas em sigilo para garantir a patente para a empresa. Isso significa que a universidade, como *locus* de conhecimento, tem vivenciado a privatização da ciência por produzir ideias para o mercado. O fato é que a universidade, por diversos fatores – como a

redução de fontes de financiamento público e aumento do privado, necessidade da empresa de cada vez mais usar o conhecimento no processo produtivo e a própria evolução da complexidade do conhecimento – é levada a uma maior cooperação com o desenvolvimento econômico e social, no sentido de transferir conhecimento diretamente e não apenas produzir conhecimento e transferi-lo de forma indireta.

Assim, a empresa e a universidade são partes integrantes de todos os processos de aprendizado tecnológico e de sua coordenação. O diálogo entre os três elementos – a nova economia, baseada no conhecimento; um novo ensino, que rompe com a proposta de ensino tradicional e se baseia no ensino que contempla a reflexividade¹⁹; e as perspectivas políticas – é parte do contexto de reestruturação produtiva, pois o que se busca é incentivar o desenvolvimento local, que considera as questões endógenas, a territorialidade e a institucionalidade por acreditar que são elementos inter-relacionados e não excludentes. A nova sociedade se caracteriza pela sinergia de uma série de inovações sociais, institucionais e tecnológicas, organizacionais, econômicas e políticas e, com isso, a informação e o conhecimento passam a desempenhar um novo e estratégico papel (LASTRES; ALBAGLI, 1999).

Para Nelson (2008), os ambientes institucionais são centrais para o desenvolvimento de novas tecnologias. Assim, por ser a universidade um importante ambiente, precisa atualizar o seu papel pelo fato de a ciência, nos últimos 40 anos, ter evoluído no interior de uma percepção do progresso tecnológico como um processo coletivo, cumulativo e evolucionário. A universidade, anteriormente identificada pelo autor como o local mais adequado para a realização de pesquisa básica, precisa atentar para as mudanças ocorridas no decorrer do processo socioeconômico e revisar seu papel. Ele destaca que a universidade agora não tem só o papel de produzir e difundir o conhecimento a partir da pesquisa básica e considera que a descoberta ou invenção devem ser úteis para a elaboração de pesquisas que possam resultar em algo prático. Logo, a universidade continua contribuindo com a produção do conhecimento, mas passa também a contribuir para a resolução de problemas práticos e para o avanço da tecnologia.

Nelson (2008) enfatiza que na contemporaneidade a ciência avançou e o foco são as questões relativas à propriedade intelectual, particularmente sobre o patenteamento de

¹⁹ Giddens (1991) defende que se vive numa sociedade “pós-tradicional”, em que o homem percebe que progresso e conhecimento não trazem controle, mas sim incertezas. Assim, a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim seu caráter.

"ciência". Destaca que a divisão institucional do trabalho tem sido associada com o conceito de sistemas de inovação, que destaca a variedade de instituições envolvidas em diversos aspectos do processo de inovação e suas interações. Nesse contexto, o desenvolvimento está enraizado na produção e no uso do conhecimento e tanto a universidade quanto a empresa concorrem para isso.

2.3 Os conceitos de instituições e organizações

Os conceitos de instituições e organizações ajudam a compreender o papel da mudança que a universidade e a empresa vivenciam na produção do conhecimento. Esses conceitos estão, neste momento, em aberto, ou seja, encontram-se em (re)construção por se entender que a sociedade está em contínuo processo de mudança para se adequar à realidade. Portanto, as mudanças institucionais possibilitam o surgimento de novas formas de os atores sociais perceberem o mundo que os cerca e, por conseguinte, o lugar e o papel das instituições e das organizações.

Conforme demonstra Théret (2001), há uma diversidade de paradigmas presentes na reflexão sobre o papel das instituições. A par disso, o autor compreende que a instituição estimula a mudança e propõe, numa perspectiva interdisciplinar, a aproximação e explicitação daquilo que têm em comum, que são as “disposições incorporadas” como formas de regulação da ação coletiva. A instituição tem o papel de regulação de conflito, e, portanto, apresenta-se, simultaneamente, como uma convenção para a cooperação. Isso faz dela um possível ponto de convergência para os novos institucionalistas.

Théret (2001), ao conceituar instituições, afirma que é preciso compreender as ações dos indivíduos e suas ações coletivas, as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais, pois essas mediações são as instituições. Em seu estudo, Théret (2001, p. 1) considera as instituições como “mediação entre estruturas e comportamentos individuais”. Basicamente, os novos conceitos se diferenciam a partir de duas grandes oposições: o peso que atribuem à gênese das instituições, aos conflitos de interesse e de poder ou à coordenação entre indivíduos; e o papel que atribuem à racionalidade estritamente instrumental ou então às representações e à cultura.

De acordo com Castro (2004), as diferentes visões que definem instituições indicam alguns elementos como restrições, reflexos de interesses e instrumentos eficientes. A visão

institucionalista tradicional entende instituições como restrições ou regras do jogo que condicionam o comportamento e a interação social dos indivíduos. A visão dos instrumentalistas defende que as instituições são constitutivas dos interesses e visões de mundo dos agentes econômicos. Os funcionalistas apresentam as instituições “como instrumentos eficientes que permitem a consecução de alguns objetivos que exigem coordenação individual” (CASTRO, 2004, p. 458). Há ainda, segundo a autora, uma quarta visão que entende instituições como constitutivas por possuírem uma dimensão simbólica (cultural) e, assim, dissemina alguns valores ou crenças comuns entre os diferentes atores.

Neste estudo, no entanto, são apresentadas duas importantes visões metodológicas para a reflexão sobre o conceito de instituição: uma, que considera as relações de trabalho e do homem focadas no contexto das trocas e dos custos de transação (NORTH, 1991); a outra, que considera as relações sociais de produção e o processo de trabalho nas relações sociais e do homem (CHANG; EVANS, 2005). Para a primeira visão metodológica, o foco está no processo de troca entre os indivíduos, por meio dos contratos, já que a ênfase não é o processo de trabalho, nem as relações sociais. Nesse caso, o sucesso do desempenho econômico será determinado pela capacidade do indivíduo em maximizar a seu favor as trocas, e o que importa são sua capacitação individual, sua qualificação e seu capital humano. Na segunda visão metodológica, o sucesso, ou o desempenho econômico depende das relações sociais travadas no processo de trabalho e nesse sentido, é um resultado coletivo, depende da sociedade e da forma como ela está organizada.

Segundo North (1991), ao longo da história as instituições foram criadas por seres humanos para promover a ordem e reduzir a incerteza. Assim, as instituições determinam a transação e os custos de produção e, conseqüentemente, a rentabilidade e a viabilidade de se dedicarem à atividade econômica. As instituições fornecem, ainda, a estrutura de incentivos de uma economia, apontam como essa estrutura se desenvolve e moldam a direção da mudança econômica para o crescimento, estagnação ou declínio.

Ainda para North (1990, p. 6),

[...] as instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições elaboradas pelos homens que dão forma à interação humana. Em consequência, elas estruturam incentivos no intercâmbio entre os homens, quer seja ele político, social ou econômico.

Diante disso, o autor vê as instituições como regras e, portanto, com caráter restritivo, já que as regras estruturam o que as pessoas devem fazer. Para ele, as instituições são as restrições, humanamente concebidas e o ambiente institucional é formado por essas restrições que podem ser informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e formais (constituição, leis, direitos de propriedade). A instituição formal se vale de leis para que suas regras sejam respeitadas, enquanto que a informal não necessita do Estado para ser obedecida, pois se dá pelo convívio social. A partir de sua constatação, North (1990) afirma que as instituições, na presença da incerteza, surgem para superar os custos de transação.

Em relação ao conceito de organizações, o autor afirma que são os principais agentes de uma sociedade e podem ser organizações políticas, sociais e econômicas. Para North (1991), as organizações devem a sua existência às oportunidades oferecidas pela estrutura institucional. Sendo assim, elas representam os diversos “times” de jogadores que disputam o campeonato. As organizações podem investir seus esforços em atividades diversas, como na economia e/ou na própria alteração das regras do jogo (NORTH, 1990). Para esse autor, é crucial a distinção entre instituições (regras) e organizações (jogadores), pois as primeiras definem a forma como o jogo deve ser jogado, enquanto as últimas têm como objetivo operar o jogo e vencer.

O estudo de Chang e Evans (2005) busca refletir sobre as instituições e, para isso, os autores reconhecem que estas são fundamentais para a mudança econômica no contexto de crescimento da sociedade altamente desigual. As instituições são constitutivas por terem uma dimensão simbólica, o que as deixa em condições de disseminar valores e crenças. Os autores avançam na definição de instituições por reconhecerem o papel da cultura e das ideias e o papel constitutivo das instituições em moldar as maneiras que os grupos ou indivíduos definem suas experiências. No entanto, sinalizam para o perigo dessa visão, que combina o papel constitutivo e a perspectiva culturalista no sentido de imaginar um sistema homeostático autorreforçador: se as instituições moldam as visões de mundo e as visões de mundo as moldam, dessa maneira simples então a estagnação (*stasis*) seria inevitável. Chang e Evans (2005) sinalizam para o entendimento de como o processo de construção e sustentação institucional gera tensões e contradições que forçam a mudança e como choques exógenos podem deflagrar ou redirecionar tais processos.

Para esses autores, as instituições são normas aceitas e rotinas de interação que moldam fortemente as motivações e o conjunto de comportamentos de atores sociais interconectados. Eles entendem que a instituição, na sociedade moderna, encarna-se em

organizações, competentemente coordenadas, com regras formais e com a capacidade de impor sanções coercitivas, como é o caso do Governo ou das empresas. Instituições e agentes econômicos são mutuamente constitutivos. Instituições são construídas (ou reconstruídas) em resposta às mudanças nos interesses e na visão de mundo e são, também, constitutivas dessas ideologias e interesses. A partir disso adota-se esta visão que reconhece o papel da cultura e das ideias e que adota o papel constitutivo das instituições na moldagem das maneiras pelas quais os grupos e indivíduos definem suas preferências (CHANG; EVANS, 2005).

Dessa forma, o que se observa é que a empresa e a universidade estão passando por transformações que não autorizam defini-las como instituição ou organização, pois elas podem desempenhar os diferentes papéis, ora de instituição, definindo as regras do jogo; ora de organização, participando ativamente do jogo. Em outras palavras, tanto a universidade quanto a empresa serão ativas na produção e difusão do conhecimento técnico-científico.

2.4 O Estado e o desenvolvimento

Esta seção busca refletir sobre o papel do Estado no desenvolvimento. Para tanto, compreende-se o papel do Estado como o de responsável por estimular o desenvolvimento de uma nação. A instituição de convenções responsáveis por promover mudança estrutural na economia e na sociedade implica em alterar o comportamento dos agentes econômicos e provocar mudança nas instituições e na cultura do Estado. A compreensão sobre o desenvolvimento de um país parte do princípio que as teorias econômicas estão articuladas com os vieses social e político e a condição de pensar o desenvolvimento com múltiplas facetas que se constituem em um sistema.

A partir disso, as teorias, que são as ideias e visões dos atores sociais, como os grupos de interesse, as instituições, as organizações, os acadêmicos e outros, condicionam esse desenvolvimento, influenciam a política econômica e constituem instrumentos para o Estado assumir o seu papel e o desenvolvimento do país a partir de convenções. A percepção coletiva de desenvolvimento está estruturada por uma "convenção", que abastece os elaboradores (decisores) de políticas e outros atores sociais com uma visão do passado, presente e futuro e com uma hierarquia de problemas concretos e soluções possíveis. Para Erber (2011, p. 23),

[...] as convenções de desenvolvimento são fenômenos emergentes, com fortes características auto-organizativas que apresentam uma trajetória evolucionária dependente do passado com mudanças incrementais e cumulativas introduzidas em sua zona periférica até que uma crise minimize seus princípios básicos e eles são substituídos por uma nova convenção (tradução livre, 2011, p.23).

Nesse sentido, é na interação entre atores sociais que surge uma convenção, mas ela é externa a esses atores e não pode ser reduzida à sua cognição individual, pois o todo não é redutível às partes (DE WOLF & HOLVOET, 2005).

A prevalência de uma convenção específica depende das condições internacionais enfrentadas pela sociedade e da distribuição de poder econômico e político dentro dessa mesma sociedade. Portanto, em sociedades complexas, há sempre uma luta pela hegemonia entre convenções concorrentes de desenvolvimento. Essas convenções, desenhadas por elementos epistemológicos e de economia política, servem, por sua vez, para reduzir as incertezas e aumentar a coordenação dos atores políticos e econômicos no estabelecimento de uma hierarquia de problemas e soluções (ERBER, 2011).

Nesta tese, consideram-se presentes no contexto de criação e evolução da UEG e da industrialização de Goiás elementos de três diferentes convenções de desenvolvimento: a “desenvolvimentista”, vigorando entre o pós-Segunda Guerra e o fim dos anos 1980; a neoliberal, que minimiza o papel do Estado; e o “novo desenvolvimentismo”, que retoma o papel do Estado. Tais convenções indicam uma oscilação do papel atribuído ao Estado: ora assumindo um papel mais intervencionista, ora menos regulador. Nesse sentido, as convenções presentes na criação da UEG contêm elementos desenvolvimentistas e neoliberais. Já no período de consolidação da UEG podem ser identificados elementos do “novo-desenvolvimentismo”, de inspiração pós-keynesiana (ERBER, 2011). Nesse contexto, se assenta o mito²⁰ de que a sociedade, competitiva e meritocrática, precisa de instituições materializadas em normas e regulamentações para assegurar a eficiência econômica e isso pode ser fortalecido, por exemplo, com investimentos em capital humano.

Assim, conforme descrito no Capítulo primeiro, o contexto de desenvolvimento das universidades e das empresas no Brasil permite observar a presença de três grandes

²⁰ Para Eliade (1965), todas as convenções de desenvolvimento têm um conteúdo teleológico, que faz parte do seu núcleo duro. Tal teleologia tem a mesma estrutura dos mitos.

convenções de desenvolvimento: a desenvolvimentista, a (neo)liberal e a do novo desenvolvimentismo, que marcam três posições distintas para o Estado.

A primeira convenção, denominada desenvolvimentista, propõe a industrialização a partir da substituição de importações e transferência de tecnologia, com vista a um desenvolvimento autônomo do Estado-nação, sendo forte sua intervenção não só na regulação da economia como também na sua execução.

A segunda convenção, denominada neoliberal, foca na mudança institucional da universidade, considerada principalmente como *locus* de fortalecimento de capital humano, e da empresa, que obterá o conhecimento técnico-científico por meio do mercado e da importação de tecnologias. A convenção neoliberal se opõe à ampliação do papel do Estado, que deve ser mínimo, pois o mercado se torna uma instância mediadora para prover seus serviços. Desse modo, o Estado dita as regras, mas não intervém. Essa convenção defende, ainda, que a liberdade econômica com base no mercado livre é a que possibilita as liberdades civis e políticas.

Na terceira convenção, denominada novo desenvolvimentismo, o Estado reassume seu papel de interventor. A universidade adquire novos papéis além da formação e qualificação de recursos humanos para suprir o *gap* de inovação existente. As empresas precisam se transformar e a cooperação com a universidade é um caminho, uma vez que o acesso à tecnologia via mercado aberto não produziu os resultados esperados.

O Quadro 8 sintetiza as informações do Capítulo primeiro, dividindo-as nas fases pelas quais passam a universidade e a industrialização. Observa-se que o Estado assume maior ou menor poder de intervenção nesse processo e uma maior ou menor convergência de interesses das instituições e dos atores da sociedade pode, também, ser percebida em cada fase.

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DA UNIVERSIDADE E DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	
Universidade	Industrialização
Período anterior à década de 1980: convenção desenvolvimentista	
<ul style="list-style-type: none"> – Criação da universidade brasileira para a formação profissional sem vínculos com as empresas – Criação de instituições, como o CNPq, a CAPES, e universidades federais – Elaboração da primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei n. 4.024/61), que tinha como foco o ensino e não a pesquisa – Reforma do ensino superior (Lei 5.540/68), que instituiu a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão – Institucionalização e implantação da Pós-Graduação (Parecer CFE n. 77/69) – Valorização da titulação e da produção científica 	<ul style="list-style-type: none"> – Primeiro Governo Vargas (1939-1945): autoritário e centralizador, caracterizado pelo nacionalismo, pelo trabalhismo e pela industrialização com vistas à independência econômica – Segundo Governo Vargas (1951-1954): modelo econômico nacional-desenvolvimentista com forte presença estatal (Estado do Bem-Estar Social) – Após a 2ª. Guerra (1945): indústrias de média tecnologia e sem inovações e tecnologias próprias (dependência tecnológica) – Papel da CEPAL: elevar os níveis de produtividade na América Latina para diminuir a diferenciação estrutural entre países centrais e periféricos
Década de 1980 a 2003: convenção neoliberal	
<ul style="list-style-type: none"> – Reivindicação por reformas no Estado – O conhecimento se torna o vetor de desenvolvimento e meio de ascensão dos sujeitos – Constituição cidadã (CF 1988) e nova LDBEN 1996 (Lei 9.394/96) e expansão do ensino superior privado – Ampliação da formação e da capacitação do sujeito 	<ul style="list-style-type: none"> – Busca da estabilidade macroeconômica para superar a crise da dívida externa, da dependência econômica e da inflação; privatização e desregulamentação – Ausência de políticas industriais e tecnológicas – Mercado supre necessidades
A partir de 2003: convenção novo-desenvolvimentismo	
<ul style="list-style-type: none"> – Mudanças nas questões socioeconômicas demandam um novo modelo de desenvolvimento – A universidade assume papel importante na produção de novos conhecimentos pela pesquisa e pela inovação – Novos instrumentos legais ampliam o alcance dos programas de financiamento em P&D. – Os gastos em P&D ainda são reduzidos e, por isso, a inovação se dá, principalmente, na atualização de produtos e processos 	<ul style="list-style-type: none"> – Para a economia crescer é necessário a cooperação entre as instituições que produzem conhecimento: universidade e empresas – Investimento em políticas industriais e fortalecimento de instituições voltadas para sustentar o desenvolvimento nacional, por meio da criação de incentivos fiscais, fomento da pesquisa e políticas de apoio (Lei de Inovação, Lei do Bem, Fundos Setoriais) – As forças políticas e econômicas adotam posições antagônicas em relação ao papel do Estado: de um lado, os neodesenvolvimentistas e, de outro, os neoliberais – O Estado desempenha um papel crucial na superação do <i>gap</i> de competitividade devido à carência de conhecimento e tecnologia – Constituição ainda frágil do setor empresarial, obtendo resultados inferiores em termos de consolidação de empresas nacionais: predominam as pequenas e médias empresas – Necessidade de criação de um sistema de inovação e de uma estrutura de P&D

Quadro 8 – Síntese da evolução da universidade e da industrialização no Brasil.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Os elementos da convenção desenvolvimentista, apresentados no Quadro 8, mostram um consenso entre as instituições e os atores de que o desenvolvimento da nação se daria pela

industrialização do país, com a universidade assumindo o papel principal de formadora de recursos humanos. É o cenário de desenvolvimento socioeconômico tardio do Estado de Goiás e consequentemente de sua industrialização, que provoca a criação da UEG já no contexto de uma convenção neoliberal, como mostrado no Capítulo primeiro. Por isso, esse período foi apenas sumarizado no Quadro 8, não sendo retomado nesta seção.

A seguir, serão apresentadas as concepções de desenvolvimento de Amartya Sen (2000) e Peter Evans (1998, 2007), que transitam entre as convenções neoliberais e do novo desenvolvimentismo, o que significa concordar com a ideia de que não há, atualmente, uma convenção hegemônica, mas algumas convenções presentes na cena política e social, contribuindo, cada uma a seu modo, para o esforço de encontrar saídas para desenvolver o Estado-nação. As teorias sobre o desenvolvimento de um Estado, mesmo baseadas em razões científicas, não são neutras, pois ao serem construídas se estruturam a partir da “visão das coisas” dos sujeitos que as elaboram, a partir de suas crenças – conteúdo cognitivo – e do seu poder econômico e político (ERBER, 2011). Conforme explica Schumpeter (1964), o esforço analítico é sempre precedido por uma visão que seleciona os fenômenos a serem analisados e identifica seus relacionamentos.

Sen (2000), a partir de uma concepção neoliberal, parte da perspectiva de desenvolvimento baseada na liberdade das capacidades, com preocupação com a qualidade de vida e não apenas com os recursos ou a renda de que dispõem as pessoas, enquanto Peter Evans (2007), em sua abordagem alternativa de caráter institucionalista, pensa o desenvolvimento como o equilíbrio entre organização administrativa, participação democrática e sinais de mercado.

A concepção de desenvolvimento, para este autor, vai além da acumulação de riquezas e ressalta que a pobreza pode ser vista como privação da liberdade e não apenas como baixa renda, ou seja, a desigualdade se dá pela privação de capacidades e oportunidades. Diante disso, o desenvolvimento será possível se pensado como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Assim, a liberdade é considerada como o fim primordial (papel constitutivo) e o principal meio (papel instrumental) de desenvolvimento.

Para justificar a utilidade da riqueza, Sen (2000) afirma que ela é necessária para a obtenção das liberdades substantivas, que são a finalidade do desenvolvimento. As liberdades substantivas – as condições para evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez – incluem capacidades elementares e, como resultado, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas, sendo que “essas liberdades são partes integrantes do

enriquecimento do processo de desenvolvimento” (p. 53). Quanto ao argumento instrumental, “concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos – o que a lei garante e apoia – contribuem para a expansão da liberdade humana em geral” (p. 53), o que promove o desenvolvimento.

Sen (2000) aponta que a eficácia da liberdade reside “no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (p. 54). Daí, a identificação dessas liberdades: a da política, a de facilidades econômicas, a de oportunidades sociais, a de garantias de transparência e a de segurança protetora, que reforçam umas às outras e aumentam a capacidade das pessoas, o que se refere à noção de empoderamento.

Este autor também é contra a postura dos governos autoritários, por não concordar com a privação dos direitos políticos e civis, pois as pessoas têm que ter liberdade para decidir sobre assuntos públicos. Para tanto, é preciso atentar para a “expansão das liberdades” que, se valorizada, possibilita a promoção da iniciativa individual e da eficácia social. Quanto à relação entre liberdade e os mecanismos de mercado, ou seja, o desenvolvimento econômico, propõe a liberdade de troca e as transações sem impedimentos, pois “negar às pessoas as oportunidades econômicas e as consequências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações” (p. 41). Políticas que restringem oportunidades de mercado podem ter o efeito de restringir a expansão de liberdades substantivas que teriam sido geradas pelo sistema de mercado, principalmente por meio da prosperidade econômica geral. Afirma, também, que não há um “critério” de desenvolvimento único e, dada a heterogeneidade dos componentes distintos da liberdade, bem como a necessidade de levar em conta as diversas liberdades de diferentes pessoas, frequentemente, haverá argumentos em direções contrárias.

O papel do Estado e da sociedade se amplia no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. Para Sen (2000), é necessário equilibrar o papel do governo com o funcionamento dos mercados e combinar o uso extensivo dos mercados com o desenvolvimento de oportunidades sociais, o que deve ser visto como parte de uma abordagem ainda mais ampla que também enfatiza liberdades de outros tipos.

A tentativa de Sen (2000) é demonstrar que a “privação de capacidades é mais importante como critério de desvantagem do que o baixo nível de renda, pois a renda é apenas instrumentalmente importante se o seu valor derivado depende de muitas circunstâncias sociais e econômicas” (p. 156) e, assim, a necessidade salientada é a de ver as pessoas –

mesmo os beneficiários – como agentes, em vez de “pacientes inertes” (p. 163). Para isso, importa, no contexto dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativa de políticas na criação de oportunidades sociais.

A leitura de Evans (2007) revela a preocupação de encontrar possibilidades alternativas para a reforma do Estado no atual regime neoliberal global, no sentido de o Estado promover serviços públicos e bens coletivos à maioria da população.

Este autor busca subsídios nas teorias de Max Weber sobre a Burocracia. Na visão de Weber (*apud* EVANS, 2007, p. 63), “a capacidade do estado para sustentar os mercados e o processo de acumulação capitalista depende da burocracia ser uma entidade corporativamente coerente, na qual os indivíduos veem os objetivos corporativos como a melhor forma de maximizar seus interesses individuais”. Sendo assim, Evans (2007) entende que o burocrata atinge seus objetivos apenas quando os objetivos institucionais são alcançados. A burocracia, nesse caso, não é vista de forma pejorativa, mas como dinamizadora das forças desse mesmo Estado que já não caminha em oposição à sociedade civil e ao mercado.

Aqui, o processo de dependência de trajetória tem o caráter de predisposição à mudança e não de reprodução dos padrões existentes, porque para North (2005), o processo de *path dependence* é aquilo que capacita os atores a modificarem a trajetória. Segundo North (1990, p. 99), o conceito de dependência de trajetória significa que “a sobrevivência tenaz de restrições institucionais em face de alterações radicais das regras formais do jogo é a melhor evidência das características de retornos crescentes de estrutura institucional”. Segundo o autor, com o tempo, os atores são capazes de experimentar múltiplas estratégias e com elas descobrirem os limites e possibilidades institucionais. Além disso, ele assegura que os modelos mentais evoluem, refletindo a retroalimentação que deriva das novas experiências. Assim, o conceito de dependência da trajetória (*path dependence*) é oferecido justamente como a ferramenta analítica para entender a importância de sequências temporais e do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais.

Evans (2007) não concorda com a proposta keynesiana em que o Estado aparece como benevolente, eficaz e onipresente quanto à regulação. Entretanto, também não aceita o Estado mínimo, encolhido, que transfere ao mercado – e, conseqüentemente, a uma lógica meramente de oferta e demanda – as responsabilidades inerentes ao desenvolvimento. Segundo ele, esta lógica não satisfaz por não considerar as interações precedentes – principalmente, as culturais, – que têm suma importância no incremento de iniciativas de mercado e de desenvolvimento.

O argumento de Evans (2000) reforça o quanto são necessários o conceito de dependência de trajetória e a incorporação da análise histórica, por permitirem elucidar os mecanismos causais que atuam nas atividades do Estado, ou seja, nas ações de seus governantes. Sendo assim, a análise da universidade no Brasil e em Goiás, nesta tese, considera que sua configuração institucional na atualidade é resultado de escolhas realizadas em diferentes momentos de inflexão das políticas educacionais perpetradas pelo Estado, isto é, as escolhas das políticas atuais sofrem constrangimento dos efeitos das escolhas políticas que as precederam.

Na verdade, Evans (2007) postula que existe um papel fundamental do Estado em fomentar o aparecimento de um empresariado atuante na busca e no desenvolvimento de oportunidades. O mercado, aqui revisitado, não se opõe, mas complementa e até depende da correta atuação conjunta entre Estado e sociedade, numa cumplicidade que supera os interesses individuais em prol dos interesses institucionais e desenvolvimentistas. Mais uma vez o conceito de *path dependence*, proposto por North (2005), corrobora essa assertiva, uma vez que, para o autor, as instituições e as crenças derivadas do passado influenciam as escolhas do presente. A noção de *path dependence* tem papel crucial na compreensão de como os atores, em conjunto, podem agir frente aos obstáculos, com maior ou menor flexibilidade, buscando descobrir opções ainda inexploradas (NORTH, 2005).

Em relação às convenções de desenvolvimento apresentadas por Sen (2000) e Evans (2007), ambas apresentam pontos divergentes e convergentes.

Quanto às divergências, importa destacar que enquanto Sen (2000) assume uma perspectiva individual de desenvolvimento, a partir da garantia das liberdades humanas, sendo estas cruciais às disposições econômicas, sociais e políticas, Evans (2007) entende o desenvolvimento como resultante da conjunção entre um Estado atuante e internamente direcionado para fomentar junto à sociedade civil um mercado que gere riqueza e desenvolvimento, portanto, uma perspectiva coletiva/institucionalista. Evans (2007) entende que o mercado deve ser estimulado pela ação do estado burocrático em conjunto com a sociedade civil, estando este mercado dependente do Estado, enquanto Sen (2000), como liberal que é, postula que qualquer restrição de ação do indivíduo no mercado atenta contra a sua liberdade.

Quanto às convergências, é possível dizer que, guardadas as perspectivas e os contextos de cada um, nenhum dos dois autores supera a ideia da acumulação capitalista. Os dois entendem que não deve haver oposição entre Estado e sociedade civil e muito menos

entre estes e o mercado, devendo haver uma conjugação destes com o objetivo de alcançar o desenvolvimento. É, também, convergente, nestes autores, a ideia de que o mercado depende de fatores que extrapolam às leis de auto-regulação (oferta/demanda), como os fatores passionais e culturais presentes em cada sociedade.

Em síntese, é possível dizer que as convenções de desenvolvimento de um país devem se estender por toda a vida social, ampliando a saúde, a educação e qualidade de vida, conforme indica Sen (2000), mas só isso não resolverá a condição do cidadão. Para que ocorra e se amplie o desenvolvimento, é preciso considerar a capacidade produtiva dos indivíduos, o estágio do processo de produção do país e, com isso, elaborar e implementar estratégias que levem em consideração o campo social e o econômico. Desta forma, concorrem para o desenvolvimento de um país a elevação da qualificação dos profissionais, o desenvolvimento tecnológico, a infraestrutura científica, as políticas industriais, e o estímulo ao crescimento e ao fortalecimento das empresas.

Diante do exposto e considerando que há diferentes convenções de desenvolvimento em disputa, que se propõem a ampliar o desenvolvimento do Estado, a questão que interessa investigar é: que elementos de diferentes convenções são assumidos pelos atores sociais tanto na criação, quanto na evolução da UEG e, ainda, quais as crenças que estruturam as atividades desta instituição?

2.5 Abordagens teóricas sobre relacionamento universidade e empresa

Esta seção apresenta as abordagens que discutem o papel da universidade no desenvolvimento socioeconômico e as diferentes maneiras de compreendê-lo. São elas a abordagem da *hélice tríplice*, que entende a universidade como criadora de conhecimento e de empresas; a abordagem dos *sistemas de inovação*, que considera a universidade como formadora de recursos humanos qualificados e parceira das empresas na geração de conhecimento para a inovação; e a abordagem *latino-americana*, que considera a universidade como um ator do desenvolvimento social por meio da geração de conhecimento que soluciona os problemas sociais.

2.5.1 A abordagem da hélice tríplice

A abordagem discutida, a seguir, é a do modelo da *hélice tríplice*, a partir do referencial de Etzkowitz e Leydesdorff (1995, 1997 e 1998), que o conceberam com o propósito de explicar o relacionamento entre os atores (jogadores, participantes) na criação e difusão do conhecimento e na inovação. Este modelo se constitui de três esferas de influência que representam as universidades, como criadoras de conhecimento; as empresas, como usuárias do conhecimento; e o Governo que, por meio de suas políticas e agências, influencia na regulação e estimula ações e atividades empreendedoras.

A abordagem da hélice tríplice pode ser usada para interpretar o processo de mudança interna da universidade e, de certa forma, estimula a cultura empreendedora desta instituição. Conforme Etzkowitz *et al.* (2000), a emergência da universidade empreendedora é uma resposta para a crescente importância do conhecimento no sistema de inovação nacional e regional, e o reconhecimento de que a universidade é um ator principal, um inventor criativo e um agente de transferência tanto do conhecimento quanto da tecnologia. Os estudos de Etzkowitz e Leydesdorff (1999) afirmam que o modelo da hélice tríplice é apropriado para abordar o atual sistema de pesquisas em seu contexto social. Destacam, ainda, a importância dos pesquisadores das universidades como elementos-chave que influenciam o resultado da transferência do processo de tecnologia no desenvolvimento econômico regional, pois a ciência e a tecnologia têm assumido um papel essencial para o desenvolvimento dos países e os sistemas de inovação têm sido historicamente importantes no que se refere ao alcance de competitividade em nível nacional.

A abordagem da hélice tríplice adota uma perspectiva evolucionária, em que a análise histórica (*path dependence*) é considerada necessária, uma vez que possibilita a compreensão de que os atores envolvidos têm que aprender a superar as contingências que se apresentam ou que existam no sistema de inovação emergente.

Esta abordagem sofreu influências ao longo de sua construção e pode ser interpretada a partir da evolução do conceito, que abrange as esferas do Estado, da indústria e da universidade. Assim, esta abordagem propõe: (a) a criação de um foco comunicativo entre estas instituições, que podem ser movidas para um grau maior ou menor de interação; (b) que este componente comunicativo e a compreensão das interfaces entre as diferentes funções operem em um modelo distribuído que produza, potencialmente, novas formas de comunicação como em uma interface de transferência de tecnologia; e, ainda, (c) a

compreensão de que as esferas institucionais – a universidade, a empresa e o Governo – além de suas funções tradicionais, sejam capazes de assumir outros papéis, sendo um complexo conjunto de tópicos organizacionais entre as esferas que, crescentemente, quebram as barreiras entre si. Um exemplo disso se refere ao fato de a universidade assumir parte da responsabilidade da empresa ou do Estado, ou seja, criar uma penumbra industrial ou assumir o papel do Governo, que é o de apoiar o desenvolvimento e as inovações locais ou regionais.

Ao considerar este movimento, é preciso destacar que a hélice tríplice não propõe mesclar as comunicações diferentes, mas permitir a reflexão sobre os diferentes sistemas de valor e, ao definir cada instituição, reitera a ideia de que cada uma delas tem suas funções próprias, sendo que novos códigos de comunicação são desenvolvidos na transição que elas causam pelas interações (ETZKOWITZ; LEYDERDORFF, 1999).

Para Etzkowitz *et al.* (2000), esta abordagem representa o sistema de inovação em que os atores assumem um movimento em espiral que captura múltiplas relações recíprocas como pontos diferentes no processo de produção de conhecimento. As três hélices, representadas pela universidade, pela empresa e pelo Governo, têm múltiplas formas de se relacionar e o autor apresenta três dimensões. A primeira dimensão trata da transformação interna (ocorre dentro de cada uma das hélices), tal como o desenvolvimento de laços laterais entre companhias, por meio de alianças estratégicas, ou a missão de desenvolvimento econômico pelas universidades. A segunda dimensão é a influência de uma hélice sobre a outra, e a terceira é a criação de um envolvimento de redes e organizações trilaterais a partir do envolvimento das três hélices, formado com o propósito de fazer surgirem novas ideias e formatos para o desenvolvimento de alta tecnologia.

A justificativa do modelo da hélice tríplice, de acordo com Etzkowitz e Leyderdorff (1998), fundamenta-se em diversos argumentos. Um deles seria que a oposição entre as três instituições tem um custo maior para o país; outro seria a importância do global e do local, pois o desenvolvimento global induz o desenvolvimento local e as recombinações locais constituem a variação para o sistema numa ordem maior, que é o global.

Nesta tese, esta abordagem ajuda a compreender as transformações internas pelas quais a universidade precisa passar para desempenhar um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico.

2.5.2 A abordagem do sistema de inovação

O sistema de inovação é um conceito síntese da elaboração evolucionista ou neo-schumpeteriana. Schumpeter (1964) teorizou sobre a relação entre inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico, mostrando que a geração e uso das inovações e os processos de difusão das mesmas são fundamentais para o crescimento da economia que se faz em um processo dinâmico.

Nas duas últimas décadas do século XX, a discussão sobre inovação tem sido crescentemente utilizada pela relevância dada à criação, produção e difusão do conhecimento. Assim, na tentativa de compreender a dinâmica capitalista com foco na inovação, a abordagem do sistema de inovação tem como principais autores Freeman (1987) e Lundval (1992), que, em suas proposições, mesmo tendo suas variantes, concordam no aspecto de que o esforço coletivo é a base para os processos de inovação nas empresas. Portanto, aprofundaram a discussão sobre o conceito de sistema de inovação por meio de estudos para compreender a dinâmica de inovação em diferentes países e os diversos aspectos que afetam o desempenho do sistema. Para Freeman (1987), o processo de crescimento japonês, ocorrido entre 1945 e 1980, por exemplo, sugeria que ele só poderia ser explicado levando-se em consideração a ênfase dada pela sociedade japonesa à tecnologia, à inovação e aos diversos fatores qualitativos e sistêmicos que afetavam o processo inovativo.

A abordagem dos sistemas de inovação considera a empresa o *locus* principal do processo de produção e acumulação de conhecimento, por ser o lugar onde as pessoas vivem no seu mundo de trabalho e, também, pela necessidade de constante introdução de inovações exigidas pela concorrência. Mas, a empresa, mesmo sendo central, não é o único espaço de conhecimento, por não ser a inovação um ato isolado e sim um aprendizado interativo. Assim, outras organizações, como as universidades e o ambiente sociocultural, são fontes importantes para a criação de inovação.

No contexto da sociedade da informação, a inovação é, portanto, considerada fundamental no desenvolvimento de produtos, processos e serviços. Assim, a inovação se faz necessária para a sobrevivência dos mercados cada vez mais competitivos. A competitividade do mercado faz com que as empresas busquem interações de proximidade com outros atores que produzem conhecimento e isso se constitui em um diferencial porque “pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (CASTELLS, 1999, p. 51). Dessa forma, a criatividade

humana e a capacidade inovativa devem ser desenvolvidas nos diversos ambientes. A universidade, todavia, como *locus* de formação, assume papel importante nesse processo, na medida em que chama para si o processo de ensino e aprendizagem. A forma como o aluno aprende a solucionar problemas, como o professor media o conhecimento e como isso se constrói culturalmente na sociedade pode ser a chave para as estratégias de desenvolvimento.

A abordagem do sistema de inovação prima pela interação da empresa com as instituições e os fatores econômicos, políticos e sociais. Sua importância para este estudo reside no fato de considerar a universidade como ator de relevância na geração de inovação, tanto por ser produtora e difusora do conhecimento, como por ser responsável pela formação, articulada entre o ensino e a pesquisa, de sujeitos capacitados para atuar de forma competente.

A perspectiva de Freeman (1974) tem como ponto de partida o sistema de produção e o fato de que partes importantes da base de conhecimento são tácitas (POLANYI, 1966) e emanam do aprendizado baseado em rotinas – fazendo, usando e interagindo. A teoria schumpeteriana relativa aos processos de destruição criativa indica que os períodos de elevado crescimento ou de profundas recessões na economia mundial estão associados à difusão de novos paradigmas técnico-econômicos, em que a estrutura socioinstitucional necessita se adaptar à difusão de novas tecnologias. O surgimento e a difusão de um novo paradigma levam a um diferenciado agrupamento de insumos no universo produtivo, com menor estrutura de custo e com disponibilidade de fornecimento por longos períodos, possibilitando um conjunto de inovações organizacionais e tecnológicas relacionadas (FREEMAN; PEREZ, 1988).

Para Lundvall (2007), a inovação refere-se ao processo de introdução de novas ideias na esfera do mercado e no centro do sistema de inovação corrente está o empreendedorismo coletivo, isto é, muitos agentes interagindo, trabalhando juntos para introduzir mudanças no desenvolvimento local. Portanto, a inovação é um processo altamente interativo.

De acordo com Lastres, Cassiolato e Arroio (2005, p. 98), a preocupação inicial do conceito de sistema de inovação era a “importância da ligação entre as empresas e as instituições no desenvolvimento de novas tecnologias e [...] o reconhecimento de que a inovação é um processo interativo”, sintetizando as duas perspectivas, “a co-evolução de estruturas econômicas e instituições e a forma como essa co-evolução afeta a produção e o uso do capital intelectual”. Assim, o desempenho da economia “é sistêmico, no sentido de que depende não apenas das capacidades de inovação das empresas individuais, mas também de

como elas interagem entre si e com o setor financeiro, as organizações de pesquisa e o Governo”.

Para Nelson e Winter (2000), inovação pode ser definida como os diversos processos por meio dos quais evoluem as tecnologias ao longo do tempo e ainda como um esquema intelectual coerente que integra o conhecimento existente e permite fazer previsões que vão além dos feitos particulares. Esses autores consideram que a inovação destrói continuamente o equilíbrio e abordam a questão das incertezas e expectativas, uma vez que a inovação implica em incerteza e uma teoria útil de inovação deve admitir a diversidade e o desequilíbrio das escolhas.

Na opinião de Edquist (1997), o conceito de sistema de inovação é uma ferramenta útil não só para entender o processo de inovação, mas, também, os processos de produção e distribuição de conhecimento na economia. Diante disso, o sistema de produção é o ponto de partida para o sistema de inovação formado por um complexo arranjo institucional que, impulsionando o progresso tecnológico, contribui com a riqueza das nações.

Conforme Paranhos (2010), a falta de dinâmica inovativa no setor empresarial nos países em desenvolvimento reduz a demanda por conhecimento e não estimula a cooperação entre as instituições. A abordagem do sistema de inovação tem sido também apropriada por diferentes autores com enfoques no sistema regional (COOKE, 1996); setorial (BRESCHI; MALERBA, 1997); e local (LATRES; CASSIOLATO; ARROIO, 1999; AROCENA; SUTZ, 2003).

O desenvolvimento do contexto local é importante por produzir, de acordo com Cooke (1996), uma identidade coletiva, reforço de confiança mútua e estabelecimento de redes de relacionamento efetivas e flexíveis (redes econômicas e cognitivas), o que apoia a criação e a disseminação do conhecimento.

2.5.3 A abordagem de autores latino-americanos

O principal *locus* de produção de conhecimento na América Latina é a universidade. O papel da universidade nesta abordagem é o de contribuir com o desenvolvimento social de países com menos tecnologia e, portanto, dependentes de outros países mais desenvolvidos.

Compreender o papel da universidade no contexto global, mas, ao mesmo tempo levando em consideração sua condição nos países da América Latina, em específico no Brasil

e no Uruguai, a partir de estudiosos como Arocena, Bortagaray e Sutz (2008), Dagnino (2003), Dias Sobrinho (2005) e Catani e Oliveira (2002), entre outros que estudam a universidade em sua relação com o desenvolvimento social, é o objetivo desta subseção.

Assim, a universidade é considerada como um ator estratégico, ativo e responsável pela diminuição da desigualdade social e pelo processo de criação e disseminação de novos conhecimentos e de novas tecnologias, a partir de pesquisa básica e pesquisa aplicada, sendo capaz de combater o subdesenvolvimento, a pobreza e a miséria destes países (AROCENA; SUTZ, 2005).

Na atual “era do conhecimento”, os países em desenvolvimento buscam se integrar ao contexto global e avançar em suas economias. Para isso, necessitam privilegiar a produção e difusão da ciência e, portanto, do conhecimento que, como dito antes, é um recurso importante para o mundo do trabalho e que precisa ser acessado pelos sujeitos para melhorar suas oportunidades e o desenvolvimento local.

De acordo com Lundvall (2007), a orientação para os países menos desenvolvidos é reformar o ensino superior no intuito de construir universidades mais fortes e articuladas com o modelo regional, para o que recomenda uma reforma profunda no método de ensino, retirando os problemas da realidade doméstica e uma experiência de integração com as práticas locais. A universidade é uma estratégia para os países menos desenvolvidos, por trazer inovação e aprendizagem para o seu desenvolvimento. A aprendizagem e a forma como os graduados usam suas competências e habilidades em seu contexto serão diferenciadas de acordo com o currículo da universidade. Desse modo, estudar o papel da universidade atrelada à discussão da inovação se faz importante por ser o processo de inovação cumulativo e dependente da capacidade endógena e, ainda, por se basear no conhecimento tácito que se localiza em determinada região.

Arocena, Bortagaray e Sutz (2008) reconheceram o crescente papel do conhecimento científico e tecnológico como importante recurso econômico, mas informam que este tende a provocar maiores desigualdades entre os países em nível mundial, pois quem tem acesso ao conhecimento é capaz de utilizá-lo e criar maiores oportunidades e capacidades. Ao contrário, os países que não acessam o conhecimento, não têm as mesmas possibilidades e podem perder suas oportunidades. Os autores afirmam que entre os países do Norte e do Sul há uma fonte de desigualdades que se amplia principalmente pelo acesso ou não ao conhecimento, pois a diferença entre esses países se dá pela técnica, pela evolução tecnológica e, ainda, pelo alto conteúdo político.

Dentre os países da América Latina, o Brasil é um dos que apresenta como característica peculiar um regime de incentivo para pesquisa que se revela desalinhado, ou seja, há uma lacuna entre a produção científica e a inovação tecnológica efetiva. Existe, portanto, uma baixa expectativa do conhecimento gerado publicamente ser transferido para aplicações comerciais ou industriais no intuito de gerar ganhos de produtividade e competitividade, sem mencionar que grande parte das pesquisas não está orientada a resultados (RODRIGUES; DAHLMAN; SALMI, 2008).

Esses autores consideram reduzida a relação universidade-empresa por ser pouco entendida a importância desse relacionamento e isso agrava o desalinhamento entre elas, pois na América Latina o principal *locus* de produção de conhecimento ainda é a universidade (AROCENA; SUTZ, 2005). Mesmo que os países estejam buscando diminuir a incompletude dos seus sistemas de inovação, as situações relacionadas a esses conceitos são frágeis.

A condição da universidade brasileira se diferencia da condição da universidade nos países desenvolvidos. Para Dagnino (2003), no Brasil, a produção de ciência e de pesquisa não representa uma prioridade nacional, diferentemente, por exemplo, dos EUA, que possuem rica infraestrutura disponível, forte participação da União em financiamento de pesquisa e bolsas, acesso da maioria dos alunos ao ensino e um corpo de professores altamente qualificados. Nos países europeus, os Governos têm facilitado a colaboração universidade-empresa a partir de projetos de pesquisas aplicadas e desenvolvimento de tecnologias. Para Velho (1996), na América Latina, vários projetos vêm sendo levados a cabo com o intuito de aproximar universidades e empresas, como ocorre na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, mesmo que no Brasil o envolvimento da universidade com o setor produtivo tenha se restringido a atividades de assistência técnico-científica às empresas.

Para Dias Sobrinho (2005), a universidade deve ter responsabilidade social e fortalecer a vida democrática, a justiça social e o aprofundamento da ética e do sentido estético da sociedade. Entende-se, portanto, que a universidade no Brasil e nos países em desenvolvimento deve propor-se a produzir e socializar conhecimentos que tenham não só mérito científico, mas também valor social e formativo. Ou seja, que tenha sentido de pertinência social, que envolva a capacidade de resposta às demandas e às carências da sociedade, sendo importante para o desenvolvimento econômico e tendo sentido de cidadania pública. Ainda para Dias Sobrinho (2005), a tarefa é pensar a universidade como aquela instituição que possa instaurar uma ética da responsabilidade social, que vincule os atores acadêmicos e os agentes da sociedade civil organizada às agendas públicas realmente voltadas

ao atendimento das demandas da população e não à legitimação do mercantilismo da globalização neoliberal.

Dias Sobrinho (2005) afirma que apesar de ser considerada como um dos atores centrais no desenvolvimento do país, o financiamento da universidade tem sido cada vez mais negligenciado pelos poderes públicos. Em quase todos os países houve uma queda considerável nos investimentos públicos na educação superior, o que beneficiou, além de outros fatores, um grande avanço da iniciativa privada.

O Brasil apresenta um ensino superior com expressiva hegemonia de instituições privadas que atuam principalmente com cursos de graduação e são as instituições públicas que contemplam o setor de pós-graduação *stricto sensu*. Verifica-se que no setor público há, de um lado, universidades públicas altamente produtivas e, de outro, as que não têm compromisso efetivo com o ensino e a pesquisa. Portanto, o ensino superior se caracteriza por forte heterogeneidade. O ensino privado também apresenta forte heterogeneidade e sugere que a principal delimitação hoje não é mais "entre o estatal e o privado", mas aquela que demarca "a diferença específica entre a excelência e a mediocridade" (CUNHA, 2007b).

A universidade no contexto de globalização e inovação, na maioria das vezes, não está preparada para responder às demandas e pressões atuais e isso é uma condição geral, pois tem ocorrido tanto nos países centrais, que possuem instituições estruturadas, como em países em desenvolvimento. Isso amplia as diferenças entre os países, pois é visível a divisão internacional entre os que produzem e controlam o uso dos conhecimentos e outros que não têm meios para produzir conhecimentos e, assim, os primeiros definem qual o conhecimento importa para o mercado.

Para Catani e Oliveira (2002), o processo de transformação pelo qual passa a universidade pública brasileira seria decorrência da confluência de diversos fatores, sendo um deles, a busca de maior legitimidade institucional, o que tem induzido a maioria dessas instituições, particularmente as de menor porte, a procurar uma maior aproximação com o setor produtivo e com a comunidade local.

Na abordagem dos autores latino-americanos, na sua essência, a universidade deve ser orientada, primordialmente, para o cumprimento de sua função social, por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, suas funções básicas.

Neste Capítulo, foram apresentados diferentes conceitos e abordagens sobre o papel da universidade no contexto de uma economia profundamente enraizada na produção,

distribuição e uso de conhecimentos. É nesse contexto que se redefine a importância do conhecimento, sua caracterização e produção na universidade e na empresa, com apoio do Estado. O conhecimento é considerado fundamental, pois o papel que assume no atual processo produtivo leva a universidade e a empresa a se tornarem lugares de produção de conhecimento.

Universidade, empresa e Estado, nesta tese, são entendidos como instituições e organizações de cujo relacionamento depende, em grande parte, o desenvolvimento local. Por isso, precisam ser estudados para se perceber as condições de interação entre eles, ou seja, a relação entre universidade, empresa e Estado.

No contexto da inovação, a universidade e a empresa têm sido discutidas por serem centrais no desenvolvimento atual e futuro. A contribuição dessas instituições tem sido pensada no longo prazo, pois os problemas futuros podem ser parcialmente previstos a partir dos atuais. A reforma dessas instituições é uma condição necessária para que possam responder, de forma positiva, às demandas sociais pela democratização do conhecimento. Assim, a discussão se dá pela atual tendência da universidade de se converter em co-protagonista da capitalização do conhecimento, solução de problemas sociais e com isso mudar sua direção para uma maior difusão e comercialização de seus resultados de pesquisa, como maneira de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico. Da mesma forma, a empresa passa, também, por transformações que permitem que ela dialogue com a universidade na produção de conhecimento técnico-científico.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Uma explicação é sempre algo incompleto: sempre podemos suscitar um outro porquê. E esse novo porquê talvez leve a uma nova teoria, que não só “explique”, mas também corrija a anterior

Popper, 1997.

O presente Capítulo apresenta a metodologia utilizada nesta investigação. A proposta é apresentar como se deu o desenvolvimento desta pesquisa, identificando os procedimentos metodológicos utilizados, a descrição dos instrumentos de coleta de dados e das técnicas de análise e interpretação dos resultados.

3.1 Objetivos, questões e hipóteses da pesquisa

O objetivo geral desta investigação é analisar o papel e a evolução da UEG nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para compreender suas interfaces com os atores do desenvolvimento local.

Do objetivo geral foram derivados os seguintes objetivos específicos:

- identificar o contexto histórico e socioeconômico que desencadeou as diretrizes políticas que culminaram na criação da UEG, influenciando também sua evolução;
- discutir, a partir do referencial teórico adotado, o papel da universidade no contexto de globalização e inovação da sociedade do conhecimento
- analisar, a partir da visão dos dirigentes, as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UEG, relacionando-a ao processo de produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento local;
- identificar, a partir da visão dos atores locais, os tipos de relacionamento, as motivações e barreiras existentes na interação UEG-empresa, com vistas ao desenvolvimento local

A pergunta central deste estudo pode ser assim formulada: em que medida a UEG tem consolidado sua proposta de ampliação do acesso ao ensino superior e como isso tem contribuído para o desenvolvimento do Estado de Goiás, no atual contexto capitalista de reestruturação produtiva e do sistema regional de inovação? Outra pergunta complementar a

essa é: em que medida a política de ensino superior da UEG define orientações para a formação de trabalhadores e para a criação de conhecimentos que contribuam com o desenvolvimento regional? Como se dá o relacionamento entre a UEG e as empresas, órgãos do Governo e outras instituições locais?

As hipóteses que orientam a presente investigação podem ser assim formuladas:

- A UEG, criada para promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado, se destacou mais pelo seu papel de formadora de recursos humanos, por meio da atividade de ensino, do que pelo seu papel de produtora de conhecimento e inovação, por meio da pesquisa.
- A UEG, dadas as suas condições atuais de infraestrutura científica e tecnológica, dificilmente poderá se tornar uma Instituição empreendedora e inovadora no contexto de reestruturação produtiva em que está inserida.
- A UEG, com 42 UnU, estrategicamente distribuídas no Estado, não tem conseguido estreitar seu relacionamento com outros atores locais, principalmente, as empresas, com vistas a estimular a produção e a difusão do conhecimento, promovendo o desenvolvimento local.

3.2 A abordagem metodológica

A investigação sobre a universidade e o desenvolvimento local, aqui realizada, adota os pressupostos da abordagem qualitativa. O que justifica essa escolha é o potencial que essa abordagem apresenta para uma interpretação do objeto de estudo a partir da compreensão de suas inter-relações, possibilitando, assim, conhecer e caracterizar de maneira mais concreta a instituição investigada. Minayo (1994) salienta que as abordagens qualitativas são aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade. Assim, a escolha do método qualitativo se dá pela preocupação com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, entre outros elementos. A escolha da UEG como objeto de estudo está centrada no diálogo entre argumentos e contra-argumentos sobre o papel da universidade e seu relacionamento com os atores do desenvolvimento local, investigados com diferentes dados e variáveis coletados e analisados a partir da problemática levantada.

Para desenvolver o trabalho de campo, optou-se pelo método do estudo de caso, uma vez que é uma abordagem qualitativa e se propõe a revelar e “investigar um fenômeno

contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39). Esse caso único, além de fazer parte do contexto da prática real de trabalho da autora, o que em parte facilitou o relato dos elementos da investigação e a possibilidade de múltiplas evidências para construir a interpretação da pesquisa, foi abordado com base em diversas fontes de informação sobre o objeto. Assim, para a compreensão do fenômeno em profundidade, a principal fonte de dados foi a própria situação natural da instituição pesquisada em sua estrutura de recursos humanos e materiais, por serem as ações mais bem compreendidas quando observadas em seu ambiente habitual de ocorrência (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Outra consideração que foi adotada diz respeito às condições das habilidades necessárias ao pesquisador, tais como saber ouvir, ser adaptável e flexível, formular perguntas e interpretar as respostas com a preocupação de não se deixar influenciar por suas próprias ideologias e, ainda, entender que situações novas podem ser vistas como oportunidades e não como ameaças (YIN, 2010).

A metodologia utilizada buscou investigar o papel da universidade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, na produção e difusão do conhecimento, partindo da busca de possibilidades explicativas que poderiam abranger os múltiplos aspectos do objeto de estudo.

Para Yin (2010), a metodologia do estudo de caso pode ser classificada de acordo com seu conteúdo e seu objetivo final. O estudo de caso descritivo faz um relato detalhado de um fenômeno social que envolve sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos. Um estudo de caso interpretativo busca encontrar padrões nos dados e desenvolver categorias conceituais para ilustrar, confirmar ou se opor às suposições teóricas. Já o estudo de caso avaliativo, em que dados e informações são obtidos de forma cuidadosa, empírica e sistemática, tem como objetivo apreciar o mérito e julgar os resultados e a efetividade de um programa.

No caso da presente pesquisa, os tipos mais adequados são os que se caracterizam por serem descritivos e interpretativos, pois se busca investigar de forma intrínseca uma universidade brasileira dentro do contexto de reestruturação produtiva e de inovações, para relatar o fenômeno em sua estrutura, suas atividades, suas mudanças e seu relacionamento com os atores locais. A proposta, portanto, foi utilizar a pesquisa descritiva, que objetiva conhecer e interpretar a realidade nesse tipo de investigação e descobrir e observar o objeto de estudo, procurando descrevê-lo, interpretá-lo e analisá-lo.

No decorrer da pesquisa foi se desenvolvendo um processo metodológico, ou seja, um conjunto de procedimentos e/ou atividades sistemáticas que possibilitaram a confiabilidade e a racionalidade do caminho a ser seguido. Para tanto, adotou-se um procedimento formal e reflexivo, baseado em conhecimentos teóricos e empíricos. Dessa forma, o método foi se construindo a partir de passos caracterizados pela abordagem evolucionária e também pela contribuição de outros ramos do conhecimento relacionados às áreas da Educação, Sociologia e Ciências Políticas, conforme apresentado no Capítulo segundo.

Yin (2010) afirma que, inicialmente, como em qualquer outro tipo de pesquisa, o estudo de caso destaca três princípios para um bom uso de suas técnicas: utilização de várias fontes de evidência; criação de um banco de dados; e manutenção de um encadeamento de evidências, com base na coleta de dados. Para a coleta de dados podem ser utilizados documentos, registros em arquivos, aplicação de questionários, realização de entrevistas, observação direta e observação participante, dentre outros recursos, instrumentos e procedimentos.

Neste estudo, a coleta de dados secundários utilizou diversas fontes de evidência a partir de instrumentos de observação indireta, como revisão bibliográfica e pesquisa documental, que, evidentemente, constituem-se em um banco de dados para fundamentar a pesquisa empírica; e de observação direta e participante, a partir dos dados primários, por meio de questionário e entrevistas. Para a coleta de dados por meio do questionário foram utilizados os formulários eletrônicos do *Google Docs*, com questões fechadas e abertas. As entrevistas foram orientadas para a descoberta da visão dos diferentes atores e seus segmentos, a partir de um roteiro de questões abertas, formuladas a partir da literatura teórica e do reconhecimento prévio do campo de pesquisa²¹.

A análise das percepções dos atores que participaram da pesquisa pode ser considerada válida e confiável, por buscar refletir as opiniões dos entrevistados além das aparências e, ainda, por elaborar uma análise teórica do fenômeno social, que é a UEG, baseada no cotidiano dos atores. Para descrever e interpretar de forma sistemática o material coletado nas entrevistas, a técnica de pesquisa utilizada foi a análise de conteúdo, por ser “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam

²¹ É importante ressaltar que “campo de pesquisa” se define como “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço” (MINAYO, 1994), ou seja, representa a realidade empírica a ser estudada a partir do referencial teórico que sustenta o objeto de estudo.

inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens” (BARDIN, 1979, p. 31). Neste sentido, o processo metodológico selecionado propôs ampliar o conhecimento sobre o tema a partir de um estudo descritivo e interpretativo em que a exploração dos dados proporcionou uma visão geral do objeto pesquisado.

3.3 Etapas de pesquisa

A seguir serão apresentadas as etapas desta pesquisa adotadas no percurso e na realização desta investigação, que teve início a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, por compreender ser primordial o conhecimento acumulado e documentado sobre o tema, seguindo-se a aplicação de questionários e entrevistas, o que permitiu abordar o tema de forma minuciosa, possibilitando construir pistas para fornecer uma visão de totalidade.

3.3.1 Estudos preliminares

A pesquisa empírica propriamente dita foi precedida de estudos e sondagens preliminares a respeito da realidade na qual está inserido o objeto de estudo. Os estudos preliminares acabaram se constituindo em uma alternativa metodológica de grande valia para o delineamento da investigação, dada a necessidade de conhecimentos prévios e sistematizados sobre o campo da pesquisa.

Os primeiros contatos com a UEG, na condição de pesquisadora, se deram a partir de conversas informais e de encontros presenciais, face a face, com atores da UEG, do Governo, de empresas e de outras instituições com algum vínculo com a temática a ser investigada, no intuito de visualizar possíveis sujeitos da pesquisa. Foram realizadas visitas a algumas UnU e a algumas instituições do Governo com a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa a ser posteriormente desenvolvido.

A sondagem preliminar do ambiente da pesquisa objetivou conhecer quais seriam as possibilidades de aceitação e acolhimento dos sujeitos e também contribuiu para definir os participantes da pesquisa, além de ter proporcionado o conhecimento *in loco* do campo a ser investigado, assegurando resultados mais proveitosos. Nos primeiros contatos, a pesquisadora fez uso das técnicas da observação direta e participante, visto que a realidade ia sendo

compreendida do ponto de vista de alguém que está inserido no caso e não fora dele, capaz, portanto, de apreender de forma detalhada os significados e as características situacionais a partir da observação direta, em tempo real e de forma contextualizada.

As observações foram registradas pela pesquisadora por meio de notas de campo, para assegurar a organização dos dados e a confiabilidade do estudo. A partir dos registros obtidos nos contatos preliminares com o campo de investigação, foi possível a elaboração de um *Guia Temático de Questões* que, embora pudesse ser reformulado de acordo com as exigências da investigação, tinha por finalidade facilitar a tomada de decisão sobre os rumos da pesquisa e servir de base para a elaboração dos instrumentos mais adequados para a coleta de dados.

Concomitantemente aos primeiros contatos estabelecidos com o campo de pesquisa, foi sendo realizado um levantamento bibliográfico de dados secundários, que serviu para definir a temática de estudo pretendida, pois a escolha do objeto e sua delimitação estão diretamente relacionadas com as condições para a realização da pesquisa, com a qualificação do pesquisador e com a própria relevância da investigação. No levantamento bibliográfico realizado não foi encontrada nenhuma pesquisa sobre a UEG e o contexto de inovação, e mais especificamente, sobre o relacionamento UEG-Empresa²².

Além da produção acadêmica, foram selecionados inicialmente documentos relacionados ao ensino superior no Brasil e em Goiás e, em específico, à constituição e atuação da UEG. Enfim, os dados reunidos nos contatos e nos estudos preliminares possibilitaram à pesquisadora uma visão geral do campo de estudo e da realidade em que está inserido, o que conferiu maior segurança na definição de estratégias de aproximação do objeto de estudo, Assim foi se delineando a estrutura da pesquisa.

Para a compreensão mais aprofundada da temática escolhida, foram utilizados dois procedimentos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

3.3.2 Pesquisa documental

A revisão da literatura pertinente ao tema indicou publicações imprescindíveis para se levar a bom termo a investigação, destacando-se, entre elas: a *LDBEN 1996 (Lei n. 9.394/96)*; o *PNE 2001-2010*; a *Lei do Sistema Educativo Goiano*, de 1998; a *Lei n. 13.456*, de 16 de

²² A UEG tem sido objeto de estudo de algumas dissertações e teses, desenvolvidas sob diferentes perspectivas, como os estudos de Moreira (2007), Ferreira (2009) e Carvalho (2013), entre outros.

abril de 1999, que trata da criação da UEG; e documentos institucionais, como os dois *Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI)*, de 1999-2009 e 2010-2019; o *Projeto Pedagógico Institucional (PPI)*; e o *Banco de Dados da CAAI*.

Outras fontes de dados secundários sobre o tema universidade e desenvolvimento local foram o *Diretório de Pesquisa do CNPq*, a *Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC)*, o *INEP*, o *IBGE*, a *Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN)*, e o *IMB*. Um documento importante da UEG, que sinalizou para o relacionamento entre a universidade e as empresas, foi o *Catálogo dos Grupos de Pesquisa da UEG/2011*²³, que se tornou referência para mapear o campo de pesquisa, pois identificava as UnU que eram “associadas a empresas” e, por conseguinte, tais sinalizações apontavam, *a priori*, para a seleção de UnU, cujo relacionamento com atores locais justificava serem investigadas mais detalhadamente, por meio de entrevistas.

Ao longo da pesquisa outras fontes documentais foram sendo disponibilizadas pelos atores e foram recolhidas pela pesquisadora para averiguação e possível complementação do banco de dados da pesquisa, como, por exemplo, em relação aos órgãos do Governo, os documentos disponibilizados pela *Coordenação de Inovação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SECTEC)*, os *Documentos de Credenciamento 2005/2006* e o *Processo de Recredenciamento da UEG*, de 2011.

3.3.3 Pesquisa bibliográfica

A partir da escolha do tema, foi realizada uma busca para se conhecer a produção acadêmica existente a seu respeito, fazendo-se uma revisão da literatura para estabelecer o Estado da arte, com o intuito não só de conhecer nuances e implicações da temática, mas também de desenvolver questões mais perspicazes e reveladoras sobre o objeto de estudo, na busca por algo que ainda não tivesse sido observado em outras pesquisas.

A finalidade da pesquisa bibliográfica foi coletar informações e conhecer, de forma geral, a temática a partir de um quantitativo expressivo de dados secundários presentes em livros e artigos de periódicos da área, em nível nacional e internacional, que foram estudados detalhadamente por meio de leituras e resenhas. Exemplo disso foram as consultas feitas a

²³ O *Catálogo dos Grupos de Pesquisa da UEG* contém informações postadas pelos líderes de grupo no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e reflete as linhas de pesquisa e as parcerias empresa-universidade (UEG, 2011).

bases de dados disponibilizadas, a partir de arquivos dos periódicos que tratam dessa temática, como *Research Policy* e a rede de pesquisa *Redesist Research*. Pesquisas online foram realizadas no *Portal de Periódicos da CAPES*, sendo empregadas as palavras-chave “universidade”, “empresa”, “inovação” e “desenvolvimento local”. Outros portais de busca, como os do *CNPq* e da *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* foram também pesquisados.

Por meio da revisão da literatura foi possível definir o referencial teórico para fundamentar a investigação, privilegiando-se, neste estudo, a visão de institucionalistas, como North (1991), Hodgson (2005), Evans (2004) e Chang e Evans (2005) por apresentarem conceitos esclarecedores a respeito do papel das organizações e das instituições na sociedade contemporânea. Entre as múltiplas visões sobre a universidade e a empresa, a revisão da literatura indicou, ainda, as três abordagens utilizadas para melhor interpretar a evolução da UEG:

- a visão da universidade como fomentadora do desenvolvimento econômico e criadora de empresas – *abordagem da hélice tríplice* (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1995, 1999);
- a visão da universidade como formadora de recursos humanos qualificados e como parceira das empresas para a inovação – *abordagem dos sistemas de inovação* (LUNDVALL, 2002; ROSENBERG; NELSON, 1994; MOWERY; SAMPAT, 2005); e
- a visão da universidade como agente do desenvolvimento social – *abordagem latino-americana*, proposta por autores brasileiros e uruguaios (DAGNINO, 2003; AROCENA; SUTZ, 2003, 2005; e DIAS SOBRINHO, 2005).

Outras fontes de pesquisa foram sendo agregadas à medida que se faziam relevantes para a construção do estudo, passando a integrar o referencial bibliográfico da tese.

Para garantir a qualidade e a validação da pesquisa, os dados foram coletados em múltiplas fontes de evidência e buscaram comprovar, ou não, as hipóteses, a partir do estabelecimento de um encadeamento das informações, com uso da técnica de triangulação de dados, que permitiu a convergência desses dados na investigação.

3.3.4 Pesquisa de campo

Além dos estudos teóricos, com base em referências bibliográficas e documentais, a natureza da pesquisa e as características do estudo de caso pressupõem que o pesquisador vá ao encontro dos sujeitos envolvidos lá onde estão, isto é, em seu ambiente natural de trabalho, não só para registrar eventos evidentes por si mesmos, mas para captar por meio de suas falas as percepções que têm da realidade em que atuam.

Assim, tornou-se possível conhecer o papel da UEG no desenvolvimento regional, não apenas a partir da sua estrutura e funcionamento, registrados em documentos institucionais, mas, sobretudo, a partir da perspectiva de seus atores e de atores locais que com ela se relacionam.

Para conhecer a visão que os sujeitos da pesquisa têm da instituição em que trabalham ou com a qual se relacionam foram utilizados, como instrumentos de coleta de dados, o questionário e a entrevista.

3.3.4.1 *Sujeitos da pesquisa*

O Quadro 9 apresenta uma visão geral dos segmentos representados na amostragem da pesquisa e seus respectivos atores²⁴, totalizando 145 participantes.

²⁴ O código dos entrevistados não corresponde à ordem em que aparecem no Quadro 9, mantendo-se, desta forma o anonimato. Por exemplo, o fato de o governador ser o primeiro ator dos órgãos do Governo não significa que o código OG1 refira-se ao governador.

SUJEITOS DA PESQUISA					
Seguimentos	Órgão/Empresa/Instituição	Atores	Qtd.	Cód.	Instrumento de coleta
Administração Central da UEG	Dirigentes vinculados à Reitoria da UEG	Reitor	7	AC	Entrevista (7)
		Vice-Reitor			
		Pró-Reitor de Ensino			
		Pró-Reitor de Extensão			
		Pró-Reitor de Pesquisa			
		Coordenador de Pesquisa e Inovação			
		Gerente de Pesquisa			
Unidades Universitárias da UEG	Gestores das UnU (42)	Diretor	21	DIR	Questionário (99)
		Coordenador de Ensino por Curso ²⁵	43	CE	
		Coordenador Adjunto de Pesquisa	11	CAP	
		Coordenador Adjunto de Extensão	24	CAE	
	UnUs selecionadas para as entrevistas (8)	Professor Pesquisador	16	PP	
Órgãos do Governo	Governo Estadual	Governador	10	OG	Entrevista (39)
	CEE	Presidente			
		Conselheiros (3)			
	SECTEC	Chefia de Gabinete			
		Sup. de Des. Tec., Inovação e Fomento à TI			
		Gerente de Ensino Superior			
	FAPEG	Presidente			
Escola de Governo	Superintendente				
Empresas Locais	Empresa de Bambu	Proprietário	6	EL	
	Empresa Farmacêutica	Coordenador de Inovação			
	Empresa de Mineração	Diretor			
	Empresa de Comunicação	Proprietário			
	Fazenda	Proprietário			
	Empresa de Laticínio	Proprietário			
Outras Instituições	Agência de Inovação	Gerente	7	OI	
	Pastoral da Terra	Coordenador			
	SEBRAE	Gerente de Inovação			
	IES Privada	Agente de Inovação			
	Sindicato	Presidente			
	SENAI	Diretor de Educação Profissional			
FIEG	Coordenador de Inovação				

Quadro 9– Distribuição dos sujeitos da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A seguir, é feita uma caracterização dos sujeitos da pesquisa, por segmento, conforme apresentado no Quadro 9: a) representantes da administração Central da UEG; b) gestores das UnU (diretor e coordenadores); c) professores pesquisadores; d) representantes de órgãos do

²⁵A denominação *Coordenador de Ensino*, utilizada nesta pesquisa, corresponde à figura do *Coordenador de Curso* da UEG.

Governo; e) representantes de empresas locais que mantêm algum vínculo com a UEG; e f) representantes de outras instituições locais, que não são empresas, mas que mantêm algum vínculo com a UEG.

a) **Representantes da administração central da UEG**

Um dos segmentos dos sujeitos da pesquisa foi representado pelos *dirigentes da UEG*, que exercem cargos de gestão na Administração Central (AC), isto é, Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores. Nesse segmento, foram incluídos, ainda, o Coordenador de Pesquisa e Inovação e o Gerente de Pesquisa, pelo fato de, além de representarem a instituição, serem os pontos de contato com empresas, órgãos públicos e outras instituições locais.

Esses atores são de diferentes áreas de conhecimento com predominância nas licenciaturas (cinco), sendo dois com bacharelado. Com relação à titularidade, a maioria (cinco) são mestres e doutores. Dois atores são contratados com cargo comissionado e de confiança, os demais são concursados e do quadro de efetivo da instituição. Apenas o Reitor é eleito e todos os outros são indicados por ele, com a aprovação do Governador do Estado.

b) **Gestores de UnU**

Este segmento denominado *gestores ou atores de UnU* é formado pelos diretores (DIR), coordenadores de ensino (CE), coordenadores adjuntos de pesquisa (CAP) e coordenadores adjuntos de extensão (CAE). Os dados desse segmento foram obtidos por meio da aplicação de questionário, que teve como respondentes gestores das 42 UnU da UEG. As questões foram as mesmas para todos os gestores, porém, direcionadas para a função ocupada. Assim, foi elaborado um formulário-piloto no *Google Docs*, a partir do qual era possível direcionar os enunciados aos diferentes atores por meio do item “editar formulário”, recriando-o, com cabeçalhos específicos para cada função exercida pelos diferentes gestores.

O perfil dos gestores de UnU foi identificado por meio das seis primeiras questões do questionário. As respostas indicam que a maioria deles (55%) é do sexo masculino, mas o sexo feminino (45%) marca presença nos cargos de gestão de UnU; o tempo de serviço na instituição varia de dois a 13 anos; o regime de trabalho da maioria (53%) é o de 40 horas semanais, independentemente de serem do quadro efetivo ou temporário. Vinte por cento (20%) indicaram um regime de trabalho diferente do de 40 horas e apenas 27% indicaram o

regime de dedicação exclusiva. Em relação à titularidade, (42%) dos diretores e coordenadores são especialistas e (38%) são mestres, enquanto que 20% são doutores e pós-doutores, ou seja, a maioria deles (58%) possui pós-graduação *stricto sensu*, um perfil compatível com as funções de direção e coordenação de ensino, pesquisa e extensão.

c) Professores pesquisadores

Esse segmento é formado pelos *professores pesquisadores (PP)* de oito UnU, previamente selecionadas. A escolha dessas UnU, a serem investigadas por meio de entrevistas, se deu por indicação de seus próprios diretores e coordenadores, ao apontarem, em questão específica do questionário, suas unidades como destaque nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão; ou por indicação do *Catálogo dos Grupos de Pesquisa da UEG/2011*, que relaciona os grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq e identifica algumas UnU que mantêm relacionamento com empresas. Foram selecionadas para realização de entrevistas duas UnU com destaque em ensino; duas com destaque em extensão; e quatro com destaque em pesquisa.

Na definição de UnU em que deveriam ser aplicadas entrevistas, observou-se ainda dois critérios adicionais: a existência de referência a algum tipo de relacionamento com outras instituições e sua condição de enquadramento dentro da UEG, ou seja, como instituições antigas – uma das faculdades isoladas do Estado, anterior a 1999 – ou como instituições novas – criadas a partir da consolidação da UEG. Coincidentemente, metade de UnU selecionadas são antigas e a outra metade são novas, como mostra o Quadro 10.

CARACTERIZAÇÃO DE UnU SELECIONADAS PARA APLICAÇÃO DE ENTREVISTAS			
UnU	Enquadramento dentro da UEG	Atividade em que se destacam	Existência de Projetos que envolvem interação UnU-Empresa
UnU1	Nova	Pesquisa	Sim
UnU2	Antiga	Pesquisa	Não
UnU3	Nova	Extensão	Sim
UnU4	Antiga	Ensino	Sim
UnU5	Nova	Pesquisa	Sim
UnU6	Antiga	Ensino	Não
UnU7	Nova	Pesquisa	Sim
UnU8	Antiga	Extensão	Sim

Quadro 10 – UnU selecionadas para as entrevistas.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A seleção de UnU para a realização das entrevistas se deu, portanto, de forma intencional, pela escolha de alguns casos emblemáticos em algumas UnU que, possivelmente, apresentavam visibilidade em uma das suas atividades, seja o ensino, seja a pesquisa, seja a extensão e, em específico, as que teriam relacionamento com empresas ou outras instituições locais. É possível dizer que outras UnU poderiam ter sido selecionadas por apresentarem destaque em suas atividades, porém, a opção feita foi por uma amostra que se justifica pela indicação dos dados secundários e dos resultados dos questionários aplicados no tocante à existência ou não de relacionamento UnU-Empresa.

Para a aplicação das entrevistas foram selecionados para cada UnU dois professores pesquisadores, no total de 16, todos com doutorado em diferentes áreas do conhecimento, todos, com exceção de um deles, concursados e do quadro de efetivos da Instituição.

Vale ressaltar que, neste estudo, optou-se por entrevistar o professor pesquisador de UnU porque os *Grupos de Pesquisa* ainda estão se estruturando e as pesquisas se diferenciam. Apesar da ideia da formação de uma rede de pesquisa, na UEG cada professor é o coordenador de sua pesquisa, ou seja, desenvolve sua própria pesquisa dentro da sua unidade.

d) Representantes de órgãos do Governo

Esse seguimento é formado por *representantes de órgãos do Governo (OG)*, sendo que para a realização das entrevistas o critério de seleção dos atores do Governo estadual foi a sua vinculação com a educação, especialmente, com o ensino superior. Assim, foram selecionados órgãos que compõem o Sistema Educativo do Estado de Goiás, cujas diretrizes e bases foram definidas pela Lei Complementar n. 26, de 28/12/1998. Além do Governador, foram definidos quatro órgãos e em cada órgão os ocupantes de cargos que, por sua natureza, poderiam trazer contribuições para melhor compreensão do objeto de estudo, como mostra o Quadro 9.

O *Governador do Estado* foi considerado um ator importante para a pesquisa, uma vez que em seu primeiro mandato reuniu diversas faculdades estaduais isoladas em uma única IES, criando a UEG e suas novas unidades em outros municípios, realizações que são fruto da vontade política do Governo.

O *Conselho Estadual de Educação (CEE)* foi incluído por ser um órgão normativo, consultivo e fiscalizador do sistema estadual de ensino. Criado pela Lei n. 4009, de

17/05/1962, uma de suas funções é credenciar, recredenciar e reconhecer as instituições de ensino superior criadas e/ou mantidas pelo Estado. O CEE, como instituição que tem por competência o credenciamento da UEG, estipula e determina os prazos para que a instituição se comprometa a tomar as providências que possam melhorar a qualidade de ensino. Ainda que goze de autonomia universitária, o reconhecimento de qualquer curso da UEG é feito pelo CEE, o que significa dizer que esse órgão acompanha passo a passo a história da instituição. Foram selecionados para as entrevistas, além do presidente, três conselheiros: um por ser responsável pelo recredenciamento das IES junto aos órgãos centrais, outro por ser pesquisador da área de ensino superior, e outro por ser conhecedor e participante da criação da UEG.

A *SECTEC* foi escolhida por ser um órgão responsável pela formulação e execução da política de Ciência e Tecnologia (C&T) do Estado. Criada pela Lei n. 13.645, de 20/06/2000, tem a UEG sob a sua jurisdição e a ela compete a execução da política de ciência e tecnologia do Estado; bem como o fomento à tecnologia da informação de mercado; promoção da educação profissional e tecnológica, nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão; e a formulação da política estadual relacionada com fomento, pesquisa, avaliação e controle do ensino superior mantido pelo Estado. A *SECTEC* destaca, dentre suas propostas, a reativação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e a Consolidação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Entre os atores da *SECTEC*, foram selecionados para as entrevistas a Chefia de Gabinete, o Superintendente de Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Fomento à Tecnologia da Informação e a Gerente de Ensino Superior. Os atores da *SECTEC* desempenham altos cargos de gestão e definem as políticas públicas para a área de C&T em Goiás.

A *FAPEG* foi outro órgão do Governo que participou das entrevistas. Criada pela Lei n. 15.472/2005 e vinculada à *SECTEC*, atua no fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de Goiás. Assim, a *FAPEG* atua no financiamento de projetos de pesquisa científica e tecnológica; no incentivo à capacitação de recursos humanos para a ciência e tecnologia, por meio de bolsas em diversos níveis de formação; na fixação e consolidação de grupos de pesquisa científica e tecnológica; na integração entre o setor produtivo e as instituições de P&D; no estabelecimento de parcerias com órgãos federais de fomento à pesquisa (CNPq, Fundação Nacional de FINEP, CAPES, entre outros); e na indução de programas especiais de pesquisa e inovação. Esse órgão se propõe a: apoiar a construção de bases em CT&I para que Goiás se

fortaleça dentro da economia do conhecimento; promover condições que possibilitem um ambiente favorável à inovação e ao crescimento do ser humano; e promover a articulação e consolidação de organizações do conhecimento no Estado de Goiás. A FAPEG foi incluída por ser um órgão financiador e de fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Estado e o próprio Presidente foi o entrevistado.

A *Escola de Governo*, vinculada à SEGPLAN e criada pela Lei n.17.257, de 25/01/2011, foi selecionada por ser um órgão responsável pela formação, capacitação e valorização do servidor público estadual. A Escola de Governo tem por incumbência ações e projetos com foco na gestão do conhecimento, visando desenvolver competências no servidor público que o habilitem a desempenhar suas atribuições, contribuindo, dessa maneira, para o desenvolvimento do Estado. Oferece aos servidores do Estado cursos de curta duração, com base na análise das necessidades de capacitação demandadas, considerando o desenvolvimento de competências gerais, operacionais, técnico-administrativas e gerenciais. O Superintendente foi o entrevistado.

e) **Representantes de empresas locais**

As *empresas locais (EL)*, cujos representantes foram incluídos nas entrevistas, foram escolhidas, conforme informado previamente, por terem sido indicadas como aquelas que mantinham algum tipo de relacionamento com as UnU, sendo entrevistado um representante de cada empresa. As empresas selecionadas são de diversos segmentos, por exemplo, mineração, laticínio, medicamento e propriedade rural e se diferenciam em tamanho, sendo micro, médias e grandes empresas. Três delas estão localizadas na capital e outras três no interior. Os entrevistados ocupam cargos de gestão, sendo proprietários ou desempenhando funções gerenciais. Todos têm formação de nível superior.

Todas as empresas foram identificadas como de patrimônio privado de pequeno e médio porte e uma delas se identificou como sendo de grande porte. Esta última informou que tem como principal mercado o nacional, mas exporta seus produtos para o Mercosul e a África. O tempo de atuação dessas empresas no mercado goiano varia de 4 a 40 anos. A existência das empresas está ligada ao tipo de recursos ou de riquezas naturais presente em cada localidade.

As empresas se identificam como sólidas, competitivas e inovadoras. Por serem de diferentes segmentos, cada uma delas relata a necessidade do seu produto. As empresas, em geral, reconhecem o contexto de mudanças e tendências do mercado, os desafios da

globalização e a nova fase de investimentos direcionados, sobretudo, para o aumento da capacidade produtiva e de lançamento de novos produtos. Logo, revelam a necessidade de parcerias estratégicas que levem à contínua expansão de seus produtos e de novos investimentos para aumento da capacidade produtiva da empresa.

Um dos entrevistados informa conhecer a estrutura interna da universidade em seu aspecto tecnológico-científico e faz parte de uma rede de pesquisa em sua área de interesse; outro diz que desenvolve pesquisas com outras instituições, inclusive com a UEG, e participa de editais junto ao CNPq. Alguns deles, portanto, atuam como gestores e como pesquisadores da empresa, e fazem uso da estrutura da empresa para realizar pesquisas juntamente à UEG. Assim, reconhecem a importância do conhecimento.

Um dos entrevistados declara que a empresa em que atua está no mercado desde a década de 1980 e que durante esses anos desenvolveu vários projetos já consolidados. Outro entrevistado de uma microempresa informa que seus sócios fundadores são recém-egressos da UEG, que tinham por objetivo realizar seus próprios projetos na área. O entrevistado proprietário de uma empresa rural informa que sua área é de agricultura irrigada, avicultura e composto orgânico.

Conforme afirma um entrevistado, sua atuação ocorre em outras instituições, o que pode ser considerado um facilitador, pois é diretor de uma instituição não governamental, que adota um conceito de mercado que contribui para a geração de renda na cidade e, principalmente, no campo.

Outro entrevistado informa que o segmento em que atua se destaca pela busca da excelência, compromisso com a qualidade, vanguarda tecnológica e uma forte sintonia com as demandas do mercado. Diz ainda que sua estratégia ajuda a consolidar a confiança e a credibilidade da marca e impulsiona os bons resultados no mercado. O representante de outro segmento informa que a região de atuação da empresa em que trabalha é de produtores rurais ligados a esse setor e a maioria dos produtores são donos e trabalham em suas terras com o mesmo produto e, mesmo sendo importante para o crescimento econômico e social do local, há pouca informação e consultoria para seu setor.

As empresas declaram diferentes condições de formação dos seus empregados. Uma delas informa que a escolarização de seus funcionários se dá de acordo com o nível de cargo e salário dentro da empresa e que a empresa realiza atividades de treinamento e capacitação de recursos humanos, tanto por meio de fontes externas, como internas. Outra informa que os

seus funcionários têm baixa escolaridade e é a empresa que os prepara e os ensina a lidar com o processo desenvolvido na empresa. Assim, os profissionais se apropriam desse conhecimento, mas não há nenhum tipo de formação continuada ou em serviço, pois o conhecimento é pontual e aplicado.

f) Representantes de outras instituições locais

O segmento *outras instituições locais* (OI) abrange entidades que não são empresas propriamente ditas, como institutos de pesquisa, agências de fomento e financiamento, instituições técnicas, ONGs e setores organizados da comunidade local, mas que foram destacados por outros sujeitos da pesquisa como tendo algum tipo de vínculo com as UnU, por serem parceiros em alguma atividade, ou entidades importantes que se interessam pelo relacionamento entre UEG e outros setores, contribuindo para a realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A seleção destas instituições se deu por meio das indicações feitas no questionário e nas entrevistas com os atores de UnU. Foram realizadas entrevistas com representantes de sete instituições.

Todas as instituições participantes da pesquisa desenvolvem suas atividades em municípios onde existe uma UnU da UEG. Dentre as instituições, três delas, além de conhecer as atividades da UEG, desenvolvem ou, ao menos, se interessam em estabelecer parcerias com a mesma. As outras quatro instituições foram indicadas no decorrer das entrevistas por serem referências e parceiras em defesa de interesses comuns.

A *Secretaria Municipal de CT&I de Anápolis* responde pela implantação da Agência de Inovação local. Essa secretaria tem um caráter transversal, estabelece parcerias com outras entidades governamentais, setor empresarial, universidades, centros de pesquisas e a sociedade civil organizada. A Secretaria tem como principal desafio contribuir para a impressão de um novo ritmo de desenvolvimento sustentável para o município. A Agência faz parte do Sistema Municipal de Inovação (SMI) e se propõe a estabelecer medidas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos ou domiciliados no município, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, além da melhoria dos serviços públicos municipais.

A *Comissão Pastoral da Terra (CPT)* do Município da Cidade de Goiás apoia, acompanha e assessora a luta pela terra, reforma agrária e agricultura familiar, prestando um

serviço de caráter pastoral. Em suas ações a CPT estimula os homens e as mulheres do campo a criarem seus próprios movimentos e organizações autônomas.

O *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (SEBRAE)*, considerado como um agente do desenvolvimento por meio de parcerias com os setores público e privado, promove programas de capacitação, estímulo ao associativismo, desenvolvimento territorial e acesso a mercados. Assim, esta instituição trabalha pela redução da carga tributária e da burocracia para facilitar a abertura de mercados e ampliação de acesso ao crédito, à tecnologia e à inovação das micro e pequenas empresas. Parte desse esforço ganhou visibilidade com a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar n. 123/06), que estabeleceu um ambiente favorável ao crescimento dos pequenos negócios. A legislação contabiliza avanços, especialmente no Simples Nacional (Supersimples) e no incentivo à formalização do Microempreendedor Individual (Lei Complementar n. 128/08).

A *Agência de Inovação* de uma IES privada do interior do Estado tem por missão instruir, educar, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de cidadãos éticos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentável da sociedade.

O *Sindicato* do setor sucroenergético em Goiás tem por função ser um elo entre a sociedade, seja com o setor público ou privado, e as empresas associadas, entendendo ser fundamental aprimorar o nível das discussões promovidas pela entidade e garantir às empresas, como as usinas, a participação efetiva na resolução de situações importantes para o desenvolvimento do setor.

O *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)* é uma instituição que objetiva apoiar as empresas, buscando se adaptar de acordo com a necessidade da empresa, ou seja, se a tendência é inovação, mesmo sendo reconhecida como especialista em educação profissional, a instituição tem buscado desenvolver atividades ligadas à inovação, por serem importantes e necessárias as adaptações ao mundo global, pois nenhuma empresa cresce sem inovar.

Finalmente, a *Federação da Indústria do Estado de Goiás (FIEG)* é um órgão responsável pelo apoio às empresas no Estado de Goiás, tendo como missão a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e industrial do Estado, fortalecendo o associativismo sindical, fomentando os negócios das empresas e defendendo os interesses políticos da classe industrial goiana. Ao longo de sua história a entidade tem participado dos

grandes acontecimentos do Estado que envolveram o setor industrial e colabora com os poderes públicos na implantação e consolidação do parque industrial goiano.

3.3.4.2 Questionário

O questionário (Apêndice A), com questões fechadas e abertas, foi elaborado a partir das anotações colhidas nos estudos que precederam a pesquisa de campo propriamente dita, com o objetivo de conhecer as percepções dos respondentes sobre a UEG em geral e, especificamente, sobre o relacionamento de UnU com empresas e outras instituições locais.

Nesse sentido, o questionário foi estruturado como mostra o Quadro 11.

ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO		
Questões	Assunto abordado	Itens abordados
1 a 6	Perfil do respondente	Nome (opcional) Sexo UnU em que trabalha Tempo de serviço Regime de trabalho Formação acadêmica
7, 8, 8.1, 9, 10	UEG	Objetivos da criação Evolução dos objetivos Intensidade com que a UEG contribui para ensino, pesquisa e extensão Contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Estado
11, 12	UnU: inserção local e regional	Adequação dos cursos Atividade predominante
13, 13.1, 14, 15, 16, 17	Interação UnU-Empresas locais	Tipo de relacionamento com empresas locais Barreiras no relacionamento UnU-Empresa Participação dos alunos em atividades UnU-Empresa Apoio do Governo Estadual Apoio do Governo Municipal
18, 19	Interação UnU-Outras instituições	Política para interação UnU-Outras instituições Política para práticas empreendedoras
20	Atividade em que a UnU se destaca	Destaque em ensino, pesquisa ou extensão

Quadro 11– Estrutura do Questionário.
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O questionário foi enviado, via *web*, utilizando-se o recurso denominado *Google Docs*, aplicativo que permite o preenchimento *online* de um formulário com as questões de pesquisa. Dos 249 sujeitos, apenas 99 finalizaram o preenchimento do formulário, representando uma taxa de retorno de 40%. Acompanhando o questionário foi enviado também para todos os

participantes o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (Apêndice B). O período de aplicação do questionário foi de agosto a dezembro de 2012.

No decorrer da aplicação desse questionário foram observados diferentes posicionamentos dos atores. No processo inicial de coleta, poucos responderam de imediato à primeira solicitação, sendo necessário reenviar o formulário, uma vez por semana, durante o período de aplicação e por último foi preciso fazer ligações telefônicas para algumas UnU, identificar a pesquisa, explicar o motivo do questionário e solicitar a participação dos atores, que alegaram excesso de atividades e falta de tempo devido ao período de final de ano letivo. Em determinado momento, porém, foi ultrapassado o limite de envios permitido pelo *Google Docs*. Com isso, buscou-se outra alternativa e a opção encontrada foi enviar o questionário por meio do *e-mail* disponibilizado pelo próprio *Google Docs*.

A pesquisadora acompanhou, via *web*, a evolução do preenchimento dos questionários para verificar o percentual adotado que deveria ser de, no mínimo, 25%. Expirado o prazo de preenchimento do formulário, o *Google Docs* disponibilizou as “planilhas com o resumo das respostas” e dessas planilhas foram gerados quadros e gráficos para melhor compreensão e apresentação dos resultados. As respostas dadas às questões abertas foram categorizadas pela pesquisadora.

Para preservar o anonimato dos gestores que responderam ao questionário, na análise dos dados foi atribuído um código de identificação de acordo com a função ocupada em sua UnU de origem, como definido no Quadro 9, recebendo os atores de cada segmento, na descrição de suas falas, uma numeração sequencial para diferenciá-los, preservando o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

3.3.4.3 Entrevistas

As entrevistas, neste estudo, foram consideradas como uma fonte de informação essencial, por terem tornado possível o registro das percepções e interpretações dos atores investigados sobre as questões abordadas.

O instrumento utilizado foi a entrevista presencial semiestruturada, com perguntas abertas, dispostas na forma de um roteiro, flexível o bastante para incluir questões não abordadas ou não suficientemente esclarecidas pelo questionário, mas que permitisse manter a conversação nos limites dos objetivos propostos pela pesquisa.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise, com a garantia do anonimato do entrevistado, buscando-se evitar interferências da pesquisadora na subjetividade dos entrevistados, no sentido de contrapor, ou não, a ideia destes atores às teorias estudadas. A tentativa era de elucidar as condições e as questões dos desafios enfrentados para o relacionamento universidade-empresa, porém, buscando-se a percepção dos atores.

Para apresentar a pesquisa e solicitar a participação do ator na entrevista, foi criado um documento (Apêndice C), que objetivou informar aos participantes o propósito e a forma de tratamento das informações, destacando-se a proteção dos dados, o uso estritamente acadêmico dos mesmos, e assegurando a condução da pesquisa dentro de um padrão ético, principalmente, por serem muitos atores profissionais de instituições públicas do Estado e de empresas privadas.

As entrevistas aconteceram no final do segundo semestre de 2012 e se estenderam até o primeiro semestre de 2013, ou seja, de julho de 2012 a junho de 2013, sendo as visitas para este fim agendadas por meio de *e-mail*, e confirmadas via telefone, totalizando 46 entrevistas realizadas.

As entrevistas foram realizadas após a tabulação dos dados do questionário, o que facilitou a definição dos atores a serem entrevistados e a elaboração do roteiro das entrevistas (Apêndice D).

Para preservar o anonimato dos sujeitos entrevistados, na análise dos dados foi atribuído um código de identificação para cada segmento, como definido no Quadro 9, recebendo os entrevistados de cada segmento, na transcrição de suas falas, uma numeração sequencial para diferenciá-los

Os atores da UEG, participantes das entrevistas, se diferenciam pela posição e cargos que ocupam, ou seja, o primeiro segmento ocupa cargos e desempenham papéis institucionais relacionados à Administração Central (AC), enquanto que o outro segmento é constituído por professores pesquisadores (PP), isto é, professores que desenvolvem suas atividades de pesquisa nas UnU em que se encontram lotados.

As entrevistas realizadas com atores da administração central da UEG e com os professores pesquisadores de UnU forneceram indicações para a seleção dos demais atores a serem entrevistados, na medida em que foram apontados órgãos públicos, empresas e outras instituições locais com as quais a UEG mantém algum tipo de relacionamento, no desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.4 Análise dos dados

A análise de dados consiste no exame, na categorização, na tabulação, no teste ou nas evidências combinadas de outra forma para tirar conclusões baseadas empiricamente (YIN, 2010, p.154). Assim, os dados coletados foram sistematizados e agrupados na intenção de dar sentido a eles de forma inter-relacionada, a partir dos procedimentos de interpretação e de análise. Para elaborar a análise descritiva e interpretativa dos resultados dos dados secundários e primários, adotou-se uma estratégia analítica de estilo narrativo, em que as questões foram analisadas com base na teoria estudada e, ainda, na leitura empírica realizada nas instituições, considerando-se as notas de campo e os resultados dos instrumentos aplicados, ou seja, usando diversas lentes para ir além das impressões iniciais.

Assim, a análise dos dados consistiu em descrever as informações dos dados primários, confrontando-os com o referencial teórico, sem perder de vista os objetivos, as hipóteses, e a questão da pesquisa.

Primeiramente, foram trabalhados os dados coletados a partir do questionário *online*, procurando-se identificar referências a outros atores, que foram, posteriormente, selecionados para serem entrevistados. Em seguida, foi feita a transcrição literal das entrevistas gravadas, agrupando-se os dados colhidos em categorias extraídas do material a partir da técnica da análise de conteúdo.

Durante a análise dos dados foram sendo construídos quadros e gráficos para classificar as respostas, organizar e colocar as informações em uma ordem lógica de exposição, identificando-se indicadores qualitativos para inferências a respeito do objeto de estudo. Neste sentido, a busca de significados se deu a partir da recorrência de alguns elementos, o que possibilitou a triangulação dos dados. Verificou-se, então, a convergência ou não das evidências e o confronto e aproximação com as proposições teóricas iniciais utilizadas.

Em síntese, a compilação de todas as informações fornecidas pelo questionário, pelas entrevistas, pelas notas de campo, enfim, pelo banco de dados que se formou durante a realização da pesquisa, possibilitou demonstrar as diferenças e as similaridades do caso em estudo, sistematizar as evidências encontradas e tirar delas as inferências possíveis, de acordo com os objetivos da investigação.

A apresentação dos resultados encontra-se nos Capítulos quarto e quinto. No Capítulo quarto procurou-se identificar a visão institucional que os entrevistados, especificamente os dirigentes, fazem da UEG e do seu relacionamento com o desenvolvimento local e, no Capítulo quinto, a visão dos demais entrevistados sobre o mesmo tema.

4 A UEG E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA VISÃO DOS DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E DOS GESTORES DE UnU

[...] a criação de um ambiente propício à inovação passa pela construção de um aparato institucional-regulatório que viabilize ações na busca pela inovação.

Paranhos, 2010.

A criação e a evolução da UEG podem ser entendidas a partir das orientações do contexto socioeconômico e político, como visto no Capítulo primeiro, e, ainda, a partir da visão dos atores internos à instituição, ou seja, seus dirigentes (Administração Central e Gestores de UnU). A aproximação do objeto de estudo, feita nesta perspectiva, busca identificar e compreender a visão que os atores internos têm da UEG e do seu relacionamento com o desenvolvimento local. A leitura que fazem desta instituição ganha validade e legitimação à medida que estes atores a constituem, determinando os seus rumos e fazendo a sua história.

Em relação à consolidação da UEG compreende-se que esta se deu a partir de uma gradativa tomada de consciência da necessidade de democratização do acesso à formação de nível superior, especialmente para os trabalhadores da escola pública, direito expresso nos documentos legais (CF 1988; LDBEN, 1996), e, principalmente, para atender ao contexto histórico e à conjuntura mundial e nacional do final do século XX. Há fortes indícios de que a consolidação da UEG relaciona-se à conjugação de todos os objetivos postos de acordo com as demandas daquele momento em que a globalização, a inovação e a reestruturação produtiva necessitavam de avanços socioculturais, como a formação de recursos humanos no interior do Estado de Goiás para o crescimento de sua economia.

O fato é que a instituição foi criada e tem sido recriada por seus atores com interesses divergentes e com diferentes poderes e racionalidades. A mudança gradual do ensino superior em Goiás, com a criação da UEG, revela alguns avanços e muitos desafios. Exemplo de avanço é a qualidade dos serviços oferecidos em diversas UnU. No entanto, muitos desafios precisam, ainda, ser enfrentados, como as adversidades materiais, falta de condições físicas e instrumentais, bibliotecas sem acervo atualizado, e laboratórios de informática em condições precárias de funcionamento, entre outros. Outro exemplo de avanço é a localização geográfica das UnU, pois entre os municípios selecionados que têm UnU, muitos apresentam forte potencial de crescimento econômico, conforme visto no Capítulo primeiro, por disporem de

terra abundante, clima favorável e potencial de produção, enquanto outros apresentam como desafio a considerável incidência de pobreza.

A UEG, ao promover o incremento de vagas no ensino superior, participa ativamente do contexto das transformações econômicas que ocorreram após a década de 1990, e, de certa forma, é contemplada pelas políticas públicas que se relacionam à expansão deste nível de ensino.

A UEG, até o momento do levantamento de dados desta pesquisa, dispõe de 136 cursos presenciais de graduação, sendo 38 bacharelados, 77 licenciaturas e 21 tecnológicos, além de contar com seis programas de Mestrado Multidisciplinar, disponibilizando, ainda, na modalidade de Educação a Distância (EaD), um bacharelado e três licenciaturas, totalizando 18.513 alunos matriculados (UEG, 2013).

Ao ampliar o acesso à educação superior, a UEG titulóu, ao longo de seus 14 anos de existência, por volta de 70 mil pessoas, entre as quais 30 mil professores, tanto para a educação pública estadual e municipal, quanto para o setor privado.

A UEG é uma das universidades que contemplam a realidade do ensino superior no Brasil e se destaca das demais IES do Estado, graças ao seu papel na interiorização do ensino superior em Goiás – a UEG está presente em 48 dos 246 municípios goianos – e, principalmente, pela sua contribuição para o desenvolvimento do Estado. Ainda que algumas UnU ofereçam cursos em diferentes áreas, é expressiva a oferta de cursos nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais e Aplicadas em relação aos de outras áreas. Neste sentido, a UEG está alinhada com o conjunto das IES brasileiras, pois verifica-se que em boa parte das IES, há um grande quantitativo de matrículas em uma única área de conhecimento. De acordo com o INEP, as áreas de ciências sociais, negócios, direito e educação estão presentes na maior parte das instituições cujos cursos são especificamente de uma área (BRASIL, 2012).

Embora tenham um conjunto de explicações e ideias sobre a criação e a evolução da UEG, predomina entre os sujeitos da pesquisa uma visão positiva da instituição. De fato, os dados dos questionários e das entrevistas permitem entrever a relevância das atividades acadêmicas desenvolvidas pela UEG na promoção da qualificação profissional e sua interação com diferentes atores do desenvolvimento local, bem como identificar a visão que seus dirigentes fazem dela.

O presente Capítulo busca, portanto, caracterizar a UEG, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em suas relações com o Governo, empresas e outras instituições locais, considerando-se, para isso, a visão dos seus dirigentes, tanto os da Administração Central quanto a dos diretores e coordenadores de UnU. As considerações aqui apresentadas são fruto da tabulação, análise e interpretação de dados do questionário e das entrevistas realizadas.

4.1 A UEG na visão dos dirigentes da Administração Central

A visão dos dirigentes da Administração Central, muitas vezes, reflete, em linhas gerais, as próprias políticas institucionais, que, na prática, são assimiladas e executadas com diferentes intensidades, dadas as especificidades acadêmicas de cada UnU e as peculiaridades socioeconômicas dos municípios em que estão situadas.

Pode-se afirmar que existe um consenso, entre os dirigentes da Administração Central da UEG, de que o *ensino* é a atividade mais desenvolvida na instituição. Esta visão se traduz na fala de um dirigente, ao afirmar que “a graduação é o coração da universidade e é a Pró-Reitoria mais importante no sentido de que a extensão depende do ensino, a pesquisa depende do ensino, e todos têm que estar interligados” (AC3). Outro dirigente reforça esta ideia, afirmando que a UEG “ainda é uma universidade de ensino, mesmo que se projete para a pesquisa e para a extensão” (AC5).

Os dirigentes da UEG, ao mesmo tempo em que indicam esta atividade como a de maior relevância, revelam alguns importantes desafios e apresentam algumas propostas para a superação dos mesmos. Assim, a atual proposta da graduação (UEG 2012) se encontra focada no acesso, na permanência do aluno e na qualidade do ensino e, para isso, o esforço institucional se encontra voltado, prioritariamente para a aprendizagem do aluno, uma vez que “É preciso, primeiro, cuidar da qualidade do ensino” (AC3).

Apesar disso, nas condições atuais da atividade de ensino da UEG, uma das questões que demandam solução urgente diz respeito à ocupação das vagas, pois há um número significativo de UnU que apresenta vagas ociosas em diversos cursos, especialmente nas licenciaturas, que não têm tido demanda compatível com o número de vagas ofertadas. Há, portanto, questões urgentes que precisam ser tratadas antes de se pensar na ampliação de outras atividades. Antes, é preciso decifrar os “porquês”, por meio de dados reais, no intuito

de compreender, por exemplo, a “crise das licenciaturas” (AC3) que afeta a UEG, principalmente, por ter nas licenciaturas a sua maior oferta de cursos²⁶. Mesmo que outras questões possam estar associadas a esta, a crise das licenciaturas é explicada por um dos dirigentes pelas “condições de trabalho do professor, a desvalorização profissional, o baixo *status* social da profissão, e as dificuldades crescentes que o professor de educação básica tem enfrentado no exercício da sua profissão” (AC1). A opção e o interesse “por outra profissão que possa ser menos desgastante e melhor reconhecida” (AC3), é outra explicação apresentada para a crise das licenciaturas vivida pela UEG. As saídas para esta crise, porém, extrapolam o âmbito interno da UEG e poderiam ser mais bem dimensionadas a partir de um diálogo ampliado com a sociedade e com outras instituições.

Assim, a proposta é compor uma equipe de profissionais capacitados na graduação, por meio do ensino, “para que a gente compreenda e dê respostas para as demandas do ensino” (AC5). Para este dirigente, o caminho é iniciar um mapeamento que indique respostas a questões, como “onde estão os nossos cursos? Como eles estão? Quais são as fragilidades? Quais são as potencialidades? Quais são os problemas nos projetos, nas matrizes curriculares?” (AC3). Além disso, é importante para o alcance da democratização do acesso, permanência e qualidade do ensino, compreender questões, como, por exemplo, os índices de evasão e de desistência.

Diante disso, para assegurar a permanência dos alunos e manter a qualidade do ensino, os dirigentes apontam a necessidade de espaço próprio para biblioteca e auditório, por serem na maioria de UnU, ainda, precários. É preciso, também, equacionar os recursos, pois se todas as UnU tiverem um mínimo de condições será possível desenvolver um “bom ensino”, mas para isso é necessário uma conjugação de forças, entre a UEG, o Governo do Estado e a sociedade.

Nas últimas avaliações dos cursos feita pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), em 2008 e 2011, observa-se que, a quantidade de cursos com baixa avaliação (notas 1 e 2) e a quantidade de cursos avaliados satisfatoriamente (nota 3) permanece, praticamente a mesma. O que chama atenção é a evolução da quantidade de

²⁶ A UEG oferece, atualmente, 77 cursos de Licenciatura, o que representa 57% de seus cursos de graduação. A “crise das licenciaturas” a que se refere este dirigente diz respeito à baixa procura por estes cursos, ensejando uma discussão interna à instituição sobre a descontinuidade da oferta de parte deles.

curso bem avaliados (nota 4 e 5): 7, em 2008, (7%), e 18, em 2011, (20%), evidenciando uma melhoria qualitativa do ensino, conforme mostra o Gráfico 1.

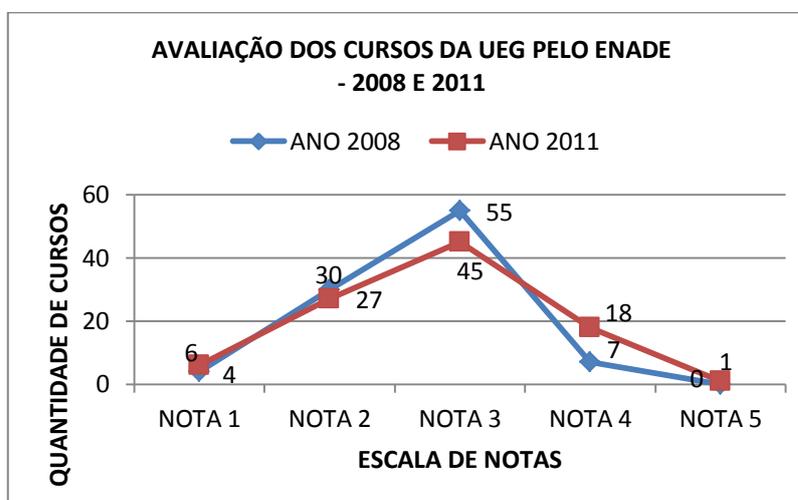


Gráfico 1– Desempenho dos cursos da UEG no Enade.
Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da pesquisa (UEG, 2013)

Na visão dos dirigentes, o ensino é a atividade de maior relevância e também a que mais tem possibilidade de difundir o conhecimento. Para isso é necessário, “um corpo docente com maior titulação e com professores efetivos” (AC3), sendo, também, necessárias melhores condições de trabalho em cada UnU para determinar o rumo deste processo. A ênfase da UEG ainda está colocada somente no ensino, pois “as UnU do interior são de ensino” (AC3), ou seja, têm como atividade preponderante o ensino.

Em relação à atividade de *pesquisa* os dirigentes declaram que esta tem tido avanços significativos nos últimos anos. Um dirigente informa que o que se tinha era a pesquisa concentrada em poucas UnU com melhores instalações de laboratórios e, também, concentrada em poucos professores, mas, atualmente, a “pesquisa já apresenta resultados contundentes com a criação dos mestrados” (AC5), o que muda o cenário da universidade junto aos órgãos de regulação e de fomento, em nível estadual e federal.

Acrescentam ainda que, em seus primeiros anos, a UEG não tinha, conforme a área, nem laboratório para o desenvolvimento das atividades de pesquisa.

[...] a gente tinha uma sala única para os professores do curso de engenharia [...] e lá se dava aula, se orientava aluno de TCC, se orientava aluno de iniciação científica, e se fazia projeto para a Finep [...] a gente começou a fazer pesquisa aqui com zero de materiais e o professor tinha que emprestar seus instrumentos para o aluno para conseguir fazer os trabalhos (AC5).

No decorrer da evolução da UEG houve, em primeiro lugar, o aumento no número de projetos de pesquisa, decorrente da realização dos concursos para professores, em 2003 e 2010, pois a entrada de novos professores “mostra um pico de aumento no número de projetos” (AC5). Em seguida, as pesquisas começaram a se consolidar quando foram aprovados, em 2006, os primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* da instituição. A partir da criação dos dois primeiros mestrados próprios, deu-se um aporte financeiro dos órgãos como,

[...] a CAPES, com editais de pró-equipamentos, onde foram comprados alguns equipamentos essenciais para pesquisas nos programas, e também a verba da CAPES/PROAP, que foi uma verba para material de consumo, fomento a congressos. Então, a gente começou a ter uma melhora nas condições para pesquisa. A partir disso, atualmente, tem-se conseguido aprovação de projetos junto à FINEP na linha de fomento com financiamento para a parte de equipamentos para algumas UnU do interior e, assim, você tem uma formação de rede com essas UnU (AC5).

Por consequência, entre 2012 e 2013, contou-se com mais quatro mestrados aprovados, totalizando seis mestrados próprios, o que possibilita aumento na verba da CAPES e do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), e um aumento expressivo na produção científica e de projetos.

Neste sentido, o mesmo dirigente informa que a realidade atual se caracteriza pela necessidade do “aumento de bolsas” (AC5) para a iniciação científica que é a prioridade para a instituição, que ainda não tem um quantitativo expressivo de bolsas. Outra condição destacada é a situação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* que se encontram suspensos e em processo de reavaliação, pois conforme solicitado pela Procuradoria Geral do Estado, desde 2011, tem sido avaliada a seleção dos parceiros na realização de cursos de Especialização e a forma de se trabalhar nesta área. Desta forma, não houve abertura de cursos de Especialização em 2012, mas somente a finalização dos que já estavam em vigor. Assim, a UEG deve reavaliar este processo de parceria e fazer as readequações solicitadas pela entidade do Governo para, em seguida, voltar a colocar em funcionamento estes cursos.

A proposta para a atividade de pesquisa é produzir conhecimento e desenvolver um plano de trabalho em que “o carro chefe seja o *stricto sensu*” (AC5), pois a meta institucional, para 2016, são dez programas de pós-graduação em nível de mestrado e dois em nível de doutorado, cumprindo as solicitações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que é de, pelo menos, seis programas de mestrado e dois de doutorado. Para tanto, a meta é incentivar e tentar auxiliar, ao máximo, os grupos docentes emergentes, que tenham produção científica e

condições de montar programas de pós-graduação *stricto sensu*. Deste modo, espera-se aumentar a captação de recursos e a visibilidade da instituição com relação à produção da pesquisa.

A proposta para a atividade de *extensão*, de acordo com os dirigentes, está em processo de construção. Para caracterizar a atividade de extensão da UEG, um dirigente informa que precisa, inicialmente, relatar sua trajetória, pois estruturar uma proposta de extensão para a UEG tem sido um desafio. O primeiro desafio foi mapear a situação da extensão, desde a criação da UEG até o ano de 2009, quando se detectou que esta atividade nasce “não para estruturar a preocupação da articulação do ensino, pesquisa e extensão, mas para estruturar um projeto institucional voltado para um viés político partidário”, no sentido de “acomodação das pessoas” (AC4). Com isso, constatou-se que havia um desvio da carga horária destinada às atividades de extensão, sendo necessário reavaliar as políticas internas para esta atividade. Assim, entende-se que não existia uma política de extensão institucionalizada, uma vez que cada UnU realizava as atividades de extensão da forma que melhor atendesse à sua necessidade e às demandas locais.

No momento, estão sendo realizadas uma leitura e uma análise do perfil institucional de cada UnU, no sentido de parametrizar os diferenciais competitivos, considerando o espaço geográfico e entendendo que não se deve “querer que os desiguais fiquem iguais” (AC4), pois na instituição existem UnU com experiências de décadas e outras que enfrentam todos os desafios de estruturação de um curso. Desta forma, atividades de extensão que para uma UnU estruturada tem pouca relevância, para outra pode ser valiosa.

De acordo com os dirigentes, a metodologia utilizada tem sido a de mapear o perfil da identidade de UnU, localizar, a partir dos dados oficiais, o potencial vigente, identificar as principais demandas e perceber as expectativas da comunidade. Para este dirigente, algumas UnU, mesmo tendo potencial para a extensão, não desenvolvem esta atividade pela “ausência de professor no local” (AC4), pois, em sua maioria, têm um “quadro de professores temporários, horistas, cumpridores da sala de aula, do ensino, e isso não cria fixação para pensar um movimento mais arrojado no sentido de implantação de um modelo competitivo de extensão universitária” (AC4). Mas, o mesmo dirigente indica que é necessário incentivar as UnU a ter “programas de extensão que criem as condições objetivas para se ter um núcleo de estudos e de geração de conhecimentos, aproveitando-se as melhores práticas e competências que se tem em cada UnU” (AC4). Para este dirigente, é preciso transformar o que se tem em “núcleos de estudos e pesquisas e que as ações de extensão saiam de todos esses movimentos

maiores” (AC4), mesmo que para isso se tenha que “pensar e estruturar juntos, UnU e extensão, por várias mãos” (AC4).

A retomada das atividades de extensão é compartilhada por outros dirigentes que apontam avanços nas atividades, especialmente na extensão, por ser enorme e variada a gama de atividades que vêm sendo promovidas junto às comunidades onde a UEG atua.

Assim, a proposta, a partir de 2010, foi reverter a situação anterior e fortalecer a extensão, conforme recomendação da política nacional difundida pelo Fórum Nacional de Pró-reitores (FORPROEX), no sentido da “sua articulação com o ensino e a pesquisa” (AC4).

Desta forma, a reflexão sobre a situação da extensão indicou decisões a serem tomadas para ressignificar o projeto de extensão dentro da UEG. A partir deste movimento, a instituição capilarizada começa a ser repensada pela comunidade acadêmica com interesse pela mudança, redefinindo a extensão para uma situação de aprendizagem organizacional, no sentido de construir um modelo acadêmico sistêmico. Assim, os dirigentes acenam para a construção de uma nova plataforma de trabalho para a extensão, que poderá ser capitalizada na melhoria do ensino e na evolução da pesquisa.

Em relação à visão dos dirigentes sobre o *relacionamento da UEG com atores locais*, um deles afirma que a interação da instituição com outros atores locais ocorre com timidez por parte de alguns pesquisadores, tendo em vista experiências que não foram bem sucedidas. Deste modo, na interação entre UEG, órgãos do Governo, empresas e outras instituições locais, é preciso encontrar e realizar experiências positivas, divulgá-las e multiplicá-las. Tais condições podem ser criadas na instituição, mas em seu devido tempo, pois, para isso, é preciso alterar a “cultura da UEG e os hábitos de seus atores, o que foi considerado um importante obstáculo, porque uma vez instalados, tais hábitos culturais requerem tempo e intervenção continuada para serem revertidos” (AC2).

Um dos dirigentes aponta que é preciso romper com as barreiras, para este relacionamento se efetivar com qualidade. Para isso, a UEG precisa regular a sua interação com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) por meio de instrumentos jurídicos adequados para salvaguardar ambos os parceiros da vinculação, mas, também, salvaguardar os direitos autorais, intelectuais, gerados neste processo, inclusive patentes, com os devidos ajustes dos retornos. Institucionalmente, a UEG precisa se resguardar no que tange à fiscalização pelos órgãos de controle, como a Controladoria Geral do Estado, em especial, o Tribunal de Contas. Atualmente, a UEG carece de um braço operacional, na forma de uma fundação de apoio,

como ocorre em outras IES, ou seja, é preciso encontrar um instrumento jurídico que confira legitimidade e legalidade a estas relações com outros setores, para salvaguardar o ordenador de despesas da UEG, uma vez que não se pode dispor de patrimônio público para prestação de serviços sem o devido respaldo legal. Se não há amparo legal, justifica um dirigente, “o relacionamento pode se constituir em um ato de irregularidade administrativa” (AC7).

Outro dirigente informa que está no início a estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e os atores que estão à frente deste processo são alguns dos professores recém-concursados que chegam com esta preocupação e com títulos, com alguma bagagem de suas instituições de origem, como as do Sul e Sudeste, e que são da área da pesquisa aplicada. Mesmo que não conheçam a fundo sobre o tema inovação, ao acessarem cargos relacionados a este assunto, acabam construindo uma cultura de inovação. Neste contexto, estão articulados e contam com o apoio da SECTEC, pelo fato do Governo ter interesse em fortalecer, politicamente, os órgãos de apoio e fomento à pesquisa e por ter a UEG a capilaridade e a condição interiorizada para fazer parcerias com os atores locais e participar do SRI em Goiás (AC5).

Em síntese, a posição de um dos dirigentes revela o discurso dos demais, ao afirmar que a UEG tem “uma contribuição grandiosa, da qual nem ela própria se deu conta” (AC4). Assim, o que se entende é que esta instituição nasceu para “participar de forma estratégica, competitiva e até agressiva no sentido da estruturação de um projeto de desenvolvimento e de crescimento do Estado” (AC4). Mesmo as UnU “mais distantes, recuadas, que aparentemente não têm razão de ser e existir, se você olhar na forma de planejamento e de ordenação da lógica econômica, política e social do Estado”, “pode se perceber nitidamente que aquela UnU tem sentido naquele local” (AC4).

4.2 A UEG na visão dos Gestores de UnU

Esta seção descreve a visão dos gestores de UnU – diretores e coordenadores – a respeito da UEG. Os gestores de UnU foram considerados importantes sujeitos da pesquisa, uma vez que lideram as tomadas de decisão institucionais no âmbito local. É importante lembrar que cada UnU se caracteriza de acordo com a especificidade da região em que se localiza e, mesmo tendo sido criada por força da lei e estando enraizada no ideário do Estado, tem sido legitimada pelo desejo e pela subjetividade da comunidade.

As UnU da UEG são administradas por um Diretor eleito (DIR); por um Coordenador Adjunto de Extensão (CE), por um Coordenador Adjunto de Pesquisa (CAP), quando houver projeto de pesquisa cadastrado na UnU; e pelos Coordenadores de Curso/Ensino (CE), sendo um para cada curso ofertado. Assim, algumas UnU podem, eventualmente, não contar com a figura do coordenador de pesquisa e contar com mais de um coordenador de curso, o que justifica as diferentes quantidades de questionários enviados, como mostrado no Quadro 9 do Capítulo terceiro. Todas as UnU participaram da pesquisa respondendo ao questionário de coleta de dados, totalizando 99 respondentes. A seguir, serão apresentados os resultados das questões do questionário que tiveram por finalidade conhecer a visão dos gestores de UnU sobre a UEG, conforme sequência de tópicos apresentados no questionário de pesquisa.

a) Objetivos da criação e evolução da UEG

A visão dos gestores sobre o papel da UEG pode ser, inicialmente, analisada a partir do contexto e das condições de sua criação e consolidação, pois, ao serem questionados sobre os *objetivos de sua criação*, os atores indicam as motivações e, possivelmente, as bases que definiriam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Como mostra o Gráfico 2, a criação da UEG na visão dos gestores entrevistados tinha objetivos, predominantemente, *políticos* (58%), mas são apontados, também, motivos *socioculturais* (11%), *econômicos* (5%), *legais* (4%) e outros (22%).

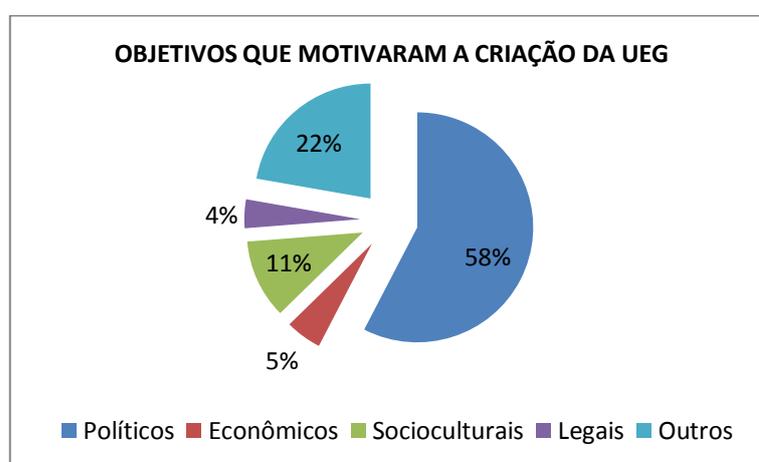


Gráfico 2 – Objetivos da criação da UEG.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo.

Os gestores participantes da pesquisa explicam esta configuração por, pelos menos, três motivos.

O primeiro é que a criação de uma universidade pública estadual era uma aspiração antiga tanto dos diferentes segmentos e atores da sociedade quanto dos políticos do Estado. De acordo com informações obtidas em documentos que resgatam a história da UEG (UEG, 2010), a respeito de iniciativas anteriores de políticos locais em favor de uma universidade estadual, constata-se que a criação da UEG é uma resposta a antigas mobilizações que têm suas primeiras manifestações expressas na década de 1950, com a política nacional-desenvolvimentista²⁷, e que era de interesse dos movimentos sociais, dos estudantes e de professores a interiorização do ensino em Goiás. Até a década de 1980, a expansão do ensino superior se deu pelos discursos de defesa dos ideais desenvolvimentistas e modernizantes e pela fixação da juventude em seu local de origem. Conforme mostra a posição de um coordenador de ensino, o “candidato que ganhasse a eleição de 1998 para Governador iria criar a universidade estadual” (CE1), pois o propósito não era a criação de uma nova universidade no Estado e, sim a consolidação das faculdades já existentes, para expandir e interiorizar o ensino.

O segundo motivo, que complementa o anterior, é que esta aspiração ganha corpo na segunda metade do século XX, intensificando-se na década de 1990, pois tanto a população quanto o Governo eram conhecedores da vontade dos políticos anteriores. Além disso, no final daquela década, a pressão da própria conjuntura, do contexto legal e socioeconômico, promove uma mudança no papel do Estado. O Governo estadual deveria adotar posição de “baixo para cima”, no sentido de rever as potencialidades socioeconômicas de cada local e aparecer como ator impulsionador do processo de desenvolvimento econômico local, empreendendo iniciativas próprias e mais adequadas às particularidades de cada lugar.

O terceiro motivo é o fato de que, no momento em que ocorre a consolidação de uma universidade estadual, há uma condição partidária favorável para isso, e que se mantém desde o início da trajetória da UEG, como mostrado no Capítulo primeiro²⁸. É possível visualizar uma dependência entre a trajetória da UEG e o PSDB, que está no poder desde a sua criação.

²⁷ A ideia deste momento histórico era a de que o ensino superior poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico. Assim, constrói-se uma ideia hegemônica no grupo social de que a universidade era o *locus* do desenvolvimento de uma nação (SGUISSARDI, 2006).

²⁸ À época da criação da UEG, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador do Estado, Marconi Ferreira Perillo Júnior (1999-2002) eram do partido PSDB. Com a reeleição de Marconi (2003-2006; 2011-2014), o PSDB se mantém no governo de Goiás desde a criação da UEG, e isso define um certo nível de consenso na decisão e atuação dos atores.

Isso posto, pode-se considerar que a evolução da UEG se deu principalmente pelos interesses políticos de expansão do ensino superior para os municípios do Estado, motivando a interiorização da formação universitária, o que atende às necessidades de desenvolvimento de várias regiões.

Os objetivos econômicos, na visão dos gestores de UnU não marcaram a criação e a consolidação da UEG, pois apenas 5% deles percebem sua influência, o que parece indicar a baixa vinculação da UEG com o setor produtivo.

O aspecto político pode ter facilitado parcerias com empresas, sindicatos e associações que contribuiriam para o desenvolvimento de suas atividades. Exemplo disso foi a participação dos gestores municipais como atores de consolidação da UEG, conforme visto no Capítulo primeiro.

b) Principais mudanças ocorridas na UEG

Setenta e oito por cento (78%) dos gestores de UnU afirmam que a UEG tem passado por mudanças desde a sua criação, sendo que os diretores foram os que avaliaram mais positivamente esta questão.

As principais mudanças acontecidas na UEG, na percepção dos gestores de UnU, estão indicadas no Gráfico 3.

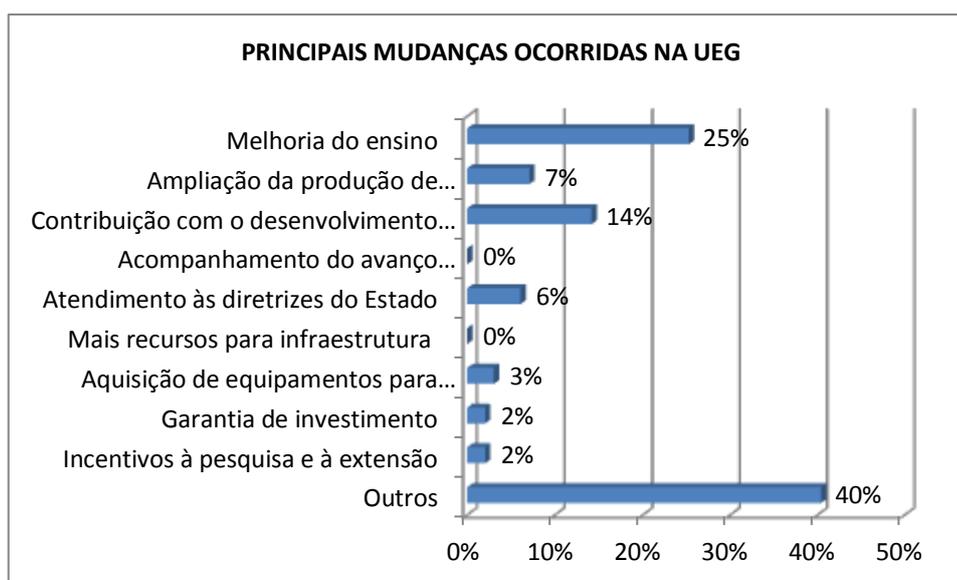


Gráfico 3 – Principais mudanças ocorridas na UEG.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo.

Nesta trajetória, a principal mudança, apontada por 25% dos gestores, foi a *melhoria do ensino e da formação de recursos humanos*.

A *contribuição da UEG com o desenvolvimento local* foi apontada por 14% dos gestores, o que não deixa de ser significativo.

As mudanças relacionadas às alternativas de *ampliação da produção de conhecimento na atividade de pesquisa e atendimento às diretrizes políticas e econômicas do Estado* foram apontadas, respectivamente, por 6% e 7% dos gestores.

As menos indicadas foram *garantia de investimento da dotação orçamentária com repasses para melhoria do ensino, pesquisa e extensão (2%)*, *incentivos à pesquisa e a projetos de extensão (2%)*, e *aquisição de equipamentos para os laboratórios de aulas práticas e de informática (3%)*.

Duas alternativas não foram sequer consideradas: *acompanhamento do avanço tecnológico e de inovação* e *mais recursos para infraestrutura*, o que mostra que não houve mudanças com relação a estes aspectos na percepção dos gestores. Com relação ao *acompanhamento do avanço tecnológico e de inovação*, uma explicação possível pode ser atribuída à inexistência do discurso e desta prática na UEG, uma vez que este tema é recente na instituição, o que pode confirmar a hipótese de que o planejamento inicial da UEG não contemplava as funções de produção, de pesquisa e de inovação. Com relação à *estrutura física* isso pode ser explicado por ser recorrente e generalizada na UEG a falta de condições físicas e instrumentais, ou seja, a precariedade das condições de funcionamento das instalações prediais da UEG é confirmada pelos dados da pesquisa.

Chama a atenção o fato de 40% dos gestores haverem indicado outras mudanças, além das sugeridas na questão. Alguns poucos responderam que “apesar da evolução, não houve nada de exponencial” (DIR2 e CE4). Houve, ainda, a percepção de que ocorreram “mudanças na composição das forças internas na UEG, em especial, com a admissão de professores concursados, iniciando a quebra do paradigma inicial, que teve a prevalência de contratos temporários de professores e técnico-administrativos e, por consequência, a alta rotatividade da força de trabalho” (DIR6).

Ainda que os gestores considerem que a UEG tem se modificado, as mudanças ocorreram de forma gradual, via adaptação das instituições antigas, para atenderem ou se adequarem aos novos interesses do contexto. Exemplo disso foi a LDBEN 1996, que definia a

obrigatoriedade de formação em nível superior para todos os profissionais da educação, o que ocorreu de forma gradual, ao longo dos primeiros dez anos da UEG.

c) Intensidade com que a UEG contribui em suas atividades

Quanto à percepção dos gestores com relação à intensidade com que a UEG contribui para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, esta é diferenciada, como mostra o Gráfico 4.

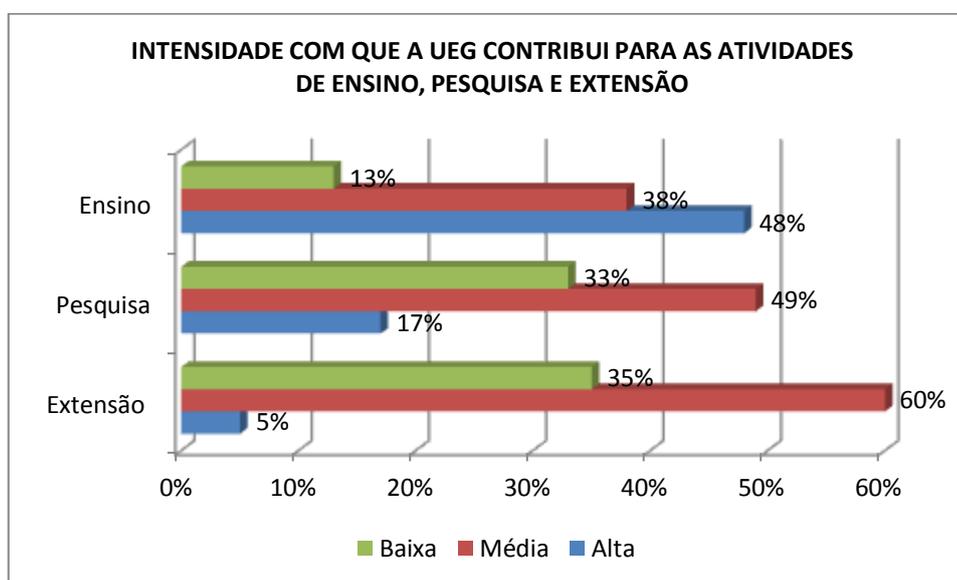


Gráfico 4 – Intensidade com que a UEG contribui para o ensino, pesquisa e extensão.
Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo.

Utilizando-se uma escala de intensidade baixa, média e alta, 48% dos diretores e coordenadores apontam que a contribuição da UEG é mais intensa nas atividades de **ensino**. Apenas dezessete por cento (17%) dos atores consideraram que a contribuição da UEG para a pesquisa é de *alta* intensidade, enquanto apenas 5% a consideram *alta* na atividade de extensão. Os dados deixam claro que a atividade de ensino prevalece nas UnU confirmando a hipótese de que, desde sua criação, a UEG era vocacionada para a formação de nível superior, por meio do ensino. Trinta e três por cento (33%) dos gestores indicam que a contribuição da UEG é *baixa* na atividade de pesquisa, e 35% apontam que é *baixa* na atividade de extensão, o que pode ser explicado pela pequena quantidade de mestres e doutores nos quadros permanentes da instituição e pela ausência de uma política de extensão.

Assim, a atividade de ensino desenvolvida a partir da difusão do conhecimento se fez e ainda se faz importante para a formação de recursos humanos. O fato de a UEG ter o ensino como sua atividade predominante, em detrimento da pesquisa e da extensão, pode ser justificado, também, pelo predomínio dos cursos de licenciatura para a formação de professores.

As justificativas dos gestores de UnU para o fato da atividade de ensino ser a de maior relevância são: “o quadro de professores efetivos é pequeno e estes têm pouco envolvimento com pesquisa e extensão” (DIR9); “os professores, na maioria, são especialistas, sem titularidade e sem experiência em pesquisa” (DIR8); “quase todos os alunos trabalham e não dispõem de horas para se dedicarem às atividades de pesquisa e extensão” (CE7); e “falta de financiamento para manutenção de laboratórios e processos burocráticos e demorados” (CAP9).

Assim, ainda que os gestores entendam que a atividade prioritária é o ensino, alguns lembram que, ao “ensinar também pesquisamos e fazemos extensão” (DIR3) e, ainda, que “até hoje foi a vez do ensino, mas estamos trabalhando para melhorar o desenvolvimento da pesquisa e da extensão” (CAP6). Justificam, também, que a atividade de pesquisa só recentemente começa a ser desenvolvida com mais intensidade, ainda que haja uma necessidade e dependência de quadro docente qualificado para ampliá-la.

Para um diretor, a atividade de pesquisa, na UnU em que trabalha, é a de maior relevância por existir desde antes da criação da UEG, quando era uma das faculdades isoladas, e cita que, atualmente, esta UnU tem consolidado pesquisas na área das licenciaturas (com ampliação das bolsas de iniciação da UEG e do CNPq e participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)²⁹); nos bacharelados (com a reestruturação e a consolidação dos núcleos de pesquisa por meio de fomento externo, via FAPEG, além da implementação da prática da “formação continuada” no ensino); e na criação de mestrados próprios (DIR4). Outro motivo que pode ter estimulado a pesquisa nas UnU foi a entrada, nos últimos cinco anos, de professores com espírito acadêmico por apresentarem experiência no desenvolvimento de projetos de pesquisa vinculados ao CNPq.

Em relação à condição da atividade de pesquisa, um dos coordenadores informa que a UnU não atende à atividade de pesquisa por “serem poucos os professores interessados em

²⁹ O PIBID é um programa que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais de licenciatura plena, para que eles exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de ensino básico, se comprometendo com o exercício do magistério na rede pública (UEG, 2013).

desenvolver pesquisa” (CAP11) e, além disso, os que demonstram interesse reclamam da falta de incentivo financeiro ou da falta de estrutura da UnU.

Quanto às atividades de extensão, também, é possível constatar, mesmo que de forma mais isolada, que alguns coordenadores de extensão afirmam ser esta a atividade prioritária na sua UnU e citam, como exemplo, os cursos do Centro de Idiomas, ministrados à comunidade, entre outras atividades desenvolvidas e projetos (CE3). Mas, há, ainda, a explicação de que “esta atividade se destaca mais em algumas UnU em decorrência de o quadro de professores ser composto principalmente por especialistas, que recebem carga horária para ações extensionistas” (CAE13).

Para um coordenador de extensão, em sua UnU “a atividade de extensão tem que evoluir, pois esta UnU tem servido apenas como uma instituição de capacitação de mão de obra” (CAE17).

Indicam, ainda, que na atividade de ensino os professores encontram melhores condições para atuar nas “licenciaturas junto aos alunos, e percebem que a falta de incentivo e de verbas, a precariedade e a ausência de laboratórios para as atividades de pesquisa e extensão dificultam o avanço destas atividades” (CAE20).

d) Contribuição da UEG para o desenvolvimento de Goiás

Em relação à contribuição da UEG para o desenvolvimento de Goiás, a maioria (82%) dos diretores e coordenadores de UnU acredita que, pelo fato de ser uma instituição *multicampi*, a UEG tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico de Goiás. Apenas 5% deles afirmam o contrário e 13% disseram não saber.

Sobre esta questão, foram destacados fatores positivos, como a capilaridade da UEG no Estado, por estar localizada em diferentes cidades, onde praticamente não existiam instituições de ensino superior, e, também, o atendimento a outras cidades próximas, o que se faz importante para a democratização do acesso ao ensino superior e para sua expansão, contribuindo direta ou indiretamente para o desenvolvimento.

e) Adequação dos cursos às necessidades locais

Pelo fato de a UEG ser uma instituição *multicampi*, buscou-se saber se os cursos oferecidos pelas UnU se adequam às necessidades locais. A oferta de cursos, talvez, seja a forma mais imediata de inserção local e regional de UnU e uma das principais formas de interferir no desenvolvimento local. Questionados sobre a adequação dos cursos ofertados às necessidades locais, a maioria dos diretores e coordenadores (71%) entendem que são adequados, mas as justificativas apresentadas se mostram contraditórias. Conforme revelam suas colocações, “a UnU atende quanto à formação de professores, mas muitos prefeririam, atualmente, cursos nas áreas de saúde, engenharias e outros” (DIR8). Outro gestor complementa, afirmando que “apesar de se adequarem às necessidades locais, ainda são necessários vários outros cursos” (CE6). Isso é explicado pelo fato dos cursos, em sua maioria, terem sido mantidos ou por terem sido implantados por questões políticas quando da criação da UEG, conforme visto no Capítulo primeiro, e, portanto, ainda não conseguem atender às principais atividades econômicas da região, como, por exemplo, a área agrícola. Prova disso é o exemplo do gestor que revela que há, na região, um APL, mas a UnU ainda não se adequou à realidade do município, por não possuir nenhum curso que pudesse atender de forma relevante às demandas apresentadas (CAE7).

f) Principais atividades realizadas nas UnU

Ao responderem sobre o tipo de atividade que as UnU realizam, os gestores ampliam a caracterização de seu papel no contexto local e regional, como mostra o Gráfico 5.

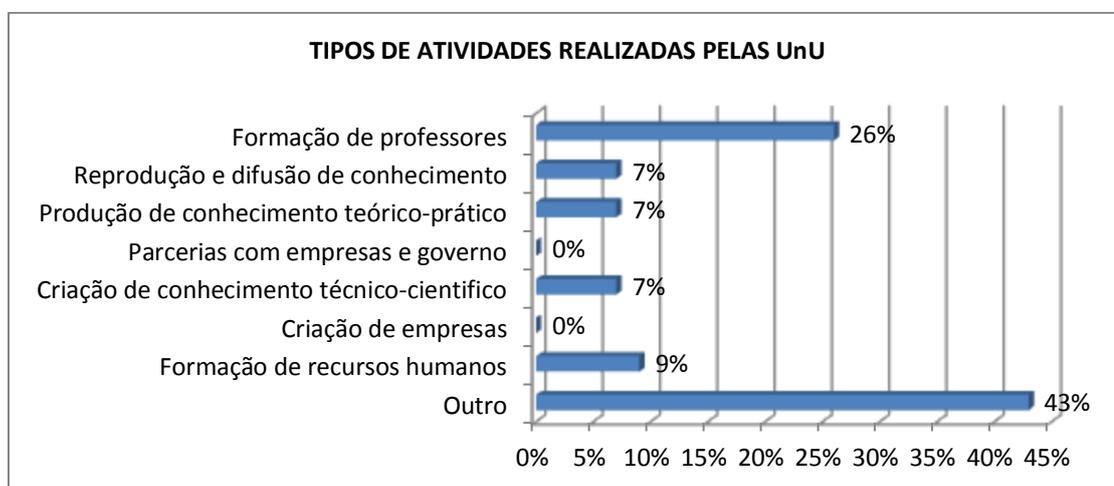


Gráfico 5 – Tipos de atividades realizadas pelas UnU.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo.

Os dados do Gráfico 5 indicam que a *formação de professores*, apontada por 26% dos gestores, é a atividade que mais se destaca nas UnU, seguida de *formação de recursos humanos* (9%). Sete por cento (7%) dos gestores apontaram as alternativas de *reprodução e difusão do conhecimento*, *produção de conhecimento teórico-prático* e *criação de conhecimento técnico-científico*, como atividades realizadas com menor intensidade. É importante ressaltar que as opções *parcerias com empresas e Governo* e *criação de empresas* não foram assinaladas por nenhum dos gestores, o que pode ser indicativo de certo isolamento de UnU em relação às empresas, órgãos públicos e outras instituições locais.

Uma possível explicação em relação à inexistência de *parcerias com empresas e Governo* é que o frágil movimento institucional reduz estas possibilidades e, em relação à não *criação de empresas*, a sinalização é de que a transferência e difusão do conhecimento gerado nas atividades acadêmicas, talvez, não sejam absorvidas pelos agentes da economia local, e pelo fato de serem apenas divulgadas por meio de publicações e em eventos científicos. Um Diretor, no entanto, destaca que a perspectiva futura, para a UnU em que trabalha, é desenvolver a “criação de conhecimentos e a criação de conhecimentos técnico-científicos” (DIR2).

Quarenta e três por cento (43%) dos gestores assinalaram a alternativa *Outros*, fazendo a associação de atividades realizadas pelas UnU, como *formação de professores*, *reprodução e difusão de conhecimento* e *formação de recursos humanos*.

g) Tipos de relacionamento UnU-Empresa³⁰

Com relação à interação de UnU com empresas locais 72% dos diretores e coordenadores admitem haver algum tipo de relacionamento, variando os principais tipos de relacionamentos encontrados de uma unidade para outra.

Os tipos de relacionamento mais usuais mantidos com empresas e instituições locais, se referem a *convênios com atividades e projetos de ensino*, alternativa apontada por 21% dos gestores; *prestação de serviços*, indicada por 10% dos gestores; e *treinamentos e seminários*, apontada por 5% dos gestores.

³⁰ Embora a questão do questionário se referisse às Empresas locais, os gestores não distinguiram claramente empresas de órgãos do Governo ou de outras instituições locais, que não são propriamente empresariais.

Como mostra o Gráfico 6, foram citados nas respostas vários tipos de relacionamento mantidos com empresas locais: 3% indicaram *consultoria e participação em incubadoras*; 2% apontaram *transferência de tecnologia e orientação de projetos em Empresa Júnior*; 1%, *desenvolvimento de softwares*. A alternativa *desenvolvimento de equipamentos* não foi assinalada por nenhum dos gestores de UnU.

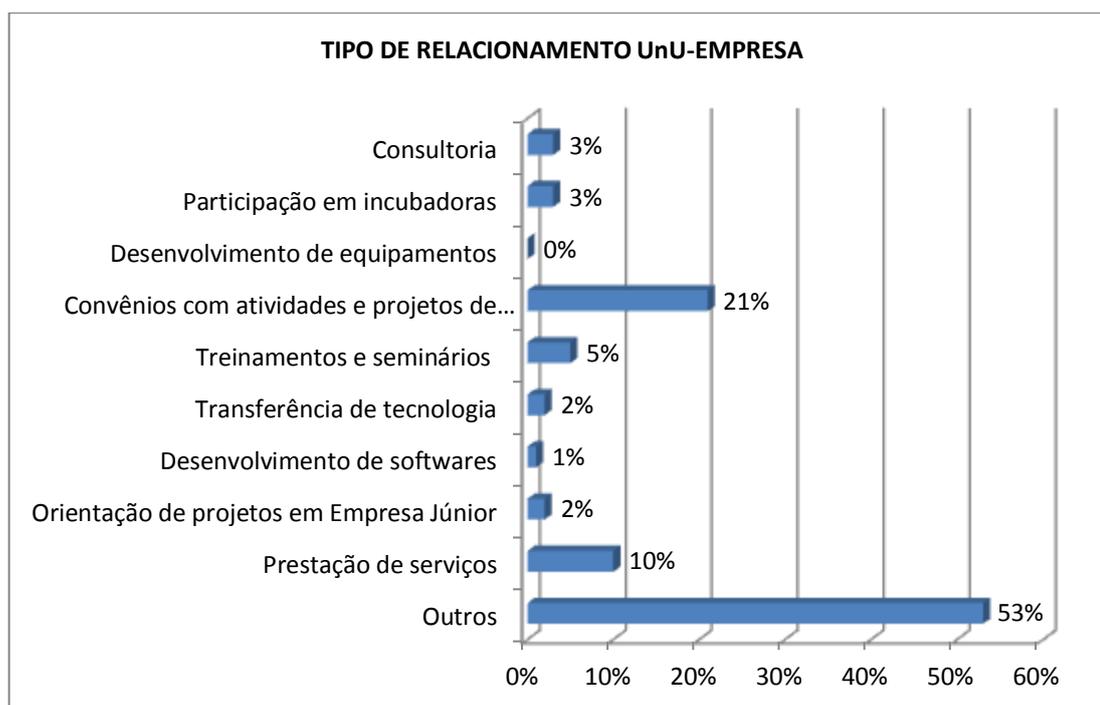


Gráfico 6 – Tipos de relacionamentos entre UnU e Empresa
Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo.

Dentre as respostas, o maior percentual (53%) foi para a alternativa *outros tipos de relacionamento* e, ao justificarem esta alternativa, os gestores de UnU apresentaram posições diversas. Um diretor destacou o tipo de relacionamento que a UnU mantém com a empresa, por meio da realização de atividades de estágio: “temos campos de estágio em diversas empresas do município, como a Associação Comercial e Industrial, a Agrotec, a Saneamento de Goiás (SANEAGO), as prefeituras municipais, o Procon e as secretarias de desenvolvimento econômico (DIR1). Embora não estejam relacionados diretamente com a empresa, um diretor detalhou outros tipos de relacionamento que ocorrem na UnU em que trabalha: “curso de alfabetização de jovens e adultos; empréstimo de espaço para cursos; parceria com patrocínio de eventos na UnU e, também, o estágio que se desenvolve, em sua maioria, nas instituições de ensino para o cumprimento da carga horária” (DIR6). Respostas

em menor quantidade revelam que um ou outro gestor entende que, “não existe relacionamento” (CAE9), ou que “é precária e reduzida essa relação” (CAP11), que “há um rompimento entre a UnU, as empresas e o Governo local (CE23), e que o “desenvolvimento do estágio supervisionado se faz em parceria por ser obrigatório” (CE24).

A participação dos alunos em atividades realizadas em parceria com a empresa não é percebida consensualmente por diretores e coordenadores. Assim, 57% dos gestores de UnU afirmam que os alunos participam de atividades realizadas em parceria, mas 30% afirmam o contrário, enquanto 13% não souberam responder.

A participação dos alunos se dá em projetos de ensino (estágios), pesquisa e extensão (cursos, eventos, programas) realizados em parceria com as empresas locais. A pouca participação dos alunos é justificada por um gestor: “como a maioria já trabalha, em consequência disso, há pouca participação dos alunos nestas atividades” (CE14).

h) Barreiras no relacionamento UnU-Empresa

Em outra questão do questionário, os gestores de UnU foram perguntados sobre o que consideram como barreiras no relacionamento entre as UnU e as empresas locais e as respostas são mostradas no Gráfico 7.

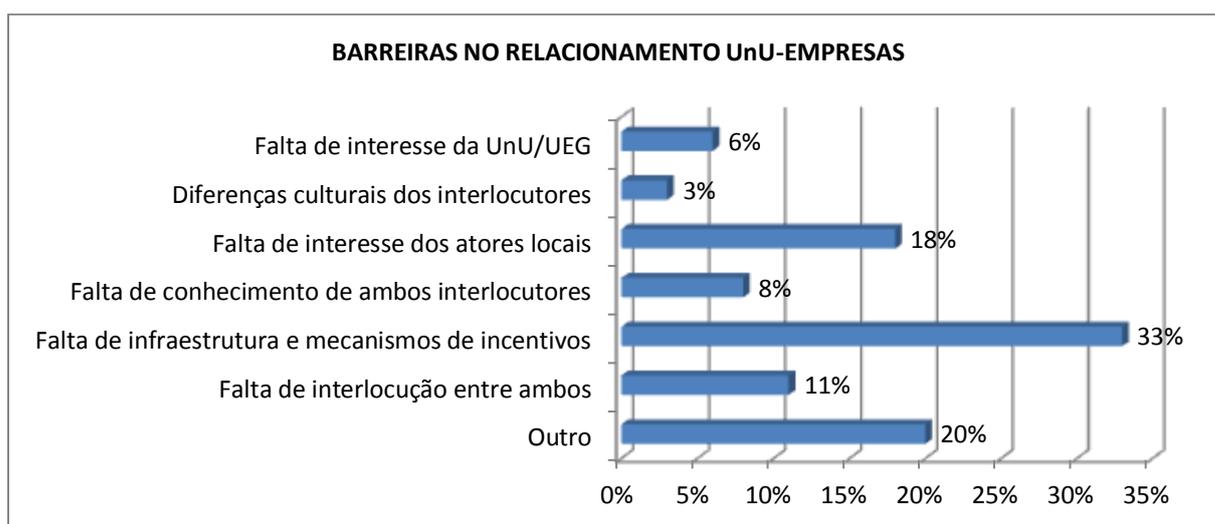


Gráfico 7 – Barreiras no relacionamento UnU-Empresas locais.
Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo.

A *falta de infraestrutura e mecanismos de incentivos* foi a principal barreira no relacionamento de UnU com as empresas locais, apontada por 33% dos gestores. Dezoito por

cento (18%) indicaram a falta de interesse dos atores locais, e 11%, a falta de interlocução entre ambos os atores. Com menor percentual, também, foram apontadas como barreiras a falta de conhecimento de ambos os interlocutores (8% das indicações), falta de interesse da UnU/UEG (6%), e diferenças culturais dos interlocutores (3%).

Além das alternativas propostas, 20% dos gestores apontaram outras barreiras que interferem no relacionamento entre UnU e empresas locais, resultando em uma “combinação de falta de infraestrutura e mecanismos de incentivos, como consequência da pequena participação de professores efetivos no quadro docente, o que acarreta falta de interlocução entre os atores da academia e os das instituições locais” (DIR5). Por outro lado, citam que, mesmo tendo relacionamento no sentido de contribuir na realização de eventos, a dificuldade é a “oposição de partidos entre o prefeito e o Governo, pois nesse caso o Estado não ajuda a prefeitura em nada” (DIR7), o que revela a falta de parceria entre os atores do Governo municipal e estadual.

Um coordenador de ensino e, também, empreendedor, de forma isolada, se manifesta de maneira contrária às respostas dos demais, ou seja, revela a facilidade para o relacionamento: “não tenho dificuldade nenhuma de relacionamento com lideranças da categoria, tais como sindicato e distribuidores de produtos da minha área” (CAE13). Esta resposta seria esperada pelo fato deste ator ser, ao mesmo tempo, coordenador de ensino de uma UnU e empresário.

Os coordenadores de extensão apontam, com maior ênfase, a falta de interesse dos atores locais, o que pode significar que, pela própria função que exercem, tenham um maior embate com a comunidade e percebam esta condição como a maior barreira a ser superada.

i) Apoio estadual e municipal para a interação UnU-Empresa

Outras duas questões do questionário relacionadas à interação UnU-Empresas objetivaram conhecer a percepção dos gestores de UnU sobre o apoio do Governo estadual e municipal para esta atividade. A categorização das respostas indicou que a grande maioria dos gestores afirma que o Governo do Estado não tem apoiado esta interação; poucos afirmam que este apoio existe e alguns afirmam desconhecer este tipo de apoio, acrescentando para isso diferentes justificativas.

Os diretores que afirmam que o Governo estadual não apoia iniciativas de interação UnU-Empresas locais, alegam que este tipo de apoio “só ocorre no discurso”(DIR6). A este

respeito um diretor assim se expressa: “que eu saiba o atual Governo só tem feito intervenções desastrosas, que cerceiam a pouquíssima autonomia da UEG” (DIR8). Para os coordenadores de ensino a falta de apoio se justifica porque “os recursos disponibilizados são mínimos” (CAE30), “quase nenhum” (CAE40), e “poderia ser melhor” (CAE27). “Tenho o apoio não do Governo estadual, mas da representatividade que tenho junto à categoria que represento” (CAE3). Quanto ao estágio, seria “necessário disponibilizar recursos para favorecer o acompanhamento dos professores orientadores do Estágio, assim como para alunos que se deslocam de outro município para realizar o mesmo no município sede” (CAE39).

Para os coordenadores de pesquisa, a falta de apoio é sinalizada pela “ausência de parceria para campos de estágio, atividades de pesquisa e extensão” (CAP11), atribuída, em parte, à “falta de interesse por parte dos docentes” (CAP3). No entendimento dos gestores, isso se explica pelas condições de UnU, “que funcionam, predominantemente, com um quadro de docentes temporários, que vivem inseguros quanto a sua situação” (CE33); “pelo fato de a maioria ser apenas especialista, o que pode contribuir para a baixa dedicação à pesquisa e à extensão” (CAE 28); e “pela falta de tempo, pois precisam trabalhar em outras instituições para incrementar o salário” (CE14).

Na percepção dos coordenadores de extensão, também, predomina a falta de apoio do governo estadual, mas suas justificativas revelam que o apoio estadual acontece “em parte, disponibilizando alguns materiais necessários à realização das atividades propostas nos projetos de extensão” (CAE21), a partir dos “editais vinculados ao Governo” (CAE10), “de recursos e de financiamento dos projetos” (CAE12).

Os que afirmam que este apoio existe entendem que ele se dá pelos “estágios e pelo programa de bolsas, do Governo federal, por meio do PIBID” (CAE13), pelos “editais da FAPEG” (CAE16), pela “proposta de incubadora” (CAE11), pelos “convênios com as empresas” (CAE2), e pela “montagem de laboratórios didáticos que atendam a interesses das empresas locais” (CAE1). “O Governo é parceiro de grandes empresas de nossa cidade, facilitando este envolvimento” (CAE5), e “está se organizando para que os convênios ocorram de maneira legal” (CAE9) e, ainda, “com parceria com empresas privadas, incentivando a abertura de editais de projetos de pesquisa e extensão” (CAE15).

Alguns, porém, apresentam ressalvas: acham que existe apoio, mas apenas “parcialmente” (CAE7), como “mantenedor” (CAE17), “de forma tímida” (CAE22), “apenas na forma de custeio e infraestrutura” (CAE13).

Por último, procurou-se conhecer a percepção dos gestores sobre o apoio do Governo municipal para a interação UnU-Empresas. A maioria dos respondentes afirma que o Governo municipal, da mesma forma que o estadual, não apoia estas atividades. Na categorização das respostas, os diretores sinalizam maior pessimismo em relação ao apoio recebido do Município, porém, percebem o apoio do Governo municipal em outras atividades. Alguns indicam, como forma de apoio municipal, “manutenções na estrutura física” (DIR4), “apoio na medida em que abre suas escolas como *locus* da extensão e do estágio supervisionado” (DIR18), nas “parcerias com Secretarias e Departamentos” (DIR20), e com a “ajuda na adequação do prédio da UnU e parcerias com empresas privadas” (DIR8).

Os coordenadores de ensino complementam justificando que “há necessidade de amadurecer essa ideia” (CE18), afirmando que “o município não tem dado a devida atenção, talvez por isso a UnU não tem se desenvolvido o quanto poderia com a abertura de novos cursos e melhoria da infraestrutura” (CE22). Afirmam, ainda, que o apoio municipal se dá, “somente em relação aos estágios nas escolas” (CE7), “apenas no transporte escolar” (CE9), e, também, que “os interlocutores não se comunicam” (CE11).

Para alguns, porém, o apoio municipal se dá a partir de “eventos realizados pela UnU” (CE19), “patrocínios de custeio por meio de parcerias com a administração municipal local” (CE31), “parceria de estágios e desenvolvimento de trabalhos colaborativos com o curso” (CE26), “pessoas procurando a unidade para esclarecimentos práticos e participação em eventos” (CE7), “contribuição na infraestrutura e estágios” (CE14), e por meio de “investimentos financeiros amparados por leis municipais para este fim” (CE29).

Alguns coordenadores de pesquisa afirmam desconhecer este tipo de apoio, embora alguns reconheçam que há “parcerias para o campo de estágio” (CAP8), e que “o município cede funcionários” (CAP3).

Para os coordenadores de extensão, a ausência de apoio municipal se explica pela “falta de uma melhor interação entre ambos os lados” (CAE12), embora reconheçam que “a prefeitura sempre apoia eventos na nossa UnU” (CAE17), que existem “parcerias, especialmente, com a Secretaria Municipal de Educação” (CAE2), “se disponibilizando para oferecer o estágio supervisionado obrigatório e participando dos eventos extensionistas realizados na UnU” (CAE5). Enfim, uma opinião isolada expressa a expectativa de que “com a troca de partido do município voltaremos a ter alguns incentivos” (CAE7).

j) Política de interação UnU-Outras instituições locais

Outra pergunta do questionário procurava saber se os gestores tinham conhecimento de alguma política que promovesse a interação entre as UnU e outras instituições locais que não fossem as empresas, tais como institutos de pesquisa, agências de fomento e financiamento, instituições técnicas, órgãos de Governo, ONGs, etc.

Sessenta e seis por cento (66%) Apenas 33% dos diretores e coordenadores afirmam não ter conhecimento de uma política de interação UnU-Outras instituições locais. A única observação que faz um coordenador de pesquisa é de que a política existente possibilita apenas interação com “instituições públicas de ensino e campos de estágio” (CAP4), e um diretor chega a afirmar que “a única relação que existe de forma efetiva é com as escolas” (DIR5).

De fato, as atividades de estágio acontecem em empresas e em outras instituições, em parcerias com as subsecretarias estaduais e/ou municipais de educação, e, ainda, com escolas privadas, hospitais, clínicas e com as unidades do Instituto Federal Goiano (IFGoiano), sendo estas parcerias motivadas pelo interesse em ter um local para se executar o cumprimento destes estágios, principalmente, para a formação de professores. As parcerias com outras instituições acontecem por meio de “eventos científicos, palestras, seminários e aulas práticas” (CE19), “troca de informações e grupos de estudos” (CAP7).

Neste sentido, o relacionamento dos estágios curriculares está diretamente articulado com as atividades de extensão, seguidas das de pesquisa, pois o que possibilita esta interação são os projetos destas atividades. Exemplo disso são alguns “projetos de extensão que traduzem seus resultados em eventos e ações dos cursos em funcionamento nas UnU” (CAE20). Para a atividade de pesquisa, a busca é pela “participação em redes de pesquisas, requisito fundamental para obtenção de recursos via FAPEG” (CAP9).

k) Política para práticas empreendedoras

Com relação à existência de uma política institucional que proponha a realização de práticas empreendedoras, de forma que a UnU desempenhe um papel proativo no desenvolvimento local, quarenta e seis por cento (46%) dos gestores afirmam que esta política existe, mas 43% dos atores negam a existência deste tipo de política institucional, ficando as opiniões, praticamente, divididas.

Os gestores que percebem a existência de *práticas empreendedoras* citam, como exemplos, as semanas acadêmicas, as atividades que propõem o desenvolvimento do empreendedorismo entre os discentes e os egressos, a oferta de cursos de informática para a comunidade, a produção de *softwares* para empresas locais, os APL, os projetos executados na agricultura familiar, os cursinhos pré-vestibular filantrópicos, a inclusão digital para funcionários públicos e para a terceira idade. Neste sentido, diferentes procedimentos relativos à UnU são elencados: “empreendemos em projetos que investem na formação humana para a melhoria da educação municipal e estadual” (DIR2); “investimos na política de constituição de núcleos de pesquisa e empresas juniores” (CAP6).

As respostas dos gestores podem ser explicadas por dois motivos que se complementam. O primeiro é que gestores, como os diretores e os coordenadores de ensino, por meio de suas colocações, talvez entendam *práticas empreendedoras* diferentemente dos de pesquisa e isso leva a distintas escolhas das alternativas; e o segundo é que cada UnU propõe investimentos e se organiza a partir dos interesses do conjunto de seu corpo docente e discente e de seus recursos disponíveis.

Os gestores que não percebem a existência de políticas para práticas empreendedoras afirmam que as UnU “não disponibilizam políticas porque não têm nenhum recurso para estruturar práticas empreendedoras” (DIR1). Outros complementam afirmando que “falta estrutura adequada” (DIR3); “não existe interesse dos atores” (CE21); “falta incentivo por parte do Governo” (DIR3); “falta vontade política” (DIR7); “desconheço uma política institucional, mas isso não quer dizer que não tenha” (CAP7). Conforme cita um gestor, “cada UnU carece de recursos humanos para desenvolver práticas empreendedoras, mas elas existem ainda que de maneira acanhada” (CAE13).

Síntese do Capítulo

Os resultados apontam sinais da articulação ensino-pesquisa-extensão na UEG, porém, de forma ainda incipiente. O Quadro 12 sintetiza a visão de dirigentes e gestores com relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, apresentando sua caracterização, desafios e propostas.

SÍNTESE DA VISÃO DOS GESTORES SOBRE AS ATIVIDADES DA UEG			
Itens	Ensino	Pesquisa	Extensão
Caracterização	<ul style="list-style-type: none"> – Baixa demanda por alguns cursos – Evasão – Matriz curricular desatualizada – Cursos desvinculados das demandas locais 	<ul style="list-style-type: none"> – Aumento de bolsas – Criação de Mestrados – Captação de recursos externos 	<ul style="list-style-type: none"> – Falta de acompanhamento institucional – Momento de transição
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> – Articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão <ul style="list-style-type: none"> – Maior autonomia universitária – Uso dos recursos de forma correta – Investir em infraestrutura científica e tecnológica <ul style="list-style-type: none"> – Rompimento da influência político-partidária – Realização de concursos regulares 		
Propostas	<ul style="list-style-type: none"> – Implementar política voltada para a ampliação do acesso e permanência do aluno e qualidade do ensino – Ampliar a capacitação de recursos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> – Criar política interna de inovação tecnológica – Ampliar cursos <i>stricto sensu</i> – Aumentar a quantidade de pesquisadores 	<ul style="list-style-type: none"> – Redefinir políticas internas para a extensão – Mapeamento do perfil de UnU

Quadro 12 – Síntese da visão dos gestores sobre as atividades da UEG.
 Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa de campo.

Na visão da Administração Central da UEG, o que se tem a destacar é a sinalização de uma proposta de política interna que contribua para um redirecionamento da instituição, no sentido de revitalizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, criando condições para uma maior aproximação com outros atores locais para o desenvolvimento do Estado. Para tanto, faz-se necessário dotar a instituição de quadros altamente qualificados, sejam docentes ou pessoal técnicos-administrativo. A UEG vive um momento de revisão e ganha corpo o discurso de maior diálogo e interação, dentro e fora da instituição, com vistas à busca de excelência.

Mas, por outro lado, há uma representação, no interior de UnU, construída pelos diretores e coordenadores, que, em parte, diverge da visão dos dirigentes centrais. Os gestores de UnU, ainda, se ressentem da falta de um planejamento estratégico para um projeto de universidade, que cumpra com suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão. Não raro, as políticas institucionais refletem muito mais um plano de intenções, desafios e propostas e não chegam a ser assimiladas e nem executadas.

Tal *gap* de percepção pode ser atribuído a problemas na comunicação interna entre os níveis de planejamento e execução, ao voluntarismo de profissionais que, diante de condições mínimas de trabalho, eximem-se de suas responsabilidades, mas prezam o *status* de pertencer à instituição e a pouca qualificação dos profissionais.

Em relação ao tripé ensino-pesquisa-extensão há uma convergência na visão dos dirigentes e dos gestores de UnU: na sua trajetória histórica, a UEG teve como atividade predominante o ensino, com uma extensão e pesquisa incipientes, mas, no momento, está começando a fazer a integração entre estas atividades. Os resultados das entrevistas indicam aumento significativo nas pesquisas e ações que têm fortalecido a extensão.

Os dirigentes concordam com os gestores de UnU que o maior dos desafios a ser rompido é a marcante influência política, seja em nível local, seja em nível estadual e, isso pode ocorrer, por exemplo, por meio de concursos mais regulares. A regularidade dos concursos tende a oxigenar a universidade por agregar profissionais oriundos de outros Estados, com novas experiências, ajudando a superar certas características da instituição, no sentido de promover uma mudança cultural.

Com relação aos recursos, enquanto os gestores reclamam da falta de infraestrutura física, científica e tecnológica e das condições de trabalho nas diversas UnU, os dirigentes alegam que os recursos existem, porém, falta competência dos gestores para solicitá-los, ou seja, grande parte dos que se encontram à frente de UnU não são capazes de solicitar e usar os recursos financeiros disponíveis, o que não traz resultados positivos para a UEG.

Quanto à oferta de cursos de licenciatura, os dados indicam a existência de uma crise nestes cursos manifesta pela falta de demanda, pela evasão e pela falta de sintonia com as necessidades locais, uma vez que a oferta de cursos das faculdades isoladas se mantém após a criação da UEG.

Na questão do ensino, a necessidade de revisão das matrizes curriculares dos cursos em andamento é uma proposta comum aos dirigentes e gestores, no sentido de atualizar a formação, de acordo com o novo perfil profissional.

A questão da extensão encontra-se na pauta do debate interno à UEG, tendendo a incorporação das diretrizes apresentadas pela Política Nacional de Extensão³¹, no sentido de buscar uma aproximação das matrizes curriculares com as atividades de extensão. No momento, portanto, a proposta da atividade de extensão está em processo de construção, na tentativa de articulação com o ensino e a pesquisa, ainda que cada uma de UnU caminhe praticando estas atividades de acordo com seus programas anteriores. O que se tem, de um

³¹ A atividade de extensão, atualmente, se baseia nas diretrizes da Política Nacional de Extensão, que concebe a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, articulando ensino e pesquisa de forma indissociável, sendo oito áreas para o desenvolvimento das ações extensionistas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Produção e Trabalho (BRASIL, 2007).

lado, são algumas UnU que desenvolvem a extensão com caráter assistencialista e, de outro, algumas que estão mais avançadas, mesmo que sejam poucas. Neste início de mudança, a reflexão e os encaminhamentos pretendem alargar a compreensão que se tem da extensão na direção de se construir sua indissociabilidade das atividades de ensino e pesquisa e, assim, promover maior integração da UEG à sociedade. Mas, para que as atividades de extensão assumam um papel ativo no local e atendam às demandas locais é preciso ampliar seus serviços comunitários e viabilizar a transferência de conhecimentos para o setor produtivo e para a sociedade como um todo, a partir dos parques tecnológicos, incubadoras de empresas e escritórios de transferência de tecnologia e outros serviços que estimulem e favoreçam o desenvolvimento local.

A contribuição da UEG para o desenvolvimento local, mesmo com todas as suas fragilidades, é uma constatação unânime entre os dirigentes e gestores. Desde o momento de sua criação, a UEG veio suprir a falta de instituições de ensino superior no interior do Estado. Ao longo de sua trajetória, porém, dirigentes e gestores concordam que a instituição precisa se modificar, ou melhor, se redefinir, pelo menos, nos seguintes aspectos: implantar novos cursos de acordo com a área e a demanda da região; investir nas suas atividades de pesquisa e extensão, e mobilizar um espaço em que a comunidade acadêmica reconheça e compreenda a necessidade do Modo 1 de conhecimento – baseado no ensino e na disseminação do conhecimento – aliado ao Modo 2, que promove a inovação, a capacidade científica e tecnológica por meio das atividades de pesquisa e extensão.

Sobre o relacionamento das unidades da UEG com os atores locais, os dirigentes centrais e os gestores de UnU convivem com diferentes tipos de relacionamento, o que pode ser explicado pelo fato de cada UnU ter uma condição diferenciada, ou seja, sua própria trajetória, sua realidade e seus atores, e por desenvolver suas atividades de acordo com suas características, necessidades e interesses.

A sinalização dos gestores de UnU revela que, para o relacionamento com outras instituições ocorrer, depende de recursos públicos, aporte financeiro do Governo e investimento. Assim, apesar de haver posições isoladas de relacionamento entre as UnU e os demais setores, é possível visualizar que a cultura da UEG talvez não esteja conseguindo aproveitar os ativos de conhecimento já acumulados por ela para investir cada vez mais nas áreas de empreendedorismo e da inovação. No entanto, as atividades empreendedoras, tais como a criação de novas empresas e a transferência de tecnologia, via licenciamento de suas patentes, ainda não é ponto de discussão entre os gestores de UnU.

A respeito das barreiras ao relacionamento UnU-Empresa, observa-se convergência das opiniões dos dirigentes e gestores de UnU, quanto, por exemplo, à falta de cultura entre as instituições, o tempo de ação e reação de cada uma e a falta de iniciativa, fatores que dificultam o diálogo.

Quanto ao apoio governamental às atividades de interação UEG-Empresa, na percepção dos gestores de UnU, o apoio do Governo, tanto estadual quanto municipal, ainda é incipiente. Neste contexto, questiona-se se os atores do Governo estadual e municipal têm investido na efetivação do discurso de que a educação é a saída para os países ou Estados em desenvolvimento, como é caso de Goiás. Como esta questão tem sido pensada, percebe-se que a UEG faz parte das instituições que sofrem com a dependência de trajetória – em que os países periféricos pensam em instituições apenas para a formação e não em uma universidade mais forte e articulada com o modelo regional. Mesmo assim, e considerando-se o redirecionamento em curso, a UEG se mostrará capaz se tornar uma universidade estratégica para o Estado, que busca inovação e aprendizagem para o seu desenvolvimento?

Concluindo a apresentação e análise dos dados colhidos por meio das entrevistas realizadas com os dirigentes e do questionário aplicado aos gestores de UnU, é possível reconhecer a contribuição da UEG para o desenvolvimento do Estado, no sentido de possibilitar a indivíduos, antes isolados e distantes dos grandes centros, o acesso ao ensino superior e a oportunidade de conclusão de uma formação acadêmica. Mas, por outro lado, observa-se que a UEG, ainda apresenta algumas lacunas com relação aos propósitos de uma universidade pública.

5 A UEG E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA PERSPECTIVA DOS DEMAIS

ATORES

Para a criação do conhecimento deve-se apostar em políticas de formação e qualificação profissional, bem como na realização de investimentos em infraestrutura favorável à interação entre os atores

Hasenclever, 2007.

Neste Capítulo foram reunidos os dados das entrevistas realizadas com os demais sujeitos da pesquisa: professores pesquisadores, representantes de empresas, de órgãos do Governo e de outras instituições locais, buscando identificar e compreender a visão que estes atores têm da UEG e do seu relacionamento com o desenvolvimento local. O que justifica esta seção é a compreensão da relevância desta perspectiva no atual contexto capitalista de reestruturação produtiva e do sistema de inovação. Na atualidade, o país e, portanto, o Estado de Goiás, para alcançarem seu crescimento e assegurarem a competitividade internacional, precisam investir em inovação. Para tanto, a inovação necessita estar no topo das preocupações de qualquer programa de desenvolvimento econômico (IEDI, 2011).

A partir dos anos 2000, no Brasil, há avanços na proposta de restauração da política industrial de economia aberta, iniciada na década de 1990, com a formulação da PITCE, com base em dois macros programas: *Indústria Forte* e *Inova Brasil* e em outras diretrizes, como a *Lei da Inovação* (BRASIL, 2004) e a *Lei do Bem* (BRASIL, 2005), instrumentos de desenvolvimento econômico implementados por ações do Governo Federal para promover a política industrial.

No Estado de Goiás, o desafio é instituir a cultura de inovação, de acordo com as diretrizes da Lei Federal e a partir da *Lei de Inovação de Goiás*, de 2010, sancionada pelo poder público estadual. De acordo com o artigo 2º, inciso I, da Lei Estadual n. 16.922/2010, a inovação tecnológica definida pelo Governo estadual é compreendida como “a concepção de novo produto ou processo de fabricação e a agregação de utilidades ou características ao bem ou processo tecnológico existente, que resultem em melhoria de qualidade, maior competitividade no mercado e maior produtividade” (GOIÁS, 2010). Assim, o Governo entende ser importante o relacionamento entre a universidade estadual, órgãos do Governo,

empresas e outras instituições locais por ser esta interação fonte geradora de vantagens competitivas.

No entanto, é preciso conhecer, na prática, esta proposta ainda embrionária em Goiás. Os dados e análise apresentados neste estudo, embora não pretendam esgotar o assunto, representam uma primeira aproximação da realidade da UEG nas suas interfaces com outros atores sociais e econômicos, com vistas ao desenvolvimento local e regional.

Como explicado no Capítulo terceiro, apenas algumas UnU, que desenvolvem atividades de ensino, ou pesquisa, ou extensão com empresas e com outros setores, foram selecionadas para participarem das entrevistas. As oito UnU participantes das entrevistas estão localizadas em um raio de aproximadamente 200 Km da capital do Estado e em sete microrregiões, sendo quatro delas situadas no Centro Goiano, três no Sul Goiano, e uma no Noroeste Goiano, como se pode ver no item 1.3.

A infraestrutura predial destas UnU revela que todos os prédios são próprios e, isso é uma situação diferenciada em relação a outras UnU dentro da UEG, que ainda desenvolvem suas atividades em prédios cedidos ou alugados. Quanto ao Estado de conservação podem-se constatar três níveis como: regular, bom e ótimo. Mesmo que *a priori* este dado não justifique o fato de a UnU se destacar em suas atividades de ensino, pesquisa ou extensão, as más condições de infraestrutura científica e tecnológica de UnU são destacadas pelos professores pesquisadores como um entrave para o desenvolvimento de suas atividades.

Em relação aos cursos ofertados, constata-se que apenas duas não ofertam cursos de licenciatura e uma não mantém cursos de bacharelado.

Quanto aos professores, em duas UnU prevalecem os professores especialistas. Nas demais, há uma quantidade expressiva de graduados e especialistas na condição de professores com contratos temporários, que são renovados de forma contínua, sem prazo de vencimento, contrariando disposição legal que estabelece prazo de dois anos no cargo. Os professores efetivos são, em sua maioria, mestres e doutores. A maior parte deles ingressou na UEG por meio de concursos. Destaca-se, ainda, que todos os pós-doutores são concursados.

Ao se caracterizar, também, os municípios em que se encontram as UnU pesquisadas é possível destacar um importante indicador, o Índice de Desempenho Municipal (IDM)³², que

³² O IDM, criado pelo Instituto Mauro Borges, órgão vinculado à SEGPLAN, é uma das medidas sintéticas contextuais que é considerada como um índice de desenvolvimento. Caracteriza-se pela sua forma de apresentação, pois é uma pontuação atribuída ao município, em uma escala de zero a dez (0-10), o que significa que o município com IDM Geral igual a dez é o que tem melhor nível de desempenho.

avalia as condições de cada município e possibilita comparar os mesmos, para, a partir daí, o Governo ter elementos que sejam capazes de responder às demandas da sociedade.

O IDM Geral dos municípios em que se encontram as UnU nas quais os pesquisadores foram entrevistados não apresenta variações significativas, indo de 7,30 (3ª posição) e 6,50 (68ª posição), indicando que estes municípios não apresentam diferenças socioeconômicas significativas. A população destes municípios, porém, apresenta valores bastante diferenciados. O Quadro 13 apresenta o índice de desenvolvimento geral e de outros setores destes municípios.

IDM DOS MUNICÍPIOS ONDE SE SITUAM AS UnU SELECIONADAS PARA AS ENTREVISTAS									
UnU	População (2010)	Posição	IDM Geral	IDM Economia	IDM Trabalho	IDM Educação	IDM Segurança	IDM Infra-estrutura	IDM Saúde
UnU6	41.460	3º	7,30	8,79	5,84	6,23	6,98	7,20	8,74
UnU 3	1.302.001	12º	7,14	8,33	6,71	6,39	5,32	8,53	7,55
UnU5	24.735	16º	7,07	8,79	4,34	6,31	6,53	7,21	9,24
UnU8	30.034	21º	7,01	6,87	5,16	6,10	8,12	7,29	8,51
UnU1 e 2	334.613	22º	7,00	9,45	6,15	5,89	5,83	7,17	7,50
UnU7	23.338	26º	6,98	8,60	4,94	6,14	7,63	6,94	7,65
UnU4	24.727	68º	6,55	5,59	4,83	6,46	6,49	6,66	9,25

Quadro 13 – Posição de UnU, de acordo com o IDM Geral.
Fonte: GOIÁS (2013).

Se observarmos, porém, o IDM Economia destes municípios, as desigualdades entre as regiões ficam mais evidenciadas. Enquanto um município do Centro Goiano, com um expressivo número de empresas, mantém o mais alto IDM econômico (9,45), outro do Noroeste Goiano apresenta um índice de desenvolvimento econômico bem abaixo dos demais (5,59). Observa-se, também, que o IDM Educação³³ destes municípios apresenta valores inferiores ao IDM Geral e ao IDM Economia, como mostra o Gráfico 8.

³³ O IDM Educação inclui todos os níveis educacionais, não existindo um IDM para o Ensino Superior, o que dificulta estabelecer qualquer relação entre a presença das UnU e o IDM Educação.

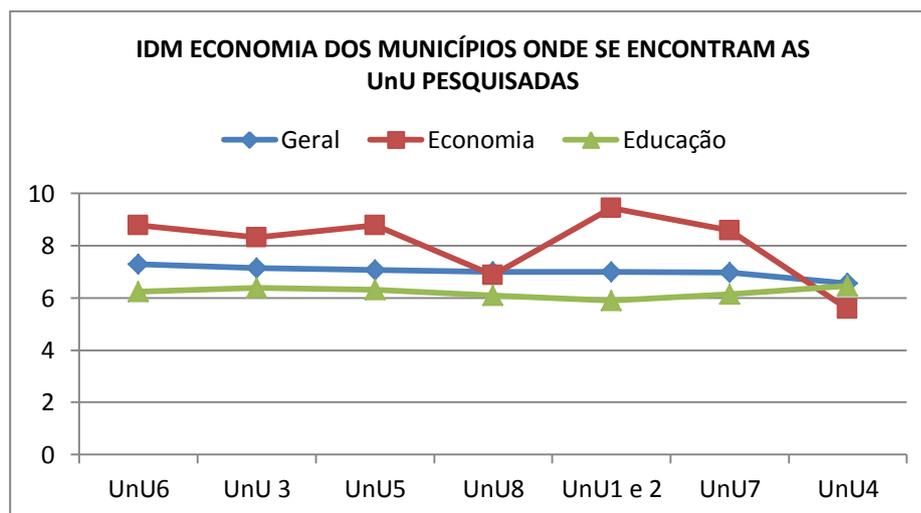


Gráfico 8 – Comparação do IDM geral, econômico e educacional de UnU.
Fonte: GOIÁS (2013), com adaptações da autora.

A seguir, são apresentadas as questões referentes à UEG e o desenvolvimento local na ótica dos professores pesquisadores, órgãos do Governo, empresas locais e outras instituições, destacando os tipos de relacionamento, as barreiras e, também, as motivações que poderão levar (ou não) a UEG a desenvolver uma posição de instituição que assuma o papel de empreendedora no contexto de inovação. A apresentação, análise e interpretação dos dados estão organizadas por segmentos, conforme mostrado no Quadro 9, no Capítulo terceiro.

5.1 A UEG na visão dos professores pesquisadores

A visão dos professores pesquisadores de UnU da UEG sobre os tipos de relacionamentos, motivações e barreiras mais frequentemente encontrados na interação com órgãos públicos, empresas ou outras instituições locais independe do enquadramento de UnU em que trabalham, e da atividade em que se destacam, seja o ensino, a pesquisa ou a extensão, como mostrado no Quadro 10, encontrando-se mais diretamente relacionada com a área dos cursos e a área de conhecimento e de atuação profissional de cada pesquisador.

Duas UnU, uma com destaque em ensino e outra em pesquisa, não se relacionam com empresas, por serem seus cursos da área de Ciências Humanas e esta “não ser compreendida pelas empresas” (PP4). No entanto, mantêm relacionamento com outros atores locais, via estágios, facilitados pelo fato dos professores pesquisadores ocuparem funções em duas instituições, ou seja, um professor da UnU é, também, importante ator da “secretaria municipal

de educação”, e isso facilita o acesso pelas relações pessoais entre os atores das duas instituições (PP3). Conforme este professor pesquisador, “o estágio supervisionado é obrigatório nos cursos de licenciatura e, por isso, os alunos vão direto para as escolas públicas” (PP3). Nestes casos, o papel da UEG é bem mais significativo para o campo social. Um pesquisador é enfático ao afirmar que “nós não fazemos pesquisa aplicada, nós fazemos a pesquisa pura, de fundamento, básica, então, as empresas têm muita dificuldade de compreender a contribuição que a gente poderia dar” (PP4). Assim, nestas UnU a interação é com outros atores locais pela via do ensino (estágio) ligado à área de licenciaturas e via pesquisa básica, o que faz com que, na opinião destes pesquisadores, a parceria com empresa seja algo distante. “Para a área de Ciências Humanas isso é mais complicado, o nosso alcance é de um viés mais crítico, mais acadêmico, então, você não tem uma parceria direta” (PP4). Para eles, esta relação é difícil e, complementam, ainda, lembrando que este “não é o papel principal das Ciências Humanas, pois deve fornecer um cabedal crítico para as pessoas enxergarem além da propaganda dos Governos, além desses projetos instrumentalizados de desenvolvimento” (PP3). Nestas duas UnU a interação com empresas “nem foi tentada, porque nós já estamos tão sobrecarregados de trabalho, e olha, lamentavelmente, eu sinto dizer isso, a mentalidade dos nossos empresários ainda é muito tacanha, é muito primitiva” (PP4). O interesse é por uma parceria sem custo para a empresa e pelo uso de equipamentos da UEG, pelo uso do seu espaço e pelos seus “cérebros” (PP4). “Eles não querem uma parceria com a UEG para eles terem custo, eles querem usufruir da universidade e não disponibilizam nenhum retorno para a UEG” (PP4).

Seis UnU selecionadas, sendo uma com destaque no ensino, duas na extensão e três na pesquisa, indicaram que se relacionam, principalmente, com as empresas. Os professores pesquisadores entrevistados informam que o relacionamento é, na maioria das vezes, informal e o tipo de pesquisa é, em sua maioria, pesquisa aplicada, pesquisa tecnológica, na área de engenharia e agronomia e em outras áreas de interesse das empresas locais.

A UnU que se destaca em *ensino* confirma o relacionamento com as empresas locais via um pesquisador e a parceria é do tipo formal, “oficializada sim” (PP8). Declara este entrevistado que a interação ocorre desde que começaram as obras de adequação da cidade ao título de “Patrimônio da Humanidade, há 12 anos” (PP8) e explica que isso se dá porque a empresa é obrigada a ter durante o processo da obra a presença de especialistas, como arqueólogos e, por isso, a empresa tem que “custear pesquisas por correr o risco de destruir o sítio arqueológico de um município que é Patrimônio da Humanidade” (PP8). Assim, de acordo

com o pesquisador a empresa se relaciona com a UnU, por meio do Núcleo de Arqueologia, para compensação ao dano causado à memória do passado. Neste caso, a interação se faz pela obrigatoriedade prevista na legislação brasileira para proteção do patrimônio arqueológico. Assim, a UnU participa da Carta Convite de empresas e de outras instituições e, ao efetivar a parceria, acompanha e fiscaliza as obras no local. O pesquisador informa, ainda, que esta relação “é bastante tensa, pois somos autônomos, podemos denunciar a empresa contratada” e a “a empresa quer mesmo é realizar a obra” (PP8). Daí, a posição do pesquisador é de proteger e acompanhar as empresas e produzir conhecimento “para a geração futura” (PP8). Para este pesquisador, apenas algumas empresas reconhecem a importância deste conhecimento produzido pela UnU local.

A pesquisa nesta UnU é do tipo básica e o pesquisador se compromete em divulgar o resultado da pesquisa por meio de artigos e participações em eventos. Ainda segundo ele, esta parceria tende a avançar, pois esta interação tem sido requisitada cada vez mais, e, para isso, o convívio entre UnU-Empresa é uma condição necessária.

Nesta mesma UnU, um pesquisador indica que neste município o momento é muito complicado na dimensão econômica pois em tese a cidade está sendo implodida: “aqui não tem emprego” (PP7) para os futuros profissionais e, assim, “não se tem empresas” e, portanto, não há relacionamento, pois “não se tem uma cobrança econômica que venha solicitar a participação da universidade” (PP7). E acrescenta este mesmo ator que “aqui o vínculo é com a pastoral, a ligação da UnU é com os movimentos sociais e não com empresas”, entendendo, porém, que a “não parceria pode ser um obstáculo cultural” (PP7).

Neste sentido, nesta UnU, o relacionamento é de caráter formal com as empresas e informal com outras entidades locais, escolas e instituições afins. Os pesquisadores, também, revelam que o interesse de relacionamento ocorre, por um lado, pela obrigatoriedade e, por outro, pode não ocorrer pelas características do local em que se encontram, pois enquanto uma UnU pode estar localizada em município com forte estrutura de empresas, outra tem uma realidade em que a não presença de empresas pode praticamente anular este tipo de relacionamento. Mesmo assim, é possível constatar que a área de conhecimento é definitiva para a interação ou não com empresas locais.

Quanto ao relacionamento UnU-Empresa, naquelas unidades que se destacam em *pesquisa*, há diferentes situações. Verifica-se que há relacionamento com as empresas a partir do desenvolvimento das pesquisas que estão atreladas, também, à atividade de estágio,

portanto, estão de acordo com as disciplinas do curso e, especificamente, com a área de conhecimento do pesquisador.

Os estágios, por serem obrigatórios, promovem diversos convênios pela via do ensino e, assim, são formulados os projetos de pesquisa nos cursos. Na área de engenharia e agronomia, por exemplo, ocorre o desenvolvimento de atividades nas empresas e propriedades rurais do local, o que se diferencia dos cursos de ciências biológicas, em que os estágios ocorrem nas escolas. Estes convênios, “são bem fortes, alguns estabelecidos há mais de cinco anos (PP13)”. Com isso, verifica-se que há, realmente, esta parte de estruturação, pois a parceria nesta área técnica de pesquisa aplicada é feita com “empresas, como Embrapa³⁴, Emater³⁵, Agência Rural e outras IES, como a UFG” (PP14).

Diante disso, as UnU têm promovido um relacionamento com as empresas locais de maneira amistosa, via relações pessoais, que permitem estabelecer tanto uma cultura de aprendizagem entre os pares, quanto uma predisposição entre as instituições para trabalhar de forma cooperativa.

Ressalta-se, porém, dois tipos característicos de relacionamento: o primeiro, vinculado à UnU e, portanto, aos pesquisadores em geral, ou, pelo menos, ao grupo de pesquisa da UnU, com a participação do alunado e, o segundo, quando a interação ocorre apenas com o pesquisador.

Nas UnU consideradas fortes em *extensão*, há dois tipos de relacionamento, marcados, porém, pela informalidade: prestação de serviços e consultoria. Em uma delas, mesmo que a extensão seja feita via estágio para a prestação de serviços pontuais, os pesquisadores revelam que o relacionamento ocorre apenas para divulgar as atividades acadêmicas para a comunidade, ou seja, difundem o conhecimento produzido nos dois cursos desenvolvidos na UnU (um bacharelado e outro tecnológico). Isso se dá pelo fato de seus professores serem em sua maioria especialistas e não terem, ainda, a atividade de pesquisa sendo realizada na UnU. Esta é uma das mais novas UnU da UEG e se estruturou pelos cursos tecnológicos e emergenciais (licenciaturas parceladas). Desta forma, sua origem promoveu aproximações com as empresas locais no sentido de estabelecer parcerias para apoiar os eventos dos cursos e divulgar produtos das empresas. Conforme revela um dos pesquisadores, a oportunidade de relacionamento nesta

³⁴ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

³⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER), criada pela Lei Estadual n. 7.969, de 15 de outubro de 1975.

UnU só é possível pela forte atuação de alguns professores “nas associações, nas entidades de classe e empresas da área, em Goiás” (PP5), o que facilita a participação e articulação entre as instituições, ocorrendo o apoio ou a disponibilização de serviços das empresas para a realização das atividades acadêmicas.

Em outra UnU, porém, há pesquisadores que desenvolvem consultoria para os produtores rurais, pois a partir do estágio, identificam interesses da empresa e, de acordo com a “demanda do campo” (PP15), buscam atender ao que “o produtor rural quer saber, o que ele quer testar, qual dúvida que ele tem” (PP15). Neste sentido, a proposta é levantar a necessidade e “chegar num resultado e devolver a resposta”, pois se a “demanda vem do campo, a gente devolve para o campo” (PP15). Desta forma, este mesmo ator indica que o relacionamento mais usual é com as fazendas locais, embora ocorra na informalidade. Outro ator informa que esta parceria se dá de forma amistosa, pois o proprietário é aberto para o desenvolvimento de atividades, como a consultoria e, por isso, os pesquisadores fornecem resultados pra o produtor como os testes feitos nas “raças de gado para seu desenvolvimento” (PP16). Deste modo, esta UnU promove um relacionamento com a empresa local e ao desenvolver suas atividades a partir da extensão difunde e divulga o conhecimento na forma de prestação de serviços, treinamento e consultoria. Estas atividades podem ser consideradas potenciais atividades empreendedoras.

De acordo com os pesquisadores desta UnU, a compreensão é de que o relacionamento com as empresas atende às demandas regionais e foca na formação de capital humano, no sentido de qualificar a mão de obra da região, adaptando a formação para atender à demanda local e propiciando um processo de aprendizado regional, ao contrário do outro tipo de relacionamento que desenvolve a parceria com a empresa apenas pela troca de apoio – de produtos ou serviços – para a difusão de conhecimento de suas atividades acadêmicas.

a) Tipos de relacionamentos UnU-empresas

A seguir apresentam-se os quatro tipos de relacionamento identificados pelos professores pesquisadores, que são: direto entre o pesquisador e a empresa; formal; informal; e via consultoria, prestação de serviço e convênios.

O primeiro tipo de relacionamento apontado é o *direto entre o pesquisador e a empresa*. Os pesquisadores indicam que prevalece aquele tipo de relacionamento que é estabelecido

diretamente entre o pesquisador e a empresa local. Um pesquisador revela que a UEG não tem um setor responsável, por exemplo, pelas patentes – a formalização está em tramitação – e que, devido à concorrência de mercado, as pesquisas precisam de sigilo e confidencialidade. Assim, o relacionamento, neste caso, ocorreu, no primeiro momento, via consultoria do pesquisador para a empresa e o tipo de pesquisa foi a aplicada, estando, ainda, em fase da experiência, mas a empresa tem feito “repasses referente ao custo do material através de pedido do pesquisador para o desenvolvimento e a aplicabilidade do produto” (PP2).

O segundo tipo é o *formal*. Os pesquisadores afirmam que algumas UnU desenvolvem um relacionamento do tipo formal em pesquisa aplicada, com base em contratos e convênios formalizados com empresas, mas é algo esporádico e acrescentam que a formalidade se estende, por exemplo, a outras instituições, como a Agência Rural e a Embrapa. Eles indicam, porém, que, em sua maioria, os relacionamentos ocorrem na informalidade, conforme exemplifica um deles: “agora mesmo eu estava conversando com o representante técnico de uma empresa de adubos, querendo que a UnU desenvolva um experimento testando produtos para eles” (PP13). O relacionamento se dá entre a UnU e empresas locais, como “fazendas, órgãos, sindicato rural, Secretaria do Meio Ambiente e prefeitura” (PP13).

Outro tipo de relacionamento indicado é o que ocorre de maneira *informal*. Alguns pesquisadores confirmam a existência de relacionamento informal com um produtor local e que ocorre a partir de projetos de pesquisa no campo: a parceria surge a partir dos experimentos realizados na atividade de estágio e de acordo com o interesse de ambos – empresário e pesquisador. Este mesmo ator justifica que as pesquisas podem estar ou não cadastradas na Pró-Reitoria de Pesquisa da UEG, pois como excede a carga horária do pesquisador não há necessidade e nem motivo para registrar a pesquisa na instituição, uma vez que não se pode contabilizar na carga horária. Assim, não há nenhum retorno financeiro para o pesquisador, a não ser sua carga horária de pesquisa e, “a empresa não tem essa visão de recompensa para o pesquisador” (PP11), ou seja, o empresário não repassa nenhum valor para o pesquisador. Nesta UnU a parceria, também, se dá a partir dos “estágios e a pela participação em eventos e publicação dos resultados em artigos científicos” (PP11).

O fato da maioria dos relacionamentos UnU-atores locais ocorrerem de maneira informal é justificado por eles pelo excesso de burocracia institucionalizada. A burocracia inviabiliza o relacionamento, e, por isso, as parcerias são realizadas de maneira informal e muitas delas não chegam ao conhecimento e controle da instituição. Os pesquisadores informam ainda que a informalidade ocorre não só com as empresas locais, mas, também, com

produtores rurais que são parceiros, dentro de suas fazendas. Estas respostas dos pesquisadores são corroboradas por informações constantes do *Catálogo de Pesquisa* (UEG, 2010b). Verifica-se que poucos relacionamentos, de fato, ocorrem e, portanto, apenas alguns casos são formalizados a partir de projetos que tenham o interesse da empresa pela busca de apoio técnico da UnU. Nestes casos, a parceria entre as UnU e a empresa local é cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa da UEG e, com isso, há parcerias do grupo de pesquisa com membros externos de outras IES próximas, como UFG e Universidade de Brasília (UnB).

Por último, outro tipo de relacionamento é o a que acontece por meio da *consultoria, prestação de serviço e convênios*: muitos relacionamentos se caracterizam pela consultoria, prestação de serviços e convênios com projetos de P&D e desenvolvimento de processos e serviços para as empresas locais. Conforme exemplifica um pesquisador, “eu presto assessoria para que o produtor da região tenha um menor custo e, por isso, ele se interessa em ceder a área e custear as análises em busca de resultados e melhorias” (PP12). Em contrapartida, “a UnU produz ciência e busca inovação e essa interação é proveitosa para a relação custo benefício. À medida que a UnU cresce e se fortalece, a cidade também avança” (PP12). Um dos pesquisadores enfatiza que o trabalho desenvolvido nas pesquisas está voltado para a “necessidade da população que nos paga”, por exemplo, “ver o que o produtor precisa” e “o que a população poderia contar com a minha participação na pesquisa” (PP15). Isso tem sido feito esporadicamente de maneira informal e “tem espécies que a gente trabalha que aparentemente não tem nenhum interesse econômico, mas que tem um potencial de produção, porque a gente vê que o pequeno produtor está completamente desamparado” (PP15).

Em síntese, o que pode ser interpretado a partir dos dados das entrevistas com os professores pesquisadores de algumas UnU é que o tipo de relacionamento existente pode ser explicado por vários motivos. Um deles é a área de pesquisa dos pesquisadores, pois o fato de haver dentro da instituição estrutura e recursos humanos com interesse no mesmo tema facilita a aproximação e o desenvolvimento da pesquisa. Caso isso não ocorra, são necessários arranjos institucionais com outros grupos de pesquisa das diferentes instituições que têm pesquisadores da mesma linha de pesquisa para se cumprir com a obrigatoriedade da produtividade.

b) Motivações que facilitam o relacionamento

No decorrer das entrevistas os pesquisadores revelam que a existência de relacionamento UnU-atores locais pode ser explicada por diferentes *motivações* entre as UnU e as empresas as quais podem ser consideradas interdependentes:

A primeira motivação é a participação em *eventos externos*. Os pesquisadores destacam que esta é uma eficaz ponte para divulgação do conhecimento, em nível regional, nacional e internacional, o que promove uma rede de relações entre os pesquisadores das diferentes IES que mais facilmente conseguem divulgar a área de interesse de estudo, ao ponto de haver interesse entre os atores e países estrangeiros como, o “Ministério de Ciência e Tecnologia e a China através de um protocolo de intenções pelo interesse na tecnologia do material estudado” (PP1).

Outra motivação é a realização de *eventos internos*. Os pesquisadores referem-se ao contato com a comunidade a partir de eventos científicos³⁶ internos, como as “semanas de iniciação científica ou acadêmica”, em que se divulgam os resultados das pesquisas de UnU. Após esta divulgação a busca da parceria por parte das empresas ligadas à área pesquisada passa a acontecer com maior frequência.

A *criação ou formação de redes de pesquisa* também foi destacada como fator de motivação. Um pesquisador revela que a motivação maior para o relacionamento é o apoio que se tem a partir das redes de pesquisa com outras IES externas, por meio das quais estabelecem relações pessoais com outros pesquisadores, como, por exemplo, parceria com redes internacionais de pesquisas da área, “com o centro internacional de ração vegetal, centro asiático de pesquisa em hortaliças”. Este centro “envia material, quando eu solicito, para avaliar aqui e eu tenho a liberdade de incluir uns programas de melhoramentos genéticos” (PP9). Com isso, o pesquisador indica a existência de rede de pesquisa que envolve tanto outras IES quanto as instituições da área pesquisada, apontando, ainda, a importância de alguns pesquisadores que, por terem articulação com atores que representam as empresas locais, se tornam importantes para a interação. “Temos um professor daqui que está sempre em contato com grandes produtores da região de soja, milho, algodão, essa coisa toda”, “contribuindo para a troca de ideias e a implementação de pesquisas e, posteriormente, a divulgação do

³⁶ São considerados eventos científicos, neste estudo, dentre outros: seminários, congressos, semanas acadêmicas e ou científicas.

conhecimento ocorre a partir de publicação de artigos científicos” (PP9). Assim, as linhas de pesquisa dos pesquisadores satisfazem, também, aos empresários.

O *ambiente da UnU* é também um fator de motivação para o relacionamento. O próprio ambiente de certas UnU favorece a estrutura para o relacionamento que se faz de forma naturalizada, ou seja, o relacionamento com a empresa local é uma condição que tem feito parte da história da Instituição e, por consequência, do local.

Outra motivação é o *interesse da comunidade pelo conhecimento*. Os pesquisadores reconhecem o interesse da comunidade local pelo conhecimento tecnológico bem como o alcance das patentes para a região, pois a pesquisa básica e a aplicada são necessárias.

Os pesquisadores indicam as *relações pessoais* como a maior motivação para o relacionamento UnU-atores locais, por facilitar a aproximação dos atores em questões de interesse de ambos, decorrendo, daí, retorno para os atores envolvidos. Assim, um dos pesquisadores reitera esta afirmativa ao pontuar que “tanto a universidade tem buscado parceria, quanto os produtores tentam de alguma forma levar a universidade para dentro de suas propriedades, porque sabem que isto gera algum benefício” (PP2). Isso mostra que a empresa já despertou o interesse e avaliou os possíveis ganhos com a parceria e, em contrapartida, a UEG ganha com o uso da estrutura da empresa e por trabalhar com questões reais. Em municípios pequenos, do interior do Estado, o conhecimento mútuo a partir das relações pessoais estabelece a confiança e a cooperação entre os atores. Conforme cita um pesquisador, se na região há uma “infinidade de espécies do produto” (PP1), isso contribui para o relacionamento em que a empresa colabora disponibilizando o material necessário sem cobrar nada e o pesquisador realiza a pesquisa dentro do laboratório da UEG.

Outra motivação é o *interesse em contribuir com o local*. Conforme destaca um pesquisador há interesse em contribuir com o local, principalmente com o pequeno produtor e com pequenas empresas locais, para que possam produzir e não ter que buscar conhecimento em outros municípios, e, ainda, melhorar a renda destes produtores. Para este pesquisador, o potencial do local, na maioria das vezes, não é aproveitado e nem valorizado: “ao participar de um simpósio internacional tive interesse em conhecer a realidade do estudo [...] e a coleção que eles têm lá é menor que a coleção que eu tenho aqui na UnU” (PP11). Outro pesquisador afirma que “o nosso potencial do cerrado é muito maior do que o de lá” (PP10), isso significa que a matéria prima do Estado é abundante e possibilita melhoria deste potencial de sustentabilidade. Assim, mesmo que as áreas dos pesquisadores sejam diferentes, nestas UnU elas são necessárias para o desenvolvimento local, pois o pesquisador confirma o fácil acesso para a

interação UnU-Empresa e o interesse dos atores – professor pesquisador e empresário – em manterem relacionamentos, seja formal ou informal, desde que haja retorno para ambos, ou seja, para a empresa, o lucro, e, para o pesquisador, a produção do conhecimento. Alguns pesquisadores têm procurado algumas colaborações, mesmo “que não seja de um modo tão intenso” (PP1) e, para tanto, criam projetos de pesquisa que se adequam às demandas locais.

Outra motivação é a *ausência de infraestrutura*. A cooperação entre os atores decorre justamente da falta de infraestrutura existente. Diante das dificuldades os atores entram em cooperação, ou seja, o fato de existir a escassez de recursos gera uma condição entre os sujeitos das instituições que provoca o relacionamento entre as UnU e as empresas locais. Assim, a boa vontade aproxima os atores e promove a produção e a difusão do conhecimento em algumas situações críticas, por ser gritante a condição local de carência e fragilidade.

Uma das motivações apontadas é a condição do mesmo ator ser *pesquisador e empresário*. O fato de o pesquisador ser, também, empresário facilita a interlocução da UEG com empresas e órgãos de fomento à pesquisa e isso tem possibilitado avanços no relacionamento entre os atores.

A *estabilidade do pesquisador* na instituição é fundamental para que o relacionamento não sofra descontinuidade, pois já ocorreu de relacionamentos serem interrompidos pelo simples fato de os pesquisadores migrarem para outra IES que oferece melhores condições de trabalho e a instituição não ter como sustentar relacionamentos já firmados. Os pesquisadores relatam, ainda, que as parcerias podem não ser duradouras, ou seja, acontecerem apenas por um determinado tempo, ou enquanto durar o desenvolvimento de um projeto ou ação do pesquisador.

A *disponibilidade do campo de estágio* é uma importante motivação para o relacionamento. Para os pesquisadores de algumas UnU, o relacionamento com as instituições de ensino públicas e privadas é interessante para o campo de estágio e, isso, na maioria das vezes, acontece naturalmente, pois o relacionamento resulta em contribuição com a formação social. O desenvolvimento do estágio, que é comum para todos os alunos, é uma importante participação do aluno, destacada por todos os pesquisadores. Este é o momento em que ele adquire conhecimento prático aliado à teoria e, com isso, consegue fazer uma relação melhor com o ensino. Esta participação facilita o aprendizado e aumenta o nível de conhecimento do aluno e “a aprendizagem das atividades feitas em áreas de produtores e ou empresas é notoriamente mais significativo do que os outros” (PP9). Sendo assim, a participação do aluno por meio do estágio realizado nas empresas define o acesso ao mercado de trabalho, pois o

olhar do empreendedor em relação ao aluno que se destaca é de interesse, conforme cita um dos entrevistados: “olha, esse aqui tem perfil de líder” (PP9). É isso que importa para a UnU: formar alunos com perfil de liderança, de comando, para que o aluno seja inserido no mercado de trabalho e alguns “são, inclusive, disputados”. A proposta, portanto, “é formar recursos humanos e dar condições para a inserção deste futuro profissional no mercado” (PP10). Outra forma de participação dos alunos destacada como importante é a que acontece em projetos de pesquisa, que dá uma vantagem para o aluno, sendo, em sua maioria, bolsistas, e alguns voluntários. Aqueles, que desde o início do curso revelam-se interessados em pesquisa, são estimulados e incluídos nos projetos. Com isso, têm a chance de conhecer todo o processo desenvolvido no estágio, seja na empresa ou em área rural, aprendem com maior facilidade, pois ao retornar para a sala de aula, em que a formação se dá pelo ensino, o docente discute e analisa os resultados de forma conjunta com seu aluno.

Alguns pesquisadores entendem o *prestígio da UEG* como um motivo para o estabelecimento de relacionamentos com os atores locais: “a UEG é mais procurada pelas empresas do que a gente busca as empresas” (PP10). Mesmo que a UnU tome iniciativas, a procura dos atores locais tem sido maior, principalmente, pela parcela da comunidade ligada diretamente ao agronegócio, pois eles “dão o maior valor à UEG” e isso dá credibilidade para as UnU “ao menos na área de agronegócio” (PP10). Um dos pesquisadores ressalta que o atual contexto promove a busca pela interação, pois “antes a sociedade não buscava a UnU” (PP11), mas, recentemente, tem feito isso, em busca de um apoio para encontrar respostas às suas demandas. Conforme demonstra o pesquisador em sua afirmativa, o “produtor tem buscado essa parceria com a universidade”, ainda que o interesse fosse do “professor que estudava o solo” (PP13). Este caso se explica pelo fato de o produtor ser “engenheiro agrônomo, com mestrado e ter um nível de conhecimento mais elevado” (PP16) e, portanto, conhecedor da importância da pesquisa na sua propriedade. Outro pesquisador reitera esta afirmativa dizendo que “nos últimos dez anos, a iniciativa privada tem se aproximado mais da universidade, buscando o respaldo universitário” e “antes cada um fazia sozinho, de forma isolada, mas, agora, já se vê uma aproximação” (PP15).

c) Barreiras que afetam o relacionamento

Em concordância com os gestores de UnU, a maioria dos pesquisadores apontam como a maior barreira no relacionamento UnU-Empresa a *falta de infraestrutura física e*

tecnológica, tanto nas empresas locais quanto nas UnU. Outras barreiras apontadas são, possivelmente, desencadeadas como uma decorrência desta situação, como, por exemplo, a falta de confiança entre os atores e a limitação dos recursos, seja pelo espaço físico, seja pelos recursos científicos e tecnológicos. Os pesquisadores ressaltam, além disso, a burocracia, a falta de mecanismos de incentivos, a dificuldade de transferência de conhecimento, a cultura institucional, a falta de divulgação, a falta de interesse das empresas e a falta de interlocução UnU-Empresas. A maioria dos pesquisadores revela que a falta de infraestrutura de UnU e das empresas é uma barreira para o relacionamento, justificando que ambas as instituições “não estão muito preparadas”, “estão muito no seu próprio mundo, mas acho que cabe, também, à gente abrir essas oportunidades (PP2)”.

Outro obstáculo que tende a surgir desta primeira barreira é a *falta de confiança entre os atores*, pois um dos pesquisadores alerta para o receio das empresas em relação à confiabilidade dos resultados realizados pelas UnU, pois se preocupam, principalmente, com a falta de padronização em alguns equipamentos, o que pode ser um risco, “pois se há precariedade na infraestrutura é possível que os resultados realizados pelos equipamentos possam provocar dados que não sejam reais” (PP1).

A *limitação ou a falta de recursos* dificulta a produção do conhecimento, conforme atesta um dos entrevistados: “se a gente conseguisse um sistema computacional melhor, a gente poderia estar trabalhando um interesse mercadológico muito mais pronunciado que o que a gente faz hoje” (PP2). Este pesquisador, embora tenha participado e sido selecionado em editais de financiamento para compra do material e equipamento, afirma que não tem como utilizá-lo por falta de espaço físico: “agora mesmo a gente comprou equipamento, mas não tem onde colocar os equipamentos” (PP6). Acrescenta, ainda, que recursos obtidos em editais que financiam construções não chegam a ser utilizados pelo fato da UEG emperrar na burocracia, ou seja, “não se consegue usar os recursos financeiros e daí é preciso devolver o dinheiro” (PP6). Assim, aponta a dificuldade que se tem no órgão do Estado que dificulta o desenrolar do processo: “você submete o projeto, consegue o equipamento e não tem onde colocar” (PP6).

A *burocracia morosa* nos órgãos do Estado que está atrelada diretamente à UEG afasta a empresa deste relacionamento: “inventar-se tanto documento, que as pessoas desistem de fazer parcerias” (PP1), por isso, a informalidade predomina nos relacionamentos.

Os pesquisadores apontam, também, a *falta de mecanismos de incentivo*, seja dos órgãos do Estado, seja de outros órgãos relacionados às áreas de suas pesquisas, conforme

indica a fala de um deles: “precisava de um núcleo/órgão na UEG com esta finalidade (PP11)”, e outro complementa que “a quantidade de empresas, ainda, é insuficiente dentro do município para atender ao nosso número de alunos” (PP16).

Outra barreira para o relacionamento é a *dificuldade de transferência de conhecimento e de sua difusão*. Um pesquisador explica que para divulgar o conhecimento é preciso lançar mão de estratégias como a publicação de resultados de pesquisa científica em uma linguagem comum em revistas relacionadas ao campo para possibilitar o acesso aos que lidam com esta área. “Nós temos trabalhado muito pouco com extensão, eu, no meu grupo de pesquisa, utilizo uma revista nacional que chega até o produtor mesmo; eu tenho enviado vários materiais que não são considerados como artigo científico no editorial, mas é o que mais se aproxima da realidade no campo” (PP2). Conforme cita o professor, “é onde a gente consegue fazer um pouco de transferência, mas internamente no Estado a gente não tem órgão nenhum na área agrícola que faça essa transferência de tecnologia para o produtor e a Prefeitura, também, não tem nada, parece que nosso mundo é meio esquecido, na agricultura do Estado de Goiás” (PP2). Neste sentido, faltam apoio e incentivos do Estado, por exemplo, ao pequeno produtor rural, carente de todo tipo de conhecimento técnico. De acordo com a fala de um pesquisador, “tem muita coisa de pequena propriedade, muita gente precisando de conhecimento que a gente poderia melhorar”, pois “a gente tem que fazer transferência de tecnologia porque todo mundo paga os impostos” (PP3) e este é um dos obstáculos que preocupa os profissionais que se comprometem em contribuir com o desenvolvimento local

Para os pesquisadores, muito pouco se faz para divulgar o que se produz na UnU: “tem coisas que acontecem aqui, que entra ano e sai ano, vão acontecendo e o pessoal da cidade nem fica sabendo” (PP14), e isso pode ser pela “falta da gente colocar na agenda da UnU um dia para visitas”, ou seja, “incluir na cultura de extensão, a divulgação das atividades desenvolvidas na UEG, e isso colabora com a imagem da UEG, ou seja, é uma instituição que se propõe apenas a realizar o ensino” (PP14). “Não há uma forma de estar levando toda essa informação que a gente tem aqui dentro da UnU, uma forma de expandir isso cada vez mais”. Assim, os pesquisadores compreendem a necessidade de difundir mais as atividades, pois apesar do município ter a UEG presente, “muitas pessoas ainda não sabem de suas atividades”, como um pesquisador ouviu de um ator local: “nossa, mas a UEG já tem isso?” (PP6).

A *cultura institucional* da universidade, talvez, não esteja conseguindo aproveitar os ativos de conhecimento já acumulados por ela para investir cada vez mais nas áreas de

empreendedorismo e de inovação. A barreira que afeta mais diretamente o relacionamento UnU-atores locais é a falta de interesse da UnU e, portanto, de seus pesquisadores, o que tem sido explicado pela predominância das áreas teóricas que não mantêm aproximação com as empresas, por entender que para produzir conhecimento é necessário que a área seja tão específica ao ponto de se aproximar dos interesses das empresas. “A gente não chegou ainda na massa crítica de produção que a gente deseja, mas a gente está caminhando para isso” (PP2). A ausência de pesquisadores com produção científica específica da área de atuação das empresas pode justificar a falta de interesse da UnU. Outra explicação para a falta de interesse da UnU é a condição de individualidade do pesquisador, pois o fato de o pesquisador ter se acostumado a realizar suas atividades na UnU de forma individual, não sabendo trabalhar em cooperação, além da sua pouca experiência, dificulta o engajamento efetivo neste relacionamento. Assim, prevalece, ainda, a cultura do pesquisador instalado “em uma torre de marfim” (PP3).

Outra barreira apontada pelos pesquisadores é a *falta de interesse das empresas*. Na visão dos pesquisadores muitas empresas preferem fabricar produtos que já foram desenvolvidos ao invés de investir em desenvolvimento de novos produtos, e isso pode ser “uma coisa de mentalidade que precisa ser mudada nas empresas” (PP4), o que se explica, principalmente, pela iniciativa econômica, pois “essas coisas são caras e demoradas”, o que revela o não interesse do ator da empresa que pode preferir, por exemplo, “pagar patentes ou quebrar patentes (PP1)”.

Os pesquisadores indicam, ainda, como barreira, a *divergência de interesses entre a UnU e as empresas*, pois enquanto o interesse da empresa é “produzir para se manter e ter lucro no contexto do capital”, a UEG se preocupa com a questão social do local em que está inserida (PP7).

O Quadro 14 sintetiza a visão que os professores pesquisadores das UnU selecionadas têm a respeito do relacionamento entre a UEG e os atores locais.

SÍNTESE DA VISÃO DOS PROFESSORES PESQUISADORES SOBRE O RELACIONAMENTO UEG-ATORES LOCAIS		
Tipos	Motivações	Barreiras
Consultoria, prestação de serviço, convênios	Formação de redes de pesquisa	Falta de infraestrutura física e tecnológica
Predomina a informalidade	Ambiente da UnU	Burocracia institucionalizada
Predomina a pesquisa aplicada e tecnológica	Interesse em contribuir com o local	Falta de interesse da UnU ou da Empresa
Depende da área de conhecimento do pesquisador	Busca por infraestrutura de pesquisa	Falta de mecanismos de incentivos
Não há retorno financeiro (CH)	Relações pessoais	Limitação dos recursos
	Eventos externos e internos	Cultura institucional
	Interesse da comunidade	Individualidade do pesquisador
	Ser pesquisador e empresário	Falta de confiança entre os atores
	Estabilidade do pesquisador	Falta de divulgação sobre a UEG
	Disponibilidade para campo de estágio	Falta de interlocução UnU-Atores locais

Quadro 14 – Síntese da visão dos Professores Pesquisadores sobre o relacionamento UEG-Atores locais.
Fonte: Dados da pesquisa.

5.2 A UEG na visão dos órgãos do Governo

Quanto à posição dos atores do Governo é possível constatar a aproximação do discurso e das ações articuladas com os dirigentes da Administração Central, ou seja, há uma convenção que propõe uma articulação de forças entre as instituições do Governo e a Administração Central construída no decorrer da trajetória da UEG. Assim, para ambos, a UEG tem um papel social e deve se adaptar de acordo com as mudanças do contexto e do mercado. Em contrapartida, os atores locais compreendem o papel da UEG como um lugar em que se produz conhecimentos e, portanto, deve ampliar sua contribuição com o local, por ter ela esta capacidade e por ser este o seu papel.

Para os atores do Governo, o que caracteriza o papel da UEG é, também, o **ensino**. Esta visão, porém, se amplia, pois um ator, diz que a UEG “tem uma diversidade tal que fica difícil caracterizá-la, pois cada UnU tem sua realidade, e as realidades são diversas” (OG4), mesmo que, de um modo geral, gravitem em torno do ensino. Para outro ator, a força da UEG está, também, no ensino, pois só agora está se procurando “trabalhar um programa de extensão propriamente dito” (OG1). Estas discussões para se alcançar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão são mais recentes.

Um entrevistado (OG9) sinaliza que o desafio atual desta instituição é a sua consolidação na área de pesquisa e, para tanto, propõe apoiar e estimular o acesso a bolsas para os programas de mestrados; dar continuidade na realização de acordos com a CAPES para

fortalecer a pesquisa e, assim, melhorar o desempenho das IES; e possibilitar repercussão positiva para o Estado de Goiás. Este ator sinaliza, ainda, que seu relacionamento com a UEG se dá a partir de uma atuação estratégica e como responsável no sentido de ajudá-la a alcançar seu objetivo que é ser uma IES de referência no Estado de Goiás. Há encaminhamentos de projetos e ações estratégicas para o desenvolvimento da UEG, ainda que esta instituição de financiamento desenvolva ações para todas as IES. As questões políticas desencadeiam ações estratégicas que são planejadas para apoiar a UEG.

Outro entrevistado informa que a UEG tem, desde a sua criação, o papel de “modernização da gestão em nosso Estado e a adoção de uma gestão estratégica, que estimule e responda às novas demandas sociais e econômicas de Goiás” (OG5). O ator afirma, ainda, que onde “foi instalada, sem exceção, a UEG mudou a realidade local” (OG5) isso não é por acaso, pois “sempre esteve entre as prioridades da sociedade civil, dos líderes produtivos e políticos de todo o Estado” (OG5). Este ator informa, ainda, que a interiorização da UEG foi a principal responsável pela criação de uma forte cultura da formação superior no Estado, pois “sem a UEG, a história social e econômica de Goiás teria sido inteiramente diversa da que foi nesse espaço de 14 anos de sua criação” (OG5). Assim, na visão deste entrevistado, a UEG garantiu e melhorou a renda dos trabalhadores por preparar “para os bons empregos advindos da forte expansão econômica vivida por Goiás desde 1999” (OG5). Acrescenta o mesmo ator que “a UEG faz parte da profunda transformação produtiva experimentada por nosso Estado neste período, no qual deixamos de ser uma economia baseada no setor primário para nos consolidarmos como uma potência industrial” (OG5). “Sem a UEG, certamente, não teríamos agregado valor e produtividade às nossas riquezas, abrindo espaço para que, neste prazo, saltássemos de um PIB de pouco mais de R\$ 17 bilhões (1997) para mais de R\$ 100 bilhões no ano passado” (OG5). Para o este ator do Governo, portanto, a UEG “preparou e continua preparando os goianos para o mercado de trabalho e, principalmente, para o exercício da plena cidadania” (OG5).

Os atores do CEE não se recordam da existência de projetos e ou propostas que trouxessem à lembrança a possibilidade do relacionamento UEG-empresa, mas, ainda assim, têm clareza de que esta relação é pertinente e se faz necessária, embora alguns coloquem suas restrições.

Mesmo sem ter conhecimento específico sobre a UEG, os atores da SECTEC, que define a política estadual de ensino superior, também, enfatizam a necessidade do

relacionamento UEG-empresa e indicam possíveis estratégias que podem ser criadas para incentivar e facilitar este tipo de relacionamento.

Neste sentido, a UEG tem como missão o caráter social e a cumpre a partir da promoção do “ensino e, paralelamente, tem aprimorado sua missão de promover a pesquisa e a extensão, prevista na lei que a criou e regulamentou” (OG2). Este ator acrescenta que, defende o “trabalho para que a UEG se adapte, cada vez mais, às novas demandas do mercado de trabalho no Estado, com destaque para áreas como as engenharias, sem, contudo, perder seu relevante papel na promoção da consciência crítica, da cultura e das artes, essenciais para o pleno exercício da nossa cidadania e para o desenvolvimento de nosso Estado” (OG2).

a) Tipos de relacionamento e apoio político

O CEE revela que mantém um *relacionamento amistoso* com a UEG. Um representante do CEE declara que este órgão apoia a UEG e diz que existe um relacionamento de cooperação e parceria entre o CEE e a UEG, havendo, inclusive representantes da UEG que compõem o CEE. Um relacionamento “complexo e completo em todos os aspectos: institucional, de cooperação, de parceria e de amizade” (OG4). É papel do CEE indicar para o Governo sua responsabilidade para com esta instituição, ou seja, sinalizar “para onde a UEG deve caminhar e como a educação superior em Goiás deve e pode efetivar sua qualidade para contribuir com o desenvolvimento do Estado” (OG2). Assim, o papel do CEE, além de órgão normatizador, é visto no sentido de levar a instituição a “desenvolver os princípios básicos de uma boa universidade”. Por isso, o CEE “luta contra a situação dos professores temporários, posicionando-se a favor da pós-graduação dos professores” (OG3). O CEE assume a posição de que a UEG pode e deve manter relacionamento com a empresa, “mas não pode esquecer sua missão que é social, o desenvolvimento social do Estado” (OG2).

Em relação à posição da SECTEC, o relacionamento universidade-empresa, especificamente UEG-Empresa, se dá a partir do apoio, da criação de estratégias e incentivos desta Secretaria. Um dos entrevistados deste órgão cita a criação do Sistema Goiano de Inovação (SIGO), que é um facilitador do acesso à informação científica, reunindo amplo conjunto de dados sobre ciência e tecnologia em um único local. “Neste sistema estão integrados segmentos empresariais, governamentais, além de instituições de ensino e pesquisa, promovendo o desenvolvimento sustentável e tecnológico do Estado” (OG1). Sobre a formação, qualificação e fixação de recursos humanos para CT&I, um ator da SECTEC

informa que a Educação Profissional, nos diversos níveis, é ofertada conforme a demanda presente ou futura, considerando-se os APLs e a vocação econômica do município (OG6). Informa, ainda, que a fonte de financiamento para a parceria com a empresa ou com outro ator do desenvolvimento regional é o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia e os recursos vinculados a programas específicos, conforme consta do Programa de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI-GO). Para a UEG, que está sob a jurisdição da SECTEC, é dado o apoio como uma instituição vinculada, respeitada a autonomia universitária. Sobre a política da SECTEC para a interação entre pesquisadores e empresa, um dos entrevistados aponta a existência de uma política de interiorização e fixação de pesquisadores, desenvolvimento científico e tecnológico, ressaltando, porém, “a necessidade diálogo com as empresas para identificação de demanda” (OG1).

Alguns atores representantes de órgãos do Governo manifestam nas entrevistas opiniões divergentes das respostas apresentadas pelos professores pesquisadores e pelos atores das empresas. Entrevistados do CEE e FAPEG ficaram com dúvida em relação à existência ou não do relacionamento da UEG com empresas locais, mas se posicionam sobre a condição deste relacionamento, demonstrando interesse pelo mesmo, declarando entender que, pelas dificuldades econômicas do local, é preciso dialogar com as empresas, porém, os atores destes órgãos se posicionam com argumentos diferenciados.

Enquanto dois atores (OG4 e OG6) indicam a importância do relacionamento, outro afirma “nunca ter ouvido falar disso dentro da UEG” (OG1), mas indica a necessidade de haver relacionamento entre UnU-Empresa para o desenvolvimento de estágio, por ser a empresa mais atualizada em relação à UEG. “Se há uma máquina nova no mercado e interessa à empresa, ela compra com pequeno prazo e, se a UEG for comprar demora mais de ano porque tem que fazer licitação e etc.” (OG3), o que significa que esta diferença na estrutura da empresa é que se faz interessante para o relacionamento. Outro ator salienta que a UEG precisa “enfrentar esse desafio, que é um princípio educativo, de se relacionar com o setor produtivo, pois o Estado goiano está em plena expansão e crescimento de seu mercado e, esse relacionamento pode ser a chave para diminuir a estagnação do Estado” (OG4), exemplificando sua fala pelo interesse de empresas que buscam parcerias para possibilitar formação no local ao invés de ter que contratar profissionais de outros Estados. “O setor público não tem condições de assumir toda a estrutura, é preciso ter parcerias” (OG4).

Dois atores revelam que a UEG não pode perder de vista seu compromisso que “é com a comunidade goiana, o seu compromisso é com o desenvolvimento social, é com o mundo do

trabalho, não é com o mercado de trabalho” (OG2), e o outro complementa, “não esqueçamos que a UEG não pode se comportar como empresa, como se fosse produzir conhecimento para ter lucro” (OG6). Assim, ainda que isso “não significa dizer que ela não deva manter cooperação com as empresas” (OG2), os atores afirmam que a “demanda das empresas, do mercado de trabalho não pode pautar a UEG” (OG6). Os atores da SECTEC também se mostram em dúvida sobre a existência de relacionamento entre a UEG e a empresa local, mas declaram seu apoio e incentivo. Conforme mostra um dos atores “o diálogo com as empresas, eu não sei até que ponto, como é que está, mas se não existir precisa realmente caminhar para isso” (OG8), mas isso tem que ser visto com a instituição. Outro ator diz não ter certeza, mas sabe que há relacionamento do APL do leite com uma IES que, “pode ser a UEG ou a UFG” (OG1).

Sobre o tipo de relacionamento existente entre UnU-empresas, alguns atores do Governo não contemplaram esta questão, pois conforme seu posicionamento na questão anterior, suas respostas revelaram dúvida ou desconhecimento do assunto. Outros atores, como os da Escola de Governo e da FIEG, não se posicionaram sobre esta questão.

b) Motivações que facilitam o relacionamento

Os atores do Governo e de instituições locais revelam que a motivação para implementar o relacionamento entre a UEG e as empresas tem sido a discussão sobre inovação e, portanto, apontam algumas ações e políticas orientadoras dentro do Estado de Goiás. As iniciativas do Governo estadual são, por exemplo, as feitas pela SECTEC na criação do SIGO e do Programa dos APLs, que propõem articulação com as atividades da UEG e as feitas por atores locais, como, por exemplo, a construção da Rede Goiana de Inovação (RGI), composta por diferentes atores: IES públicas e particulares, órgãos de fomento e empresas, que têm apontado as possíveis motivações e que devem contribuir para a discussão e construção do SRI, em Goiás.

Os atores do Governo revelam que as discussões sobre o relacionamento Universidade-Empresa e sobre inovação têm avançado, mas “precisam avançar muito mais, nós precisamos incorporar inovação, o Estado tem que mudar seu perfil” (OG7). Para isso, o fator de motivação seria o próprio contexto atual que busca avançar e ampliar as tecnologias no Estado, pois este tem tido um “perfil agroindustrializante muito forte, alguns segmentos importantes chegando, como a questão de automóveis, mas precisa agregar valor a esses

produtos, incorporar inovação tecnológica. Mesmo nestes segmentos mais tradicionais, na área de *commodities*, agronegócios, é importante incorporar mais tecnologia” (OG8).

Neste contexto, é possível inferir uma sinalização para a necessidade de se revisar o papel da UEG, a partir de fatores que motivam seu relacionamento com empresas. De acordo com um ator da SECTEC a *participação empresarial* facilita o processo do oferecimento daquilo que, especificamente, a empresa necessita. Um entrevistado complementa dizendo que é “um avanço tremendo, ter o empresariado, de forma organizada, pois as demandas começam a ser percebidas aqui, e isso não é algo regular” (OG1).

A *participação da UEG na construção da RGI* é uma motivação importante. Um dos entrevistados informa que há participação de um ator da Administração Central da UEG, via extensão, na construção da RGI e nas discussões das diretrizes políticas para a área de inovação. “Anteriormente, a proposta era embrionária e sem força, pois o que havia era um pequeno grupo formado por algumas instituições de ensino superior e seus projetos de incubação espalhados nos diferentes municípios goianos” (OG6).

Outra motivação é a *legislação para inovação*. Um ator do Governo destaca, como motivadora do processo de relacionamento UEG-empresas, a legislação em nível nacional e, a partir de 2010, também, no âmbito estadual, para a implementação da parceria Universidade-Empresa, afirmando que “toda esta movimentação se dá em decorrência da Lei de Inovação, que permite que haja parceria, por causa da certificação para empresas que se utilizam de instalações da universidade” (OG8). A partir desta regulamentação, há a necessidade de se discutir as possibilidades de relacionamento. Por exemplo, “posso ter uma incubadora dentro da universidade, mas isso não seria possível se não existisse essa legislação que permite que o professor tenha participação em uma empresa ou que ele possa se afastar por dois anos sem vencimentos para ter a sua própria empresa (OG6). Enfim, este ator afirma que o processo pode até acontecer, “eu posso implantar a incubadora, mas eu não vou ter nada que permita que o acadêmico, o professor, o docente participe desse processo. Sem essa legislação ficaria um grande *gap*, seria um projeto sem muita consistência” (OG6).

Um ator destaca como motivador do relacionamento UEG-empresa, a *existência dos APLs*. A informação dada pelo ator sobre os APLs é que atualmente há “59 arranjos no Estado, e nós estamos entrando agora no Observatório Nacional³⁷ de APLs, e que o Estado definiu 12 arranjos, incluídos nesse observatório” (OG1). Estes arranjos “já têm o plano de

³⁷ O Observatório é um sistema do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que coordena as políticas nacionais voltadas para os APLs.

desenvolvimento, já têm a governança, estão bem estruturados, está bem redondinho, agora é tocar isso” (OG1). Acrescenta, ainda, este ator que a questão dos APLs é importante, porque quando “entra na segunda geração dos arranjos, que é uma geração que você vai incorporar ciência, que você incorpora tecnologia, você incorpora todos os atores para o desenvolvimento local” (OG1), ou seja, interessa o relacionamento com a UEG. Assim, o relacionamento pode se dar a partir de editais pensados para o acesso de pesquisadores nas empresas e salienta que “precisa ter doutorado dentro da área de pesquisa, e isso é um negócio interessante, um pesquisador para pesquisar, juntamente com a empresa, um produto ou um processo” (OG6). Assim, interessa a este órgão propor e ampliar as parcerias com as IES e, em especial, com a UEG.

Outra motivação apontada é a *existência de políticas públicas para inovação*. Para outro ator do Governo, “o relacionamento UEG-empresas é motivado pela formulação, por parte do Estado, de políticas públicas voltadas para o incremento da inovação, por meio da destinação de investimentos para este setor (OG10). Desde 2011, têm sido lançados editais de subvenção econômica para Micro e Pequenas Empresas (MPE), com o objetivo de desenvolver projetos inovadores que pretendem ser concluídos com patentes para o Estado de Goiás. Assim, o ator informa seu olhar tanto para apoiar as pesquisas realizadas dentro da universidade, em específico a UEG, mas revela iniciar seu apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPE), “que precisam desse apoio para dar esse salto na inovação que hoje é a palavra de ordem e está na agenda do país (OG9). “Este órgão, cada vez mais, entende ser preciso integrar universidade e setor empresarial para que a gente atinja patamar de excelência e competitividade em nível nacional e internacional” (OG9). Sendo assim, “a proposta é envolver os pesquisadores e as MPE para desenvolver produtos ou processos que quando forem para o mercado possam se tornar empresas mais competitivas. Daí, os novos editais de subvenção econômica para dar continuidade a esta frente de trabalho” (OG10). Resta ressaltar, ainda de acordo com este ator, que o apoio financeiro à MPE é necessário, por serem suas condições inviáveis para investimento em P&D, conforme fazem as empresas de grande porte, que têm recursos disponíveis para esta área. Há, também, apoio deste órgão para as Instituições de Ciências e Tecnologia – EMATER e EMBRAPA – para alavancar suas pesquisas.

A *disponibilidade de recursos federais para pesquisa conjunta* é outra importante motivação. De acordo com um ator, o órgão em que trabalha tem conseguido realizar captação dos fundos setoriais do Governo federal – CNPq e FINEP – e tem estimulado o

relacionamento UEG-empresas a partir de editais para apoiar as pesquisas nas empresas do Estado. Para este ator, “as empresas, para investir em pesquisa, precisam de doutores e pesquisadores capacitados para montar e atuar em seus laboratórios de pesquisa” (OG9). De acordo com este entrevistado, é preciso investir em “pesquisa científica crítica nas empresas e abrir este espaço e aumentar o diálogo para resultar no desenvolvimento do Estado e na qualidade de vida para a sociedade, pois este é o papel da ciência” (OG9) e em inovação, pois “esta é a porta de crescimento de um país, ou seja, desenvolver massa crítica” (OG9).

Quanto ao fato da UEG assumir ou não uma posição mais empreendedora, os atores do CEE se posicionam de forma complementar, pois para um dos atores é bem vista esta posição: “acho isso bom, esses vínculos da universidade com as empresas para acompanhar o avanço da tecnologia” (OG4). Outro ator acrescenta que “seria interessante se a UEG tivesse essas parcerias e se houvesse algum retorno de lucro, pois ao criar uma UnU se faz necessário contatar o setor empresarial local e levantar a possibilidade de relacionamento, por exemplo, para o cumprimento do estágio, pois a empresa tem todo o equipamento atualizado, e esse vínculo da universidade, das instituições de ensino superior com o mundo empresarial é muito importante” (OG4).

c) Barreiras que dificultam o relacionamento

Os órgãos do Governo, apesar de apontarem poucas barreiras, afirmam que elas precisam ser rompidas para se construir um relacionamento UEG-empresas, e que é a condição específica de cada instituição o que desencadeia o isolamento entre as instituições e ainda a falta de iniciativa da empresa.

Um ator do Governo explica as dificuldades encontradas para o relacionamento UEG-empresas pela *especificidade de cada instituição*, ou seja, pela própria lógica de cada uma destas instituições: “tanto o jeito de pensar quanto o tempo das instituições são diferentes” (OG11). Enquanto para o empresário o tempo tem que ser pequeno em função da lucratividade, para a universidade a pesquisa pode ser demorada. Desta forma, o mesmo ator informa que “ambas as instituições têm que aprender a lidar com estas diferenças e estreitar os laços para haver crescimento, para que uma possa contribuir com a outra, projetando o Estado para parcerias importantes” (OG8).

Um dos entrevistados diz que para romper com o *isolamento das instituições* é necessária a quebra de paradigma entre as instituições, pois o que visualiza são segmentos que se mantêm isolados: “todo mundo fechado: por um lado, a UEG fechada em seu gueto e com medo do mercado; por outro lado, as empresas com medo da UEG, achando que lá só tem cara maluquinho, que não tem muita pesquisa que seja aplicada a negócios, a produtos, a processos, à inovação, e isso não é verdade” (OG2). O Estado goiano tem o desafio de se “desenvolver e incorporar ciência, tecnologia, inovação e conhecimento” (OG6). Outro ator constata que a falta de comunicação entre as instituições é algo comum praticamente em todo Brasil, pois “as concentrações empresariais no Brasil, elas são muito dispersas, cada um se centra na sua própria empresa e não tem essa comunicação” (OG7).

Outras barreiras indicadas são a *pouca organização empresarial* e a *falta de iniciativa da empresa* no sentido de estabelecer o relacionamento. Este mesmo ator destaca que, atualmente, a SECTEC tem recebido demandas empresariais, o que facilita muito o oferecimento de determinados tipos de capacitação e de serviços para atendê-las. Com esta demanda vinda da própria empresa não é mais necessário “continuar o processo de empurrar talvez alguns serviços que não atendem àquelas demandas dentro do processo da empresa” (OG8). Outro entrevistado lembra que é preciso “haver essa disposição de ambas as partes, e que cada um faça sua parte nesse processo de aproximação (OG1).

Um ator do Governo afirma que, atualmente, “o que se tem em Goiás é um processo que evolui de forma vagarosa, mas fundamental para a economia local” (OG4). Mas isso é um processo e uma estratégia seria ampliar o diálogo entre as instituições, no sentido de estreitar e evoluir o relacionamento. Assim, de acordo com esse ator, a RGI tem sido um espaço de diálogo que tem motivado a discussão e proposições para desenvolver um processo participativo entre as instituições interessadas, no sentido de fomentar “a participação e o alinhamento de todos nesta discussão para a promoção de grupos de empreendimentos inovadores e de *habitats* inovativos” (OG4).

Os atores do CEE não se recordam da existência de projetos e ou propostas que trouxessem à lembrança a possibilidade do relacionamento UEG-empresa, mas, ainda assim, têm clareza de que esta relação é pertinente e se faz necessária, embora alguns coloquem suas restrições.

Mesmo sem ter conhecimento específico sobre a UEG, os atores da SECTEC, que define a política estadual de ensino superior, também, enfatizam a necessidade do

relacionamento UEG-empresa e indicam possíveis estratégias que podem ser criadas para incentivar e facilitar este tipo de relacionamento.

O Quadro 15 sintetiza a visão que os Órgãos do Governo têm a respeito do relacionamento entre a UEG e os atores locais.

SÍNTESE DA VISÃO DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO SOBRE O RELACIONAMENTO UEG-ATORES LOCAIS		
Tipos	Motivações	Barreiras
Não conhecem o dia a dia da UEG... mas contribuem indiretamente para o relacionamento UEG-Atores locais	Discussões sobre o relacionamento U-E e sobre inovação (SIGO)	Falta de iniciativa da empresa
	Necessidade de mudar o perfil do Estado e importância da participação empresarial	Depende da especificidade de cada UnU
Entendem que deve haver cooperação, parceria e diálogo	Participação da UEG na construção da RGI	Isolamento das instituições
	Existência de legislação sobre inovação e de políticas públicas para inovação	Pouca organização empresarial
	Existência dos APLs	
	Disponibilidade de recursos federais para pesquisa conjunta	

Quadro 15 – Síntese da visão dos Órgãos do Governo sobre o relacionamento UEG-Atores locais.
Fonte: Dados da pesquisa.

5.3 A UEG na visão das empresas

Os atores das empresas compreendem que o papel da UEG deve ser pensado em uma abrangência maior, “não pode ter limite, tem que ser aberta, participativa e deve ter interação com a sociedade, receber cobranças e apresentar respostas, para o crescimento na região” (EL1). Indicam a necessidade de a UEG “ter autonomia financeira e administrativa e definir diretrizes para se estabilizar” (EL4). Para estes atores, mesmo com as críticas, a UEG “existe e é social, promove integração e faz parte da comunidade” (EL2).

Um dos atores das empresas ressalta o papel da UEG como um lugar em que se produzem ideias, pois “ela tem laboratórios, pessoal capacitado, instrumentos legais e tem que ter uma interação com o público-alvo da região, ou seja, com os empresários e com o setor para produzir conhecimento” (EL2). Afirma, porém, que as UnU contribuem com o desenvolvimento local, “mas não tanto quanto poderiam e deveriam” (EL3).

Outro entrevistado sinaliza a importância dos cursos da UnU pelo fato de “serem ofertados por uma instituição pública, pois a maioria dos cursos superiores da região são oferecidos por IES privadas e, portanto, a UnU é fundamental para contribuir com a região,

mas precisa colocar seus laboratórios em pleno funcionamento” (EL6). Assim, indica que a empresa tem interesse em manter parcerias com a UEG, mas para isso “seus laboratórios precisam estar com tudo funcionando, pois hoje não saímos do lugar se não tivermos informação. O produtor e a cadeia produtiva precisam da universidade” (EL3).

Pelos dados das entrevistas, verifica-se que há um interesse dos atores das empresas em realizar algum tipo de relacionamento com a UEG por terem, todos os entrevistados, conhecimento das condições internas da universidade, visto que a maioria deles desenvolve projetos de pesquisa em parceria com UEG e reconhece a importância do conhecimento para a resolução dos seus problemas. O interesse pela parceria é de realizar pesquisa diretamente relacionada aos problemas particulares de cada empresa, ou seja, às questões de interesse de cada empresa. Demonstram a existência de parcerias, indicando que “os projetos são realizados a partir de parcerias com colaboradores locais” (EL1). Mas, revelam, também, que apesar de se considerarem empresas inovadoras, por desenvolver novos processos e/ou serviços, não têm uma rotina e nem uma política e ou estratégia estabelecida para a inovação.

Um dos entrevistados do segmento empresarial propõe “qualificar seus funcionários para que tenham conhecimento e autonomia relativa no desenvolvimento de suas atividades” (EL6). Deste modo, entende ser a UEG a parceira adequada por ser o *locus* de conhecimento. Outro entrevistado diz que “atualmente tem buscado estabelecer parcerias com a UEG e a UFG para produção de conhecimento e desenvolvimento de projetos na área de CT&I, com o apoio da FINEP” (EL5).

a) Tipos de relacionamentos empresas-UnU

Quanto ao tipo de relacionamento, os atores das empresas indicam que podem ser formais, via contrato e convênios, ou informais. Já o tipo de pesquisa predominante é a aplicada, mas revelam a presença, também, da pesquisa básica. No entanto, o que chama atenção nos relacionamentos empresa-UEG é o fato de darem diretamente com o pesquisador, diretamente com as UnU ou por meio de estágios, para atender à formação dos alunos.

Os relacionamentos *formais* acontecem por meio de *parcerias com as UnU*. Em relação às parcerias que têm interação com grupos de pesquisadores de UnU, que são a maioria, as empresas declaram que o relacionamento sempre ocorre e a busca pela parceria se dá por meio de “eventos e estágios para os alunos do curso” (EL4). O ator da EL3 informa

que não há pesquisas sendo realizadas com a UEG, mas informa que o tipo de relacionamento se dá a partir da “parceria em eventos, palestra e estágio”, e, ainda, na forma de “consultoria e prestação de serviço”, reconhecendo a importância da contribuição da UnU/UEG para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços da empresa.

A realização dos estágios é apontada como a maior oportunidade para promover parcerias com as UnU. Conforme cita um entrevistado, no decorrer destas atividades “o produtor promove a interação dos seus funcionários com os estagiários com o objetivo de qualificar e capacitar seus funcionários a partir do conhecimento dos atores da UnU” (EL1). Deste modo, a UnU valida processos a partir desta interação que se constrói na região e é possível verificar a criação e produção de conhecimento, mesmo que seja em estágio inicial. “Quando necessário os pesquisadores da UnU entram em contato com os produtores rurais e solicitam uma área para desenvolver algum experimento e ou atividade de pesquisa. Assim, “o produtor disponibiliza sua própria área ou indica a área de outro produtor, criando uma reação em cadeia entre as instituições locais” (EL1).

Os relacionamentos *informais* acontecem por meio de *interações diretas entre empresa e pesquisador*. As empresas revelam que o interesse é pela criação de conhecimento da área em que atua o pesquisador e pelas relações pessoais, como a amizade, que se estabelecem entre os atores. Uma empresa afirma que o relacionamento ainda está para ser formalizado, pois a pesquisa do tipo aplicada está começando a acontecer: “o projeto ainda se encontra em fase inicial e se enquadra em produção e transferência de tecnologia e propriedade intelectual” (EL2). Assim, a interação é direta com o pesquisador a partir da disponibilização de “materiais de consumo” (EL2) por parte da empresa, para a realização do produto pesquisado. Outra empresa diz que busca interação com o pesquisador da área pela via dos estudos para “licenciamento dos projetos da empresa” (EL3), podendo ser uma interação informal ou formalizada, via contrato, mas que a interação com o pesquisador é fundamental porque os projetos que elaboram para o setor em que a empresa atua pressupõem um trabalho interdisciplinar e, assim, se justifica a presença do pesquisador.

b) Motivações que facilitam o relacionamento

Em relação à posição dos atores das empresas sobre os fatores que motivam o relacionamento empresas-UEG, há uma convergência com os pesquisadores, pois a iniciativa para o relacionamento tem sido de ambos os atores.

Os representantes das empresas citam alguns aspectos que motivam o relacionamento Empresa-UnU, tais como: *o prestígio da UEG e a necessidade de conhecimento por parte da empresa; a expertise do pesquisador; a própria existência da UnU no local, e, por fim, as relações pessoais.*

A solicitação da consultoria à UEG não se dá por acaso, e, sim, pelos resultados relevantes das pesquisas que realiza. Quando os estudos feitos nas UnU são divulgados de forma positiva nos meios de comunicação, os atores das empresas locais vislumbram a possibilidade e o interesse pela interação com a UEG. Ambos, representantes das empresas e pesquisadores, indicam que a busca da parceria é de iniciativa da empresa, ainda que em algumas localidades o número de empresas seja limitado. A iniciativa, porém, depende das necessidades da empresa.

As empresas locais têm consciência da importância da *expertise do pesquisador* e consideram este tipo de relacionamento fundamental, apesar de se encontrar em estado incipiente. Assim, os representantes das empresas afirmam que a empresa se interessa pela UEG por considerar a UnU “um ambiente muito bom para a geração de conhecimentos e troca de experiências” (EL4), além de “reconhecer a capacidade de seus pesquisadores para implantar e desenvolver projetos” (EL2).

Ainda que os relacionamentos não sejam tão intensos, *a existência de UnU no local* tem mudado a estrutura do local e os conceitos da comunidade. Se os atores locais acreditam que para crescer é preciso ter conhecimento e, para isso é necessário validar este conhecimento a partir da experimentação, “este relacionamento pode-se consolidar, ou seja, as ideias podem mudar a sociedade” (EL5).

As relações pessoais estabelecidas entre os atores de ambas as instituições fortalece o relacionamento UnU-Empresa, pois a parceria se faz principalmente por meio das pessoas que têm interesses em comum com a empresa. As relações pessoais com os pesquisadores da UEG favorecem e aproximam os atores que, em função disso, propõem e executam projetos em áreas de interesse comum.

c) Barreiras que afetam o relacionamento

A posição da maioria dos atores das empresas sobre as barreiras que dificultam o relacionamento empresa-UnU é convergente com a visão dos pesquisadores. A primeira barreira apontada é a *falta de infraestrutura*. As empresas explicam que o fato de não

estabelecerem um relacionamento com a UEG se dá “pela falta de estrutura de UnU” (EL3). Mesmo reconhecendo que a proximidade, a postura e a receptividade dos professores e da própria coordenação de cursos facilitem o relacionamento, os atores das empresas entendem que “a estrutura dos laboratórios de UnU e a falta de espaço adequado impedem a aproximação com o pesquisador” (EL5).

Outra barreira é a *falta de recursos*. Um ator da empresa entende que “o fator limitante seja a falta de recursos” (EL6), uma vez que qualquer parceria só é efetiva a partir do momento que se tenha recursos. Mas, ressalta que a busca pelo recurso pode ser alcançada a partir da formalização de uma parceria entre a UEG e a empresa, a partir de órgãos como FINEP e CNPq. Uma das empresas cita que já teve relacionamento e maior aproximação com a UnU, exemplificando que foi por meio de uma “pesquisa para desenvolver determinado produto relacionado ao setor, mas que não foi desenvolvida com êxito por falta de recursos e, por este motivo, atualmente, tem suspenso suas atividades por falta de desenvolvimento das propostas feitas anteriormente com a UnU” (EL3), o que pode ser entendido como uma interação que não chegou a bom termo.

Os *processos altamente burocratizados* também foram destacados como uma barreira. Um ator destaca que um importante obstáculo é a burocracia da UEG, cuja lentidão emperra o andamento dos processos e dificulta a finalização da parte documental, “promovendo uma desvantagem que é o prazo maior para finalizar os projetos e apresentar resultados” (EL4). Outro ator alerta que a UEG precisa superar sua dificuldade que é a morosidade da instituição, ou seja, é preciso de uma melhor dinâmica e política de gestão, pois a burocracia não deixa fluírem as atividades e, mesmo que se tenha o recurso, às vezes, não se consegue aplicá-lo de forma correta. Por isso, a opção é pela informalidade, pois “se for tentar formalizar o relacionamento, as regras e a demora são tamanhas que o esforço e o tempo gasto não compensam” (EL5). Este mesmo entrevistado acrescenta que “isso ocorre desde sua criação e em sua trajetória, por isso dificulta o relacionamento” (EL5).

Outra barreira destacada é o *fato do pesquisador não ser da área específica de interesse da empresa*. Os atores das empresas locais entendem que a dificuldade está em “encontrar a pessoa certa, pois, às vezes, algumas pessoas não são as mais indicadas para formalizar uma parceria” (EL1). Observam que as parcerias se fazem de forma pontual, a empresa fornecendo a estrutura e o pesquisador realizando o experimento, mas não se tem uma sequência. “Falta cultura, uma maneira de pensar e, isso não depende de lei, pois lei tem de sobra, precisa de cabeça, ter boa vontade” (EL3).

Outra barreira indicada pelos entrevistados é a *falta de iniciativa da própria empresa*, que está atribulada e envolvida com outras tantas atividades. Assim, o que falta, realmente, é a iniciativa das instituições e a percepção das vantagens que a formalização de uma parceria pode acarretar, por meio de um termo de cooperação, por exemplo, para angariar recursos para a produção e difusão do conhecimento. Mesmo que a empresa se revele interessada em manter um relacionamento com a UnU, “a nossa vocação maior, naturalmente, não é a pesquisa e, sim, a produção” (EL1). A empresa encontra-se focada em outras questões, como “pagar funcionário, pagar as contas, faturar, buscar o mercado” (EL4). Embora tenha interesse por inovação tecnológica por ser importante para a empresa, “às vezes a gente acaba não tomando essas iniciativas (EL3)”.

A *falta de política interna* foi considerada uma barreira importante. As empresas alegam que, ainda, não têm conhecimento da existência de uma política interna da instituição a respeito do relacionamento empresa-UnU, embora algumas pesquisas estejam sendo desenvolvidas nas instalações de UnU.

Uma das barreiras apontadas pelas empresas é a *falta de profissionalismo dos egressos* dos cursos da UEG, que são funcionários das empresas locais, ou seja, a *formação inadequada dos alunos*. As empresas reclamam que muitos deles não se estabelecem no setor por não serem profissionais de qualidade. Por isso, sinalizam a dificuldade de pessoal capacitado, pois, mesmo com a formação, muitos não têm interesse de se profissionalizar e saem do ensino superior “um pouco cru” (EL6). Diante disso, indicam “a necessidade de algum tipo de formação de melhor qualidade para preparar o profissional para as demandas das empresas locais” (EL5).

Os atores das empresas locais consideram *baixa a produção de conhecimento* nas UnU, ou seja, avaliam que existe uma precariedade de criação de conhecimento. Um deles informa que sua empresa precisa buscar parcerias com outras empresas e ou IES do mesmo setor para desenvolvimento de novos produtos. A “empresa contratada faz o teste e entrega uma proposta que é paga e adaptada para a empresa, enquanto a UEG não contribui com esta produção de conhecimento” (EP5).

Os atores das empresas apontam, ainda, como barreiras, a *falta de tempo e de iniciativa da própria empresa local e a falta de diálogo e de sinergia entre os atores* – universidade, empresas e Governo – e nisso, convergem com a opinião dos pesquisadores.

Para um dos entrevistados, a proposta para superação destas barreiras é “a criação de canais de comunicação para romper com as resistências dos empresários e de outros técnicos, como, por exemplo, os agrônomos, que se sentem conhecedores da sua região e de seus processos, apresentando resistência em municípios que desenvolvem suas atividades econômicas a partir de toda uma cadeia de processos que se relacionam com a área rural” (EL6).

Neste caso, é preciso modificar a forma de pensar dos atores locais e empresários sobre o papel e a contribuição da UEG, e isso pode se dar a partir da ajuda dos formadores de opinião destes municípios que conhecem a proposta da instituição, possibilitando romper com as resistências, para estreitar mais o relacionamento Empresa-UnU.

O Quadro 16 sintetiza a visão que a Empresa tem a respeito do relacionamento entre a UEG e os atores locais.

SÍNTESE DA VISÃO DA EMPRESA SOBRE O RELACIONAMENTO UEG-ATORES LOCAIS		
Tipos	Motivações	Barreiras
Formais (com as UnU)	Prestígio da UEG	Falta de infraestrutura e de recursos da UEG e da Empresa
Informais (com o Pesquisador)	Necessidade de conhecimento por parte da empresa	Processos altamente burocratizados
Eventos	Expertise do pesquisador	Falta de tempo, iniciativa e de política interna da própria empresa
Estágios	Existência da UnU no local	Formação inadequada dos alunos e falta de profissionalismo dos egressos
Consultoria	As relações pessoais	Baixa produção de conhecimento
Prestação de serviço		Falta de diálogo e de sinergia entre os atores
		Falta de pesquisador na área específica de interesse da empresa
		Falta de cultura institucional favorável

Quadro 16 – Síntese da visão da Empresa sobre o relacionamento UEG-Atores locais.
Fonte: Dados da pesquisa.

5.4 A UEG na visão dos atores de outras instituições locais

Os dados das entrevistas com atores de outras instituições locais, embora apresentem posições aparentemente diferentes, sinalizam para o fato de que a UEG ainda não é percebida por este segmento como uma universidade empreendedora. Para um ator local, o relacionamento se dá a partir de projeto financiado pelo CNPq ou pelas relações pessoais com os pesquisadores da UnU e, portanto, atua junto às escolas polos dos municípios com o “viés da agroecologia para tentar levar ao conhecimento de alunos e professores da rede municipal a

importância de trabalhar o aspecto da produção, com a participação dos técnicos da associação” (OI2).

Outro ator local revela que não está informado a respeito do relacionamento com a UnU: “ainda não houve nenhuma solicitação da UEG, sendo que a interação tem a ver com a área para desenvolver algum tipo de produto ou processo” (OI5). Assim, o ator informa que a instituição em que trabalha atua como participante ativo nos debates e na discussão do setor, mas não existe uma parceria diretamente com a UnU. Cita, porém, parcerias entre empresas associadas com outras IES, como “a UFG e a Universidade de Rio Verde (UNI-RV), anteriormente chamada de FESURV, no desenvolvimento de ações, por exemplo, nas questões ambientais” (OI5).

Outro ator local informa que as parcerias com a UnU não existem no local em que, também, atua sua instituição; enfatiza que, ainda que a UnU tenha um curso tecnológico na área de mineração, não conhece nenhuma parceria entre ela e o setor, pois “a linha de atuação da UEG é diferente da nossa” (OI6). “Nós atuamos diretamente com o objetivo de dar suporte às empresas locais” (OI6). Ainda assim, este entrevistado afirma que as UnU contribuem com o desenvolvimento local, pois sua presença resulta em alunos com melhor formação, acesso facilitado ao ensino superior e recursos humanos capacitados.

Para outro ator de instituições locais, a questão da inovação está latente e tem muito caminho a ser percorrido, “sendo uma estrada que quanto mais se percorre mais se tem que caminhar” (OI5). Neste sentido, uma possível estratégia seria “despertar, tanto o empresariado para valorizar esta proposta, quanto a UEG, que, também, precisa se modificar, a partir da revisão e mudança das matrizes curriculares” (OI5). Os professores “precisam conhecer as empresas do local e se atualizarem, por ser esta uma maneira da UEG estabelecer um elo de aproximação com o setor produtivo” (OI1).

Para os atores de outras instituições locais, a estratégia da construção do SRI é motivar os distintos atores para o fortalecimento do grupo que está envolvido na discussão de inovação e, assim, capacitá-los e contribuir para que os projetos possam ser legitimados e, ainda, buscar uma linha em que cada um se desenvolva de forma cooperativa, no sentido de “garantir uma sinergia entre os atores interessados no objetivo final que é o desenvolvimento do Estado” (OI4).

a) Tipos de relacionamentos outras instituições-UnU

Cada UnU desenvolve diferentes tipos de interação com os atores locais, seja um relacionamento devidamente formalizado e, portanto, institucionalizado, seja um relacionamento que se dá na informalidade, diretamente entre os interessados, sem o conhecimento e o controle da instituição.

Da mesma forma que acontece nos relacionamentos empresa-UnU, os relacionamentos dos atores de outras instituições com as UnU são, basicamente, de dois tipos: os institucionalizados e os não institucionalizados.

O primeiro tipo de interação constatado é o que é estabelecido por meio *das práticas de estágios e de projetos de pesquisa e extensão*, para a efetivação da carga horária do aluno. A obrigatoriedade do estágio prevista na matriz curricular dos cursos faz com que o estágio seja realizado em instituições locais e, em sua maioria, nas escolas públicas, privadas e outras ligadas ao setor, mas há, também, as parcerias com empresas locais, sediadas na zona urbana ou rural, para cumprimento do estágio.

Quanto ao relacionamento desenvolvido com as escolas, na maioria das vezes, se dá a partir da pesquisa básica e de acordo com a área de conhecimento de cada curso. Um exemplo disso é a área de Ciências Humanas, que se sobressai na maioria de UnU. Neste modelo, percebe-se uma interação voltada para a perspectiva social e, portanto, a tentativa de melhorar as condições do local, a partir da formação de recursos humanos. Quanto ao relacionamento formal ou institucionalizado com as UnU, o que mais interessa à empresa são convênios e contratos firmados, que ocorrem, também, pela obrigatoriedade das regras impostas pela legislação brasileira. Exemplo disso é o fato da empresa não poder poluir a área em que se encontra e ter que preservar as condições do meio ambiente. Isso faz com que a empresa seja obrigada a buscar parcerias e a repassar verba para desenvolver projetos que produzam algum tipo de conhecimento e ações para a melhoria do ambiente e, assim, cumprem com a determinação legal. Este tipo de interação ocorre com frequência em algumas UnU, situadas próximas a polos industriais ou em áreas de preservação do patrimônio histórico e, nestas situações, estão presentes tanto a pesquisa básica quanto a aplicada.

Em algumas UnU, os relacionamentos do tipo formal, devidamente registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa, têm a iniciativa da empresa, que precisa da parceria para atender a exigências dos órgãos de controle ambiental (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)). Este relacionamento formal pode se caracterizar de maneira amistosa ou conflituosa, isso depende do interesse da empresa e da universidade, de acordo com a área do pesquisador e de sua posição teórica. Os relacionamentos formais registrados no *Catálogo de Pesquisa* (UEG, 2010b) são frutos tanto de pesquisa básica quanto aplicada, dependendo da atuação de cada UnU.

O segundo tipo de relacionamento encontrado é o feito com empresas locais, assumindo um caráter informal, não institucionalizado e realizado a partir de pesquisa aplicada, com interesse em “desenvolver soluções para os problemas existentes nas empresas locais” (OI2). Este tipo de relacionamento é provocado por ambos os atores que se mostram interessados e com necessidade desta parceria devido à carência de estrutura no local. O relacionamento informal é o que se faz mais presente nas UnU consideradas fortes em pesquisa e, pelo menos, dois fatores explicam a sua ocorrência. O motivo mais apontado pelos sujeitos da pesquisa como facilitador da construção deste relacionamento são as relações pessoais entre os atores das instituições com interesse comum. Outro fator são as características do local, como a matéria-prima da região e a presença de empresas nos municípios, o que possibilita o interesse mútuo, “devido à existência de muitas carências próprias do local” (OI4) Neste tipo de interação, a empresa colabora disponibilizando o material necessário sem cobrar nada e o pesquisador realiza a pesquisa dentro do laboratório da universidade sendo toda cooperação revestida de caráter informal. Assim, o tipo de pesquisa para este relacionamento é a aplicada, sendo que as empresas cedem materiais e/ou o espaço para os pesquisadores realizarem suas pesquisas e, depois, estes fornecem para a empresa parceira um retorno do conhecimento, seja na forma de um produto, seja na melhoria de um processo. Quando estas parcerias acontecem, há diversas maneiras de divulgar este conhecimento. Enquanto em algumas UnU há transferência de conhecimento, via treinamento e consultoria, em outras este conhecimento retorna para a sala de aula, para o alunado, ou seja, “o conhecimento produzido pelas pesquisas é utilizado na docência, na formação de recursos humanos, principalmente, no mestrado e, posteriormente, é divulgado por meio da participação em eventos e em artigos científicos” (OI1).

b) Motivações que facilitam o relacionamento

Em relação às motivações que facilitam o relacionamento entre os representantes de outras instituições locais e as UnU foram identificadas, em primeiro lugar, as *relações*

peçoais entre os atores que viabilizam a parceria com os professores que, na maioria das vezes, difundem conhecimento, via realização de eventos.

Em segundo lugar foi indicada a *participação conjunta em projetos* junto à UEG e ao CNPq, que resulta em maior envolvimento do ator local na formação dos alunos, a partir, por exemplo, de palestras para os alunos. Em contrapartida, alguns professores, por sua vez, colaboram com os atores locais. Destaca um ator que o que motiva as parcerias é o “estabelecimento de projetos conjuntos, por serem prioridade para encontrar um denominador comum, projetos que possam agregar forças nas parcerias com objetivos em comum” (OI1).

Em terceiro lugar, aparece como importante motivação o *diálogo entre as instituições*, mesmo que isso ocorra, ainda, de forma tímida. Para um entrevistado esta condição de diálogo “poderia ser ampliada, o que aumentaria o retorno das parcerias, algo que, ainda, se faz frágil pela própria falta de retorno das atividades da UEG” (OI2).

Por último, a *credibilidade da instituição* foi apontada como motivação, pois um ator sinaliza que o relacionamento é importante e é fácil uma empresa ter parceria com qualquer universidade: basta que a universidade “mostre sua maior grife, a credibilidade, sua condição ética e imparcial no trabalho, pois essa é a imagem que atrai” (OI4).

c) Barreiras que afetam o relacionamento

A posição dos atores das instituições locais em relação às barreiras que dificultam o relacionamento com as UnU, praticamente, converge com as posições dos pesquisadores e atores das empresas. Além da falta de infraestrutura, de recursos, de diálogo e abertura, os atores de outras instituições revelam que “um importante obstáculo está no preconceito quanto ao relacionamento universidade-empresa, em geral, e não apenas no caso da UEG, em Goiás” (OI4).

A primeira barreira apontada é o *preconceito quanto ao relacionamento UEG-empresa*. Um ator local afirma que a maior barreira é o preconceito que se tem a respeito deste tipo de relacionamento, pois a UEG “não conhece a empresa e não mostra sua produção de conhecimento para viabilizar a busca da empresa e para diminuir os mitos, no sentido de trazer a área técnica desta instituição para o setor.” (OI2). Assim, “é preciso que a UEG mostre em que ela pode atender aos setores empresariais de forma mais pontual” (OI3), pois se a empresa tiver “a referência de onde e a quem buscar dentro da UEG, o relacionamento se torna mais

viável, pois é isso que falta por parte da universidade” (OI7). O que tem que ser feito “é transpor o abismo, que é uma questão cultural, mas que tem avançado aos poucos” (OI1).

Outra barreira é a *falta de abertura por parte das empresas*. De acordo com um ator, na mesma linha de raciocínio, o preconceito não acontece somente com relação à UEG, mas, também, em outras IES. “Todos reclamam da interação universidade-empresa, por ser muito difícil de ser conquistada” (OI7). O obstáculo ocorre por serem as empresas “fechadas, não aceitam, não têm interação com a universidade, não é fácil como, por exemplo, nos EUA, em que as empresas investem dentro das universidades para terem o desenvolvimento de um produto, melhorar o seu produto e colocar no mercado” (OI6). O que se tem aqui são “empresas com certa restrição” (OI7), pois a universidade forma mão de obra para estas empresas, e ao se oferecer um serviço, uma melhoria, a empresa não entende a instituição, achando que “tudo tem que ser de graça” (OI1). Não compreendem que “cada pesquisa tem um custo e o empresário entende que a universidade deve arcar com o custo, por ser uma universidade pública, mas não é assim que funciona, a gente não pode trabalhar dessa forma” (OI7). Indicam, pois ser necessário uma “conscientização do empresário para vir até a universidade, ver o que tem de melhor, saber o que necessita, e trazer os problemas para dentro da instituição” (OI1).

Outra barreira identificada é a *falta de diálogo*. De acordo com um entrevistado, “é preciso ampliar o diálogo e temos que priorizar e valorizar essa relação” (OI2). Também, a *falta de divulgação* é uma barreira, pois um ator entende que para sedimentar e ampliar o relacionamento com a UEG é preciso “ampliar a vitrine da UEG, ouvir os órgãos ligados ao setor econômico e divulgar o seu conhecimento para fazer essas parcerias” (OI5). A partir disso, a empresa pode articular suas demandas e se aproximar da UEG.

A *falta de feedback* é outra barreira que dificulta o relacionamento. Um ator considera importante que a UEG dê retorno para as instituições parceiras, afirmando que “ajuda dezenas de estudantes, no fornecimento de livros e subsídios para trabalhos, como a construção da monografia, mas, depois da pesquisa pronta em que o retorno seria necessário para melhorar a qualidade desse trabalho, a gente não tem esse retorno, esse *feedback* da UEG” (OI2).

Os atores de outras instituições locais entendem que, também, são barreiras que dificultam o relacionamento tanto a *falta de iniciativa* de ambas as instituições quanto a *falta de tempo* para se dedicarem a esta aproximação interinstitucional.

d) A visão dos atores locais sobre a participação dos alunos

A *participação ativa dos alunos* ganhou relevância nas entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, indicando que os alunos desempenham um papel relevante nos relacionamentos interinstitucionais. Tal fato pode ser explicado pelas mudanças que vêm acontecendo nos processos de ensino e aprendizagem que associam teoria e prática. Desta forma, as práticas de ensino extrapolam o âmbito da sala de aula e da escola quando o professor incorpora na sua prática educativa elementos do mundo do trabalho ou quando possibilita que os alunos entrem em contato com outros setores da sociedade. As práticas de ensino tem se modificado bastante na direção da forma de produzir conhecimento conforme visto no Capítulo primeiro desta tese. Quanto mais o ensino for contextualizado e sintonizado com a realidade local, mais professores e alunos se sentem estimulados na busca de soluções para as demandas apresentadas pelo contexto em que as UnU estão inseridas.

Neste sentido, os pesquisadores, em sua maioria, revelam que a participação dos alunos é fundamental para o relacionamento entre a UnU e os demais atores locais, ressaltando que “a reprodução e difusão do conhecimento se dá predominantemente no espaço da sala de aula, na relação professor-aluno” (PP2). De acordo com os pesquisadores, “os professores buscam a articulação entre teoria e prática que são indissociáveis para a aprendizagem do aluno” (PP9), mas verificam-se diferentes posicionamentos.

Nas UnU que mantêm maior aproximação com o setor econômico, esta participação “objetiva possibilitar o acesso ao mercado de trabalho” (PP5), enquanto que nas UnU que se aproximam de instituições do setor social, por meio do ensino, pesquisa básica ou extensão, “a proposta é contribuir para a comunidade no aspecto social” (PP11).

Nas UnU caracterizadas como destaques em ensino e extensão, a participação do aluno em sala de aula ocorre a partir do ensino, por ser mais comum nas UnU e por ser a estratégia mais utilizada pelo professor, por “entender que o ensino em sala de aula alcança a maior quantidade de alunos” (PP3). Portanto, a participação se dá a partir do conteúdo da disciplina teórica em sala e, assim, “é possível ensinar a pesquisar senão a todos, ao menos, a uma maioria, pois há bons alunos e alunos com graves problemas sociais e ao participar do conteúdo o aluno se sente estimulado a terminar o curso e isso pode mudar sua realidade” (PP14).

Um pesquisador confirma na sua fala o perfil participativo do aluno da UEG e isso faz com que ele “avance em seus estudos, inclusive, vindo a participar dos programas de mestrado

da instituição” (PP3). Nas UnU pesquisadas, com cursos de período integral, observa-se que os alunos se envolvem com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, confeccionando materiais e recursos para as práticas educativas, pois “o aluno quando não tem um laboratório na UnU mobiliza-se em busca de parcerias externas de colaboração e isso pode facilitar a criação de sua própria empresa, posteriormente” (PP9).

Nas UnU, que oferecem cursos no período noturno, conforme ressalta um pesquisador, “a gente usa a precariedade também de uma forma pedagógica, é isso que a gente tem que fazer aqui” (PP9). Assim, a participação do aluno trabalhador começa na sala de aula, pois o “aluno tem voz, e isso é representativo” (PP7). Isso propicia que “as relações já nasçam contextualizadas regionalmente, porque o aluno tem direito à fala e à expressão do pensamento efetivamente em sala de aula” (PP7) e, isso “proporciona uma infinidade de elementos que facilitem ou que, pelo menos, permitam um diálogo conceitualmente referenciado que, posteriormente, extravasa para as pesquisas” (PP7).

A participação em projetos é uma oportunidade que os alunos têm para “ir ao campo, montar experimentos, conhecer uma máquina de última geração, colhendo ou semeando outra cultura” (PP1), e isso “oportuniza o treinamento e a leitura da prática, ampliando seu conhecimento” (PP1).

Ser aluno de tempo integral é uma condição vantajosa de participação dos alunos, pois no turno diurno os alunos têm disponibilidade de desenvolver atividades dentro e fora da UnU, ao contrário dos que estudam no turno noturno, “porque são trabalhadores, o que impede sua participação efetiva nas atividades e projetos, principalmente, de pesquisa” (PP13).

A participação do aluno favorece a imagem positiva da UnU, pois “as experiências de campo geram relatórios que são divulgados junto aos atores locais, divulgando a qualidade do curso e atraindo alunos de outras regiões” (PP13).

A participação do aluno em eventos, atividade desenvolvida pelas UnU por meio das suas semanas acadêmicas, é considerada fundamental, uma vez que nos eventos é “feita a divulgação do conhecimento produzido na pesquisa, seguida da publicação conjunta de aluno e professor na forma de artigos científicos para a comunidade mais especializada, da área” (PP3).

Outra atividade comum nas UnU são as “palestras nas escolas em que os alunos se mostram comprometidos e sempre participam” (PP6). Há, ainda, os eventos específicos da área para divulgar as publicações e os resultados das pesquisas que têm sempre a participação do aluno. O envolvimento a partir dessas participações provoca no aluno uma condição de

“autonomia e cria durante o curso uma rede de relações e contatos que no futuro, na vida profissional será fundamental” (PP5), tanto para exercer com qualidade sua profissão, quanto para montar sua própria empresa (PP5).

Outras formas de participação, também, são destacadas por serem consideradas importantes, como o acesso do aluno à pesquisa, pois é comum “ser filho do dono da fazenda e possibilitar o uso do espaço para realizar a pesquisa” (PP16), e isso possibilita uma formação de “visão de trabalho, de empresa e de criação da sua própria estrutura, do seu próprio negócio” (PP16). Há, também, a participação do aluno “dentro do tripé da universidade que tem possibilitado o acesso ao mercado de trabalho, tanto no país quanto fora dele, mesmo que a maioria dos alunos esteja trabalhando dentro do município exercendo ou não a sua profissão” (PP7).

Para os entrevistados, o professor é um dos responsáveis pela capacitação e pela aprendizagem inovativa. Para os atores locais, a participação do aluno se dá de diferentes formas. As mais destacadas nas UnU são as desenvolvidas a partir dos estágios supervisionados, dos projetos de pesquisa e da própria participação em sala de aula. Quanto à participação dos alunos, as posições dos atores das empresas são, também, diversas. Alguns afirmam que “no desenvolvimento de um produto ou processo, a participação do aluno é menor que a do professor, mas é possível incluir o aluno em alguma parte da pesquisa” (EL6). Outro diz que, por meio do professor, “é possível ter não só a participação do aluno, mas incentivos como bolsas para a realização da pesquisa” (EL3). Um entrevistado informa que o “aluno é um sujeito ativo no relacionamento, pois se faz presente na prestação de serviços e ou nos estágios” (EL4). Para outro ator, os alunos “têm plena participação na produção do conhecimento, pois o desenvolvimento da pesquisa de campo é, predominantemente, desempenhado por eles” (EL2), e exemplifica que colabora no desenvolvimento de uma pesquisa para o trabalho de final de curso de um aluno da UnU, o que fez surgir entre os dois uma parceria. Outro ator entende que “quando o aluno é competente, esforçado e dedicado naturalmente se destaca e merece ser incentivado (EL1). Ainda outro ator sinaliza para a necessidade de se ampliar a participação das empresas em eventos tanto os realizados pelas UnU quanto os promovidos por outras instituições locais, pois “a difusão de conhecimento entre empresas e UnU ainda é frágil e é preciso criar este espaço de disseminação aberto a todas as instituições” (EL3).

O Quadro 17 sintetiza a visão que os Órgãos do Governo têm a respeito do relacionamento entre a UEG e os atores locais.

SÍNTESE DA VISÃO DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS SOBRE O RELACIONAMENTO UEG-ATORES LOCAIS		
Tipos	Motivações	Barreiras
Institucionalizados: estágios, projetos de pesquisa e extensão	Relações pessoais entre os atores	Falta de infraestrutura e de recursos
Não institucionalizados: pesquisas aplicadas, soluções para problemas existentes nas instituições locais	Diálogo entre as instituições e participação conjunta em projetos	Preconceito quanto ao relacionamento UEG-atores locais
A UEG, muitas vezes, não toma conhecimento dos relacionamentos estabelecidos	Credibilidade das instituições	Falta de tempo, iniciativa, diálogo e abertura por parte das instituições
	Participação conjunta em projetos	Falta de divulgação da UEG
		Falta de <i>feedback</i>

Quadro 17 – Síntese da visão das instituições locais sobre o relacionamento UEG-Atores locais.
Fonte: Dados da pesquisa.

Síntese do Capítulo

Este Capítulo mostrou as interfaces da UEG com o desenvolvimento local, a partir da visão dos pesquisadores de UnU, dos órgãos do governo, das empresas e de outras instituições locais, evidenciando a visão que têm do papel da UEG por meio dos relacionamentos estabelecidos, das motivações e das barreiras percebidas pelos diferentes atores.

Desde a década de 1990, diferentes convenções originárias do contexto do mundo globalizado e assimiladas pelos Estados-nação – cada um a seu modo e de acordo com a sua condição histórica – influenciam as políticas e orientações econômicas que promovem as mudanças institucionais. A reforma do ensino superior e a criação da UEG podem ser entendidas como resultantes desta dinâmica de um contexto histórico em contínua mudança.

Neste sentido, no início do século XXI, depois de mais de uma década de existência, a UEG, de uma proposta inicial voltada para formação de recursos humanos com foco na atividade de ensino é chamada se modificar. No contexto atual, encontra-se, pois, em discussão a redefinição do papel da universidade na perspectiva de sua articulação com a economia do conhecimento, como proposto pela agenda globalizada.

Tal convenção encontra-se presente nas falas de atores internos e externos à UEG refletindo na capacidade desta instituição de estreitar o relacionamento com os atores locais, inclusive as empresas, para impulsionar o crescimento econômico regional.

A partir da visão dos atores locais, é possível afirmar que o relacionamento da UEG com o setor econômico, principalmente com as empresas, é inevitável, mesmo que alguns

representantes de órgãos do Governo e professores pesquisadores não acreditem que a UEG tenha que funcionar em função do mercado em detrimento de sua função social.

Em contrapartida, o setor empresarial mostra-se mais receptivo a relacionamentos com a UEG, a partir dos benefícios que vislumbra auferir desta relação para o desenvolvimento e inovação de seus produtos, serviços ou processos.

Em relação às políticas de incentivo e financiamento para o relacionamento UEG-empresa, observa-se a ausência de uma articulação entre os diferentes segmentos, ocorrendo os relacionamentos na medida em que surgem necessidades e interesses comuns entre os atores locais.

Os atores, de modo geral, reconhecem as contribuições da UEG, principalmente na formação de recursos humanos, mas indicam, também, que as atividades de ensino, pesquisa e extensão ainda não alcançaram o nível de articulação desejável, devido, sobretudo, à falta de investimentos em infraestrutura física, tecnológica e científica.

Uma condição presente na UEG – e, possivelmente, nas universidades brasileiras – e que interfere diretamente no seu relacionamento com os atores locais, é a crença de que é a universidade deve se dedicar à pesquisa básica em detrimento da pesquisa aplicada, ao invés de assumir a complementariedade destas duas formas de produção do conhecimento.

Os relacionamentos existentes entre a UEG e os atores locais são marcados pela informalidade, ou seja, ainda não se encontram institucionalizados, ocorrendo, portanto, apenas para atender às exigências acadêmicas legais, enquanto condições favoráveis ao relacionamento universidade-empresa, via pesquisa e inovação, sequer foram apropriadas e colocadas em prática. Assim, o que parece estar ausente na UEG é uma política de estruturação destas parcerias que já contam com respaldo legal, por meio da Lei de Inovação do Estado de Goiás, criada em 2010.

Em síntese, para o desenvolvimento do relacionamento UEG-atores sociais é necessário que haja um interesse comum entre os interessados, que haja iniciativa para o diálogo, e que os benefícios sejam mútuos e compartilhados.

Vale ressaltar, ainda, que as interpretações que os entrevistados desta pesquisa fazem da UEG – em suas atividades acadêmicas e nos relacionamentos que estabelece com a realidade na qual está inserida – contêm um alto poder explicativo a respeito do objeto em estudo, visto que traduzem a vivência do cotidiano da instituição em que trabalham ou com a qual se

relacionam, em um determinado contexto local que, também, se desenvolve ao longo de sua trajetória. As respostas dos atores sujeitos da pesquisa refletem, portanto, uma linguagem construída socialmente e internalizada subjetivamente pela força das crenças e convenções que resultam na representação que fazem da UEG.

CONCLUSÃO

O estudo de caso apresentado nesta tese buscou conhecer o papel socioeconômico da UEG em um contexto de mudanças institucionais e de convenções de desenvolvimento. O estudo teve como foco a atuação da UEG para o desenvolvimento local a partir do seu relacionamento com atores das diversas localidades – órgãos do Governo, empresas e outras instituições – onde se encontram suas UnU, com vistas a sua contribuição para o desenvolvimento local e regional e para seus processos de inovação.

A constatação de todos os atores pesquisados é de que a UEG é uma instituição que tem contribuído para o desenvolvimento local como formadora de recursos humanos e reprodutora de conhecimentos. No momento de criação da UEG verificou-se que o Estado de Goiás vivenciava um fenômeno emergente, que era o da reforma do ensino superior a partir da expansão de vagas nas universidades brasileiras. Assim, diferentes convenções se fizeram presentes objetivando aumentar a coordenação dos atores políticos e econômicos de forma a resolver o problema da formação de recursos humanos no Estado. A solução dada pelo Estado foi a criação da UEG tanto por existir uma demanda econômica dentro do Estado de Goiás que sustentou a permanência desta instituição *multicampi*, quanto pela necessidade política de atender, também, às instituições do contexto, como a LDBEN 1996, que preconizava a obrigatoriedade do ensino superior a todo professor da educação básica.

Neste sentido, as entrevistas confirmam a hipótese de que a UEG, *criada para promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado, se destacou mais por seu papel de formadora de recursos humanos, por meio da atividade de ensino, do que pelo papel de produtora de conhecimento e inovação, por meio da pesquisa.*

No contexto de sua criação, a forma de contribuição demandada era a de suprir a carência de formação de ensino superior da sociedade local e de seus trabalhadores, função realizada por meio de suas atividades de ensino, ficando a produção de pesquisa e a interação direta com atores locais postergados, não se constituindo, portanto, em pontos importantes para a orientação de sua política de atuação. Esta iniciativa governamental teve repercussões positivas e acarretou melhorias nas condições socioeconômicas, locais e regionais, preparando recursos humanos qualificados para vários setores da sociedade, em especial, para o setor educacional, contribuições suficientes para fixar uma imagem positiva da UEG no imaginário

social. Ao levar formação de nível superior para diferentes municípios do Estado, a UEG contribuiu com o desenvolvimento local por ter possibilitado aos cidadãos goianos o seu empoderamento, aumentando as capacidades das pessoas, como explica Sen (2000).

Interessa, ainda, destacar que a definição dos cursos a serem ofertados e das localidades onde seriam instaladas as UnU se deu em meio a tensões e disputa de interesses econômicos e políticos entre Governo e os atores locais, o que predominou ao longo da trajetória da UEG. Com isso, no caso da UEG, é possível constatar uma dependência de trajetória, pois o que prevaleceu em seu processo de expansão foi a manutenção dos cursos já existentes nas antigas faculdades estaduais isoladas e o aumento quantitativo de UnU. Portanto, não houve mudança significativa de foco, pelo fato disso interessar ao momento socioeconômico do final de década de 1990 e aos interesses dos próprios atores da UEG em manter as atividades que vinham sendo desenvolvidas.

Os dados da pesquisa, ao confirmarem que a UEG atua com maior intensidade nas atividades de ensino e com menor intensidade nas atividades de pesquisa e extensão, indicam que a UEG, no decorrer de sua evolução, assumiu mais o papel de difusora do conhecimento e menos o de criadora de conhecimento. Neste sentido, o caso da UEG não é diferente de tantas outras IES e reproduz as especificidades históricas dos países periféricos que, ao criarem as universidades, não as conceberam como universidades de pesquisa, geradoras de conhecimento, mas apenas como difusoras deste conhecimento, por meio da qualificação de profissionais.

Assim, a condição histórica resultou em uma trajetória na qual coube à UEG assumir um papel preponderante de difusora de conhecimentos. Em outras palavras, os mecanismos de mudança têm sido contrapostos com diferentes interesses que formam um pano de fundo, como constatado nas visões dos dirigentes, dos pesquisadores e dos demais atores sobre a UEG e o desenvolvimento local, que apesar de serem convergentes, na maioria das vezes, divergem em relação aos interesses mais imediatos de cada segmento. Mas estes interesses são fragmentados e constituem coalizões eventuais e mutáveis, com pouca clareza quanto a objetivos globais, num caleidoscópio que se rearranja na medida em que mudam as percepções sobre os interesses gerais e os caminhos para alcançá-los. Ainda que o passado conte e pese, a visão de futuro, apresentada nesta tese, de transformações pelas quais a universidade é desafiada, é essencial para mover a mudança, desprendendo-a, ainda que parcialmente, do passado.

De fato, a análise apresentada nesta investigação define a UEG como um importante *locus* de difusão do conhecimento. Porém, o que se observou, também, é uma possível mudança institucional, que surge de uma nova convenção, mas que ainda não é consensuada por toda a sociedade – a do novo desenvolvimentismo – que começa a se fazer presente no contexto desta instituição. Considerando-se que a própria forma de produção do conhecimento tem se transformado – o Modo 2 analisado por Gibbons *et al.*(1994) –, exigindo a ampliação do papel da universidade brasileira para além da função de formadora de recursos humanos, a UEG, agora, precisará se adequar ao estabelecimento de novas relações com atores locais, inclusive as empresas. Neste sentido, os resultados da investigação suscitam questões relativas à necessidade de se repensar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que pode ser feito a partir de uma interação entre as diversas áreas de conhecimento e os diversos atores, de forma complexa, multidisciplinar e baseada em redes.

Diante do novo contexto de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, de um novo modo de produção do conhecimento, com foco na inovação, os dados da pesquisa mostraram apenas indícios de práticas que estabelecem relacionamentos com os atores locais. Deste modo, se confirma a hipótese de que *a UEG, dadas as suas condições atuais de infraestrutura científica e tecnológica, dificilmente poderá se tornar uma instituição empreendedora e inovadora*. A UEG por não ter sido pensada e projetada para interagir e cooperar com as empresas locais, não investiu em infraestrutura científica e tecnológica, pouco incentivou a criação, a produção e o uso do conhecimento para um futuro sistema regional de inovação, e pouco desenvolveu mecanismos que facilitassem a transferência de conhecimento e a criação de empresas.

Isto é reforçado pelos dados da pesquisa, quanto à atuação da UEG, que revelam inúmeras fragilidades, como, por exemplo, infraestrutura física, técnica, tecnológica e laboratorial deficitária; ausência de recursos humanos com maior qualificação acadêmica; falta de recursos financeiros; burocratização e morosidade dos processos; ausência de procedimentos padronizados e institucionalizados; descompasso entre as políticas de ensino, pesquisa e extensão e as demandas do contexto local; pouca interação com outros atores locais. Mantidas as condições atuais inalteradas, dificilmente pode-se afirmar que a UEG consiga corresponder às expectativas e atender às demandas colocadas pelo cenário atual do desenvolvimento socioeconômico local e regional, dando uma contribuição maior do que a de formadora de recursos humanos para este desenvolvimento.

Ressalte-se, no entanto, ser possível vislumbrar ações que, a médio prazo, tendem a reverter esta situação, à medida que novas convenções venham a ser institucionalizadas e assumidas coletivamente.

A hipótese de que *a UEG não tem conseguido estreitar seu relacionamento com outros atores locais, principalmente as empresas*, também é confirmada pelos dados da pesquisa, pois os dados indicam que, em sua trajetória, não tem conseguido estruturar internamente as condições para a interação direta com o desenvolvimento local como pontos importantes para a orientação de sua política de ensino superior, gerando uma aparente contradição. Há, no decorrer de sua trajetória, ações que buscam modificar e redirecionar suas atividades, ou seja, há uma mudança institucional ocorrendo em sua evolução, como por exemplo, a criação de UnU que implantaram cursos mais próximos das demandas locais, mais alinhados com as necessidades e os interesses econômicos da região, a criação do programa de incubadoras criado pela Pró-Reitoria de Extensão e o processo de criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa. Verifica-se, porém, que a política, direcionada prioritariamente para o ensino exerceu um efeito de constrangimento sobre o desenvolvimento das demais atividades. Este posicionamento estratégico tem dificultado as mudanças na UEG, no sentido de entender e de desenvolver as atividades de pesquisa e extensão como atividades indissociáveis e necessárias para a criação e a difusão do conhecimento e, também, para o estreitamento do relacionamento com os atores locais.

Na prática, os relacionamentos entre as instituições acontecem ainda que de forma incipiente e não institucionalizada. Os atores da UEG percebem a importância da produção e não apenas da difusão do conhecimento e os demais atores, também, vislumbram a necessidade da contribuição do conhecimento para a melhoria dos seus produtos, processos e serviços. Nesta direção, observa-se que os órgãos do Governo já sinalizam com diretrizes que visam tornar mais efetivos os vínculos da UEG com o desenvolvimento local.

Assim, a UEG tem sido impulsionada, a partir de novas instituições, ou seja, de dispositivos legais, a se redirecionar, a se adaptar à nova proposta de desenvolvimento socioeconômico, que passa pelas questões relativas à inovação, levantadas no âmbito nacional e estadual. Prova disso é a proposta da atual administração central da UEG de reestruturar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, vinculando-as, talvez, ao contexto socioeconômico atual: nova economia, novas perspectivas políticas, novo ensino, a partir de um diálogo da

instituição com outros atores de órgãos do Governo, de empresas e de outras instituições locais, com vistas ao desenvolvimento local e regional.

Ao identificarem o papel histórico da UEG, os sujeitos da pesquisa revelam que é preciso reestruturar as atividades desta instituição, reconhecendo que há um comprometimento quanto à indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão. Embora estas atividades, anteriormente, tenham sido desenvolvidas de forma estanque e separada, atualmente, os dirigentes da UEG, gestores de UnU e professores pesquisadores sinalizam para a integração das mesmas, ou seja, a proposta é agregar, mesmo que seja de forma gradativa, as atividades de extensão e pesquisa ao conhecimento difundido por meio do ensino. Nesse sentido uma série de propostas de mudanças para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UEG estão em discussão e foram mencionadas pelos entrevistados.

Em relação à *atividade de ensino*, a busca é pela ampliação da qualidade em todas as UnU da UEG, a partir de uma política de graduação que contemple a formação de uma equipe de profissionais qualificados, com condições adequadas de tempo e de trabalho. Deve-se, ainda, ampliar o canal de comunicação entre as UnU e entre estas e a Administração Central da UEG, para fortalecer os cursos e, conseqüentemente, melhorar, por exemplo, as notas do ENADE, ampliar o número de bolsas, como as de iniciação científica, que são estratégicas para possibilitar o acesso e a permanência do aluno.

Quanto à *pesquisa*, a imagem que se tem desta atividade é que ela tem muito espaço para crescer, mesmo que isso possa levar um tempo considerável, caso não sejam realizados concursos públicos para suprir a demanda de professores com titularidade e em condições de criar conhecimento nas UnU. Neste sentido, a política atual tem sido a estruturação do NIT, para serem implementadas ações e propostas que assegurem a presença de professores pesquisadores, capacitados para articular os convênios junto às empresas, de maneira a viabilizar a produção do conhecimento e, principalmente, possibilitar o desenvolvimento de pesquisas que tenham condições de receber fomento externo para melhorar a infraestrutura de UnU. Na UEG, os professores estão dispersos em várias áreas do conhecimento e a pesquisa básica acadêmica é a mais praticada, uma vez que os cursos são, predominantemente, de licenciatura. Mesmo assim, algumas UnU têm realizado pesquisa aplicada e isso tem gerado, como retorno institucional, a criação da maioria dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Sobre a *atividade de extensão*, constata-se que nas UnU não existe um plano estratégico que comungue responsabilidades compartilhadas entre ensino, pesquisa e extensão

e, ao reconhecer esta fragilidade verifica-se que a extensão é, ainda, pouco praticada. Portanto, a defesa é de uma proposta em rede que envolva, a partir do diálogo entre as UnU e os atores locais, o alcance do papel da extensão, que é o de integralizadora das relações da UEG com a sociedade. O que se constata é que as atividades de extensão, em algumas UnU, têm sido importantes por conseguir desenvolver programas de formação continuada, mas, em outras, estas atividades se encontram fragilizadas, uma vez que o contato com a comunidade é quase inexistente, não havendo, de ambas as partes, compromissos de envolvimento.

Assim, os dados mostram que a atividade de extensão é a que enfrenta os maiores desafios. No entanto, apesar de incipiente, atualmente, é, também, a que mais desenvolve a discussão sobre a interação UnU-Empresa. Um exemplo é a criação do Programa de Incubadora de Empresa, estratégia encontrada para dar visibilidade à atividade de extensão que, até então, tinha praticamente, um caráter assistencialista.

Diante disso, ao analisar o papel e a evolução da UEG, objetivo central desta tese, é possível constatar que a UEG tem um peso maior no ensino, a pesquisa está crescendo, e a extensão vive um momento de transição. Assim, a proposta é o empoderamento da comunidade acadêmica e, para isso, é preciso articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável. No decorrer de sua evolução, observou-se que a UEG está vivenciando uma mudança institucional incremental, ainda incipiente, no sentido de direcionar esta instituição para uma interação direta com o desenvolvimento local.

Os tipos de interação com os atores locais mais presentes nas UnU investigadas estão em conformidade com duas das abordagens estudadas nesta tese e que tratam do papel da universidade: *a proposta de autores latino-americanos*, que considera a universidade como ator do desenvolvimento social e, por isso, enfatiza mais o envolvimento da universidade com os problemas sociais locais; e com *a abordagem do sistema de inovação*, que considera a universidade formadora de recursos humanos, destacando a formação de redes de pessoas, fundos de pesquisas cooperativos e contatos informais. Tal conformidade se explica pela condição tardia tanto da criação da UEG quanto da industrialização do Estado, o que é uma realidade dos países periféricos como o Brasil, como analisado também por Suzigan, Albuquerque e Cario (2011).

É possível, também, verificar que a realidade da UEG ainda não comporta a abordagem da *hélice tríplice*, que propõe um tipo de interação com os atores locais, principalmente as empresas, em que as universidades exploram comercialmente suas invenções através do gerenciamento da propriedade intelectual, criação de escritórios de

transferência de tecnologia, *spin-offs* e *start-ups*, como preconizado por Etzkowitz *et al.* (2000). Esta não conformidade pode ser explicada pela baixa transformação interna da própria universidade. A não implantação, ainda, do NIT no âmbito da UEG, é um exemplo claro, embora discussões neste sentido já estejam sendo realizadas pelos atores da administração central da UEG. Além disso, pode-se explicar este ponto pelas reduzidas pressões exercidas pelas empresas, que foram menores do que a pressão dos interesses políticos, partidários e acadêmicos. A ausência de demandas concretas por parte das empresas e de suas representações, portanto, também ajuda a explicar o fato de a UEG não ter evoluído em direção à comercialização do conhecimento previsto no modelo de interação da hélice tríplice em que a universidade é chamada a se tornar uma instituição empreendedora.

Assim, conforme pressupunha esta investigação, de fato, a UEG, tem contribuído para o desenvolvimento local, principalmente a partir do ensino e da formação de recursos humanos, mas a pesquisa e a extensão ainda são incipientes. Na maioria de UnU, o que se tem é o compromisso com o papel de difusão do conhecimento, por meio do ensino e extensão, em menor grau, o compromisso com a criação de conhecimento, por meio da pesquisa, o que torna mais difícil para UEG alcançar as condições que preenchem as novas funções da universidade demandadas pelo desenvolvimento socioeconômico regional.

Entretanto, verificou-se a presença de alguns relacionamentos que podem no futuro sinalizar para este possível papel da UEG de empreendedora e promotora da inovação. Embora as atividades de ensino sejam predominantes, em algumas UnU existem atividades de produção de conhecimento, a partir da pesquisa aplicada e da prestação de serviços e consultoria. Tais iniciativas poderão, com o decorrer do tempo, evoluir, desde que sejam implementadas, de fato, políticas de incentivo e financiamento direcionadas à pesquisa e à formação de mão de obra altamente qualificada condizentes com as políticas de CT&I.

Neste sentido, de acordo com as abordagens teóricas apresentadas, a UEG estaria contribuindo para o desenvolvimento local mais na perspectiva da formação de profissionais qualificados e pesquisadores, principalmente para as áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e menos na perspectiva de geração de conhecimentos, função prevista no modelo de sistema de inovação, não alcançando, ainda, a transferência e a comercialização do conhecimento produzido e a criação de empresas, como preconiza o modelo de hélice tríplice.

Deste modo, a UEG tem possibilitado a oferta do conhecimento, conforme propõe a abordagem latinoamericana apresentada pelos autores Arocena e Sutz (2010). Mas precisa incorporar aos seus processos formativos o aprender resolvendo (*learning by solving*), ou seja,

incluindo a solução de problemas, no sentido de diminuir as fraturas de aprendizado que ocorre nos países da América Latina, como no Brasil.

Afinal, qual destes modelos – hélice tríplice, sistema de inovação ou abordagem latinoamericana – irá prevalecer na continuidade desta instituição e qual poderá contribuir mais com a inovação regional? Independentemente de qual seja a resposta, a UEG precisa estar em sintonia com um Estado que está se industrializando e precisa acelerar seu desenvolvimento, mas não conta, ainda, nos municípios interioranos, com setores intensivos em pesquisa, criação e aplicação do conhecimento. A UEG é, hoje, uma instituição que pode vir a suprir estas lacunas na medida em que conseguir se reorganizar com vistas a estabelecer interfaces possíveis e necessárias com outros atores sociais.

Além da sinergia dos atores da UEG, do reconhecimento do seu papel pelo atores locais, é imprescindível o apoio do Governo estadual e local para assegurar melhores condições de infraestrutura; garantir a realização de concursos públicos; valorizar os profissionais da educação; e para desenvolver a capacidade de estabelecer interação com atores locais, como parceiros desta instituição, na busca de respostas às demandas regionais.

Os dados da pesquisa levam à conclusão de que a relação UEG-Empresa precisa evoluir, pois de acordo com a posição dos atores, principalmente os da UEG, não há apoio e incentivos financeiros do Governo, portanto, é preciso o terceiro elo de ligação – o Estado – para estimular e financiar o espaço de interação.

O Estado de Goiás se encontra diante de uma nova política de inovação segundo a qual precisa institucionalizar políticas que modifiquem a visão, ainda presente na sociedade e também na visão dos atores internos à instituição, de que a UEG é uma instituição estritamente voltada para o ensino e para as questões sociais. Ainda que o Estado defina as regras, a implementação delas depende da visão que os atores, sobretudo, a comunidade acadêmica, têm da instituição e de sua função. A construção de uma UEG voltada para o atual contexto de inovação passa, pela mudança das convenções atualmente predominantes.

A análise identificou vários *obstáculos* que dificultam a realização de parcerias e o relacionamento entre a UEG, órgãos do Governo, empresas e instituições locais: falta de infraestrutura e recursos; falta de linha teórica de pesquisa; falta de sinergia da empresa com o Governo; excesso de burocracia; falta de procedimentos institucionalizados; falta de diálogo, ainda, existente entre pesquisadores da UEG e de outras IES; e visão negativa da interação com empresas. Diante disso, constatou que a estrutura burocrática interna da UEG ainda não

se transformou porque o Estado não a capacitou internamente. Possivelmente por isso, sua cultura, identidade, seu *ethos* universitário não assume papel relevante no desenvolvimento local e não estimula o sistema de inovação. Exemplo disso, foi a identificação dos incentivos do governo como motivação à interação. O terceiro elo – o Estado – necessita, portanto, ser este ator articulador para a implementação de parcerias, embora o primeiro passo já tenha sido dado em relação à estrutura legal das políticas de apoio à CT&I, com a criação de um marco legal com a finalidade de tornar o Estado mais compatível com a agilidade necessária para a execução destas novas políticas. No momento, esse é o maior desafio do Estado de Goiás.

Em síntese, o alcance dessa tese analisou o papel e a evolução da UEG nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e suas interfaces com os atores do desenvolvimento local. A UEG pode ser considerada uma instituição que favorece, indiretamente, o crescimento da região, porém, no entendimento dos sujeitos da pesquisa, ainda não contribui, efetivamente, para o desenvolvimento local e regional e, para a UEG ampliar sua contribuição na sociedade do conhecimento e no contexto de inovação, é preciso investir em sua infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos.

Ao identificar o contexto histórico e socioeconômico que desencadeou as diretrizes políticas que culminaram na criação da UEG, um dos objetivos dessa tese, constatou-se que a partir da década de 1990, o Estado brasileiro se esforça para promover o acesso ao ensino superior e, com isso, participa de forma importante no fomento à formação de recursos humanos e mão de obra qualificada. Assim, a UEG ampliou a oferta de vagas no ensino superior, mas há que se questionar se a formação de profissionais está condizente com áreas estratégicas, que possa realizar o *catch-up* com a economia local a fim de atender às necessidades estruturais, que são pontos de estrangulamento econômico e social do Estado. Se o Estado não produzir recursos humanos qualificados em áreas tecnológicas, dificilmente poderá competir no mercado nacional. Outra questão que vem à tona diz respeito a quais são as metas da atual política de ensino superior do Estado que poderão aumentar o investimento nas capacidades humanas, tecnológicas e burocráticas, e como e quando serão implementadas.

A interação entre UEG e outros setores é uma das importantes estratégias para romper com a condição do subdesenvolvimento, mas, para tanto, o Estado de Goiás deveria ter um sistema produtivo eficaz dotado de relativa autonomia tecnológica, uma ação orientadora de dentro e uma estratégia intencionalmente concebida, como defendeu também Furtado (1992) em relação aos Estados do Nordeste brasileiro. Neste sentido, para potencializar a produção de novos conhecimentos são necessários recursos humanos altamente qualificados e empresas

comprometidas com processos de desenvolvimento e inovação. Assim, o Estado deve reconhecer seu papel de formulador de políticas de ensino superior congruentes com as políticas industriais e de inovação.

O desenvolvimento econômico do Brasil e do Estado de Goiás, na atualidade, da mesma forma que no resto do mundo, é cada vez mais dependente da incorporação de conhecimento e inovação para o seu bom desempenho. O campo econômico, ao privilegiar o conhecimento, precisa da interação entre a empresa e a universidade. Daí, também, a necessidade da presença do Estado, como articulador entre estes atores, incentivador e, ainda, provedor de recursos para as atividades inovativas.

Em síntese, esta pesquisa contribuiu para identificar a presença de relacionamentos entre a UEG e atores locais, principalmente empresas, o que indica que, futuramente, a UEG poderá se tornar uma instituição empreendedora e produtora de inovação. Mas, a pesquisa também indicou que mantidas as condições atuais inalteradas, dificilmente a UEG conseguirá corresponder às expectativas e atender às convenções e demandas do cenário atual de desenvolvimento socioeconômico local.

Outra contribuição desta pesquisa diz respeito à utilização dos dados coletados e das análises desenvolvidas no sentido de desenvolver ações que fomentem a discussão, no âmbito da UEG, sobre o relacionamento da UEG com os atores locais.

Futuras pesquisas sobre a UEG poderão abordar aspectos relacionados ao incremento das relações UEG-atores locais, mas que não foram tratados nesta tese, como o uso da Educação a Distância, a oferta de cursos tecnológicos e a criação de Mestrados Profissionais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. *Nacionalismo e ação política no Brasil*. 1975. Tese (Doutorado).
- AMSDEN, A. H. *A ascensão do “resto”*: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009.
- ARANTES, F.; BASTOS, J. F. R. Programas especiais de desenvolvimento agropecuário. In: PEREIRA, A. A. (Org.). *Agricultura de Goiás: análise e dinâmica*. Goiânia, UCG, 2004.
- AROCENA, R.; SUTZ, J. Knowledge, innovation and learning: systems and policies in the north and in the south. In: CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M; MACIEL, M. L. (Orgs.). *Systems of innovation and development: evidence from Brazil*. Massachusetts: Edward Elgar, 2003. cap. 11.
- AROCENA, R.; SUTZ, J. Conhecimento, inovação e aprendizado: sistemas e políticas no Norte e no Sul. In: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J.; ARROIO, A. (Org.) *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005.
- _____. Weak knowledge demand in the South: learning divides and innovation policy. *Science and Public Policy*, v. 37, n. 8, outubro, p. 571-582, 2010.
- AROCENA, R.; BORTAGARAY, I.; SUTZ, J. *Reforma universitária y desarrollo*. Montivideo: Tradinco, 2008.
- ARRUDA, M.; VELMUM, R.; HOLLANDA, S. *Inovação tecnológica no Brasil: a indústria em busca da competitividade*. São Paulo: Anpei, 2006.
- AZEVEDO, F. de. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BARROS, F. A. F. *A tendência concentradora da produção do conhecimento no mundo contemporâneo*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- BERTRAN, P. *Uma introdução à história econômica do centro oeste do Brasil*. Goiânia: UCG/Brasília, DF: Codeplan, 1988.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOTELHO, A. Productive re-structuring and space production: the motocar industry established in Brazil. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 15, 2002.
- BRESCHI, S.; MALERBA, F. Sectoral innovation systems: technological regimes, Schumpeterian dynamics, and spatial boundaries. In: EDQUIST, C (Ed.). *Systems of innovation: technologies, institutions and organizations*. London and Washington: Pinter, 1997. p. 130-155.

CARNEIRO, M. E. F. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: UFG, 1988.

CARVALHO, R. R. da S. *Universidade Estadual de Goiás: histórico, realidade e desafios*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, A. C. Construindo pontes: inovações, organizações e estratégias como abordagens complementares. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 3, n. 2, julho/dezembro, p. 449-474.2004.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de. *Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHANG, H-J; EVANS, P. *The role of institutions in economic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

COOKE, P. Reinventing the region: companies, clusters and networks in economic development. In: DANIELS, P.; LEVER, W. (Eds.). *The global economy in transition*. Harlow: Longman. 1996.

COOKE, P. *et al.* Regional systems of innovation: an evolutionary perspective. *Environmentand Planning*, ano 30(9), p.1563-1584, 1998.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Revan, 1994.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à era Vargas*. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: UNESP, 2007b.

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: UNESP, 2007c.

DAGNINO, R. A relação universidade-empresa no Brasil e o “argumento da hélice tripla”. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 2, n. 2, jul-dez. 2003.

DE WOLF; HOLVOET, T. Emergence versus self-organization: different concepts but promising when combined. In: BRUECKNER, S. (Ed.). *Engineering self-organizing systems: methodology and applications*. Berlim: Springer-Verlog, 2005.

DOULOUREUX, D. *Regional innovation systems in the periphery: the case of Beauce in Quebec*. *Journal of Innvation Management*, 7 (1), 67-94, 2003.

DOSI, G. The nature of the innovative process. In: DOSI, G. *et al* (Eds.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter Publishers, 1988.

- DOURADO, L. F. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: UFG, 2001.
- DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? *Revista Brasileira Educação*, n. 28, Rio de Janeiro, Jan./Apr. 2005.
- EDQUIST, C. *Systems of innovation: technologies, institutions and organizations*. Herndon: Cassell, 1997.
- ELIADE, M. *Le sacré et le profano*. Paris: Editions Galimard, 1965.
- ERBER, F. S. The evolution of development conventions. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL A. SCHUMPETER, 12, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- ESTEVAM, L. A. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- ETZKOWITZ, H. *Hélice triplíce: universidade-indústria-governo, inovação em movimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The triple helix university, industry, government relations: a laboratory for knowledge based economic development. Amsterdam, *EASST Review*, v. 14, n. 1, March 1995.
- _____. Introduction to special issue on science on policy dimensions of the triple helix of university-industry-government relations. *Science and Public Policy*, February, 1997.
- _____. The triple helix as a model for innovation studies. *Science and Public Policy*, June, 1998.
- _____. A triple helix of university-industry-government relations. *Industry & Higher Education*, August, 1999.
- ETZKOWITZ, H, *et al.* The future of the university and the university of the future: evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm. *Research Policy*, v. 29, 2000.
- EVANS, Peter B. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. *Revista de Economia Contemporânea*, UFRJ, n. 4, julho de 1998.
- EVANS, P. *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Trad. Christina B. Tigre. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- FÁVERO, M. de L. de A. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965). In: OLIVEIRA, A. J. B. de (Org.). *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: FCC/SiBI, 2007.
- FERREIRA, S. *A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições*. 2009. 305 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.

FREEMAN, C. *A economia da inovação industrial*. Harmondsworth: Penguin Livros, 1974.

_____. *Política tecnológica e desempenho econômico*. London: Pinter, 1987.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. Técnico-econômico de paradigma. In: DOSI, G. (Org.). *A mudança técnica e teoria econômica*. Londres: Pinter Publishers, 1988.

FURTADO, C. *O Mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1989.

_____. O subdesenvolvimento revisado. *Economia e Sociedade*, v. 1, ago. 1992.

GIBBONS, M. *et al.* *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. Reimpr. 2. ed. Londres: SAGE Publications, 1994.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMIDE, A. A. *A política das reformas institucionais no Brasil: a reestruturação do setor de transportes*. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. FGV, 2011.

HASENCLEVER, L. *Configurações produtivas locais, cooperação e inovação: seriam as CPLs locus privilegiado de cooperação e de geração de conhecimento e inovação?* Juiz de Fora: FEA/UFJF, 2007.

HODGSON, G. Institutions and economic development: constraining, enabling and reconstituting. In: DYMSKI, G.; DE PAULA, S. *Reimagining Growth*. Local: Zed Books, 2005.

KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago, 1970.

KUPFER, D.; LAPLANE, M. F.; HIRATUKA, C. *do desenvolvimento no Brasil: temas transversais*. Rio de Janeiro: Synergia: UFRJ, 2010.

LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (Org.). *Informação e globalização na era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. *Conhecimento, sistema de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

LUNDEVALL, B-A. *The university in the learning economy*. DRUID Working Paper, n. 6, 2002.

_____. *Higher education, innovation and economic development*. Artigo apresentado no World Bank's Regional Bank Conference on Development Economics. Beijing, 16-17 Jan. 2007. (mimeo).

MACIEL, D. P. *Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1996.

MARSHALL, A. *Principles of Economics*. Londres: Macmillan, 1965.

MELLO, J. M.; MACULAN, A-M.; RENAULT, T. Brazilian universities and their contribution to innovation and development. In: GORANSON, B.; BRUNDENIUS, C. (Org.). *The changing role and challenges for academic institutions*. Berlin: Springer, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, M. E. *Universidade Estadual de Goiás (UEG): agentes, memórias e eventos (1999-2006)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

MOWERY, D.; OXLEY, J. Inward technology transfer and competitiveness: the role of national systems of innovation. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 1, Feb. 1995.

MOWERY, D.; SAMPAT, B. Universities in National Innovation Systems. In: FARGERBERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R. (Ed.). *The Oxford handbook of innovation*. New York: Oxford University Press, 2005.

NELSON, R. R. Economic Growth via Coevolution of Technology and Institutions. In: LEYDESDORFF, Loet; Peter Van den Besselaar (Eds.). *Evolutionary Economics and Chaos Theory*, London: Pinter, 1994.

_____. The simple economics of basic scientific research. *Revista brasileira de inovação*. v. 7, n. 1, FINEP, 2008.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *An evolutionary theory of economic change*. Estados Unidos: Harvard U. P, 1982.

_____. Em busca de uma teoria útil da inovação. *Caderno de Economia*, v. 19, n. 32. Bogotá. 2000.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. *Criação do conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: University Press, 1990.

_____. *Institutions*. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, 1991.

_____. *Understanding the process of economic change*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

PACHECO, J. A.; CASTANHO, M. I. A construção do conhecimento em espaços organizacionais: uma perspectiva psicopedagógica. *Rev. Psicopedagogia*, 2008.

PARANHOS, J. *Interação entre empresas e instituições de ciência e tecnologia no sistema farmacêutico de inovação brasileiro: estrutura, conteúdo e dinâmica*. 2010. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PESSOA, C. S.; MACHADO, J. B. M. A evolução do pensamento cepalino e seus impactos sobre o desenvolvimento latinoamericano. In: ALEMANY, C.; LÓPEZ, A. (Coord.). *Intuición y ética en la construcción del futuro*. Montevideo, Uruguay: Pressur Corporation 2012. (Série Red mercosur).

PINHEIRO, D. *UEG: 10 anos de história*. 2009. Disponível em: <www.ueg.br/materia/ueg-10-anos-de-historia/1711>. Acesso em: 04 jan. 2011.

POLANYI, M. Tacit knowledge. In: PRUSAK, L. (Ed.), *Knowledge in organizations*. Boston: Butterworth-Heinemann, 1966. p. 135-146.

PRADO, J. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. SP: Ed. Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, A.; DAHLMAN, C.; SALMI, J. *Knowledge and Innovation for competitiveness in Brazil*. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, (2008).

SCHUMPETER, J. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, 1984.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil: 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. Campinas, *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, Especial, 2006.

STREECK, W.; THELEN, K. Institutional change in advanced political economies. In: HANCKÉ, B. (Ed.). *Debating varieties of capitalism*. Oxford University Press, 2009.

SUTZ, J. *Reforma universitária y desarrollo*. Projeto UniDev, 2008.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E.; CARIO, S. A. F. *Em busca de inovação: interação universidade-empresas no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

THÉRET, B. *As instituições entre as estruturas sociais*. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em: 10 maio de 2011.

VELHO, S. *Relações universidade-empresa: desvelando mitos*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

WEBER, M. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2010.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 18 abr. 2011.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 06 mar. 2011.

_____. *Lei n. 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. *Lei n. 10.973*, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: < Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. *Lei n. 11.193*, de 21 de novembro de 2005. Institui o regime especial de tributação para a plataforma de exportação de serviços de tecnologia da informação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm>. Acesso em: 21 mar. 2014.

_____. *Sinopse estatística da educação superior*. 2012. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2011.

GOIÁS. *Lei n. 13.456*, de 16 de abril de 1999. Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1999/lei_13456.htm>. Acesso em: 20 out. 2011.

_____. *Lei n. 16.272/2008*. Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2008/lei_16272.htm>. Acesso em: 24 mar 2014.

_____. *Lei n. 16.922*, de 8 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica no âmbito do Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/pagina_leis.php?id=9286>. Acesso em: 21 mar. 2014.

GOIÁS. SEGPLAN. *Goiás em dados*. 2009. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/GoDados2009.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

GOIÁS. SEGPLAN. *Produto Interno Bruto do Estado de Goiás: 2009*. Goiânia: SEPLAN, 2012.

_____. *Índice de desenvolvimento dos municípios goianos (IDM) 2012*. 2013. Disponível em: <www.imb.go.gov.br>. Acesso em: 6 jan. 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007>>. Acesso em: 24 mar 2014.

_____. *Pesquisa agrícola municipal: 1990 e 2007*. 2009. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2014.

IEDI. *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Carta IEDI*. São Paulo: IEDI, n. 464, 11 de fevereiro de 2011.

UEG. *Relatório da Comissão de Auto Avaliação Institucional da UEG (CAAI)*. Anápolis: UEG, 2005.

_____. *Plano estratégico de desenvolvimento institucional 2001 a 2004: no processo da implantação e consolidação da UEG*. Anápolis: 2005.

_____. *Plano de desenvolvimento institucional*. Disponível em: <www.ueg.br>. Acesso em: 04 maio 2011.

_____. *Plano de desenvolvimento institucional 2010-2019*. Disponível em: <<http://dirplan.ueg.br>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

_____. *Histórico da UnUCSEH*. Disponível em: <www.unucseh.ueg.br/menu_principal/institucional/historico.htm> Acesso em: 10 maio 2011.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Prezado(a),

Sou aluna de doutorado do Programa Interinstitucional de Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), uma parceria entre o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual de Goiás. Gostaria de contar com a sua contribuição em nossa pesquisa de tese sobre *Universidade e desenvolvimento local: estudo de caso da Universidade Estadual de Goiás*. O objetivo central desta pesquisa é estudar o papel e a evolução da UEG e, assim, compreender os desafios, as oportunidades e as possíveis formas de contribuição da UEG ao desenvolvimento local. Ressalto que todas as informações disponibilizadas nesta entrevista serão utilizadas somente para uso acadêmico sem identificação dos respondentes. Desde já conto com sua contribuição e agradeço a sua colaboração. Com os melhores cumprimentos,

Caso haja dúvida me coloco à disposição por meio dos seguintes contatos:

Yara Fonseca de Oliveira e Silva -Grupo de Economia da Inovação

Aluna de Doutorado PPED/IE/UFRJ/UEG

Tel: (62) 9101-4383 (CLARO) / 82132817 (TIM)

Email: yarafonsecas09@gmail.com

1 - Nome (opcional)

2 - Unidade Universitária *

3 - Tempo de serviço na UnU / UEG. *Se o tempo de serviço na sua UnU for diferente do tempo na UEG, favor colocar os dois, respectivamente (exemplo: UnU, 2 anos e UEG, 5 anos)..

4 - Sexo *.

- Masculino
- Feminino

5 - Regime de trabalho *.

- 40 horas
- Dedicção Exclusiva
- Outro:

6- Formação (marque o maior nível completo): *.

- Graduação Licenciatura
- Graduação Bacharel
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado
- Outro:

7 A criação e evolução da UEG (1999), em sua opinião, tinham que objetivos? *Por exemplo: atender à demanda local na esfera: 1 - política (acesso ao ensino superior); 2 - econômica (para o desenvolvimento); 3 - da sociedade (por capacitação); e 4 – da legislação (para atender, por exemplo, à LDBEN 9.394/96 e etc.).
Obs. Se tiver mais de uma opção, favor indicar os números na alternativa "outro".

- 1- Políticos
- 2- Econômicos
- 3- Socioculturais
- 4- Legais
- Outro:

8 – Em sua trajetória, a UEG tem apresentado mudanças?

- Sim
- Não

8.1 Se a resposta à questão anterior (questão 8) for positiva, destaque as principais mudanças ocorridas na UEG, desde sua criação. *Se tiver mais de uma opção, favor indicar os números na alternativa "outro" e, caso queira, acrescente ainda outras alternativas.

- 1- Melhoria do ensino e de formação de recursos humanos
- 2- Ampliação da produção de conhecimento na atividade de pesquisa
- 3- Contribuição com o desenvolvimento local
- 4- Acompanhamento do avanço tecnológico e de inovação
- 5- Atendimento às diretrizes políticas e econômicas do Estado
- 6- Mais recursos para investimento na estrutura física
- 7- Aquisição de equipamentos para os laboratórios de aulas práticas e de informática
- 8- Garantia de investimento da dotação orçamentária com repasses para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão
- 9- Incentivos à pesquisa e à extensão
- Outro:

- 9 - Na sua opinião, com que intensidade a UEG contribui em cada tipo de atividade (1- baixa; 2-média; 3-alta)? *

	1	2	3
1 Ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3 Pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1 Extensão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10 - Pelo fato de ser uma instituição multicampi, a UEG tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico de Goiás?

- Sim
- Não
- Não sei

11 - A UnU em que você trabalha oferece cursos que se adequam às necessidades locais? *Favor justificar sua resposta na opção "outro",

- Sim
- Não
- Outro:

12 – Que tipo de atividade a UnUem que você trabalha realiza? *Se tiver mais de uma opção, favor indicar os números na alternativa "outro" e, caso queira, acrescente outras alternativas.

- 1- Formação de professores
- 2- Reprodução e difusão do conhecimento
- 3- Produção de conhecimento teórico-prático
- 4- Parcerias com empresas e governo
- 5- Criação de conhecimento técnico-científico
- 6- Criação de empresas
- 7- Formação de recursos humanos
- 8- Outro

13 - Há algum tipo de relacionamento da UnU em que você trabalha com a(s) empresa(s) local(is)?

- Sim
- Não

13.1- Se a resposta à questão anterior (questão 13) for positiva, indique o(s) tipo(s) de relacionamento.*Se tiver mais de uma opção, favor indicar os números na alternativa "outro" e, caso queira, acrescente outras alternativas.

- 1- Consultoria
- 2- Participação em incubadoras
- 3- Desenvolvimento de equipamentos
- 4- Convênios com atividades e projetos de ensino
- 5- Treinamentos e seminários
- 6- Transferência de tecnologia
- 7- Desenvolvimento de softwares
- 8- Orientação de projetos em Empresa Junior
- 9- Prestação de serviços
- Outro:

14 - Os alunos da UnU em que você trabalha participam de atividades (ações, estágio, pesquisa e ou projetos de ensino) realizados em parceria com empresa(s) local(is)?*Favor exemplificar na opção "outro".

- Sim
- Não
- Não sei
- Outro:

15 - Pode(m) ser considerada(s) barreira(s) no relacionamento entre a universidade e as empresas locais: *Se tiver mais de uma opção, favor indicar os números na alternativa "outro" e, caso queira, acrescente outras alternativas.

- 1- Falta de interesse da UnU/UEG
- 2- Diferenças culturais dos interlocutores
- 3- Falta de interesse dos atores locais
- 4- Falta de conhecimento de ambos interlocutores
- 5- Falta de infraestrutura e mecanismos de incentivos
- 6- Falta de interlocução entre ambos
- Outro:

16 - Na UnU em que você trabalha, o Governo do Estado tem dado algum tipo de apoio para a interação entre universidade e empresa(s) local(is)? *

Se positivo, de que forma?

17 - Na UnU em que você trabalha o Governo Municipal tem dado algum tipo de apoio para a interação entre universidade e empresa(s) local(is)?

*Se positivo, de que forma?

18 - É do seu conhecimento alguma política que promove a interação entre a UnU e outras instituições, que não seja a empresa (como: institutos de pesquisa, agências de fomento e financiamento, instituições técnicas, órgãos de governo, ONGs, etc.), mas que façam parte do Município? *Se positivo, exemplifique na opção "outro".

- Sim
- Não
- Outro:

19 - A UnU em que você trabalha tem uma política institucional que propõe a realização de práticas empreendedoras de forma que a UnU desempenhe um papel proativo no desenvolvimento local? *Favor exemplificar sua resposta na opção "outro".

- Sim
- Não
- Outro:

20 - Em sua opinião, qual dessas atividades se destaca mais na UnU em que você trabalha: ensino, pesquisa ou extensão,? Justifique. *

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Prezado (a),

Sou aluna de doutorado do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás (Dinter UFRJ/UEG). A pesquisa de tese é sobre a “Universidade e o desenvolvimento local: o estudo de caso da Universidade Estadual de Goiás”, sob a orientação das Profas. Dra. Lia Hasenclever e Dra. Júlia Paranhos.

Solicito, por meio deste *e-mail*, sua participação no trabalho de campo desta pesquisa de tese através de questionário ou entrevista presencial, a ser realizada em dia e hora previamente agendadas.

Informo que todas as informações disponibilizadas nesta entrevista serão utilizadas somente para uso acadêmico sem identificação dos respondentes.

Desde já agradeço a atenção e conto com sua colaboração.

Atenciosamente,

Yara Fonseca de Oliveira e Silva
Grupo de Economia da Inovação
Aluna de Doutorado PPED/IE/UFRJ/UEG
Tel: (62) 9101-4383 (claro) / 8213-2817 (TIM) / 8416-7297 (oi) / 3092-8796 (residencial)
yarafonsecas09@gmail.com

APÊNDICE C: SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA



Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Universidade e Desenvolvimento Local: o caso da Universidade Estadual de Goiás”, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Yara Fonseca de Oliveira e Silva sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Autorizo ainda, caso necessário, a audiogravação da entrevista para posterior transcrição dela e/ou arquivamento das minhas respostas registradas em questionário, preservando a minha identidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

APÊNDICE D: ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Para realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro único contendo questões comuns a todos os seguimentos e outras específicas para um ou outro segmento. Desta forma, ao realizar uma entrevista, o roteiro era adaptado para os diferentes atores.

Segmentos selecionados para a realização das entrevistas:

- Representantes da Administração Central da UEG - AC
- Representantes dos órgãos do Governo - OG
- Professores Pesquisadores de algumas UnU- PP
- Representantes das Empresas locais - EL
- Representantes de Outras Instituições locais - OI

Roteiro das entrevistas:

Questões comuns a todos os segmentos:

- 1- Comente sobre o papel da UEG no Estado de Goiás?
- 2- Fale sobre a contribuição da UEG para o desenvolvimento socioeconômico do município/Estado?
- 3- Como a UEG pode ser um instrumento significativo para contribuir com o desenvolvimento regional? A UEG é um espaço de interlocução com o local?
- 4- Qual a sua representação (imagem) da UEG?
- 5- Existe algum tipo de relacionamento entre a UEG e as empresas locais. Se existem, quais os tipos mais frequentemente encontrados?
- 6- Comente sobre as motivações para as parcerias e as barreiras encontradas na interação entre as instituições para o desenvolvimento local.
- 7- Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

Específica para a Administração Central da UEG

- 8- Fale sobre os(s) curso(s) da UEG? (AC)
- 9- Fale sobre a situação (desde criação e evolução) das atividades de ensino, pesquisa ou extensão da UnU/UEG? (AC/PP)
- 10- Quais os principais desafios destas atividades e quais são as propostas para enfrentá-los? (AC).

Específicas para os Professores Pesquisadores

- 11- Fale sobre o apoio, estratégias e incentivos para o relacionamento UEG-atores locais ? (PP)
- 12- Há alguma fonte de financiamento para a parceria com a empresa ou outro ator do desenvolvimento regional? (PP)
- 13- Comente sobre o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa (PP)

Específicas dos representantes dos órgãos do Governo

14- Fale sobre a articulação dos programas de Governo com a UEG (OG).

Específicas dos representantes das empresas e de outras instituições locais

15- Fale sobre os tipos de relacionamentos que são mantidos entre as UnU, órgãos do Governo, empresas e outras instituições locais (EL/PP).

16- Comente sobre as motivações existentes para o relacionamento entre as UnU, órgãos do Governo, empresas e outras instituições locais (EL/PP).

17- Comente sobre as barreiras existentes para o relacionamento entre as UnU, órgãos do Governo, empresas e outras instituições locais (EL/PP).